

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O PSTU E AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E
UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA DA SILVA**

EMMANOEL LIMA FERREIRA

**FORTALEZA-CE
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**O PSTU E AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E
UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA DA SILVA**

EMMANOEL LIMA FERREIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora
de Abreu Lima Lemenhe**

**Fortaleza-Ce
2011**

EMMANOEL LIMA FERREIRA

**O PSTU E AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E
UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA DA SILVA**

Tese para obtenção do grau de Doutor pela Universidade Federal do Ceará-UFC

Banca Examinadora

Presidente e Orientadora: Profª Drª. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª Dra. Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho (UFC)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa (UECE)

Prof. Dra. Raquel Dias Araújo (UECE)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz (URCA)

A meus pais Nailde Alencar Lima e Manoel Ferreira da Silva (in memorian), aos meus sogros Maria Susete Braga de Lima e João Rodrigues Lima, OFEREÇO. Com todo amor à Kátia Lima, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe pela orientação e sobretudo, compreensão, estímulo e atenção.

Aos amigos Eudes e Josenói pelos momentos desfrutados e pelo convívio fraterno.

Ao professor Vianney Campos pela revisão gramatical do texto.

Aos dirigentes do PSTU pelas entrevistas concedidas.

Aos professores Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho, Frederico Jorge Ferreira Costa, Raquel Dias Araújo, e Fábio José Cavalcanti de Queiroz, pela participação na banca examinadora deste trabalho.

Especialmente à minha eterna namorada, Kátia, que com seu apoio e dedicação tornou possível esta tese.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. LINHAGENS DA ESQUERDA NO INTERIOR DO MARXISMO	23
1.1 O trotskismo	23
1.2 A noção de atraso e a Revolução Permanente em Trotsky	33
1.3 Lênin, Trotsky e o Brasil: bases teórico-históricas do PSTU	39
1.4 Organizações trotskistas e a herança programática do PSTU	43
1.5 Partido dos Trabalhadores: considerações histórico-sociais acerca de uma trajetória	74
1.6 As correntes no interior do PT	106
2 UM AGRUPAMENTO QUE SE FEZ PARTIDO: QUANDO A CONVERGÊNCIA É ROMPIDA	113
3 O GOVERNO LULA E O PT SOB A MIRA DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DO PSTU	137
4 REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO LULA	186
4.1 O surgimento da Previdência no Brasil	186
4.2 “Reforma” da Previdência do Governo FHC	188
4.3 Reforma da Previdência do Governo Lula	190
4.4 O PSTU e a “reforma” da Previdência do Governo Lula: análise e formas de luta	198
5. “REFORMA” UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA DA SILVA	225
5.1 Capitalismo dependente e reforma universitária	225
5.2 A ruptura com a herança reformista de Córdoba na América Latina	232
5.3 A “reforma” universitária de FHC	236
5.4 A “reforma” universitária de Lula da Silva	243
5.4.1 Percurso da construção da “reforma” universitária	244
5.4.2 A resistência à reforma por meio da ação direta	274
Conclusões	289
Referências	293

LISTA DE SIGLAS

ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
ALN- Aliança Libertadora Nacional
ANDES-SN- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior- Sindicato Nacional
ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE- Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação
ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AP- Ação Popular
AP-ML- Ação Popular Marxista-Leninista
APRA- Aliança Popular Revolucionária Americana
ART- Articulação
ASSIBGE- Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
AV- Ala Vermelha
BC- Banco Central
BM- Banco Mundial
BS- Brasil Socialista
BLA- Bureau Latino Americano
CA- Centro Acadêmico
CAPES- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES- Centro de Estudos Educação e Sociedade
CELUTAS- Coordenações Estaduais de Luta
CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina
CES- Contribuição Social para a Educação Superior
CI- Comitê Internacional
CIA- Agência Central de Inteligência
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNGM - Comando Nacional de Greve e Mobilização
CNTE- Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação
CO- Causa Operária
COFINS- Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (s)
CONLUTAS- Coordenação Nacional da Coordenação Nacional de Lutas
CONLUTE- Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CNE- Conselho Nacional de Educação
COLINA- Comando de Libertação Nacional
CONAPES- Comissão Nacional e Avaliação e Progresso do Ensino Superior
CONAV- Comissão Nacional de Orientação da Avaliação
CONCLAT- Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CORQUI- Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional
CPA- Comissão Própria de Avaliação
CPIs- Comissões Parlamentares de Inquérito
CPMF- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CREDUC- Programa de Crédito Educativo
CS- Convergência Socialista
CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CUT- Central Única dos Trabalhadores
DCE- Diretório Central dos Estudantes
DEM- Democratas
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SócioEconômicos
DN- Diretório Nacional
DRU- Desvinculação de Receitas da União
DS- Democracia Socialista
EAD- Educação a Distância
EC- Emenda Constitucional
ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
ENC- Exame Nacional de Curso
FASUBRA- Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FB- Fração Bolchevique
FBT- Fração Bolchevista Trotskista
FEF- Fundo de Estabilização Fiscal
FENAPS- Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde
FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC- Fernando Henrique Cardoso
FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FLT- Fração Leninista Trotskista
FMI- Fundo Monetário Internacional
FS- Força Socialista
FSE- Fundo Social de Emergência
FSM- Fórum Social Mundial
GCI- Grupo Cuarta Internacional
GERES- Grupo de Estudos para Reformulação do Ensino Superior
GERES- Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior
GCL- Grupo Comunista Lênin
GOM- Grupo Obrero Marxista
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDP- Índice de Desempenho Industrial
IES- Instituição de Ensino Superior
IFES- Instituições Federais de Ensino Superior
INSS- Instituto Nacional de Seguro Social
Inep- Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas
IPASE- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IRPJ- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LCI- Liga Comunista Internacionalista
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBELU- Liberdade e Luta
LIT- Liga Internacional dos Trabalhadores
LO- Liga Operária
MAS- Movimento ao Socialismo
MCS- Movimento Convergência Socialista
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC- Ministério da Educação e Cultura

MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado
MNR- Movimento Nacionalista Revolucionário
MPLA- Movimento para a Libertação de Angola
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NUPES- Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior
OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCDP- Organização Comunista Democracia Proletária
OCI- Organização Comunista Internacionalista
OLAS- Organização Latino Americana de Solidariedade
OMC- Organização Mundial do Comércio
OMR-DS - Organização Marxista Revolucionária-Democracia Socialista
OQI- Organização Quarta Internacionalista
ORUS- Observatório Internacional das Reformas Universitárias
OS- Organização Social
OS- Opinião Socialista
OSI- Organização Socialista Internacionalista
OT- O Trabalho
PC- Partido Comunista
PCs- Partidos Comunistas
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PC do B- Partido Comunista do Brasil
PCI- Partido Comunista Italiano
PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCUS- Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PDS- Partido Democrático Social
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PEC- Proposta de Emenda Constitucional
PIB- Produto Interno Bruto
PIS- Contribuição para o Programa de Integração Social
PFL- Partido da Frente Liberal
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE- Plano Nacional de Educação
POC- Partido Operário Comunista
POL- Partido Operário Leninista
POLOP- Organização Política Operária
POR- Partido Obrero Revolucionário
POSDR- Partido Operário Social Democrata Russo
PPP- Parceria Público-Privada
PPS- Partido Popular Socialista
PROUNI- Programa Universidade para Todos
PROER- Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional
PROIFES- Fórum de Professores das Instituições de Ensino Superior
PRT- Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS- Partido Socialista
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE- Partido Socialista Operário Espanhol

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade
PSR- Partido Socialista Revolucionário
PST- Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT- Partido dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
RGPS- Regime Geral da Previdência Social
SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SESU- Secretária de Ensino Superior do MEC
SETEC- Secretária de Educação Profissional e Tecnológico
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SINDURCA- Sindicato dos Docentes da URCA
SLATO- Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo
SLL- Socialist Labour League
SPD- Partido Socialdemocrata Alemão
SU- Secretariado Unificado da IV Internacional
SWP- Socialist Workers Party
UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN- União Democrática Nacional
UFC- Universidade Federal do Ceará
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMES- União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola
URCA- Universidade Regional do Cariri
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP- Universidade de São Paulo
VAR- Palmares - Vanguarda Popular Revolucionária
VPR- Vanguarda Popular Revolucionária

]

RESUMO

O presente trabalho investigou o posicionamento do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado-PSTU perante o governo Lula da Silva e a reforma previdenciária e universitária, em seu primeiro mandato (2003-2006), enfocando a raiz do conflito teórico e político existente entre o PSTU e o PT, a caracterização que o PSTU faz do governo e das referidas reformas e as formas de luta que este partido utilizou para expressar sua resistência ao governo e às reformas. Para consecução de tal objetivo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com dois dirigentes nacionais e um dirigente estadual do PSTU. Procedeu-se, também, à análise de fontes documentais referentes ao tema, tais como: leis, portarias, decretos, pareceres, medidas provisórias-MP, propostas de emenda constitucional, relatórios oficiais, o Jornal do PSTU — *Opinião Socialista* (edições de 2003 a 2006) — referentes à reforma previdenciária e universitária, revistas, livros, cartas programáticas, declarações de encontros e de congressos nacionais do PSTU e PT. Os resultados permitiram concluir que: a) a raiz do conflito teórico e político entre o PSTU e a direção do PT estava dada desde o início, pois eram matrizes programáticas e históricas distintas; b) o PSTU caracteriza o governo Lula como um governo de frente popular *sui generis*; c) o PSTU travou várias disputas, procurando se consolidar como partido no seio da classe trabalhadora, e, no transcorrer das reformas previdenciária e universitária, caracterizava que o sentido destas não apontava para a ampliação dos direitos e de sua universalização, mas estavam enquadradas dentro do que se intitulou de ajustes estruturais; d) a resistência do PSTU ao governo de frente popular *sui generis* e às reformas foi realizada por meio da ação direta — marchas; mobilizações; atos públicos; volantes no movimento sindical; greves, como a que ocorreu no ano de 2003 contra a reforma da previdência; propaganda; agitação, debates e plebiscito etc.

ABSTRACT

This study is an investigation on the positioning of the Unified Socialist Workers Party (PSTU, from the acronym in portuguese) in face of Lula da Silva's pension and university reforms, during his first mandate (2003-2006), focusing on the roots of the theoretical and political conflict between the PSTU and Workers Party (PT, from the acronym in portuguese), on the PSTU's characterization about government and about the mentioned reforms and on the ways to fight this party used to express its resistance to the government reforms. To achieve this goal, the author had taken declarations from two national leaders and from a Ceará PSTU leader, collected by semistructured interviews. There was, also, an analysis of documentary sources on this tesis subject, such as laws, ordinances, decrees, opinions, interim measures (MPs from the acronym in portuguese), constitutional amendment proposals, official reports, the PSTU newspaper - Socialist Review (2003 editions to 2006, the insues concerned to the pension and university reforms), magazines, books, parties programs, declarations from PSTU and PT meetings and national conferences. The results showed that: a) the root of the theoretical and political conflict between the PSTU and PT's leadership comes from the beginning, the two parties have distinct historical and programmatic matrices, b) PSTU characterizes the Lula government as a popular front government *sui generis*; c) PSTU caught several disputes, trying to consolidate itself as a party among the working class and, during the pension and university reforms strungle, when the party had expressed the opinion that these reforms did not indicate the rights expansion and universalization, but were framed within the structural adjustment d) PSTU faced the *sui generis* popular front government and its reforms by means of direct actions - marches, demonstrations, public events, flyers in the trade union movement, strikes (as the one occurred in 2003 against the pension reform), propaganda, agitation, debates and plebiscites, etc.

Mesmo assim, é Lula quem ainda preenche o imaginário de boa parte da esquerda. Continua a despertar esperanças. Sua eventual vitória trará novo ânimo para muita gente, levantará demandas latentes. Sua possível ascensão à Presidência continua a ter forte carga simbólica. Por tudo isso, é muito difícil dizer qual será seu papel. Lula tornou-se um enigma, talvez até para si mesmo. Não temos como decifrá-lo agora. Tudo dependerá das circunstâncias, nas quais cada um de nós está incluído. (BENJAMIN, 2002).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é desdobramento de minhas reflexões sociológicas sobre os rumos sociopolíticos e econômicos do Brasil. É uma tentativa de desenvolver, parafraseando Martins (1998), uma sociologia enraizada, ou seja, pensar sociologicamente o País.

Minha formação, realizada na Universidade Federal do Ceará-UFC, aliada à militância desde o período de reconstrução da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas-UMES, passando pelo curso de Ciências Sociais, onde participei do movimento estudantil universitário, e no interior do próprio PT, do qual saí no início da década de 1990, bem como a atuação como presidente do Sindicato dos Docentes da URCA-SINDURCA, levaram-me a eleger como objeto de estudo no Doutorado o PSTU e a reforma previdenciária e universitária no primeiro mandato do governo Lula da Silva.

O governo Lula criou grande expectativa, não só no seio da classe trabalhadora, como também no interior da própria academia, onde houve enorme esperança de que o Governo eleito no ano de 2002 modificasse o quadro caótico no qual o País fora enredado. A política começada por Collor, continuada por Itamar e aprofundada por Fernando Henrique, levou-o a uma “africanização”, que significa a eclosão de cinco processos concomitantes: “desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esgarçamento do tecido social, deterioração política e institucional e perda de governança”. (GONÇALVES, 2002, p. 23).

Com efeito, privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira, flexibilização das leis trabalhistas, implementadas com origem na década de 1990¹, invertem a tendência, que Ricardo Carneiro apontou no seu livro *Desenvolvimento na Crise*, de altas taxas de crescimento da economia brasileira da década de 1930 até a de 1980, uma das mais altas do mundo. Isso não significa idealizar esse crescimento, como enfatiza Paula (2003), nem menosprezar o deficit socioeconômico, fruto da concentração

¹ Embora essas políticas tenham sido implementadas no Brasil na década de 1990, não podemos esquecer de que elas tiveram fundamentos expressos na década de 1980.

de renda e riqueza, assim como da “subalternização” da economia diante da economia internacional que, mesmo em fase de crescimento, manteve o Brasil como economia periférica.

Maria da Conceição Tavares (1999) foi precisa quando analisou o reformismo burguês no transcorrer da República, dizendo que este sempre sentiu medo de dois espectros seculares que constantemente rondavam as elites nacionais — do retorno do império e do povo — e que a República Nova e a Velha jamais cogitaram em incluir o povo num pacto democrático para não quebrar o acordo interno feito com as oligarquias a fim de manter sua dominação. Segundo Florestan Fernandes, a burguesia brasileira teve a mentalidade plasmada pelas oligarquias que determinaram o modelo de dominação burguesa. A burguesia sempre utilizou a estratégia da *fuga para a frente* ante as tarefas democráticas — reforma agrária, independência nacional, universalização da escola pública — que pudessem incluir milhões de brasileiros. É o fenômeno que o Sociólogo (2004) designou de acomodação conservadora da dominação burguesa no Brasil.

Lula, no início de sua militância, encarnava bem esse medo das elites nacionais do espectro secular da qual se refere Tavares, ou seja, do povo como protagonista. Em 1982, o PT participou da primeira eleição no plano estadual, tendo como candidato a governador do Estado de São Paulo Luis Inácio Lula da Silva, que obteve 11% dos votos. Nos outros estados, a votação foi bastante inferior ao percentual obtido em São Paulo. Nos seus primeiros documentos de fundação, o PT definia-se como um *Partido sem Padrões* e como agremiação que tinha a democracia como valor permanente. Nos diversos documentos iniciais, chamava os trabalhadores para se organizarem, independentemente dos partidos patronais, sob a consigna: *trabalhador vota em trabalhador*.

Vinte anos depois, o PT ganhou a eleição para Presidente do Brasil. Foi a primeira vez que um partido que se reivindicava como dos trabalhadores, com um candidato oriundo da classe operária apoiado pela maior central sindical da América Latina — a CUT — chegou à Presidência do Brasil.

Lula consagrou-se vitorioso, obtendo mais de 52 milhões de votos, no segundo turno, e assumiu a Presidência do Brasil em janeiro de 2003. Não foi um acontecimento de somenos importância, não só pela dimensão do País, diversificado parque industrial e sua projeção na América Latina, mas, ainda, pela significação da vitória eleitoral de uma corrente política que se expressava no Fórum Social Mundial e no movimento conhecido como antiglobalização, ou seja, a vitória de Lula teve alcance mundial. Ele assumiu a

Presidência do País sob o signo de uma enorme expectativa, da maioria da população e de amplos setores da intelectualidade nacional, de operacionalizar modificações reais para o Brasil que sinalizassem a perspectiva de desmontar o processo de privatização da sociedade e do Estado brasileiro, desenvolver um projeto estratégico que efetivasse reformas democráticas e de cunho nacional. Com base nessa compreensão, é que considero de enorme relevância uma análise cuidadosa e profunda das medidas implementadas pelo Governo Lula no primeiro mandato (2003-2006).

Tomei como objeto de investigação o PSTU e a reforma da previdência e universitária por entender que, mediante duas reformas, é possível compreender, no plano concreto da política, ou seja, saindo das brumas da abstração das divergências doutrinárias para o teatro de operações onde se instala a luta entre o PSTU e o governo Lula, a clivagem entre as duas correntes políticas.

Coutinho (2002) relembra o grande simbolismo que significou a vitória de Lula, não só por ele representar o único partido de esquerda no Brasil que se tornou uma agremiação de massas, excetuando o Partido Comunista Brasileiro, no breve período de 1946 a 1947, ter uma presença expressiva nas instituições e ser vinculado aos movimentos sociais, mas também por ser a vitória de uma das instituições da sociedade civil — um partido político. Com isso, o autor quer frisar um tema sempre recorrente em seus escritos — o da definitiva ocidentalização do Brasil: existência de partidos políticos, Estado laico, orientação liberal, ainda que muitas vezes formal. Destaca ainda que, certamente, o governo Lula não é o primeiro de esquerda na história do País e da América Latina. Concede como exemplificação de sua tese as experiências do governo João Goulart, pelos vínculos mantidos com os sindicatos e por seu programa, e o governo de Allende, que precedeu Lula em quase três décadas. Considera o autor que a diferença entre eles reside no fato de Lula ter vencido as eleições com quase dois terços dos eleitores. Goulart foi vice-presidente e guindado à Presidência pelas injunções da crise e da renúncia de Jânio Quadros, ao passo que Allende venceu o segundo turno no qual só votaram os congressistas.

Há duas análises fundamentais, no campo da esquerda, sobre a conjuntura em que sucedeu a vitória de Lula: a de Carlos Nelson Coutinho (2002) e a de Nildo Ouriques (2005). O primeiro enfatiza que o adverso quadro internacional — governo Bush, a hegemonia neoliberal — e nacional — privatizações, reforma do Estado etc — possibilitariam ao Governo apenas uma estreita margem de manobra. Lula tinha como

tarefa primeira, conforme Coutinho, a criação de um espaço político e econômico externo favorável para plasmar as condições de implementar reformas de cunho progressista, já que para ele era impossível uma via reformista em um só país. Fazendo uma analogia entre os governos de Allende, Goulart e Lula, o autor acentua que os dois primeiros, apesar de terem assumido no auge da guerra fria, contavam com a existência do movimento dos países não alinhados, que abria brechas para implementação parcial de políticas de desenvolvimento nacional e externa relativamente autônoma. Coutinho vê dois riscos para o governo do PT: o voluntarismo ir além do que a correlação de forças permite; e a cooptação pelo *status quo*. Tal situação obrigava o governo a se equilibrar no fio da navalha. Daí o título do texto de Coutinho: *O Governo Lula ou o Estreito Fio da Navalha*

A leitura de Nildo Ouriques (2005) difere da análise do outro escritor, pois considera que o cenário internacional era favorável, no momento da vitória de Lula, em razão do desgaste do Fundo Monetário Internacional em toda a América Latina. Ele assinala que esse contexto é espaço de renhida disputa entre as potências internacionais pela hegemonia. A maior demonstração dessa caracterização, conforme o autor, é a liberdade com que a China implementa acordos na América Latina. Isso revela a dificuldade que os Estados Unidos terão para manter o Continente sob controle. Para o autor em tela, o motivo principal de uma estratégia alternativa encontrava-se no desalento de amplos setores da população com os efeitos empobrecedores das políticas levadas a cabo e da precarização do trabalho, demandando contingentes significativos de trabalhadores à informalidade. Para o autor, a insatisfação da maioria da população é a explicação mais plausível para a vitória do PT e de Lula, e não a Carta aos brasileiros a público no dia 22 de junho de 2002:

Neste sentido devemos descartar o recurso ao “bom comportamento” contido na famosa “Carta aos brasileiros” como o lance que autorizou sua entrada no Palácio do Planalto. As elites, para quem a Carta era dirigida, possuem poucos votos e nem sempre são capazes de influenciar as maiorias em processos eleitorais de conjunturas especiais. E a conjuntura era especial! (OURIQUES, 2005, p. 28).

Nesta missiva, o então candidato a Presidente, Luis Inácio Lula da Silva, comprometeu-se a estabelecer na agenda política uma pauta que constava dos seguintes temas: incrementar as exportações, constituir políticas sociais e programas de combate à fome, implementar as reformas estruturais (reformas do Estado) para tornar o País mais

competitivo e justo. As reformas inventariadas são: tributária, reforma agrária, trabalhista e previdenciária².

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado, quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. **O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública** (Carta ao Povo Brasileiro, 22 de junho de 2002). (Destaque)

No dia em que foi empossado no cargo de Presidente da República, Lula foi saudado como grande estadista, e o ranço dos grandes *media* contra o líder que surgiu das fileiras da classe operária parecia haver desaparecido. Na avaliação de muitos setores da esquerda, o governo Lula e o PT aderiram de corpo e alma ao neoliberalismo, entendimento do qual a direção do PT e o Governo não compartilham. Se tal análise é procedente, como compreender os ataques hoje desfechados pela oposição burguesa como o PFL (atual DEM) e o PSDB ao governo? Será por que, mesmo tendo incorporado muito do diagnóstico monetarista sobre a crise brasileira e a forma de resolvê-la, o grande capital não considera o governo Lula como seu e para isso teria que apeá-lo do poder nas próximas eleições para ter uma administração mais confiável, que tivesse um vínculo orgânico com as classes dominantes? O que realmente significou a vitória de Lula?

Durante a campanha presidencial de 2002, César Benjamin escreveu um artigo, no qual indagava se Lula seria um Maquiavel, um Fausto ou Riobaldo. Maquiavel, por estar dissimulando seus reais interesses e procurar enganar os adversários; Fausto (J. W. Goethe), por vender a alma ao Diabo para conseguir o que sempre almejava; ou Riobaldo (Guimarães Rosa), que, por pensar que tinha vendido seus préstimos para o Demo, sempre se manteve fiel ao pacto, descobrindo somente no final de sua vida que o Demônio não lhe comprara coisa alguma.

Certamente o governo Lula, diferentemente de 2002, é uma esfinge que apresenta elementos mais concretos para sua elucidação, pois já encerrou o segundo mandato e, parafraseando Hegel, a coruja de Minerva já alçou voo.

² Na *Carta ao povo brasileiro*, a reforma universitária não foi mencionada.

O *Fome Zero*, eixo do discurso de posse do Governo, criado para garantir uma política de segurança alimentar, que objetivava, sobretudo, acabar com as causas estruturais da fome, foi engessado pelos sucessivos cortes no orçamento e pela saída de seu maior entusiasta, Frei Beto. Além disso, o Governo agendou como prioritário para o País um conjunto de reformas que incluíam a reforma tributária, já votada, que não significou aquilo que setores progressistas — sindicatos urbanos e rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra- MST etc — esperavam de seu Governo, pois manteve a CPMF e o imposto regressivo, cuja carga tributária recai sobretudo sobre os trabalhadores, o pequeno e o médio empresariado. As reformas previdenciária e universitária, apresentam questões de acirradas polêmicas. A Reforma Universitária é criticada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior-ANDES-Sindicato Nacional, por ser deletéria à educação pública superior e ao desenvolvimento soberano do País. A análise do ANDES questiona, entre outros pontos, o financiamento público às instituições de ensino superior privadas, o ensino a distância como forma de expansão de matrículas nas universidades públicas, a entrada de capital estrangeiro no ensino superior etc. O Governo apresenta a Reforma Universitária como uma lufada de ar fresco para a educação superior. Assevera que, com ela, é possível expandir o acesso, garantir que negros, índios e pobres possam ingressar na universidade. No tocante à Reforma Sindical, a direção da CUT aponta que esta significaria um avanço, apesar de algumas críticas contingentes, pois traria maior liberdade sindical e reforçaria as centrais sindicais. A Reforma Previdenciária do setor público complementou a modificação que o governo Fernando Henrique Cardoso processou no setor privado, aumentando o tempo para aposentadoria. O Governo a implementou, tendo como argumento principal o deficit na previdência, o que foi questionado por especialistas no assunto e pelo movimento operário e sindical.

Inserindo-me nesse debate político, a esta pesquisa tem como questionamentos centrais: Qual a raiz histórica e teórica das divergências entre o PSTU e o PT? Qual a caracterização que o PSTU faz do governo Lula? Como o PSTU, partido havido como de extrema esquerda e a maior expressão da CONLUTAS, posicionou-se perante a reforma previdenciária e universitária? Que formas de luta o PSTU utilizou para confrontar o governo e as reformas?

Posto isto, é evidente que o foco da investigação recairá sobre o PSTU. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível indagar: Como surgiu? Que teses políticas defende e que formas de luta materializam sua concepção política? Por que o PSTU rompeu com o

PT? E por que o PSTU não apoiou a reforma previdenciária e universitária de um governo de esquerda — que é apoiado pelo MST e pela CUT — e do qual foi um dos fundadores (no caso, a Convergência Socialista)?

A vereda metodológica teve como ponto de partida a análise das raízes do debate histórico e teórico travado no interior do marxismo e no campo das esquerdas sobre as tarefas postas ao movimento operário, sobre qual governo poderá concretizar tais tarefas e que tipo de organização congregará os trabalhadores nessa empreitada. Para isso foi fundamental a utilização das categorias frente popular, revolução, contrarrevolução, reformismo e contrarreforma.

Nas trilhas desta investigação, considero de enorme relevância dar voz aos intelectuais do PSTU que, por meio da discussão teórica sobre frente popular, apresentam sua caracterização sobre o governo Lula e as reformas realizadas neste.

Partindo para a arena concreta da luta política e ideológica, tomo como foco a análise das reformas previdenciária e universitária do governo Lula da Silva e como o PSTU posicionou-se perante elas, destacando as formas de lutas utilizadas para arrostar o governo e as reformas.

Três conceitos centrais — frente popular, reforma e contrarreforma — nortearam esta investigação.

As reformas são apontadas pelo governo Lula como prioritárias para pôr o País nos trilhos do crescimento econômico, da cidadania e da inclusão social. Behring (2003) oferece excelente chave interpretativa para distinguir aquilo que ela considera *reforma* e que se contrapõe a *contrarreforma*. Contrarreforma é associada pela autora ao momento histórico do País vivido com a assunção das chamadas políticas neoliberais — privatizações; retirada dos direitos trabalhistas; a crítica ao modelo de industrialização adotado, considerado como maléfico etc. — por ser altamente “destrutiva e regressiva”. Reforma é um termo precioso para a esquerda, pois, segundo a autora, faz parte de seu arsenal político e teórico, que significa a luta democrática: redistribuição de renda, reforma agrária, controle do Estado pela população, ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia nacional etc. Na perspectiva de Elaine Behring, *reforma* pode ser entendida na perspectiva gramsciana de reforma política e também moral, subjacente a toda grande mudança historicamente progressista, ou seja, que faz avançar o grau de direitos, da autonomia do País, em contraposição a *contrarreformas*, que apontam no sentido inverso,

vale dizer, de retrocesso social em benefício de uma minoria, de esgarçamento do estofo social e de heteronomia do País.

Frente popular é expressão utilizada pelo trotskismo para definir a coligação da classe trabalhadora, por meio de seus partidos, com agremiações políticas da burguesia ou, na verdade, sua sombra, parafraseando Trotsky.

A frente popular é um dos pilares da política stalinista, considerada pelo trotskismo como obstáculo poderoso contra uma política de independência dos trabalhadores e para uma política revolucionária. Trotsky caracterizava, no Programa de Transição, esta política como um dos últimos recursos do imperialismo para se opor à revolução proletária; o outro seria o fascismo.

Um governo de frente popular geralmente é instituído numa etapa da luta de classes na qual as diversas representações políticas da burguesia estão em crise em decorrência de problemas econômicos ou de um ascenso da mobilização dos trabalhadores tendo como método de luta a ação direta.

A frente popular debutou na década de 1930, no 7º Congresso da III Internacional stalinizada, e estabeleceu como meta a defesa da democracia contra a direita que objetivava substituir o regime democrático por governos bonapartistas ou fascistas. Esta, em nome das instituições democráticas, paralisa a ação da classe trabalhadora que tenderia a pôr abaixo o regime mediante os seus meios de luta e carrega a insatisfação do mundo do trabalho para a institucionalidade, levando-a à desmoralização e à derrota, como ocorreu na Espanha, em 1936; em França, em 1936; na Indonésia, na década de 1960; na América Latina, durante a década de 1960, onde o exemplo mais trágico foi o de Allende, que se recusou a armar os cordões industriais contra o golpe, porque confiava nas suas forças armadas “democráticas”.

O trotskismo tem como bandeira a luta contra essa política de colaboração de classes. Com efeito, considero de suma importância a utilização dessa categoria em meu trabalho para entender a atuação do PSTU, corrente que se reivindica do programa da IV Internacional que tem como epicentro a luta contra as frentes populares, em face do governo Lula e suas reformas.

No tocante ao desenvolvimento da pesquisa, expresso a idéia de que a sua primeira fase constou de revisão bibliográfica do tema, bem como de levantamento

bibliográfico e de fontes documentais; na etapa subsequente, realizei a análise documental e as entrevistas semiestruturadas, buscando a compreensão global do objeto de estudo.

A análise documental³ é uma técnica valiosa de recolha de dados, servindo para complementar as informações por outras técnicas e/ou para revelar aspectos novos de um assunto ou problema, e "busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse." (CAULLEY apud LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38)

Examinei leis, portarias, decretos, pareceres, medidas provisórias-MP, propostas de emenda constitucional, relatórios oficiais, o jornal do PSTU Opinião Socialista (edições de 2003 a 2006) referente às reformas, revistas, livros, cartas programáticas, declarações de encontros e de congressos nacionais do PSTU e PT, entre outras fontes documentais que versavam acerca do objeto desta investigação.

A entrevista é um dos instrumentos básicos na perspectiva desta pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois dirigentes nacionais⁴ — dirigente nacional A e dirigente nacional B — e um dirigente estadual do PSTU.

No tocante à estrutura da tese, destaco o fato de que esta será composta de cinco partes, precedida por uma introdução — Linhagem da esquerda no inteiro do marxismo; Um agrupamento que se fez partido: quando a convergência é rompida; O Governo Lula sob a mira dos intelectuais do PSTU; a reforma da previdência do governo Lula da Silva e Reforma universitária do governo Lula da Silva — seguindo-se as conclusões.

A primeira parte analisa o debate realizado no seio da esquerda sobre reforma e revolução, o caráter heterodoxo do trotskismo que surge criticando as teses ortodoxas que alimentavam as opções para a revolução em países periféricos, o surgimento do trotskismo no Brasil na década de 1930 e suas correntes em busca de estruturar um partido revolucionário no País. Discorro também sobre a criação do PT e os embates em seu interior entre os diversos projetos em disputa.

O capítulo dois trata do surgimento do PSTU e do consenso relativo que existia no interior do PT que foi rompido pelas transformações pelas quais este partido atravessou.

³ Para Phillips, apud Ludke e André (1986, p. 38), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, *memoranda*, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, até livros, estatísticas e arquivos.

⁴ Aqui denominados de dirigente nacional A e B, e dirigente estadual, objetivando preservar a identidade dos referidos próceres.

O módulo três apresenta a análise dos intelectuais orgânicos⁵ do PSTU, destacando a crítica que estabeleceram ao governo e ao PT, pelas alianças feitas, e às tarefas consideradas como prioritárias para o País, ou seja, as reformas.

O segmento número quatro examina a reforma da Previdência do governo Lula da Silva, tendo como pano de fundo o contexto histórico do surgimento da Previdência no Brasil e a reforma da Previdência realizada por FHC, evidenciando a caracterização do PSTU sobre a natureza dessa reforma no governo Lula da Silva, bem como suas formas de luta contra esta.

O quinto capítulo focaliza a reforma universitária do governo Lula num contexto de ruptura com a tradição reformista de Córdoba e apresentando um cotejamento com a reforma universitária de FHC. Destaca ainda o percurso de constituição da reforma da educação superior e o posicionamento do PSTU no processo de resistência a esta por meio da ação direta.

Sucintamente, observa-se uma relação estreita entre os estudos das divergências teórico-históricas e uma cuidadosa apreciação dos embates no terreno da realidade cotidiana. PT e PSTU divergem, não somente em um plano mais geral, mas trazem essas divergências para o âmbito prático, concreto e político da cotidianidade. Por isso, procuro entendê-las considerando os nexos cruciais e indiviciáveis entre dois planos antes citados.

Em suma, há dois aspectos que são subjacentes à análise que permeia a presente Tese: o primeiro, é de natureza teórico-histórica (que serve de moldura inescapável das divergências do presente); o segundo, encerra um nexo profundo com a experiência recente da luta política ao redor do temário das contrarreformas (que, dialeticamente, remete-me ao primeiro ponto).

Por último, considero que este trabalho se reveste de relevância por se tratar do estudo de uma corrente — o PSTU — que tem um peso significativo no movimento sindical e no espectro da esquerda brasileira e seu posicionamento político perante o governo e às reformas — previdenciária e universitária — que afetam a vida de milhões de brasileiros e representam o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo Lula da Silva para o país.

⁵ Os intelectuais orgânicos são organizadores e difusores de uma nova concepção de mundo — o socialismo — e sua função é estabelecer uma pugna pela hegemonia da classe trabalhadora por meio do Partido. Nesse sentido, os intelectuais orgânicos lutam politicamente e ideologicamente para que a classe oprimida saia da fase econômico-cooperativa (classe em si) para se alçar à fase ético-política (classe para si). Nesse capítulo são considerados intelectuais orgânicos: acadêmicos e dirigentes políticos e sindicais vinculados ao PSTU, bem como o jornal *Opinião Socialista*.

Na conclusão está a epítome de toda a discussão, seguida das referências bibliográficas, que serviram de amparo teórico e prático da investigação.

1. LINHAGENS DA ESQUERDA NO INTERIOR DO MARXISMO

1.1 O trotskismo

Esta tese tem como escopo, conforme mencionado, as relações entre uma força política, o PSTU, e o Partido dos Trabalhadores, que, de algum modo, abrigou essa agremiação como corrente interna, sem, no entanto, conseguir discipliná-la nos limites do seu programa e da sua estratégia.

Dito isso, há de se perguntar: o que explicaria esse conflito, ora aberto, ora velado, que ao longo das últimas décadas pôs em trincheiras opostas duas agremiações políticas que, do ponto de vista formal, são inseridas no mesmo arco de forças, ou, mais precisamente, no campo das esquerdas?

Certa vez, Marx escreveu que, se houvesse coincidência entre essência e aparência, não haveria necessidade da ciência. Nesses termos, a pesquisa que foi levada a cabo no curso dos últimos anos procurou responder a esse enigma não resolvido da história das esquerdas no Brasil.

De feito, tentar dirimir essa complexa equação provavelmente compreende mais de um caminho. Fiz, decerto, a opção que me pareceu a mais adequada e conveniente. Decidi buscar em uma perspectiva de estudos das linhagens políticas o caminho para tentar desobstruir a compreensão desse fenômeno político e sociológico. Certamente, haveria possibilidade de explorar outras searas. Quer dizer: era possível enveredar por outros caminhos que não esse pelo qual decidi fazer essa travessia. Como disse, porém, fiz uma opção.

Em princípio, recordo-me de que o PSTU tem como o seu antecedente mais imediato a Convergência Socialista (CS), corrente que reivindicava o revolucionário russo Leon Trotsky e que, juntamente com outras correntes que reivindicavam os ensinamentos desse que foi um dos dirigentes da Revolução de Outubro de 1917, contribui decisivamente para criação do Partido dos Trabalhadores.

Parece-me, pois, inteiramente plausível adotar como estratégia inicial de trabalho escrever – ainda que sucintamente – a história da corrente política que surgiu à volta das principais teses programáticas preconizadas por Leon Trotsky.

O trotskismo surgiu na década de 1920 como doutrina que se opunha à burocratização do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCUS). O termo foi criado pelos adversários de Trotsky, principalmente por Stalin,

secretário geral do referido Partido, para desqualificar a Oposição de Esquerda,⁶ colocando-a como não-bolchevique ou não pertencente aos quadros originais que formaram o bolchevismo⁷ e tendo como objetivo destacar as divergências que Trotsky estabelecera com Lênin acerca do caráter da Revolução Russa e do partido antes da Revolução de Outubro de 1917.

A primeira divergência versava sobre quais as tarefas da revolução e qual o governo que, emerso do processo revolucionário, levaria a cabo estas tarefas. O Partido Social Democrata Russo havia sido fundado em 1898 e duas alas ou frações disputavam a hegemonia em seu interior, a ala menchevique e a bolchevique. A segunda, tendo como líder Lênin, defendia uma revolução democrática capitaneada pelo proletariado e pelo campesinato e a instauração de uma ditadura democrática de operários e camponeses.⁸ A primeira, a ala menchevista, defendendo uma suposta ortodoxia, advogava que a Rússia teria que passar por todas as fases do desenvolvimento capitalista e postulava a aliança com os liberais russos. Trotsky corria em raia própria e, por divergir das duas concepções estratégicas e considerar que poderia ocorrer uma unificação das duas alas diante de um ascenso revolucionário na Rússia, manteve uma posição equidistante das correntes, muitas vezes votando com os mencheviques. Essa posição será superada com o advento da Primeira Guerra Mundial e com o papel chauvinista dos partidos sociais democratas

⁶ Corrente política que se agrupou em torno de Trotsky e que, em princípio, postulava uma mudança de rumo na antiga URSS, mergulhada em um intenso processo de burocratização. Programaticamente, ela reivindicava as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional e exigia a retomada da liberdade partidária. Em seu desenvolvimento, grosso modo, a Oposição de Esquerda passou a apresentar uma postura oposicionista global ao stalinismo e a sua teoria do “Socialismo em um só país”, tornando-se uma vertente marxista de cunho internacional. Como corolário desse processo, em 1938 surgiu a Quarta Internacional, um “Partido Mundial da Revolução Socialista”, isto é, uma organização trotskista que propunha se organizar mundialmente.

⁷ Bolchevismo em russo quer dizer maioria e ficou para a posteridade com esse nome após o II Congresso do POSDR, em 1903, quando a corrente liderada por Lênin teve maioria neste Congresso. Defendia uma aliança revolucionária entre operários e camponeses que se consubstanciara numa ditadura democrática do operariado e dos camponeses depois da derrubada da autocracia russa para levar a cabo tarefas de cunho democrático na Rússia. Os principais adversários do bolchevismo no campo político foram o mencheviques, liderados por Martov que propunham uma aliança entre a classe operária e a burguesia liberal russa.

⁸ No primeiro momento, Lênin formulou a consigna de uma Ditadura Democrática de Operários e Camponeses, até como uma forma de atrair o campesinato para o programa e a estratégia dos bolcheviques que, decerto, apoiavam-se no proletariado industrial como sujeito da revolução. Tanto Lênin quanto Trotsky estavam de acordo que o Estado era invariavelmente uma órgão de dominação de uma classe sobre outra(s). Decorria dessa compreensão a não aceitação por parte deste último da consigna da Ditadura Democrática do Proletariado e Camponeses. Para Leon Trotsky, na sociedade moderna, ou seja, capitalista, não há espaço para uma ditadura intermediária. Ou era uma ditadura da burguesia ou uma ditadura do proletariado. Nas Teses de Abril, que Lênin apresentou ao partido seis meses antes da Revolução de Outubro, a tese da “ditadura intermediária” desapareceu do seu horizonte programático.

européus que, descumprindo as resoluções da própria Segunda Internacional referente a uma guerra europeia, apoiam as suas burguesias na carnificina que foi esta guerra mundial.

A segunda divergência se deu sobre o modelo de organização, para congregar os revolucionários russos com vistas a pôr fim ao absolutismo czarista e resolver as tarefas democráticas. O Segundo Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR) ficou para a posteridade, porque ali foi votado que tipo de militante seria aceito nos quadros do partido. Como os mencheviques defendiam a idéia de que a revolução na Rússia seria democrática e liderada pelos liberais, esposavam uma concepção mais frouxa do partido, ou seja, que para ser considerado militante bastava cotizar e ser filiado ao Partido. Lênin defendeu a noção de que, diante da repressão czarista e da necessidade de um partido de combate para a consecução das tarefas democráticas (derrubada da autocracia russa, assembleia nacional constituinte, revolução agrária etc.), o partido deveria ser uma organização mais centralizada, porquanto que estava voltado para a revolução democrática. Posteriormente essa visão de Lênin será deturpada pelo stalinismo para passar a ideia que o Revolucionário russo defendia um monolitismo e um partido onde não houvesse divergências. Os detratores do leninismo irão mais longe e dirão que a essência do regime de Stalin já estaria presente em tempos de Lênin.

Voltando à questão dos desacordos no âmbito do POS DR, dir-se-ia que as duas divergências estão interligadas. Vou me deter nestas questões, mais à frente, pois são fundamentais para se compreender o trotskismo. As duas divergências serão superadas pela história na Revolução de Outubro, quando os dois líderes se encontram na oposição revolucionária ao governo de Kerensky. Lênin assume as posições que Trotsky esposara com a teoria da Revolução Permanente,⁹ superando a concepção etapista que tinha defendido, e Trotsky defende a necessidade de uma organização centralizada para ser um instrumento eficiente voltado à tomada do poder, reposicionando-se no tocante às concepções espontaneístas que este tinha sobre o processo revolucionário.

A Oposição de Esquerda liderada por Trotsky surge no início da década de 1920 na luta contra o processo de burocratização da revolução russa e do partido comunista da URSS. Lênin, antes de morrer, em 1924, já mostrara preocupação com o chauvinismo russo da nascente burocracia, ao tratar diversas nacionalidades com mão de ferro, como do

⁹ A Revolução Permanente defendida por Trotsky propunha superar a velha divisão entre o programa mínimo e o programa máximo; cisão efetuada pelo reformismo dos partidos sociais democratas que discutiam socialismo nos dias de festas, não tendo nenhuma relação com a luta diária da classe trabalhadora, ou seja, servia como mera retórica ou espantalho para assustar a burguesia.

caso da Geórgia, tratando-as da mesma forma que a autocracia russa as tratava. O Império czarista era conhecido como o cemitério dos povos, tal o tratamento que ministrava a outras etnias e a outras religiões, como atestam os pogroms frequentes contra os judeus. Lênin, por seu turno, não deixou de expressar um ponto de vista crítico quanto a essas tendências ultranacionalistas que, em seu entendimento, entravam em choque com o internacionalismo defendido pelos bolcheviques, que considerava os interesses da revolução internacional acima dos proveitos nacionais. Também, antes de morrer, em 1924, prognosticava, em sua carta-testamento, que o Secretário Geral iria levar a nascente revolução para as águas turvas do chauvinismo russo ¹⁰ em vez do internacionalismo que fora a bandeira desfraldada pelos bolcheviques ao ousarem fazer a revolução contra o capital e contra o czarismo. Lênin propusera uma frente única com Trotsky para lutar contra o processo de burocratização do Partido e apagar o mal-estar que o Secretário Geral deixou ao reprimir com brutal severidade as reivindicações nacionalistas na Geórgia e na Ucrânia. Lênin qualificou a URSS como um Estado operário com deformações burocráticas, porque a maioria da população era camponesa e a guerra civil tinha exaurido a classe trabalhadora e sua vanguarda. Queria ressaltar com esta caracterização que os dirigentes bolcheviques tinham que ficar atentos ao peso do atraso — o asiaticismo — e os seus efeitos deletérios para o conjunto do Partido e para o futuro da revolução que estava, para ele, ligado à revolução internacional.

Para Trotsky, a burocratização da URSS derivava do isolamento da mesma causado pela derrota da revolução europeia, notadamente a alemã, de 1923, e do atraso econômico e cultural do país. A burocracia crescia e se expandia com a escassez e a apatia que grassava na classe trabalhadora russa após a guerra civil.

A Oposição de Esquerda em 1923 se formou tendo com centro de gravidade a luta contra a política interna e externa da fração política que depois será alcunhada de stalinismo, por levar o nome do seu principal animador, Stalin. No campo interno, o *front* de batalha era pela democracia partidária e a luta pela industrialização da URSS, para

¹⁰ Durante o Czarismo, o império russo se configurou como o “cárcere dos povos”, haja vista que procurava impor a sua mão de ferro contra as demais nacionalidades; ou seja: havia uma relação de opressão dos russos contra os mais variados grupos étnicos que compunham o extenso mosaico do velho império. Com a vitória da Revolução de Outubro, acreditava-se que essa etapa da história estivesse vencida. Acontece que a persistente deformação do Estado Soviético, devido ao refluxo da maré revolucionária e até aos avanços da camarilha de Stalin no interior do aparato do partido e da máquina estatal, fez com que essa questão — a do chauvinismo grã-russo — voltasse a retinir com indiscutível intensidade. Gradativamente, a Rússia Soviética foi adotando um tom chauvinista em relação às outras repúblicas, induzindo Lênin a um combate que não se completou, visto que a sua morte em janeiro de 1924 interrompeu os seus questionamentos a uma prática política que defrontava o programa e a história do partido bolchevique.

fortalecer socialmente a classe operária e retirar a Rússia do atraso e ao mesmo tempo impedir uma ruptura entre o campesinato pobre e a classe operária. No *front* externo, a luta era para fortalecer os nascentes partidos comunistas que eram inexperientes e nasceram de rupturas da esquerda com a social-democracia.

Em 1926, Stalin proclama a teoria do socialismo em um só país e Bukharin conclama os camponeses a se enriquecerem. Trotsky forma uma aliança com Zinoviev e Kamenev para combater as teses de Stalin e Bukharin, que defendiam o favorecimento dos camponeses ricos, a industrialização lenta e o socialismo em um só país. Isso significava dizer que os interesses da revolução internacional eram secundários diante do desenvolvimento da URSS e que o processo de industrialização recairia sobre o proletariado e sobre os camponeses pobres, submetendo a risco a revolução e a aliança estabelecida entre as duas classes. A Oposição de Esquerda é derrotada e Trotsky é deportado da URSS, em 1929, para a Turquia, onde começa a tentar reagrupar diversos setores do movimento operário internacional. Depois da Turquia, Trotsky perambula por diversos países da Europa, que não aceitavam a presença do dirigente das duas revoluções russa — a de 1905 e a de 1917 — e criador do exército vermelho. A Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos se recusaram a lhe dar asilo. Por fim, o México lhe cedeu asilo e foi o país onde o Revolucionário russo passou os últimos dias de sua vida até ser assassinado por Ramon Mercader a serviço da polícia política de Stalin, a famigerada Administração Política Unificada do Estado (OGPU), em 1940, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

No campo da política internacional, a Oposição de Esquerda tentou também reverter os graves erros da política internacional do Komintern (da III Internacional), principalmente em relação à greve geral na Inglaterra e ao apoio dado ao Kuomintang, partido burguês na China liderado por Chiang Kai-Shek. No caso inglês, os líderes que Stalin apoiou traíram a greve e capitularam ao ministro Stanley Baldwin. Na China, o Komintern levou o PC chinês a ser um apêndice do Kuomintang, que era o partido burguês, e, mais do que isso, elevou Chiang Kai-Shek a presidente honorário da Terceira Internacional, pouco tempo antes dele afogar em sangue comunistas chineses em Shangai e Cantão, em 1927.

Até 1933, Trotsky e seus correligionários se reivindicaram como fração do PCUS e do Komintern e o trotskismo atuava utilizando a tática do entrismo¹¹ nos partidos comunistas (PCs) e na Terceira Internacional, mas, após o desastre da política do Komintern que levou à ascensão do nazismo,¹² Trotsky conclama a necessidade de fundar uma nova Internacional, o que acontecerá em 1938, conforme adiantei em nota de rodapé.

A política internacional de Stalin impediu uma frente única dos social-democratas com os comunistas para enfrentar as hostes nazistas, sob a alegação de que a social democracia era irmã gêmea do fascismo. Tal estratégia levou a classe operária alemã — a mais organizada do Ocidente — a uma derrota histórica sem precedentes e sem uma resistência efetiva da classe operária tal o grau de desmoralização e confusão política e ideologia que o stalinismo semeou junto aos trabalhadores alemães. O Komintern chegou a dizer que, se os nazistas chegassem ao poder, Hitler passaria pouco tempo porque logo os comunistas tomariam o poder. De fato, Trotsky fez jus ao título de profeta, da magistral trilogia de Isaac Deutscher¹³ sobre a vida de Trotsky, — O Profeta Armado, o Profeta Desarmado e o Profeta Vencido. Diferentemente da cúpula da III Internacional, ele pensou que, em caso de chegada ao poder, o nazismo não só quebraria as cabeças dos social-democratas, mas dizimaria aos comunistas. Além disso, destacou que isso seria uma derrota histórica sem precedentes para o movimento operário internacional e, nessa direção, o próximo passo de Hitler seria tentar esmagar a URSS.

A partir desta data, Trotsky e seus correligionários passaram a defender a necessidade de criar outra Internacional e de lutar por uma revolução política na URSS que

¹¹ Entrismo é uma tática utilizada para o movimento revolucionário se fortalecer, entrando numa organização, para disputar um setor da vanguarda da classe trabalhadora que está girando à esquerda no interior de um partido operário (social-democrata ou comunista ou trabalhista). Trotsky defendeu esta tática como um expediente para os grupos trotskistas na década de 1930 saírem de seu isolamento e disputarem a hegemonia da classe trabalhadora com os reformistas. Neste período histórico bastante conturbado, diversos setores estavam rompendo ou fazendo críticas às direções do movimento operário. As correntes trotskistas que militaram no interior do PT e que ajudaram a construí-lo também estavam fazendo entrismo, pois naquele momento nenhuma delas considerava o PT como o partido estratégico, pelas diversas limitações que este apresentava. Só a *posteriori*, apresentaram o PT como o partido estratégico, pela adaptação profunda que passaram a apresentar no interior dessa agremiação. Tinham jornais próprios, finanças próprias e não escondiam seus laços internacionais e isso não era considerado demérito. Passou a ser quando a corrente Articulação, a partir do 5º Encontro Nacional na década de 1990, passou a exigir do PT que as correntes internas se disciplinassem e não expusessem suas divergências externamente. Como se trata de um tema nodal que não pode ser tratado simplesmente em uma nota de rodapé, certamente voltarei a essa questão no corpo do texto e um pouco mais adiante.

¹² Acerca desse episódio, Trotsky escreveu *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (1979).

¹³ Isaac Deutscher, um notável historiador marxista, exerceu influência na historiografia inglesa do pós-guerra. Perry Anderson nunca escondeu a profunda admiração que tinha pelo historiador marxista em virtude da sua erudição e capacidade analítica. Militante comunista na Polônia, diverge do stalinismo na década de 1930 e se aproxima da Oposição de Esquerda, tornando-se trotskista. Diverge de Trotsky sobre a criação da IV Internacional. Durante a Segunda Guerra, residiu na Inglaterra, onde ficou até sua morte em 1967.

restituísse o poder dos conselhos de operários, camponeses, soldados e levasse a cabo um planejamento democrático da produção na URSS. A nova Internacional será criada em 1938, e seu programa é o Programa de Transição.

A denominação “de transição” é importante para as organizações trotskistas em geral porque Trotsky considerava que a II Internacional fora criada num momento em que o capitalismo ainda apresentava traços progressistas, o que permitiu, em razão das conquistas de mercados, fazer concessões aos trabalhadores. Em sua fase imperialista, porém, o capitalismo representava a reação em toda a linha — no plano econômico, social, político — e que o período relativamente pacífico, de lutas parlamentares, em que os partidos da Europa ocidental se constituíram, era coisa do passado. Vale dizer, seria uma transição entre o programa mínimo e o programa máximo e que a tomada do poder não seria algo propagandístico, mas estaria posta como tarefa política para a classe trabalhadora, pelas profundas modificações e viradas bruscas que o capitalismo, em sua fase imperialista, trazia consigo — época de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Nesta nova fase do capitalismo, quando o imperialismo controlava a divisão internacional do trabalho e a economia internacional era uma totalidade orgânica e hierarquizada, não havia espaço histórico para as revoluções democráticas que deram surgimento às grandes nações capitalistas. Argumentava-se que, nesta nova fase, a etapa democrática ou burguesa estava indissolúvelmente ligada ou condensada à etapa socialista — a tomada do poder pelo proletariado; caso contrário as tarefas democráticas ruiriam.

Trotsky, no documento fundacional da IV Internacional, anunciava às vésperas da Segunda Guerra Mundial que a imaturidade da direção do proletariado contrastava com a maturidade das condições objetivas para a revolução socialista. Nesses termos, o que caracterizava a época não era somente a atualidade da revolução socialista, mas as viragens bruscas, ou seja, uma situação pré-revolucionária se convertia rapidamente em situação revolucionária, e isto cobrava um preço maior das organizações revolucionárias que tinham que estar preparadas para estas mudanças repentinas da situação política. Além disso, Trotsky condenava as frentes populares¹⁴ e o fascismo como últimos recursos da burguesia mundial ante a crise e a revolução internacional.

¹⁴ As frentes populares foram uma política instituída no 7º Congresso da III Internacional, em 1935, para tentar retirar a URSS do isolamento a que estava submetida e do risco de uma agressão fascista. Para tal, se propugnava uma aliança entre os PCs e a chamada burguesia democrática. No 7º Congresso, o Komintern se furtou de sua responsabilidade política e colocou a classe trabalhadora alemã como bode expiatório. O dirigente búlgaro Dimitrov foi o idealizador de tal política. As duas frentes populares na década de 1930, a da

As “Frentes Populares” por um lado, o fascismo por outro lado, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. Sob o ponto de vista histórico estes dois recursos não passam de ficção. A putrefação do capitalismo continua tanto sob o signo do barrrete frígio na França como sob o signo da suástica na Alemanha. Só a derrubada da burguesia pode permitir uma saída. (TROTSKY, PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, p. 10, S/D).

Trotsky escreveu um tópico sobre o programa mínimo no Programa de Transição,¹⁵ dizendo que a época em que a social-democracia havia sido fundada estava para trás e a divisão que foi estabelecida entre o programa mínimo, que se circunscrevia a reforma nos marcos da sociedade burguesa (diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial, liberdades democráticas etc.), e o programa máximo, que remetia o socialismo para as calendas gregas ou para um futuro muitíssimo distante, estava ultrapassado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo internacional. O Programa de Transição procura estabelecer uma ponte entre as tarefas democráticas (o programa mínimo) e as tarefas do programa máximo (as da revolução socialista). Para Trotsky, a social-democracia não procurou fazer nenhuma mediação no campo programático, pois estava totalmente sedada pelo parlamentarismo e seus métodos que não davam conta das tarefas e lutas que se avizinhavam pelo aprofundamento da crise do capitalismo, tais como as greves com ocupações de fábricas, inclusive nos próprios Estados Unidos, e a carnificina que seria a Segunda Guerra Mundial. Daí Trotsky caracterizar o imperialismo como um período de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A frente popular, para Trotsky, é uma coligação da classe trabalhadora com partidos que representam a sombra da burguesia e estabelecem como objetivo a defesa da democracia. O grande problema para Trotsky é que a burguesia já havia há muito tempo abandonado a luta democrática no sentido de mobilizações jacobinas para se defender de inimigos que pretendiam governar de forma bonapartista ou utilizar métodos de guerra civil para governar, aplastando as instituições representativas e a classe trabalhadora como o fascismo. Para o Revolucionário russo, a burguesia temia mais

França e a da Espanha, tiveram um fim desastroso e acabaram abrindo caminho para fortalecer a direita na Europa e desmoralizar a classe trabalhadora europeia.

¹⁵ Programa de Transição é um programa no qual se baseiam todas as organizações que se reivindicam do trotskismo e coloca como meta organizar os trabalhadores para a tomada do poder por meio de uma organização política, um partido trotskista. Para os trotskistas, o Programa de Transição é a síntese do Manifesto do Partido Comunista — primeiro programa socialista elaborado por Marx e Engels sob encomenda da Liga dos Comunistas para a revolução de 1848 — dos quatro primeiros congressos da III Internacional antes do advento do stalinismo e da estratégia da luta contra a dominação burocrática do primeiro Estado Operário, a URSS. Segundo o dirigente do PSTU, Almeida (2008), o Programa de Transição é o Manifesto Comunista Contemporâneo da época imperialista do capitalismo. Com certeza, não reduzirei a discussão a essa nota, pois pretendo retomá-la mais adiante.

a classe trabalhadora do que as hostes bonapartistas ou fascistas e limitar a classe trabalhadora num governo de coalizão em nome da democracia significava sujeitá-la a ser um apêndice da burguesia e castrá-la em seu potencial de se tornar uma classe para si.

Em relação aos países atrasados, segundo definição do Programa de Transição, e seguindo as pegadas da Teoria da Revolução Permanente, Leon Trotsky distingui-los-á em países coloniais e semicoloniais¹⁶. Nesse devir, considera que os dois vivem sob domínio internacional do capitalismo e são premidos entre uma economia mais avançada, que utiliza as técnicas mais modernas (a última palavra em tecnologia) e estádios mais arcaicos em termos econômicos. Em vista disto, alerta Trotsky, os partidos que se reivindicam da IV Internacional não podem se descurar ao fazer política nesses países, de combinar tarefas democráticas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo.

Os problemas centrais dos países coloniais e semicoloniais são: a Revolução Agrária, isto é, a liquidação da herança feudal e a Independência Nacional, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Estas duas tarefas estão estreitamente ligadas. (TROTSKY, PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, p. 25, S/D)

O Programa de Transição também não poupa críticas à política de frente popular e alerta aos trabalhadores para não caírem no canto da sereia da unidade estratégica entre a burguesia e o proletariado. Assim sendo, a palavra de ordem da IV Internacional por um governo operário e camponês seria uma forma popular de designar um governo com teor anticapitalista e antiburguês e, conseqüentemente, distinto da frente popular e das suas proposições.

A crítica e o combate a governos de frentes populares sempre foi motivo de divergências e cizânia no seio das correntes da IV Internacional¹⁷ por uma razão muito

¹⁶ É famosa a frase de Trotsky diante de uma guerra entre um governo fascista ou com características fascistas como o de Vargas e a Inglaterra democrática, o movimento operário internacional não deveria ter dúvidas em apoiar o governo Vargas. Considerava que a vitória de um país oprimido pelo imperialismo fortaleceria uma luta anti-imperialista. O governo do país oprimido teria que implementar uma onda de mobilização nacional e isto se reverteria contra ele, porque as massas postas em movimento, para o esforço militar, representariam uma ameaça ao próprio governo.

¹⁷ Em 1979 e 1980, foi conformada uma organização política internacional, Comitê Internacional (CI) composto pela fração bolchevique, tendo como dirigente Nahuel Moreno, do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que tinha várias seções na América Latina, entre elas: a *Convergência Socialista* no Brasil, a corrente internacional dirigida por Pierre Lambert que no Brasil era representada pela corrente *O Trabalho* e outras organizações no campo internacional. Foram depositadas grandes esperanças nesse processo de unificação do trotskismo nesse breve período, mas a divergência sobre o governo de frente popular na França esposada por Moreno, que era contrário ao apoio à Mitterrand, que a organização de Lambert queria prestar a este governo, levou esse processo de unificação ao naufrágio. O exemplo de Mitterrand na França é utilizado pelo PSTU para não se dar apoio ao governo Lula. Essa divergência está

simples: estes governos quando assumem, regra geral, significam uma situação de ascenso das lutas operárias e populares e a burguesia é obrigada a ceder o governo para um partido ou partidos não organicamente vinculados a ela. Desse modo, as pressões para que as correntes do movimento apoiem estes governos é enorme, alegando que é um governo de unidade com setores democráticos da burguesia para combater o fascismo ou, no caso da América Latina, para impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional que se contraponha aos setores mais liberais, adeptos do mercado e aliados aos latifundiários. No próprio Partido Bolchevique, uma ala comandada por Zinoviev e Kamenev ameaçou sair do Partido Bolchevique, discordando publicamente da política de tomar o poder, pois considerava um erro a palavra de ordem *Todo Poder ao Sovietes* das *Teses de Abril* de Lênin, alegando que tal política era uma aventura e que o correto era apoiar o governo que surgiu após a queda da dinastia dos Romanovs.

A pedra angular do trotskismo é a Teoria da Revolução Permanente e, conforme Pasquino (1986), constitui, depois de Marx e Engels, a contribuição mais original do marxismo. Esboçada inicialmente por Trotsky¹⁸ em 1906, em seu livro *Balanço e Perspectiva*, para analisar o desenvolvimento da revolução russa e desenvolvida com maiores nuances em seu livro de 1930, *A Revolução Permanente*. A teoria da revolução permanente antes estava circunscrita à Rússia e será estendida com o fracasso da revolução chinesa de 1927 para os países periféricos do capitalismo. A corrente/ doutrina que o PSTU reivindica — o trotskismo — foi criado pelos adversários de Trotsky que, como dito, queriam desqualificá-lo colocando-o como não-bolchevique e não integrante do núcleo de Lênin desde os primórdios quando o bolchevismo foi se constituindo. A expressão foi criada em 1923 quando se constituiu a Oposição de Esquerda no Partido Comunista da União das Repúblicas Soviéticas para confrontar os rumos para os quais o partido estava sendo levado por sua direção e reivindicar mais democracia no interior do Partido Comunista da União Soviética. Além do mais, pleiteava maior presteza no processo de industrialização da URSS, um processo de coletivização progressiva do campo e uma política externa que se coadunasse com os interesses históricos da classe trabalhadora internacional.

explícita no livro que Moreno escreveu criticando a Organização Comunista Internacionalista (OCI) de Pierre Lambert intitulado *Os Governos de Frente Popular na História*.

¹⁸ Nesse livro, vai esboçar a tese da Teoria da Revolução Permanente e demonstrar que a classe operária poderia tomar o poder pela falta de vocação democrática da burguesia.

Para se compreender a herança teórica e programática reivindicada pelo PSTU e se ter a dimensão do seu aspecto inovador em face principalmente do rudimentar instrumental dos teóricos de viés stalinista faz-se necessária uma digressão sobre a Teoria da Revolução Permanente, confrontando-a com outras vertentes do pensamento marxista.

1.2 A noção de atraso e a Revolução Permanente em Trotsky

Marx traçou em sua obra uma gênese do desenvolvimento capitalista que estaria na acumulação primitiva do capital e ressaltou o processo de espoliação e expropriação do campesinato, da escravidão de milhões de africanos arrancados à força da África para trabalhar nas grandes plantações na América. Foi um processo histórico tão violento, que ele comparou o surgimento do capitalismo com um rebento que nasce transpirando sangue e lama por todos os poros. Destacou também a Revolução Industrial que, pelo maquinismo, subsumiu o trabalho vivo pelo trabalho morto, submeteu de vez o campo à cidade e criou um mercado mundial.

O capitalismo integrou os países de tal forma que Marx, em suas formulações iniciais, considerava que o desenvolvimento do capitalismo inglês seria o modelo para outros países. No primeiro volume do *Capital* vai dizer que o país “desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”. (MARX, 2002, p.16). O eurocentrismo, da asserção anterior, ou seja, a teoria que pressupunha a inexorável passagem de todos os países pelo mesmo desenvolvimento histórico dos países europeus, será refutada, posteriormente, pelo próprio Marx. Tanto é assim que, ao ser indagado numa carta de Vera Zassulitch se o *mir* (comuna aldeã) deveria ser necessariamente desintegrado, assim como ocorreu com os pastos comunais na Europa, ele vai dizer que não obrigatoriamente, considerando que o *mir* poderia ter outro desenvolvimento histórico. Marx, conforme Bloom (1975), classificou implicitamente os países em três categorias:

1^a) países avançados, englobando a Europa Ocidental e os Estados Unidos, nos quais as condições para o socialismo estavam amadurecendo;

2^a) países atrasados, onde o desenvolvimento não divergia, na essência, dos países avançados, mas a marcha desse desenvolvimento era mais lenta, ou seja, já continham os ingredientes do progresso capitalista ou estavam prestes a desenvolvê-los;

3^a) países que não estavam atrasados, mas que estavam econômica e socialmente congelados ou estagnados, tribos primitivas ou civilizações antigas que foram importantes. Aqui certamente o autor está se referindo ao asiaticismo ou modo de produção asiático. Para uma real mudança, seria necessário o impacto da pressão externa do mercado para

impulsioná-los. Para o autor mencionado, a perspectiva de Marx estava assentada na compreensão de que o capitalismo era um progresso ante o baixo desenvolvimento das forças produtivas e laços de dependência que prendiam a população ao despotismo e à idiotia rural, e a empurrava decididamente para o torvelinho da luta de classe internacional. É conhecida a visão de Marx, que saudava o progresso advindo da introdução das relações mercantis capitalistas, ao mesmo tempo em que condenava o processo violento dessas transformações. Marx comparava o capitalismo ao deus pagão que vertia seu néctar do crânio de suas vítimas.

Oliveira (2003) vai propor a seguinte periodização do capitalismo: capitalismo originário, que teve como epicentro a Inglaterra, país de passado feudal, cujo processo histórico correspondente é o da acumulação primitiva do capital; capitalismo atrasado, vivido por França e Alemanha, dentre outras nações também de passado feudal, que buscaram se industrializar na etapa do capitalismo concorrencial e, finalmente, o capitalismo tardio, ocorrente na fase monopolista em nações de passado colonial, como os países da América Latina.

O capitalismo integrou regiões, países, à órbita do mercado, mas não o fez de maneira uniforme e sem traumas. Knei-paz (1985), ao analisar a contribuição de Trotsky para a teoria do atraso dos países que tiveram um desenvolvimento tardio do capitalismo, fazer uma síntese sobre o pensamento do autor, destacando seis elementos fundamentais: 1) o atraso pode ser tipificado em dois tipos de sociedades distintas — a primeira, seriam as sociedades mais estáticas, menos dinâmicas, por exemplo, as sociedades do tipo oriental, incapazes de proporcionar mudanças endógenas; a segunda, sociedades que já passaram pelo estágio anterior e que, por vários motivos históricos, guerras, colonialismo, foram impactadas pelo contacto com outras economias mais desenvolvidas. A Rússia czarista seria incluída nesta segunda sociedade em razão das mudanças que a monarquia teve que implementar para modernizar seu exército e seu aparelho de Estado sob a ameaça das pressões das grandes potências mundiais da época para colonizá-la; 2) o contacto e impacto da interação econômica dos países mais desenvolvidos sobre os mais atrasados é extremamente doloroso pelas transformações que opera ao destruir formas tradicionais de organização produtiva; 3) diante do acicate da necessidade de desenvolvimento, as sociedades atrasadas são obrigadas a adotar os métodos de produção econômica, pelo menos em parte, das sociedades mais avançadas; 4) essa combinação, de métodos mais modernos de produção com métodos mais atrasados, dota essas sociedades de uma virtual

especificidade. Trotsky denomina de “lei do desenvolvimento combinado” a fusão de várias fases históricas num mesmo momento histórico; 5) a transposição de algumas etapas históricas e econômicas leva ao desenvolvimento singular destas sociedades. A Rússia, por exemplo, amalgamava absolutismo político, um oceano de camponeses trabalhando com formas de organização do trabalho pré-capitalista, e ilhas de industrialização, trabalhando com métodos mais modernos. Decorrente desse fenômeno, engendrou-se uma relativa urbanização capaz de ensejar camadas médias com certa projeção econômica e política; 6) a situação do atraso de uma sociedade que passou por processo de mudanças por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado pode para o autor ser enfocada pelos seguintes traços: a) o atraso não é absoluto, mas parcial, ou seja, ele se refere ao grau de desenvolvimento social, econômico e tecnológico atingido pelos países centrais do capitalismo em determinado momento histórico; em algumas áreas, os países atrasados podem se equiparar aos avançados; b) como esse desenvolvimento não é simétrico, dá origem a choques e lutas no seio da sociedade entre as novas e as velhas formas; c) por seu turno, essa síntese singular entre novas e velhas formas cria graves distorções; d) a convivência do atraso com as novas formas de propriedade e produção acirra as contradições e suscita uma conscientização de que o atraso precisa ser superado; e) essa dinâmica peculiar do atraso cria uma instabilidade crônica. A perspectiva de Trotsky é bem diferente das teorias da modernização que trabalham com conceitos bipolares e opostos, arcaico-modernos. Para o Revolucionário russo, o arcaico não está separado do moderno por uma muralha da China; vale dizer, o que torna específico o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos estaria na forma em que o arcaico se imbrica ao moderno e a impossibilidade de repetir o desenvolvimento clássico do capitalismo. Daí Trotsky ter discordado da tese de tal amo, tal servo.

... El lector conoce probablemente esta cita ya que, en los últimos tiempos, los marxistas librescos han abusado de ella frecuentemente. La han puesto relieve como argumento irrefutable contra la idea del gobierno obrero en Rusia. “De tal amo, tal siervo”. Si la burguesía rusa no es lo suficientemente fuerte como para encargarse de la autoridad pública, entonces menos aún se puede hablar una democracia obrera, es decir, del dominio político del proletariado. (...) Basta con plantear estas preguntas para reconocer el desesperado formalismo de pensamiento contenido en el intento de convertir un comentario histórico relativo de Marx en un teorema secular. (TROTSKY, 2000, p. 87).

O Revolucionário russo considera que as cidades na Rússia, antes de serem centros artesanais e comerciais, como foram as cidades da Europa na Idade Média, eram centros de consumo. A debilidade congênita da burguesia russa deriva de um processo histórico no qual o Estado e o capital estrangeiro — e não o mercado — impulsionaram à industrialização. Tal circunstância trazia uma debilidade no plano político e econômico para a burguesia russa que tornava seu liberalismo extremamente frágil para levar a cabo as tarefas democráticas com as quais ela teria que se defrontar e, além disso, o proletariado russo estava concentrado em grandes plantas industriais, que o tornava um aliado incômodo para a burguesia pelo seu potencial de ser protagonista na luta democrática. Para Trotsky, a burguesia temia mais a ação do proletariado do que o imperialismo e, em razão do caráter dependente do capitalismo russo ante os capitais estrangeiros, a burguesia russa estava incapacitada de levar a luta democrática até as últimas conseqüências; e, nesse sentido, o proletariado ou dirigia a luta democrática, instaurando um governo próprio dos trabalhadores que efetivasse estas bandeiras, ou as bandeiras democráticas (reforma agrária, desenvolvimento orgânico do mercado, escolaridade pública, independência nacional etc.) não seriam cumpridas.

A polêmica travada no seio do marxismo russo sobre o caráter da revolução na Rússia é emblemática, pois se tratava, em seus rasgos gerais, das vias de desenvolvimento que os países atrasados teriam que escolher. Trotsky já apontava para a singularidade do desenvolvimento da Rússia diante do capitalismo da Europa Ocidental e analisara que a especificidade russa ocorria da convivência, em um mesmo período histórico, das técnicas mais desenvolvidas do capitalismo com relações pré-capitalistas e que a fase das revoluções democráticas (independência nacional, revolução agrária etc.) haviam ficado para trás. A burguesia, desde o surgimento do proletariado e da consolidação da divisão internacional do trabalho, já não era uma classe revolucionária, mas contrarrevolucionária, e o mercado era estruturado internacionalmente; portanto não tinha sentido dividir as nações em maduras para o socialismo pelo pleno desenvolvimento capitalista e nações imaturas para o socialismo (subdesenvolvidas), porque a economia capitalista era uma totalidade orgânica. Não se podia analisar a Rússia separadamente, como se fosse uma autarquia, porque a própria industrialização desse país contou com a participação de capitais externos. Daí sua fórmula de que uma das contradições atuais do capitalismo é o antagonismo entre a economia mundial e os Estados nacionais, ou seja, entre relações de produção (Estado, regimes de propriedade) *versus* forças produtivas (mercado mundial).

Trotsky formulou a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado para analisar precisamente a situação concreta do capitalismo; contrapondo-se, assim, aos mencheviques, que postulavam que a Rússia teria que passar pelas dores do parto de uma revolução democrática já que as tarefas imediatas da revolução eram capitalistas (reforma agrária, liquidação da autocracia). A formulação dos mencheviques se parecia com a de Rostow, para quem os países teriam que atravessar a mesma marcha história do capitalismo clássico. Parafraseando André Gunder Frank (1976), o problema é que os países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos e sim não desenvolvidos, o que é bem diferente.

Lênin (1977), em seu livro *Duas Tácticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, desenvolve uma visão mais nuançada do que a dos mencheviques e defende a idéia de que, embora o capitalismo na Rússia se desenvolva a passos largos, o país não estava maduro para uma revolução socialista, visto que as forças produtivas capitalistas ainda não estavam plenamente desenvolvidas. Os trabalhadores, porém, não devem resumir as suas ações à luta pelo parlamento e eleições universais; o fundamental era a luta revolucionária pela terra e o embate da classe operária nos centros urbanos, e, como a burguesia tinha sobejamente dado mostras de lutar tibiamente pela democracia, cabia ao proletariado industrial e trabalhadores e pobres do campo instituírem uma ditadura revolucionária dos camponeses e dos operários para engendrar uma via democrática do capitalismo. Trotsky retrucava que o grande problema era que a formulação de Lênin não dava conta de quem teria hegemonia neste governo e postulava uma via nacional e independente do capitalismo, coisa para ele impossível num prazo histórico mais longo, vale dizer, apesar de todo o brilhantismo de Lênin, ele acabava incorrendo numa visão etapista da revolução. Esta concepção etapista será modificada por Lênin nas *Teses de Abril* ao defender *Todo o Poder ao Sovietes*.

Doutro lado, Wallerstein (2002, p. 126) desenvolve a tese de que o maio de 1968 derrubou duas ideias-força, a liberal e a comunista, que defendiam por vias diferentes o desenvolvimento nacional. Essa é uma afirmação recorrente em sua obra.

[...] A transcendência de 1968 residiu no fato de ter sido destruído o consenso em redor do wilsonismo-leninismo, ao questionar se a ideologia desenvolvimentista tinha realmente conseguido algo de importância duradoura. Isso semeou a dúvida ideológica e corroeu a fé.

Na minha compreensão, contudo, wilsonismo e leninismo são iguais a água e óleo — não se misturam. Apesar de aparentemente partilharem do mesmo ideário em comum, a autodeterminação dos povos, os dois defendiam esta bandeira com propósitos diametralmente opostos. A autodeterminação defendida por Wilson representava a estratégia norte-americana de varrer a dominação imperialista das grandes potências europeias na África, no Oriente Médio e na Ásia, para substituí-las e, para isso, teria que “surfear” na nascente onda anti-imperialista que começou no final da Primeira Guerra Mundial. Lênin nunca defendeu uma via nacional para o socialismo porque para ele a própria revolução russa era um prólogo da revolução internacional. Efetivamente, a Rússia era o elo mais débil da cadeia, mas, enquanto a cadeia não estivesse rompida, a revolução na Rússia correria sério perigo não só devido ao superior poder bélico do imperialismo, mas também pela suas mercadorias mais baratas. Trotsky, assim como Lênin, estava em comum acordo nesse aspecto por serem marxistas. A noção de vias nacionais de desenvolvimento do socialismo seria uma contradição nos termos para os clássicos do marxismo, incluindo Lênin e Trotsky. A teoria da via nacional foi desenvolvida no esteio da contrarrevolução política, social e teórica perpetrada pelo stalinismo.

Além disso, a construção do socialismo significa o próprio deprecimento do Estado e não o seu fortalecimento. A “teoria” do socialismo num só país foi um construto ideológico stalinista para justificar as sinecuras e as prebendas da burocracia e transformar o movimento dos trabalhadores num apêndice dos interesses diplomáticos da burocracia no plano internacional. Prova maior disso é que ela foi direitista, esquerdista, defendeu frente única com o nazismo, depois a transição pacífica para o socialismo e por fim destruiu as conquistas da Revolução de Outubro, impedindo que ela se transformasse em classe social. Trotsky, em 1936, em seu livro, *A Revolução Traída*, já analisava que a burocracia comprometia a curto, médio e longo prazos, as conquistas da Revolução de Outubro com seu domínio burocrático, com a falta de democracia soviética e o desperdício, pela falta de um controle e planejamento democrático. A este respeito, são exemplares os primeiros Planos Quinquenais que, em virtude da superestimação dos planos de industrialização, quase fazem a economia soçobrar ou do desserviço com o assassinato da nata do Exército Vermelho que fez com que a URSS tivesse baixas pesadíssimas no início da invasão hitlerista. Resumindo, o leninismo, se tinha um credo, não era no sentido de dogma, mas baseado no estudo das leis de funcionamento da economia capitalista e de suas contradições, tais como: o caráter cada vez mais internacional das forças produtivas que se

chocavam com a camisa de força dos estados nacionais; a produção cada vez mais social em detrimento da apropriação cada vez mais privada; a polarização cada vez maior entre uma minoria cada vez mais rica e uma maioria cada vez mais pobre etc.

O que Wallerstein não consegue discernir é que, para os marxistas, a forma como a revolução se desenvolve é nacional, mas o seu conteúdo é internacional, e desconhecer a necessidade da luta nacional é incorrer nos erros de análise da Teoria de Dependência, de Fernando Henrique e Enzo Faletto que, ao não visualizarem em sua pesquisa acerca do empresariado brasileiro e argentino, traços anti-imperialistas deduziram que não havia tarefas nacionais a serem cumpridas e que isso era pura ideologia dos partidos comunistas que se prendiam a um suposto passado feudal destes países para justificar a aliança anti-imperialista com as burguesias latino-americanas. Ora, se estes países já resolveram suas tarefas democráticas, significa dizer que são países que, ou pela via americana ou prussiana, ajustaram as contas com seu passado colonial e são, portanto, nações capitalistas plenamente desenvolvidas, isto é, imperialistas.

1.3 Lênin, Trotsky e o Brasil: bases teórico-históricas do PSTU

Lênin (1982) em seu livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, trava um debate com os populistas russos, demonstrando que o capitalismo já era dominante na Rússia:

Sem dados de qualquer espécie, contrariando fatos do domínio público, está decretada, pura e simplesmente, a inexistência da divisão social do trabalho na Rússia. Não seria possível construir a teoria populista da “artificialidade” do capitalismo na Rússia senão negando ou declarando “artificial” o próprio fundamento de qualquer economia mercantil — a divisão social do trabalho. (1982, p. 14-15).

Para Lênin, o grande problema da revolução russa era o desfecho que teria o latifúndio: seria este destruído por uma via revolucionária, na qual a burguesia dirigiria uma luta tendo como aliados os camponeses para a partilha da terra, como ocorreu com o desenvolvimento americano; ou seria aos moldes do modelo prussiano, onde o latifúndio é modernizado sem uma revolução agrária?

Mas as formas desse desenvolvimento podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários, quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burgueses, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de

exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, que tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social, a “excrecência” dos latifúndios feudais, e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. (LÊNIN, 1980, p. 29-30).

Debruçando-se sobre os construtos teóricos leninistas, Fiori (1995) considera que o conceito de “via prussiana” é bastante rico para analisar o Japão, a Alemanha, mas sua utilização para interpretar a realidade brasileira não é suficiente, pois nos países em que essa via fora utilizada, no final do século XIX, havia as seguintes características: o centro de gravitação da industrialização esteve na indústria pesada e não nos bens de consumo, como no caso da “via prussiana brasileira”; essa indústria pesada nasceu sob o regime de monopólio nacional e “na nova ponta tecnológica — a eletricidade, o aço”; essa industrialização se dava num momento de extrema rivalidade interi-imperialista, em que o Estado cumpria um papel fundamental ao fomentar a indústria bélica e um nacionalismo que coesionava os indivíduos em torno da ideia de tornar o país uma grande potência.

Pode-se ver a impossibilidade de a burguesia empalmar um processo nacional de desenvolvimento nos dois projetos mais ousados da burguesia brasileira, quando ela demonstrou que não estava à altura da tarefa da consecução de uma autêntica via prussiana. Consoante Fiori (1995), o primeiro foi durante a era Vargas, principalmente nos anos 1930, e o segundo no governo Geisel.

O Brasil foi um dos países que mais cresceu após a crise de 1929, exatamente porque não seguiu o credo liberal das vantagens comparativas e do Estado Mínimo, desenvolvendo um parque industrial considerado um dos mais diversificados da América Latina.

Este crescimento será bastante reduzido com a crise da dívida e a assunção das políticas neoliberais na década de 1990, quando o modelo de substituição de importações passou a sofrer sérios questionamentos, ensejando que a burguesia brasileira haveria aderido ao Consenso de Washington. Não foi à toa que o mote do governo Fernando Henrique foi liquidar com a herança Vargas, ou seja, com o modelo de substituição de importações e com o cortejo de políticas com que este era identificado: protecionismo, intervenção do Estado na economia mediante um planejamento e intervenção do Estado para garantir a bases de uma industrialização do País, legislação trabalhista etc.

Fiori (2001) define a adesão à tese da globalização, por parte da burguesia brasileira, como *cosmopolitismo de cócoras*. Aí a principal bandeira passou a ser a destruição da “Era Vargas” (industrialização do País, direitos sociais etc.).

Não à toa, Magalhães (2000) considera que a estratégia de integração passiva recusa o planejamento no tocante ao setor industrial. É admitido o planejamento para a infraestrutura. Como se sabe, o planejamento foi a pedra angular tanto do desenvolvimentismo como do marxismo para tentar erradicar as mazelas do subdesenvolvimento.

A CEPAL, ao afirmar que o subdesenvolvimento não significava a infância dos países capitalistas pioneiros, se aproxima da análise de Trotsky, no que diz respeito ao caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista mundial. A semelhança pára aí, no entanto, pois, o pensamento cepalino preconizava uma via de desenvolvimento nacional para os países latino-americanos, mediante a intervenção estatal e o auxílio do capital estrangeiro que trocasse a dinâmica da acumulação voltada para fora por uma endogeneização da acumulação por meio da produção de máquinas e equipamentos e reformas que fomentassem a modernização dos países latino-americanos.

Se nos textos da Cepal, embora o conceito de imperialismo não fosse utilizado e o substituíssem pelo conceito *centro-periferia*, havia a consciência de obstáculos econômicos, sociais e políticos para transição de uma economia subdesenvolvida para o desenvolvimento, tais como: a produtividade heterogênea, falta de planejamento e investimento estatal a contento para o processo de industrialização, ausência de reformas redistributivas que auxiliassem a potencializar o mercado interno etc.

Fiori (2002, p. 200-201), ao fazer um balanço das políticas neoliberais na América Latina na década de 1990, as condena por terem causado baixo crescimento econômico e agravado as desigualdades sociais. No Brasil, o modelo de substituição de importações foi seriamente questionado, principalmente com a adoção das políticas neoliberais a partir do governo Collor. O mote destes governos era liquidar com a herança Vargas, que seria considerado um estorvo para o crescimento econômico do País. O resultado destas políticas não deixou dúvidas, pois a América Latina amarga índices sofríveis de crescimento econômico comparado aos períodos do chamado modelo de substituição de importações e o quadro social se agravou sobremaneira.

Hoje já possível fazer um balanço das conseqüências provocadas pela forma como a América Latina foi incorporada ao novo espaço mundial das finanças privadas e desreguladas. A média do crescimento de todo o

continente, para o decênio liberal, ficou em menos de 3% quando havia sido de 5,5% anuais durante os trinta anos de “populismo econômico desenvolvimentista”. No caso brasileiro, estas cifras são ainda mais contrastantes, porque a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7 e 8%, e a taxa da década neoliberal ficou em torno de 3%, menor do que a década de 1980, chamada de “década perdida”. E, o que é mais doloroso, dezoito anos após o desencadeamento da crise da dívida externa de 1982, a região continua com índices de pobreza e indigência vários pontos percentuais acima dos prevalentes no início dos anos 80. No Brasil, o emprego declinou, em média 0,3% ao ano, e o desemprego saltou de 5,6% para 7,2%. Em síntese, todos os dados apontam na mesma direção: baixo crescimento econômico e aprofundamento das desigualdades, dentro de cada país, e entre a América Latina, como um todo, e o mundo desenvolvido.

Como se verá com mais vagar no desenvolvimento desta presente tese, para o PSTU as reformas neoliberais, em vez de negar a Teoria da Revolução Permanente, só fizeram reforçar a tese central de Trotsky de que os países atrasados só poderão sair do subdesenvolvimento com o concurso da revolução socialista que nos países periféricos combinam tarefas democráticas com tarefas socialistas, mas, para ganhar a confiança das massas, já que a revolução é obra de milhões, é necessário acompanhar a evolução das consciências dos trabalhadores e levá-los a desconfiar do governo de frente popular do governo Lula. O PSTU aponta também que o maior obstáculo para fazer uma alternativa revolucionária para os trabalhadores é a enorme pressão para se apoiar o governo Lula vindo das próprias organizações dos trabalhadores.

Lênin, que enfrentou o primeiro governo de Frente Popular da História, mostrou outro caminho. Em seu regresso do exílio, encontrou um Governo Provisório que era considerado pelas massas e pela direção dos Sovietes como seu governo. Mas ainda, seu partido estava completamente confuso e, em geral, capitulava ao governo. Sua política foi analisar e denunciar, uma e outra vez, o caráter capitalista, e por isso reacionário, do Governo Provisório. Mais ainda, chamou seu partido a enfrentar a consciência das massas. “Nada nos resta a não ser explicar pacientemente, perseverantemente, sistematicamente ... Enquanto estivermos em minoria, faremos um trabalho de crítica, a fim de libertar as massas da impostura.”

Este foi o primeiro passo para, a *posteriori* conduzir as massas na luta contra o governo de Frente Popular, derrubá-lo e impor em seu lugar um governo e um Estado Operário. (FONTANA, 2003, p. 18-19).

Para se compreender, porém, como o PSTU se coloca contra o governo Lula, é necessário se conhecer a herança programática da qual este partido se reclama e, para isso, há que se fazer uma excursão histórica sobre a formação das organizações trotskistas no Brasil. É o que farei nas páginas subsequentes.

1.4 Organizações trotskistas e a herança programática do PSTU

A Teoria da Revolução Permanente será empalmada pelos setores que se constituíram como oposição de esquerda no Brasil. Ela será o “divisor de águas” entre os setores que rompiam com o PCB e aderiam à oposição de esquerda. A gênese do trotskismo no Brasil pode ser encontrada no Grupo Comunista Lênin (GCL), uma confluência, no início de 1930, de setores diversos que vinham questionando a política stalinista do PCB, desde 1927 (LEAL, 2003). Segundo o autor citado, apesar da exígua vida do agrupamento, que durou aproximadamente dez meses, este foi muito importante não só por ter agrupado vários setores que rompiam com o PCB como também por haver oferecido uma perspectiva política programática a estes setores.

O autor aponta três dissidências do PCB que formaram a Grupo Comunista Lênin. A primeira, nucleada por Rodolfo Coutinho, fundador do PCB¹⁹, advogava a hegemonia do proletariado na revolução brasileira e era contrária à aliança com o tenentismo, capitaneado por Luis Carlos Prestes, conforme Leal (2003). A segunda defecção do PCB foi do setor sindical dos partidos contrariados com o esquerdismo da linha seguida pelo PCB à época, que arrastará todo um setor do movimento operário no Brasil, notadamente os gráficos em 1928, que estavam bem localizados na União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro, por meio de uma liderança expressiva, que era João Jorge da Costa Pimenta. O terceiro grupo que vai aderir às posições do trotskismo é a liderada por Mário Pedrosa, expulso do PCB em 1929 após uma viagem à Europa em que contactou membros da Oposição de Esquerda Internacional. Osvaldo Coggiola (2003) afirma que a GCL obteve razoável audiência no movimento sindical do Rio de Janeiro, e em São Paulo estabeleceu um forte elo com os trabalhadores, ao ponto de a Internacional Sindical Vermelha, órgão ligado ao Komintern, tecer o seguinte comentário sobre o trabalho dos trotskistas nos sindicatos no Brasil.

Os trotskistas apoderaram-se da liderança de muitos sindicatos — não apenas os pequenos, mas também de algumas importantes organizações, como a recém-formada união dos trabalhadores em estações elétricas e transportes, com milhares de membros — e o velho sindicato revolucionário dos gráficos. Também ganharam definida influência no Sindicato dos Trabalhadores têxteis de São Paulo. (RILU MAGAZINE apud COGGIOLA, 2003, p. 242).

¹⁹ Delegado pelo partido no Congresso da III Internacional em 1924 e membro da Comissão Executiva Central. Veio a integrar as fileiras da Oposição de Esquerda.

Coggiola, um estudioso do trotskismo, também aponta o surgimento de um agrupamento político ligado às bases programáticas de Leon Trotsky no Brasil, bem como as turbulências sofridas pelo PCB no final da década de 1920 e as divergências oriundas do processo de stalinização, de maior controle do PCB por parte do Komintern, e rememora que o

[...] o Embrião do trotskismo provavelmente surgiu em 1928, com a rebelião da célula 13 do PCB, no Rio de Janeiro, sob a liderança de João da Costa Pimenta e Hilcar Leite. Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, antigos militantes, presentes ao congresso de fundação do partido, e dirigentes da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, lideraram a Oposição Sindical que terminaria por excluir-se do partido. (COGGIOLA, 2003, p. 239).

O GCL não propunha criar partido comunista, mas disputar no interior do PCB os melhores militantes e tentar reverter a política do PCB consoante com a política da Oposição de Esquerda Internacional. Foi também o primeiro grupo político que combateu as posições etapistas do PCB, como relembra Leal (2003), e a criticar o apoio à burguesia praticado por este partido. Seu jornal *A Luta de Classes* trazia análises e críticas ao stalinismo. Estas cisões tiveram repercussão no interior do PCB ao ponto de editar uma revista para responder às críticas levantadas pelos dissidentes.

O GCL, segundo Leal (2003), enfrenta problemas a partir de 1930, mas encontrará alento com dois novos eventos auspiciosos para o agrupamento: o primeiro foi a expulsão de Aristides Lobo, militante do PCB desde 1923, que lançou uma carta pública debatendo com as posições obreiristas²⁰ do Partido Comunista ditadas pela Terceira Internacional stalinizada, que afastará os intelectuais fundadores do Partido da sua direção, como Octavio Brandão e Astrojildo Pereira. O segundo evento será a fundação do Secretariado Internacional de Esquerda em Paris, que incentivou a formação de uma liga comunista no Brasil, de acordo com o autor retrocitado. A Liga foi fundada no Brasil em janeiro de 1931 na cidade de São Paulo. Aristides Lobo é guindado ao cargo de Secretário Geral e é formada uma Comissão Executiva que contou com 32 membros em São Paulo e no Rio de Janeiro, dentre os quais estavam Lélia Abramo, Fúlvio Abramo e Azis Simão.

Não se há de esquecer de que em 1931 foi lançado o *Esboço de uma Análise Econômica e Social do Brasil*, de autoria de Lívio Xavier e Mario Pedrosa, que utilizaram pseudônimos. O Esboço é uma crítica ao *Agrarismo e Industrialismo* de Octavio Brandão,

²⁰ O obreirismo é uma concepção contrária à participação política de intelectuais oriundos das camadas médias em organizações políticas dos trabalhadores. O obreirismo, regra geral, está muito vinculado ao sindicalismo e ao economicismo.

de 1926, que esposava posições etapistas sobre a revolução brasileira e posições pouco dialéticas na análise da realidade do Brasil, ou seja, o dualismo que enfoca a não-funcionalidade do atraso para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Muito antes de Caio Prado escrever, na década de 1960, seu livro *A Revolução Brasileira* e de Francisco de Oliveira escrever, na década de 1970, *Crítica à Razão Dualista*, que são dois clássicos que criticam as teses dualistas, o documento escrito pelos trotskistas já mostrava a funcionalidade do atraso para o desenvolvimento capitalista no Brasil e o papel antidemocrático e pró-imperialista da burguesia brasileira. Destacavam no documento o caráter instável da dominação burguesa no Brasil e a tendência ao bonapartismo, consubstanciado na subordinação da sociedade e do parlamento ao Executivo. O documento frisa que os partidos políticos no Brasil são expressões das oligarquias estaduais. Daí a fragilidade destes partidos para expressar-se nacionalmente e a incapacidade da burguesia de pensar e agir politicamente transcendendo os interesses corporativistas. A importância deste documento é que mostra a capacidade analítica da oposição de esquerda no País e é uma crítica ao reacionarismo da burguesia brasileira. O texto *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil* é considerado, segundo Osvaldo Coggiola (2003), um dos principais textos escritos pela esquerda brasileira durante a década de 1930. Os outros dois são: *A Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado, e *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, de Leôncio Basbaum. Eis um trecho do *Esboço* que já naquela época apontava para o caráter reacionário da burguesia industrial brasileira.

(...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e — em todos os planos — a sua covardia (...) (CAMBOA; LYON, 1987, p. 74).

A Liga Comunista teve curto tempo de existência, de 1931 a 1933. Publicou o *Boletim da Oposição* a partir de janeiro de 1931 e o jornal *Luta de Classes*, e conseguiu importante inserção no movimento sindical em São Paulo participando ou dirigindo diversas entidades sindicais da época. De acordo com Coggiola (2003), em 1934, os trotskistas e os anarquistas formaram em São Paulo a *Coligação dos Sindicatos Proletários*, no intuito de unificar a luta dos trabalhadores no movimento sindical. No mesmo ano, constituíram a *Coligação das Esquerdas*, que foi uma iniciativa dos trotskistas, unindo

anarquistas e diversos grupos de esquerda, com o intuito de combater o fascismo dos camisas-verdes brasileiros, os integralistas. Para Coggiola, este será a maior proeza dos trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI) nesse período.

O jornal *O Homem Livre* foi um marco na luta antifascista. Fúlvio Abramo e Mário Pedrosa já escreviam neste jornal. Pedrosa havia feito, ainda segundo o historiador da USP, uma análise do fascismo neste veículo de imprensa - através do filme *Scarface* - uma comparação entre o fascismo e a máfia, que se utiliza do lumpen proletariado (com o conluio das classes dominantes) para conquistar postos no aparelho de Estado até capturá-lo totalmente e aplastar o movimento dos trabalhadores.

A luta que os trabalhadores brasileiros travaram contra o integralismo foi um exemplo de tática correta implementada pelos trotskistas brasileiros com sucesso, ao defender uma frente única antifascistas para se contrapor as hostes de Plínio Salgado que crescia a olhos vistos, tendo a cumplicidade de setores expressivos das forças armadas brasileiras, inclusive do alto comando do Exército. No primeiro de maio de 1934, ocorre em São Paulo um ato convocado pela frente única antifascista. Nesse evento, Mário Pedrosa lança a palavra de ordem de criação de uma nova internacional, a IV Internacional.

O dia 7 de outubro de 1934 foi o coroamento desta luta, quando fascistas brasileiros e a esquerda se enfrentaram numa batalha campal, tendo a esquerda “colocado para correr” os integralistas. De acordo com depoimento de Pedrosa, o PCB não fazia parte deste movimento e procurava fazer uma campanha isolada. Os trotskistas, anarquistas e socialistas participavam da frente única antifascista conforme dito, mas, no dia do confronto chamado pela frente, o PCB compareceu.

As esquerdas unidas convocaram uma contramanifestação em oposição a uma reunião convocada pelos integralistas em 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé. Fúlvio Abramo (então fazendo “entrismo trotskista no PSB) foi o orador da esquerda: pouco pôde dizer, pois explodiu uma batalha campal, inclusive com o uso de armas de fogo. Um estudante comunista morreu, e Mário Pedrosa levou um tiro nas nádegas, mas os integralistas também sofreram perdas e se retiraram, semeando as ruas de São Paulo de camisas-verdes apavorados diante da reação antifascista das organizações operárias ... (COGGIOLA, 2003, p. 250).

O autor lamenta que o PCB tenha frustrado o ascenso que a vitória da Praça da Sé gerou no movimento dos trabalhadores brasileiros com a tentativa de “quartelada” em 1935, que serviu para desencadear uma repressão brutal por parte do governo Vargas e o desbaratamento das organizações de esquerda, com as prisões, torturas e assassinatos perpetrados, tendo como justificativa a reação a 1935. Coggiola relembra que a repressão

se abateu também sobre o trotskismo, levando à prisão de vários militantes e dirigentes aprisionados na ilha de Maria Zélia. Um dirigente operário da LCI, Manuel Medeiros, morreu devido aos maus-tratos e Mário Pedrosa, Fúlvio Abramo e outros dirigentes saíram do País e conseguiram escapar da sanha repressiva. A luta política da LCI não foi em vão e uma ala do PCB, liderada por Sacchetta e a poetisa Pagu, que constituía a maioria do Comitê de São Paulo, rompeu com o stalinismo do PCB, aderindo ao trotskismo. Foi o que garantiu a linha de continuidade do trotskismo durante o Estado Novo.

A repressão desbaratou a LCI e, segundo Coggiola (2003), os quadros que restaram fundaram o Partido Operário Leninista (POL), em 1936, no Rio de Janeiro. O autor salienta que a LCI tinha atravessado também uma crise política e esse também foi um dos motivos da sua dissolução. Alguns militantes, como Rachel de Queiroz, Aristides Lobo e outros discordaram das posições da LCI.

O proletariado, que não chegou a tomar parte no golpe aliancista de novembro, sofreu porém todas as conseqüências da derrota. O movimento ascendente das massas trabalhadoras que vinha se assinalando desde 1934 (vagas de greves) foi quebrado. A pequena burguesia, que vinha se deixando arrastar à esquerda, recuou, voltando a abrigar-se sob as asas do governo, ou caindo no velho indiferentismo político, quando não correu simplesmente para o seio do integralismo. A derrota, porém, será apenas uma etapa do caminho — e uma etapa progressista — se a vanguarda revolucionária souber tirar todas as lições da mesma.

Os acontecimentos de novembro deslocaram o debate dobre o caráter da revolução do Campo abstrato da teoria para o terreno da prática. Nesse fato reside a sua grande importância histórica. Antes do golpe, o debate se travava entre duas concepções opostas: a da IC burocratizada e a dos marxistas revolucionários. Segundo a primeira, o caráter das revoluções nos países semi-coloniais, coloniais, dependentes, se mede por uma escala muito mais complicada, em que cada um dos seus graus representa uma revolução diferente e separada da outra. O primeiro grau representa a ‘revolução agrária e antiimperialista’, o último a revolução proletária e socialista. De cada vez só se pode andar um degrau. Desde a formação da ANL e das Frentes Populares (1935) o comunismo oficial achou acrescentar ainda um degrau na extremidade inferior da escala, a ‘revolução popular nacional’, cujo caráter de classe é um mistério. A esse esquema abstrato, fora da realidade, era oposta à verdadeira concepção marxista: a luta revolucionária é um processo permanente que, uma vez iniciado, ocorre sem parar todos os graus da escala (não se detendo diante de operações escolásticas traçadas de antemão no papel. Essa concepção, formulada inicialmente por dedução teórica, foi confirmada pela experiência das revoluções de 1905 e 1917 na Rússia, e posteriormente pelos acontecimentos revolucionários da China (1925-28) e da Espanha. E, finalmente, em novembro de 1935, teve em nosso país a sua principal experimentação prática com o fracasso político da ANL do PCB.

Na realidade, quais as causas da derrota de novembro? De um lado, a impotência em mobilizar os trabalhadores exclusivamente com palavras de ordem democráticas vulgares. De outro lado, a hostilidade, não só da

burguesia, como até mesmo da maior parte da pequena burguesia para com a ANL e seu golpe. Grandes e pequenos burgueses não viram nem as palavras de ordem oportunistas nem as tranqüilizações, nem as concessões que lhe faziam os aliancistas e prestistas. Eles só tinham olhos para enxergar soldados, operários e militantes, tidos e havidos como comunistas, de armas na mão; só tinham ouvidos para ouvir os apelos insistentes às massas exploradas que os insurrectos, tangidos por uma contradição insuperável, eram obrigados a lançar para obter o apoio dos trabalhadores. (POL apud COGIOLLA, 2003, p. 252).

O POL, consoante com as elaborações teóricas e programáticas dos trotskistas e dos últimos eventos dramáticos — como a ascensão dos nazistas na Alemanha onde o PC alemão, seguindo a linha ultraesquerdista do terceiro período²¹ facilitou a chegada de Hitler e seus sequazes ao poder — espousa as posições do marxismo revolucionário²² sobre o processo eleitoral baseado nos documentos da III Internacional até os seus quatro primeiros congressos.

Por ocasião das eleições para as instituições democráticas da burguesia, o proletariado deverá apresentar candidatos próprios, saídos de sua classe e sustentando um programa revolucionário, baseado numa política revolucionária, independente, de classe. O boicote às instituições democráticas da burguesia só consulta os interesses da estratégia revolucionária do proletariado quando existe a perspectiva da tomada do poder e o proletariado tenha, então, diante de si, a possibilidade de opor à democracia burguesa a sua própria democracia... (BOLETIM DA OPOSIÇÃO nº 4 apud ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 98-99).

A repressão desencadeada pelo Estado Novo desarticulou os trotskistas no Brasil, mas uma divisão ocorrida no PCB sobre eleições presidenciais antes da retirada total das liberdades democráticas trouxe uma nova seiva para os trotskistas brasileiros, com a defecção de vários dirigentes que eram contrários a candidatura à Presidência da República de José Américo de Almeida, apoiado por Bangu, dirigente do PCB e pelo Komintern.

²¹ O terceiro período foi a designação que a III Internacional stalinizada deu ao período, que seria de crise final do capitalismo. Trotsky denunciou esta concepção como esquemática e infensa à dialética. Nesse sentido, o terceiro período começa em 1928 e vai até 1934. Foi caracterizado pela política ultra-esquerdista do Komintern que via a revolução em cada mobilização da classe trabalhadora, pela defesa da criação de sindicatos “vermelhos”, ou seja, a criação de sindicatos paralelos, que impedia os comunistas de ganhar a influência dos sindicatos e principalmente pelo fiasco da política que negou a aliança com os social-democratas para lutar contra o fascismo. Depois dessa política ultraesquerdista, foi aprovada a política de frente popular no período de 1935-1939. A política de frente popular para Trotsky e para os trotskistas é a negação rotunda da política levada a cabo por Lênin e pela III Internacional até os quatro primeiros congressos, antes do processo de stalinização desse organismo. O “Primeiro Período” considerava que se abria espaço com a crise do capitalismo para a revolução socialista e a tomada do poder. O “Segundo Período” foi o de estabilização do capitalismo, que vai de 1925 a 1928.

²² Ante as oscilações, empirismo e superficialidade teórico-programática dos partidos comunistas hegemônicos pelo stalinismo, Trotsky e seus adeptos reivindicam o marxismo como programa, método e estratégia em oposição ao que consideravam a sua deturpação. É nesses termos que vão falar de marxismo revolucionário.

Sacchetta apoiava o lançamento da candidatura de Luís Carlos Prestes. Sacchetta representava a maioria do Comitê Estadual de São Paulo e seu agrupamento, segundo Coggiolla (2003), intitulava-se Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda e no início refutava o trotskismo, mas depois se aproxima da análise dos trotskistas no tocante à burocratização do PCB e às tarefas que os adeptos de Trotsky postulavam concernentes à revolução no País.

Sachetta será excluído do PCB por suas posições e arrastará consigo a maioria do comitê estadual de São Paulo, a organização comunista do Paraná e militantes do PCB em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Sachetta, conforme Coggiolla (2003), após sua defecção do PCB, se torna trotskista e forma junto com o POL o Comitê Pró - Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil.

Desta empreitada, nasceria o Partido Socialista Revolucionário (PSR). O PSR recebeu a simpatia de um grupo de artistas e jovens intelectuais, como a poetisa Pagu e Florestan Fernandes, que era à época assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, matriz da futura Universidade de São Paulo.

Segundo Coggiolla (2003), um dos motivos pelos quais Florestan ingressou no PSR foi a maior densidade teórica dos debates promovidos pelos trotskistas acerca das questões mais relevantes para o movimento operário e para o País. Florestan Fernandes militou no PSR até o final da década de 1940 e seu afastamento lhe causará uma crise de consciência que será descrita por ele como autopunitiva por meio de sua intensa atividade intelectual (COGGIOLA, 2003).

As perspectivas alvissareiras para o PSR serão empalecidas pela crise internacional que acometerá a IV Internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial, tendo repercussões no Brasil. A crise ocorreu principalmente em torno da bandeira de defesa da URSS. A URSS havia invadido a Polônia e a Finlândia e um setor queria caracterizar a URSS como imperialista. Esse debate ensejou uma defecção na IV Internacional e foi a primeira crise que ela atravessou. Um setor abandonou as fileiras do trotskismo, Mario Pedrosa, Max Schachtman e James Burnhaman, por exemplo.

Trotsky criticava a teoria que apontava que a URSS era imperialista, alegando que, apesar da política da burocracia, esta não havia destruído as conquistas da Revolução de Outubro e que elas se mantinham vivas na estatização dos meios de produção, na nacionalização da terra, monopólio do comércio exterior, planejamento da economia etc. Trotsky previu com clareza meridiana que o principal alvo a ser atingido pela guerra seria

a URSS e que era preciso defendê-la diante dos ataques do imperialismo, apesar da burocracia.

A URSS, para Trotsky, era um estado operário com deformações burocráticas e o que existia ali era uma economia transitória que poderia transitar para o socialismo com o concurso de uma revolução nos países mais desenvolvidos ou poderia se preservar como estava durante um período, ou, se não houvesse uma revolução política que destronasse a burocracia, ela retornaria ao capitalismo porque a burocracia, para Trotsky, comprometia — a médio e longo prazo — as conquistas da Revolução de Outubro.

Segundo Cogiolla (2003), o PSR foi reconhecido como secção da IV Internacional em 1943, estreitando os vínculos com a organização internacional desde esse ano. Na redemocratização, o PSR defendeu uma candidatura própria dos trabalhadores, criticando o apoio que Mario Pedrosa e seu grupo deram a Eduardo Gomes. O autor relembra que, em outubro de 1946, o PSR publica o seu jornal, *Orientação Socialista*. Neste jornal, Sachetta escreveu uma série de artigos criticando as posições etapistas do PCB e de Luis Carlos Prestes, cujo título era *Prestes e o Problema Agrário*. O PSR tinha maior expressão em São Paulo, onde dirigia o sindicato dos jornalistas e o sindicato dos vidreiros. O PSR tinha também ramificações no Rio de Janeiro e Paraná.

O PSR estabeleceu uma crítica programática às posições de Prestes e do PCB de revolução democrática,²³ que levava esse partido a apoiar a burguesia e a transição do Estado Novo para uma “democracia” mediante um pacto com o capital. A colaboração de classes e não a luta de classes é que orientava as posições do PCB. O PCB chegava a defender a idéia de que era melhor passar fome do que contrariar a ordem estabelecida.

Em um discurso no Recife, em 26 de novembro de 1945, Prestes não usou meias palavras, afirmando que ser “preferível passar fome do que fazer greve e agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessa ao fascismo”. (SILVA; SANTANA, 2007, p. 106)

O PCB defendia, conforme Cogiolla (2007), estas posições porque acreditava que a burguesia nacional tinha interesse na derrota dos setores semifeudais que se aliavam ao imperialismo para impedir o desenvolvimento industrial do País. O autor em tela assevera que, desde a Conferência da Mantiqueira, em 1943, o PCB propugnava para o Brasil a união nacional e a luta contra o fascismo, e isso significava o apoio a Vargas. A luta contra

²³ O PSTU criticará as teses do PT, principalmente a defesa de uma etapa prévia ao socialismo e alianças com setores da burguesia. Para o PSTU, esta tese era uma retomada das velhas concepções etapistas e de alianças com a burguesia do PCB. Mais adiante, voltarei a tocar nessas questões de modo mais aprofundado.

o fascismo no Brasil deveria subjugar e obliterar a luta contra o capitalismo, a burguesia e o imperialismo. Esta era a concepção do PCB, que Prestes levou ao paroxismo, afirmando que

[...] vencido o nazi-fascismo, o imperialismo desapareceria e, finalmente, o capital estrangeiro até poderia contribuir para com o desenvolvimento nacional, caso fossem observados, os acordos internacionais (principalmente a Carta do Atlântico). Como seria possível? Vencendo o “feudalismo”, desenvolvendo uma burguesia nacional, varrendo da cena política a aristocracia feudal ... (COGIOLLA, 2003, p. 257).

Segundo Coggiola (2003), o trotskismo não defendia uma revolução democrática para o Brasil por entender que o Brasil não era feudal ou semifeudal, que a burguesia não cumpria um papel progressista. O PSR no seu jornal e em seus escritos critica a tese do feudalismo no Brasil. De acordo com o autor,

[...] Não seria preciso um grande esforço intelectual para se distinguir latifúndio de feudalismo. A tese da feudalidade brasileira, defendida pelo PCB, era uma espécie de crença que projetava a possibilidade de um capitalismo progressista no Brasil. A análise do PSR sobre a industrialização capitalista no Brasil procurava acentuar os possíveis elos entre aquela e o capitalismo internacional. Esse entendimento passava anteriormente pela identificação das formas de acumulação existentes na economia brasileira: quais as reais relações entre a agricultura e a indústria? Assim, o PSR esforçou-se para compreender a produção no latifúndio a partir da produção capitalista propriamente dita. O desenvolvimento desigual e combinado da produção brasileira impunha a verificação das formas de acumulação do capital, suas especificidades. Não se podia pensar em torno de uma paridade entre elas, senão o “desigual” seria im procedente. Escapando da dualidade de “novo” e “atrasado” suponha-se uma síntese dessas diferenças sob a hegemonia do capital financeiro. O capitalismo internacional impunha limites à produção, mesmo em período favoráveis a uma maior capacidade de importar, como no caso da conjuntura do pós-guerra: o ritmo de desenvolvimento da indústria de bens de capital, lento, era determinado pelos interesses do imperialismo ... (COGGIOLA, 2003, p. 258-259).

O PSR, consoante com as análises de Trotsky sobre a América Latina, enfatiza os limites estreitos da democracia no Brasil para que a burguesia pudesse dominar por meios democráticos em virtude da estruturação do capitalismo no Brasil, tardio, sem liquidar a herança colonial e oprimido pelo imperialismo. Para o trotskismo, independentemente do desenvolvimento particular de cada nação latino-americana, a burguesia destes países estava num leito de Procusto que a impossibilitava de conhecer a fase áurea de suas congêneres europeia e estadunidense, nas quais o parlamento se transformou numa trincheira de luta para derrocar os setores que obstaculizavam o desenvolvimento de suas

relações sociais. A burguesia dos países atrasados está condicionada pela luta entre um proletariado e o imperialismo e isso deixa pouca margem de manobra para a burguesia desenvolver seus pendores democráticos.

Essa é uma herança importante para compreender a caracterização que as organizações que se reivindicam da IV Internacional têm da burguesia e do papel desta na sociedade, permanecendo como uma marca dos agrupamentos políticos que reafirmam a atualidade dos aspectos fundamentais do Programa de Transição.²⁴ Isso não significa dizer que não haveria a possibilidade de alguns países latino-americanos conhecerem períodos de eleições regulares e competição entre os partidos — como o Chile até o golpe pinochetista, o Uruguai e o Brasil, de 1945 até 1964, ou o período chamado de redemocratização após a saída dos militares do timão do aparelho do Estado, na década de 1980 aos dias atuais. Para o trotskismo, porém, falar em democracia nestes termos é empobrecê-la, retirando-lhe o conteúdo revolucionário manifesto na luta pela independência nacional, pela reforma agrária, soberania popular etc. Essa configuração de matiz progressista esteve no centro das revoluções burguesas, como a da Holanda para se libertar da Espanha, da Inglaterra de Cromwell, da luta estadunidense pela independência da Inglaterra, da Revolução francesa, dentre outras. Portanto, quando se fala em reforma e revolução, para o trotskismo e o PSTU, estas devem ser compreendidas dentro destes marcos. Vejamos como o próprio Trotsky analisou esta questão:

Pero esta manera de abordar el problema es errónea. Lo que es preciso medir no es la actitud de cada burguesía hacia el imperialismo “en general”, sino su posición ante la misión histórica revolucionaria de su nación. La burguesía rusa fué la de un Estado imperialista opresor. La burguesía china es la de un país colonial oprimido. El derrumbamiento del zarismo feudal fué una obra progresiva en la antigua Rusia. Sacudir el yugo imperialista es para China una misión histórica progresiva. Pero la conducta de la burguesía china com respecto al imperialismo, al proletariado y a los campesinos no es más revolucionaria que la de burguesía rusa hacia el zarismo y las classes revolucionarias de Rusia, y aun es, acaso, más reaccionaria y más cobarde. Sólo así de puede plantear la cuestión.

La burguesía es suficientemente realista y conoce bastante al imperialismo mundial para comprender que una lucha seria contra él exige una acción tan vigorosa de las masas revolucionarias que ella será la primera amenazada. (TROTSKY, 1992, p. 31).

²⁴ Aprovado numa Conferência Internacional, ocorrida em 1938 na cidade de Paris, o Programa de Transição deu origem ao Partido Mundial da Revolução Socialista – IV Internacional, de corte explicitamente trotskysta, ou marxista revolucionário, como certamente preferia Leon Trotsky.

Daí a crítica que o PSR fez ao PCB e sua aliança com a burguesia dita democrática. Não é que Trotsky e os trotskistas sejam contra qualquer aliança com a burguesia, mas que estas alianças, quando colocadas pela luta de classes, seriam contingentes e não estratégicas. Elas só poderiam ser estabelecidas se projetassem a independência de classe dos trabalhadores e quando a burguesia levantasse bandeiras anti-imperialistas. Reportando-se ao fracasso da aliança do PC chinês com um partido burguês, o Kuomitang, liderado por Chiang Kai-shek, Leon Trotsky explicitava, ainda com maior exatidão, o seu ponto de vista:

Sólo son admisibles los acuerdos provisionales (com la buguesía indígena de los países coloniales) mientras que no sean um obstáculo para la organización revolucionaria de los obreros y de los campesinos, y en tanto contengan una lucha efectiva contra el imperialismo. (PROGRAMA 6º CONGRESSO da 1ª I. C. apud TROTSKY, 1992, p. 29).

Assim é que se pode compreender a crítica do PSR à política de aliança estratégica com a burguesia conclamada pelo PCB e a esperança que este partido acalentava na possibilidade de um desenvolvimento nacional liderado pela burguesia ou apoiado por esta classe social. Para o trotskismo, a fase de desenvolvimento nacional ou da revolução democrática, em que uma das bandeiras centrais era a questão nacional, não se separava da luta socialista, porque a fase da economia contemporânea impedia a formação de burguesias nacionais de viés anti-imperialista. Antes de Fernando Henrique escrever seu livro com Enzo Falleto, considerado grande novidade, o PSR já demonstrava o caráter cada vez mais dependente da burguesia brasileira em face do capital internacional e do processo de internacionalização de nossa economia.

Para o PSR o capitalismo tardio estava sobre o bordão da crise geral do sistema social da produção burguesa, crise que se manifestaria de várias formas: o fascismo fôra uma delas, não a última. Contrariando o PCB, *Orientação Socialista* expunha a impossibilidade de democracia formal burguesa em um capitalismo tardio, como o brasileiro. Não se tratava de uma questão conjuntural, mas de uma crise institucional endêmica: a burguesia não conseguia criar mecanismos mais ou menos duradouros para enfrentar o proletariado na arena social e política, devido à estrutura do capitalismo no Brasil. Era delírio do PCB crer em um jacobinismo retardatário. O legislativo no Brasil do imediato pós-guerra não podia abrir espaços para acomodar as contradições entre capital e trabalho. Ficava a impressão de que o Executivo e Legislativo atuavam quase que monoliticamente. A democracia decretada (por meio dos decretos-leis de Dutra) era a ante-sala para os constituintes de 1946. As greves do proletariado aterrorizavam o capital: a burguesia nacional exigia do governo Dutra o fim do movimento paredista. Finalmente, em nome do capitalismo progressista, o próprio PCB condenava as greves do proletariado. O PCB adotava um projeto de revolução para o Brasil

baseado nas teses dimitrovistas do VII Congresso Mundial da IC, realizado em 1935, a via das Frentes Populares. E, por fim, adota também inimigos, a luta contra “os inimigos da URSS”, os trotskistas. (COGIOLLA, 2003, p. 259).

As frentes populares, a que o autor se refere, são para Trotsky e seus seguidores no campo programático, um dos últimos recursos da burguesia diante do ascenso do proletariado, juntamente com o recurso ao fascismo. Esta formulação está posta nos principais documentos programáticos do trotskismo, nomeadamente no Programa de Transição, considerado, conforme defini, o programa fundacional da IV Internacional. A política de frente popular, havida por vários autores simpáticos ao PCB como um grande marco da política aliancista do PCB, é para o trotskismo uma política que transforma a classe trabalhadora num apêndice político da burguesia. Cogiolla (2003) assinala com muita propriedade que a política de frente popular do PCB era mais afinada com a estratégia da revolução democrática. É bom evocar que o nome da aliança que o PT costurou na eleição de 1989 recebeu o nome, ou a homenagem à política que o Partidão desfraldou durante décadas, de Frente Brasil Popular e seu conteúdo com algumas tinturas mais à esquerda — como a defesa da estatização de grandes empresas — ou com tinturas mais à direita — como manter empresas privatizadas ou defender privatizações, preserva, no essencial, o conteúdo das políticas de frente popular do stalinismo, que é submeter os interesses imediatos e estratégicos da classe trabalhadora aos interesses da burguesia. O PSR, para se contrapor à política de colaboração de classes, levantou a bandeira de Frente Única dos Trabalhadores para dar projeção às greves e tentar unificá-las.

A tática da Frente Popular era mais consentânea com a concepção da revolução democrática burguesa, já que devia contar com uma burguesia nacional. Segundo *Orientação Socialista* se, na Europa, a Frente Popular era uma engano tático, no Brasil era uma “dialética do absurdo”, haja vista a repressão ao movimento operário desencadeada em 1946, prova incontestada da impossibilidade histórica de uma aliança entre a burguesia industrial nacional, a pequena burguesia, o proletariado e o campesinato. Com o colaboracionismo entre as classes sociais, o PCB confundia o proletariado, entregando-o desarmado ao capital. Assim, a burguesia nacional sentia-se mais à vontade para recusar qualquer política social que viesse ao encontro dos interesses do proletariado. A política de Frente Popular levava a uma perda do caráter proletário do PCB, transformando-o em instrumento de descaracterização proletária no âmbito da pequena burguesia. Distante da “unidade nacional”, o que se processava era a intensificação do conflito entre capital e trabalho. Para dar expressão a esse conflito o PSR propôs a frente única dos operários e trabalhadores que pressupunha um arco de alianças que quase não ultrapassava a constituição da própria classe operária. Na conjuntura não se via uma burguesia jacobina, mas sim burgueses “liberais”

conservadores. A defesa da Frente Única dos Trabalhadores vem na esteira da concepção de organização política nos locais de trabalho: é bom lembrar que várias greves desencadeadas em 1946 partiram de operários organizados em comissões de fábricas. A frente única, para o PSR, não era porém um substituto do partido revolucionário. (COGGIOLA, 2003, p. 259-260).

É importante também lembrar que esta política do PCB de alianças com a burguesia com vistas à consecução de uma revolução democrática, para erradicar os restos semifeudais ou feudais, não foi efetivada sem transtornos para o PCB; é tanto que, em memórias e em análises de historiadores, é patente o descontentamento da base sindical do partido e da própria classe trabalhadora para com esta política da direção do partidão.

Quando chega ... [19] 46, o Partido defende a política de apertar o cinto. Foi quando todos nós operários nos revoltamos [...] Eu reagia, porque entrei no Partido por causa da política que ele tinha. Eu não entrei porque tinha estatuto, porque tinha marxismo, porque tinha Lênin [...] Eu não queria saber disso.

Nós, que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara — o PCB não era, nunca foi, apenas sua direção. (CORRÊA apud SILVA; SANTANA, 2007, p. 107).

Os historiadores do PCB também analisam a política de colaboração de classes, afirmando que, em última hipótese, entrava em colisão com as bases do Partido e se tornava difícil controlá-las, principalmente, o setor sindical.

O controle do partido em relação ao movimento operário era, portanto, parcial em abrangência, eficácia e duração. O PCB vivia numa encruzilhada. Baseado na orientação de “União Nacional”, na tese de que a revolução deveria passar pela etapa democrático-burguesa e na disputa por um lugar ao sol no sistema político brasileiro, ele enfrentaria o dilema acerca do que fazer com as crescentes demandas da classe trabalhadora brasileira. (SILVA; SANTANA, 2007, p. 107).

Os rompimentos de setores do PCB eram constantes em razão da política de colaboração de classes.

Daí é possível compreender por que o PSTU se pautasse, ainda antes do Partido dos Trabalhadores guindar-se ao governo central, por uma análise de que o “partido de Lula” não rompeu com a linha das frentes populares do PCB, uma política de colaboração de classes do “Partidão” que subordinava os interesses da classe trabalhadora aos interesses da burguesia dita progressista. Para os porta-vozes do PSTU, ao se apoderar do governo central, o PT não deixou margens a qualquer interpretação em contrário, uma vez que assim o fez sob a óptica do mais profundo frente populismo.

A condenação da política de frentes populares como um instrumento privilegiado para refrear a luta de classes ou de conter o ímpeto da classe trabalhadora de se constituir como “classe para si” é um dos eixos centrais do programa que Trotsky e os seus epígonos constituíram como movimento político, ao ponto da corrente que o PSTU segue internacionalmente ter rompido à época com o Comitê Internacional (CI), com a corrente de Pierre Lambert, em França, e, no Brasil, pelo fato deste apoiar o governo Mitterrand em França na década de 1980. Moreno ²⁵ caracterizava o governo do Partido Socialista francês e do Partido Comunista francês como um governo de frente popular. Nahuel Moreno, que foi o principal dirigente da corrente internacional (LIT-Liga Internacional dos Trabalhadores) que o PSTU segue no campo programático e político, escreveu um livro intitulado *Os Governos de Frente Popular na História* para expor o rompimento do CI. ²⁶

O PSR defenderá uma política capaz de potencializar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, ajudando-os a separar os interesses dos trabalhadores no plano sindical e político dos interesses da burguesia, disseminando a luta de classes no lugar da colaboração de classes praticada pelo PCB. Os trotskistas consideram que a máxima do Manifesto do Partido Comunista não é só uma frase retórica, expressando, com efeito, um programa político que tem como culminância a revolução internacional e uma sociedade sem classes.

Na segunda metade dos anos 1940, o PSR, contrastando com a política do PCB, defenderá a diminuição da jornada de trabalho sem diminuição do salário, escala móvel de salários, a abertura de fábricas fechadas contra a política recessiva de Dutra. De feito, procurando adequar o Programa de Transição para a realidade nacional, as lideranças trotskistas consideravam que os trabalhadores não podiam pagar a conta da crise feita pela própria burguesia e preconizaram reivindicações tais como: direito de liberdade de expressão, extinção dos órgãos de repressão, fim da tributação regressiva, impostos sobre grandes fortunas etc.

[...] Dutra combatia a inflação com desemprego e com o fechamento de algumas fábricas. *Orientação Socialista* propôs que essas fábricas fossem

²⁵ Hugo Bressano, mais conhecido como Nahuel Moreno, aderiu ao trotskismo nos anos 1940, embora criticando os seus membros pelo caráter marcadamente boêmio da sua militância, divorciada da classe operária. Foi o responsável pela aproximação do trotskismo da classe operária argentina e fundou o embrião do que se tornaria a principal corrente trotskista latino-americana: o Grupo Obrero Marxista (GOM). Inicialmente, uma corrente da esquerda argentina; hoje, um agrupamento internacional expresso na Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), fundada em uma conferência no ano de 1982.

²⁶ Esse livro foi reeditado em 2003 para aprofundar a discussão sobre o caráter de classe da frente popular no Brasil e a necessária oposição que os militantes e a vanguarda devem fazer a este tipo de governo por ser um governo de colaboração de classes.

reabertas (por exemplo, as de tecidos) e que o proletariado tivesse uma jornada de trabalho menor, recebendo o mesmo salário. Daí a defesa da escala móvel de horas de trabalho e de salários. O proletariado não podia pagar pela crise do capitalismo. Para esse momento, *Orientação Socialista* apresentou suas reivindicações mínimas: liberdade e autonomia sindicais, extinção da polícia política e dos órgãos de repressão, direito de organização, reunião e manifestação escrita e oral, reconhecimento legal dos comitês de fábricas, escala móvel de salários e horas de trabalho, abolição do segredo comercial, expropriação dos bancos comerciais (particulares), sistemas de créditos em mãos do Estado, expropriação sem indenização dos monopólios e trustes estrangeiros, expropriação das fortunas adquiridas em exercício de cargos públicos, centralização das aposentadorias e benefícios em um único instituto (Previdência Social) sob o controle dos contribuintes, taxaço com impostos diretos para os ricos e abolição de impostos indiretos para o povo, imposto de renda crescente aos ricos, abolição desse imposto para os assalariados, nacionalização da terra, reforma completa da lei eleitoral, direito ao voto estendido aos soldados, marinheiros e analfabetos. A lei eleitoral devia garantir efetivamente registros de candidaturas avulsos e de organizações proletárias socialistas. (COGIOLLA, 2003, p. 260).

A contribuição do PSR para o movimento operário foi ter se batido contra a estratégia política pautada na colaboração de classes e demonstrar que, por mais que o PCB se mostrasse cordato, o caráter retrógrado da burguesia era tão grande que não permitiria sequer a existência legal do PCB — sem se esquecer de que no período considerado— de 1945 a 1964 — o PCB só teve sua legalidade assegurada durante um curtíssimo período. Embora o PSR não tenha se constituído como um partido com maior inserção no movimento operário e popular, a luta pela elaboração de um partido independente da classe trabalhadora que lutasse contra a política de colaboração praticada pelo PCB foi um grande legado deixado por essa organização, como frisa Coggiola (2002). Esse é um legado que o PSTU considera que deve ser preservado na sua análise sobre o trotskismo no Brasil, aspecto que tenciono desenvolver mais adiante.

Efetivamente, o promissor PSR se dissolveria em 1952, no marco da cisão que abalaria as fileiras do trotskismo mundial, e o talentoso Sachetta — por discordar dos rumos que a direção oficial da IV Internacional tomou se desligou do trotskismo, aderindo posteriormente ao luxemburguismo²⁷.

O trotskismo se ressentiu muito no pós-guerra pelo fato de seus dirigentes principais terem sucumbido na carnificina em que se transformou a Segunda Guerra

²⁷ Corrente política que segue as ideias da revolucionária comunista polonesa Rosa Luxemburgo. Rosa, além de ser uma grande dirigente, ao ponto de polemizar com os principais expoentes da social democracia alemã, era uma intelectual renomeada. Foi assassinada em 1918, depois de haver sido presa no contexto da repressão desencadeada pelo governo social democrata de Erbert, na Alemanha, em resposta ao levante dos trabalhadores alemães.

Mundial ou pelos tentáculos repressivos da burocracia stalinista. Não custa lembrar que o principal dirigente político, mais experiente e que animava o movimento no plano internacional, Leon Trotsky, foi assassinado por um agente da polícia política da burocracia russa em 1940, em Coyacan, no México. Muitos militantes trotskistas foram mortos pelo nazismo, como foi o caso de Abraham Leon, que escreveu um livro clássico sobre o marxismo e a questão judaica, ou pelo stalinismo, que, nas suas diatribes contra Trotsky e os trotskistas, o estigmatizaram como agentes do imperialismo, do Mikado, a serviço do imperialismo nazista etc.

Já foi dito que, além do próprio Trotsky e dos já nomeados muitos outros dirigentes da IV foram mortos durante a 2ª guerra e no período imediatamente posterior. Os dois dirigentes da seção belga (Abraham Leon e Leon Lesoil), os dirigentes gregos Makris, Yannakos e Poliopoulos, os franceses Meichler, Souzin, Golliard, Bourhis e Gueguen, todos mortos pelo nazismo. A GPU assassinou Pietro Tresso (ex-secretário adjunto do PC italiano), Walter Held (ex-secretário de Trotsky), o dirigente trotskista e poeta surrealista tcheco Zavis Kalandra e a maioria dos trotskistas búlgaros; Tito mandou fuzilar os dirigentes trotskistas de Belgrado. Chiang Kai-Shek assassinou Tchen Du-Xiu: seu sucessor Tchen Tchi-Tchang foi morto pelo japoneses. O chefe *partisan* trotskista Tchu Li-Ming foi fuzilado pelo Estado Maior do Exército Popular de Libertação. (GOGIOLLA, 1990, p. 66).

Como se pode ver, a IV Internacional se viu ceifada de quadros fundamentais para levar a cabo o trabalho político e analisar o complexo quadro político internacional surgido no Pós-Segunda Guerra. É inescusável ponderar que um movimento político com quadros muitos novos tende a incorrer em impressionismo político e esse foi o caso da IV Internacional que, em geral, tentou superar seu isolamento social e político de forma empírica (COGGIOLA, 1990). Isso fica evidente em um documento político importante redigido por Pablo, a principal liderança internacional do partido.

A realidade social objetiva para o nosso movimento está composta essencialmente do regime capitalista e do mundo stalinista. Quer queiramos ou não, esses elementos constituem a realidade objetiva na sua totalidade, pois a maioria esmagadora das forças opostas aos capitalistas encontra-se dirigida ou influenciada pela burocracia soviética [...] O ímpeto revolucionário das massas levantadas contra o imperialismo acrescenta-se como uma força suplementar às forças materiais e técnicas que combatem o imperialismo [...] A transformação da sociedade capitalista em socialista ocupará provavelmente um período histórico de vários séculos, caracterizado por formas e regimes transitórios, necessariamente longínquos das formas puras e das normas. (PABLO apud COGIOLLA, 1990, p. 67).

Isso equivalia a dizer que tudo aquilo que o trotskismo tinha criticado e lutado contra havia sido desconsiderado e que, pela força das pressões inexoráveis, a burocracia de força política contrarrevolucionária se transformava numa corrente política revolucionária e progressista de acordo com o pablismo.²⁸ Além disso, preconizava um entrismo *sui generis* nos PCs. No caso dos países atrasados, defendia o entrismo nos movimentos nacionalistas. O entrismo que Trotsky defendeu em meados da década de 1930 era limitado a um curto período e tinha como objetivo provocar a ruptura pela esquerda com o programa de colaboração de classes destes partidos.

O que Pablo e seus seguidores fizeram estava na contramão dos escritos e das formulações estratégicas do trotskismo, ou seja, da necessidade da constituição de partidos trotskistas pelo caráter contrarrevolucionário do stalinismo, levando o trotskismo internacional e as suas seções nacionais a uma nova crise que só será revertida quase três décadas depois. O Brasil não ficou incólume a essa crise, que atingirá fortemente o PSR e seu principal dirigente, Sacchetta.

Por que Sacchetta rompeu com a IV Internacional e dissolveu o PSR? Michael Löwy, evocando sua relação pessoal, refere-se à ausência de manifestações de Sacchetta sobre o assunto. Alberto Luiz da Rocha Barros, filho do seu companheiro da década de 1930 (o advogado trabalhista Alberto da Rocha Barros), e seu próprio camarada de militância nas décadas de 1950 e 1960, confiou-nos a desilusão de Sacchetta com as resoluções do III Congresso Mundial da IV Internacional, em 1951, quando adotou-se a linha “pablista” de apoio crítico à burocracia soviética e de “entrismo *sui generis*” nos partidos comunistas. É provável que Sacchetta tenha visto nessa linha não um revisionismo total do trotskismo e do próprio marxismo, mas uma manifestação inesperada do trotskismo. Só Jacob Gorender se refere a um texto de Sacchetta (não incluído no volume), o “Relatório sobre questões da política organizatória no domínio socialista”, escrito “provavelmente naquela época (em que) salienta-se a análise do fracasso do trotskismo”. Desiludido, Sacchetta, passaria para o “luxemburguismo” (ideologia que presidiria a LSI, Liga Socialista Independente, e o MCI, Movimento Comunista Internacionalista, organizados por Sacchetta na década de 1960). Em qualquer hipótese, esse “luxemburguismo” era politicamente diferenciado do “trotskismo” pablista defendido pelo grupo brasileiro do Birô Latino-Americano da IV Internacional, liderado por J. Posadas (codinome do argentino Homero Cristalli), o POR, Partido

²⁸ Os pontos de vista de Michel Pablo ganharam tal peso dentro do trotskismo que possibilitou a constituição de uma vertente política à volta das suas teses fundamentais. Deriva dessa compreensão o emprego do termo pablismo para caracterizar e definir o agrupamento que se conformou em torno do dirigente grego e das suas ideias. Por outro lado, a hegemonia do pablismo – nomeadamente no âmbito da cúpula da IV Internacional — engendrou uma fragmentação considerável do trotskismo, uma vez que a seções francesa e estadunidense romperão, não somente com a nova orientação, mas também com a cúpula da IV e, conseqüentemente, com a própria organização. Na América Latina, Nahuel Moreno também adotará uma postura de rompimento com o curso adotado pelos pablistas.

Operário Revolucionário. A LSI defendeu intransigentemente a independência de classe contra os restos do “varguismo” e contra a orientação do PCB, enquanto o POR chamava o PCB a fazer a revolução, tendo chegado a apoiar (chamou a votar) Jânio Quadros “pelo seu programa nacionalista” (esmiuçado por Sacchetta) no artigo “nem Lott, nem Jânio, por uma política de classe”) (COGIOLA, 2003, p. 263-264).

O trotskismo praticamente desapareceu e só irá reaparecer – pelo menos com alguma visibilidade — duas décadas depois. Isso evidencia o estrago que significou o pablismo nas fileiras trotskistas, levando à dissolução de várias seções nacionais aos PCs ou aos movimentos nacionalistas, como foi previsível pelas seções que se opuseram ao pablismo por um motivo muito simples: o trotskismo constituiu oposição ao stalinismo — socialismo em um só país, a política das frentes populares etc.) — por este representar uma política contrária ao internacionalismo, que foi o *leitmotiv* da fundação da III Internacional sob a égide de Lênin e Trotsky. Se o stalinismo, ou seja, a burocracia russa passava a representar os interesses da revolução socialista, não havia mais necessidade de se constituir organizações trotskistas e esse foi o raciocínio lógico extraído por vários dirigentes e correntes trotskistas, a tal ponto que no Brasil o trotskismo deixou de existir com a dissolução do PSR e assim ocorreu em outros países com outras seções. Senão vejamos:

As conseqüências políticas do pablismo foram desastrosas, em especial onde a IV Internacional estava realmente vinculada ao movimento de massas. No Ceilão, o PC invocou as posições do III Congresso da IV Internacional contra o LSSP. Uma fração (William da Silva e Suba Singh) rompeu com o LSSP e com a IV Internacional para incorporar-se ao PC, alegando que o III Congresso provava que a URSS e a China formavam a direção revolucionária mundial. Na Bolívia, o POR muito enfraquecido pela repressão, apoiou no início da revolução de 1952, a “ala esquerda” do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário, levado ao poder pelo levante de 9 de abril de 1952), no exato momento em que existia uma situação de “duplo poder” entre a COB (Central Operária Boliviana) e o governo do MNR, do qual a “ala esquerda” fazia parte. O Secretariado Internacional (SI) da IV Internacional através do Bureau Latino-americano dirigido J. Pousadas, exigiu que o POR entrasse no MNR, o que levou seu principal dirigente Guillermo Lora, a constituir em 1954, uma fração minoritária, que garantiu a continuidade do POR trotskista. Isso não aconteceu no Ceilão, onde o LSSP acabou incorporando-se ao governo nacionalista da Sra. Bandaranaike, no ano de 1964. Em 1970, mais tarde, esse governo seria responsável pelo massacre da rebelião da camponesa, no que contou com armas fornecidas pelo governo chinês de Mao. (COGIOLA, 1990, p.70).

Na Europa, o pablismo passou a apoiar a repressão da classe trabalhadora que lutava contra os privilégios da burocracia do leste em nome do processo objetivo que iria empurrar a burocracia para a revolução.

Na Europa, o “entrismo *sui generis*” liquidou por vários anos a atividade trotskista independente. Pior do que isso, o SI pablista manchou a bandeira da IV Internacional não apoiando a rebelião dos operários da Europa oriental contra a burocracia, que era justamente a origem política da Internacional. Em 1953, diante dos levantes operários de Berlim Oriental, o SI afirmou que “os dirigentes soviéticos estão obrigados a perseverar em direção de maiores e reais concessões para não correrem o risco” de perder o apoio das massas, e provocar explosões mais fortes. Não poderão se deter a meio caminho”. Não se detiveram; reprimiram mesmo. Ainda assim, o SI, em 1956, em plena rebelião dos operários poloneses, saudou “o papel dirigente do POUP (o PC polonês) transformado pela tendência Gomulka, expressão deformada da tendência das massas, mas tendência centrista que evolui para a esquerda”. Dias depois, Gomulka lançava a polícia contra grevistas e estudantes (os operários acabaram derrubando Gomulka em 1970). Na revolução húngara de 1956, o SI pablista criticou Imre Nagy (secretário-geral do PC húngaro, que se colocou na cabeça da rebelião e acabou enforcado pela burocracia russa) por “manobrar fora do campo do classe”. O “campo de classe’ era ... o Kremlin. (COGGIOLA, 1990, p. 70-71).²⁹

Marques (2007) também concorda com a idéia de que a guerra e a repressão debilitaram a IV Internacional, que teve de se refugiar nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. O Segundo Congresso desta Internacional só ocorrerá em 1948, tendo a representação de 28 organizações de países diversos. A autora citada lembra que as teses defendidas em 1951, pelo secretário geral Michel Pablo, que dividia o mundo entre o bloco capitalista e o bloco socialista e que, por conta do acirramento desta disjuntiva, os PCs iriam girar à esquerda e acolheriam os trabalhadores que se rebelavam contra o capitalismo, levou a direção da IV Internacional a defender a tática do entrismo. A não-adesão a estas teses levou à expulsão da maioria da seção francesa, a Organização Comunista Internacionalista (OCI), em 1952. No ano subsequente, saíram as seções inglesas, o Socialist Labour League (SLL), a seção chinesa, a seção suíça e a americana (Socialist Worker’s Party) e formaram junto com a OCI o Comitê Internacional da IV Internacional.

²⁹ Coggiola (2003) diz, não sem certa ironia, que pelo menos o pablismo levou até as últimas consequências o “entrismo” no nacionalismo. O seu dirigente Pablo foi preso pelo fato de contrabandear armas para a frente de Libertação Nacional Argelina, conjuntamente com um dirigente holandês do SI e um militante argentino. Constituiu, assim, a fábrica de armas leves da FNL, auxiliando a luta contra o colonialismo.

A revolução cubana traria também novas divisões nos setores que se reivindicavam da IV Internacional no cenário internacional. O Socialist Workers Party (SWP), que tinha rompido com a IV Internacional pablista, rompe com o CI e retorna ao pablismo, gerando o Secretariado Unificado da IV Internacional (SU). A seção francesa (OCI) alegava que o SWP rompeu porque via no castrismo um atalho para construir a nova Internacional e evitar o seu isolamento.

Essa discussão, sem dúvida, refletiu poderosamente sobre a América Latina que, em regra, se mostrou um dos palcos da cizânia que dizimou a já frágil unidade existente entre as diferentes agrupações trotskistas.

No Brasil, o PSR se dissolveu e criou-se um hiato que foi preenchido com a vinda de um dirigente do Bureau Latino Americano (BLA) da IV Internacional pablista-Guilherme Almeyra, que militou em diversos países — Brasil, Peru, México Iêmen do Sul, Líbia e Itália — e tentou criar o Partido Operário Revolucionário.

Na América Latina, o pablismo teve um aspecto mais excêntrico, pois o Bureau foi comandado por uma personalidade política que depois viraria folclore, J. Posadas, por fundar, posteriormente, a IV Internacional posadista. Posadas tinha origem operária e militava no trotskismo argentino, Grupo Cuarta Internacional, depois de ter feito entrismo no Partido Socialista argentino. Vejamos no depoimento de Luiz Alberto Muniz Bandeira, cedido a Coggiola, o quanto a crise da IV Internacional teve repercussões negativas para a estruturação da IV no Brasil.

A IV Internacional, fundada em 1938, praticamente desapareceu quando, por volta de 1952, Sacchetta rompeu com Pablo, sendo um dos motivos da divergência a política do ‘entrismo’, e evoluiu para a tese de que a URSS era um capitalismo de Estado. Aliás, ele passou a ver no bolchevismo — e a responsabilizá-lo — as origens do stalinismo. Por volta de 1953/1954, havendo a IV Internacional praticamente desaparecido no Brasil, o BLA (Bureau Latino-Americano) mandou gente tratar de reorganizá-la, o que foi feito com José Maria Crispim, que promovera uma dissidência no PCB, do qual fora expulso, creio que em 1951-1952. Aí foi organizado o POR e em começo de 1955 estava no Brasil *Manuel* (esse era seu codinome e creio que ele era argentino), como representante do BLA. No início de 1956, foram presos no Rio de Janeiro, Leôncio Martins Rodrigues, Maribondo (esqueço o primeiro nome), José Barroso e León (um operário, remanescente do PSR, de Sacchetta). O fato foi noticiado pelo *O Globo*. Nessa época, Manuel procurou Edmundo Moniz, em cujo apartamento eu morava, eu vim com ele a São Paulo, onde então me reuni com Crispim, os irmãos Fausto (Boris, Rui e um outro). Mas nem eu nem Sacchetta nem Alberto Luiz [da Rocha Barros] aceitávamos a conceituação da URSS como Estado operário degenerado, nem as posições que considerávamos muito sectárias dessa pessoa. E por isso decidimos criar a Liga Socialista

Independente (eu escrevi o programa e Alberto Luiz os estatutos). Lembro-me de Ottaviano De Fiore, que era também trotskista e militava na Faculdade de Filosofia, na Maria Antônia. Mas algum tempo depois, em fim de 1956, encontrei Eric Sachs, um austríaco, que dizia haver sido discípulo de [Heinrich] Brandler [ex-dirigente do PC alemão], e resolver tomar uma iniciativa mais ampla e abrangente, organizando a Juventude Socialista, no Rio de Janeiro e na Bahia, onde em 1954 (eu tinha dezoito anos e ainda morava entre o Rio e Salvador) organizara com mais três colegas uma Liga Socialista Revolucionária. Em 1957, veio para o Brasil, como representante do BLA, um uruguaio, Estrada (parece que o nome real dele era Labat) e o POR absorveu alguns militantes da militantes da UJC (um deles, Boris, que hoje é médico nos EUA), que fora dissolvida, em função da dissidência de Agildo Barata, após o 20º Congresso do PCUS. Na Juventude Socialista, editamos o jornal *Esquerda Socialista*. Fizemos muitas reuniões conjuntas com o pessoal do Agildo, Liga Socialista Independente, POR, aí em São Paulo. Nessas reuniões estavam Almino Afonso, Paul Singer e muitos outros. Quando vinha ao Rio, Crispim ficava hospedado no meu apartamento, apesar de que eu não fosse da IV Internacional. A revista *Novos Tempos*, editada por Osvaldo Peralva e o grupo de Agildo Barata, no Rio de Janeiro, abriu suas páginas para nós e aí eu publiquei artigos, um dos quais sobre Trotski, respondendo a um stalinista, Calvino, que detinha a propriedade do título e o tomou. (BANDEIRA apud COGGIOLA, 2003, p. 266-267).

O Brasil foi um dos principais laboratórios do BLA, capitaneado por Posadas. Em 1956, o POR se fortalece com a adesão de José Maria Crispim. Este partido teve uma atuação destacada nos metalúrgicos de São Paulo e uma participação na organização dos sindicatos rurais no Nordeste. Um de seus militantes, Jeremias, foi morto em Pernambuco por tentar organizar os trabalhadores rurais, em 1963 (COGGIOLA, 2003).

Segundo Lowy (2005), nos anos quarenta do século passado, na Argentina, Posadas disputou com Moreno³⁰, futuro dirigente e teórico da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), da qual o PSTU é uma das principais organizações, conforme

³⁰ Nahuel Moreno (1924-1987) nasceu em Rivadavia, província de Buenos Aires. Cedo foi estudar em Buenos Aires e começou a militar no trotskismo em 1940. Em 1944, foi um dos fundadores do Grupo Operário Marxista que passa a se chamar em 1947 de Partido Operário Revolucionário. Assessorou diversas organizações sindicais argentinas que surgiram no final da década de 1940. Foi um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que se cindiu em 1968, quando uma ala aderiu à luta armada sob o influxo da revolução cubana e formou o Exército Revolucionário do Povo. A ala de Moreno aliou-se com uma corrente socialista para fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Esta organização sofreu duros golpes da repressão em seu país e chegou a perder cem militantes assassinados. Em 1982, Moreno e seus correligionários fundam o Movimento ao Socialismo (MAS). Moreno participou como delegado no segundo e terceiro Congresso da IV Internacional, em 1948 e 1951. Discorda da política pablista e forma com outros dirigentes trotskistas internacionais o Comitê Internacional (CI). Fundou o Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), que ajudou a formação de organizações trotskistas em diversos países latino-americanos. Com a reunificação da IV em 1963, Moreno passou a integrar sua direção, o Secretariado Unificado. Com o rompimento do Secretariado Unificado, a corrente morenista forma com outras correntes trotskistas o Comitê Internacional que logo se dividiu em razão do apoio que a corrente de Pierre Lambert dá a Mitterrand, em França. Em 1982, a corrente morenista funda a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT).

antecipei. O Sociólogo brasileiro radicado em Paris diz que as duas correntes políticas discordavam entre si sobre o peronismo. Moreno e sua organização, o POR (Partido Obrero Revolucionário), caracterizava o peronismo como um movimento com características fascistas ou semifascistas; já o agrupamento Grupo Cuarta Internacional (GCI) de Posadas o analisava como um governo nacionalista típico de uma semi-colônia (LOWY, 2005). De acordo com Lowy (2005), Posadas frisa que teve o seu grupo político reconhecido pela IV Internacional. Nessa época, contudo, ele ainda não havia manifestado as posições extravagantes que apresentará posteriormente.

Moreno, ainda conforme Lowy, à época do reconhecimento do grupo de Posadas como legítimo representante junto a IV Internacional, aceitou ser preterido e fez autocrítica por não ter defendido a palavra de ordem de frente única anti-imperialista. Para Lowy, tal conduta o levou a se aproximar e a militar no partido peronista de esquerda, o Partido Socialista da Revolución Nacional, e se manter nos marcos deste partido, editando o seu jornal em 1956, *Palabra Obrera*, como um veículo que se mantinha sob a disciplina do Perón e do Conselho Superior Peronista. Lowy garante que as duas organizações que se reivindicavam do trotskismo na Argentina chegaram a ter um peso considerável no movimento sindical desse país no decorrer da década 1950.

Moreno e seu agrupamento, o POR, em 1957, conforme dito, fundaram o SLATO (Secretariado Latino Americano do Trotskismo Ortodoxo); apesar deste ter declarado que na época possuíam centenas de militantes, tinham uma influência nos sindicatos da CGT peronista que não podia ser desprezada e tinham quadros de monta:

[...] Milciades Peña, um brilhante historiador marxista, autor de um livro notável, *Masas, Caudillos y Elites*, que se suicidou aos 32 anos em 1963, Angel Bengoechea, Daniel Pereyra e Hugo Blanco, que voltou ao Peru em 1956. No Chile, o POR era uma pequena organização, com 34 membros declarados, cujo principal dirigente era Luiz Vitale, historiador, autor de uma História marxista del Chile em 4 volumes; Vitale rompeu em 1954 com o SI e criou um comitê latino-americano do trotskismo ortodoxo, primeira etapa rumo à constituição do SLATO. Esses dois grupos e um outro menor ainda no Peru constituíam o essencial das forças ligadas ao Comitê Internacional. (LOWY, 2005, p. 209).

Retornando ao POR no Brasil, Coggiola (2003) enfatiza que o jornal dessa agremiação política, Frente Operária, foi publicado com certa regularidade e estava sob a direção de Leôncio Martins Rodrigues. Posadas exercia uma severa censura sobre o jornal para que este veículo de propaganda e difusão das ideias do POR não saísse da linha da IV Internacional pablista (COGGIOLA, 2005). Leal (2003), em seu livro sobre o POR, lembra

que, de 1952 a 1968, o periódico dessa agremiação foi o único jornal a se reivindicar trotskista no Brasil.

Em 15 de novembro de 1952, foi lançada a primeira edição do *Frente Operária*, que seria publicada de forma mais ou menos regular até 1990. Em torno do jornal, nucleou-se uma equipe de militantes que constituiu o POR. Boris Fausto e seus dois irmãos, Ruy e Nelson, foram militantes do POR. Boris Fausto declarou que a literatura trotskista o encantava quando era aluno da Faculdade de Direito e o fazia esquecer o enfado das aulas de direito.

A partir de uma certa época, as aulas da Faculdade de Direito, que freqüentei nos anos 1950, tornaram-se para mim uma grande atração. Como teria conseguido extrair encanto das falas alternativamente monótonas ou retóricas dos professores, depois reproduzidas em apostilas mambembes, “sem responsabilidade da ilustre cátedra”? A resposta é simples: as falas, fosse qual fosse seu estilo, eram apenas um murmúrio, incapaz de perturbar minhas leituras. Sentado nas últimas fileiras da classe, embarcava no sonho da revolução bolchevique, deformada mas recuperada, por intermédio de Minha Vida — a autobiografia de Trotsky e da Revolução Traída. (FAUSTO apud LEAL, 2003, p. 36)

Coggiola (2003) ressalta que o POR apoiou Jânio Quadros em 1953 alegando que ele tinha um programa anti-imperialista. Não se há de esquecer de que o POR, assim como Posadas, apoiavam a plataforma pablista que considerava que o stalinismo e os movimentos nacionalistas premidos pelo curso objetivo da luta de classes iriam girar à esquerda e enfrentar o imperialismo, o que levava obviamente a uma adequação do POR ao nacionalismo nos países periféricos.

Leal (2003), em seu livro sobre o POR, considera que esta postura política – o apoio a Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo nas eleições, em 1952 foi a experiência mais interessante nesse período. O fato é que aquilo que o autor chama de interessante só revelava o desastre que significavam o pablismo e o posadismo para o trotskismo na América Latina, pois Jânio representava uma proposta conservadora com um verniz moralista, e apoiá-lo representava a negação do programa trotskista. Como se viu, o trotskismo defendia a mais ampla independência ante as diversas representações políticas da burguesia e da pequena burguesia.

O POR declarou em 1960 que não havia condições para um golpe militar no Brasil e que a burguesia não tinha forças políticas e sociais para lograr êxito num intento golpista. O POR perdeu um importante espaço ao não integrar a Organização Política Operária (POLOP) que seria fundada em 1961. Vejamos o testemunho de um integrante do

POR às vésperas do golpe militar de 1964, para ver que não destoavam das análises do PCB de que o golpe não seria viável, porque havia um dispositivo militar que apoiava Jango que cortaria a cabeça da hidra.

No começo de fevereiro de 1964, fomos convocados para um Congresso da Sessão Brasileira da Quarta Internacional a se realizar em São Paulo. Lá, entre outros pontos de pauta, discutiu-se a conjuntura nacional e o “nosso guru”, J. Posadas, falou para uma plenária de pouco mais de cinquenta delegados, durante quatro horas ininterruptas, para concluir que a hipótese de golpe de Estado no Brasil, estava absolutamente descartada. (ROCHA, 2008, p. 111).

Durante a ditadura militar, o POR, em 1970, teve um operário, o metalúrgico Olavo Hansen, morto. Consoante com as diretrizes do pablismo, o POR apoiou o nacionalismo e apoiou Janio Quadros, em 1953.

Coggiola (2003), fazendo um balanço do trotskismo nesses anos, mais de três décadas, ele assevera que esta corrente política fez esforços ingentes para se constituir como um polo revolucionário no Brasil, encontrando muitas adversidades e repressões. Os sucessos foram, para o autor, fugidios e o trotskismo nas plagas brasileiras, se caracterizou pela descontinuidade, afora as inúmeras divergências que muitas vezes expressavam discordâncias internacionais advindas do debate internacional.

Durante mais de três décadas o trotskismo brasileiro envidou esforços para a construção de organizações revolucionárias, inclusive durante períodos políticos muitos difíceis e repressivos. Os resultados obtidos atingiram alguma importância, mas sempre efêmera e, como corrente política, o trotskismo brasileiro se caracterizou pela descontinuidade, além das já conhecidas divisões, as mais das vezes refletindo debates internacionais (que provocavam divisões e cisões também nessa escala). O trotskismo, por outro lado, foi uma referência mais que notável para a intelectualidade revolucionária, a ponto de vários dos mais destacados intelectuais de esquerda dessas quatro décadas (de 1930 até 1960), como Mário Pedrosa, Hermínio Sacchetta, Pagú, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Florestan Fernandes, Moniz Bandeira, Edmundo Moniz e outros também mencionados acima, terem no Trotskismo e na IV Internacional um quadro fundamental das suas experiências e elaborações teórico-políticas. Mas estas mal e mal conseguiram se estabelecer como uma “tradição teórica”, provavelmente devido a própria descontinuidade político-organizativa do quadro partidário que lhe servia de referência estratégica... (GOGGIOLA, 2003, p. 269).

Para este trabalho, é importante destacar o fato de que o trotskismo representava o esforço de setores do movimento comunista que procuravam reorganizar os trabalhadores no espírito do internacionalismo operário, que levou à criação das internacionais, por entender que o capitalismo é um regime social internacional e sua derrocada só pode se dar no cenário internacional.

A corrente internacional que o PSTU integra — Liga Internacional dos trabalhadores (LIT) — remonta à formação de um pequeno grupo surgido na Argentina, em 1944. Este grupo, nascido do movimento operário, segundo o próprio Moreno, no prólogo do seu Livro *O Partido e a Revolução*, tinha nas suas origens um obreirismo tão sectário que não aceitava estudantes em suas fileiras e, durante muito tempo, permaneceu com essa posição. Posteriormente, os estudantes que aderissem tinham que passar por uma experiência que era militar no movimento operário. A explicação para tal conduta, segundo Moreno, era como uma espécie de antídoto contra a boêmia que grassava nos agrupamentos que se reivindicavam trotskistas na Argentina naquela época. Moreno também assevera que seu agrupamento só vai tentar ter alguma atividade mais próxima com a IV Internacional em 1948. É a partir dessa data que a corrente de Moreno passa a intervir nos debates internacionais da IV Internacional.

Moreno (2004) garante que em 1951 foi convocado o 3º Congresso da IV Internacional em plena guerra fria e na esteira da Guerra da Coreia que, para muitos analistas e a imprensa da época, era antessala de um confronto entre a URSS e os Estados Unidos. Esta conjuntura de guerra quente, as bombas estourando na Coreia, foi determinante para explicar as análises impressionistas do pablismo que anunciavam a iminência de uma guerra mundial. Partindo dessa perspectiva, os partidos comunistas e social-democratas seriam forçados pela pressão dos acontecimentos a girar à esquerda. Os partidos comunistas, na visão de Pablo, se veriam diante de uma pressão maior de suas bases para apoiar a URSS e, diante de uma guerra inevitável, iriam fustigar os adversários com métodos de guerra de guerrilhas para se contrapor ao imperialismo, segundo a leitura crítica levada a termo por Moreno.

O entrismo nos PCs, comentado anteriormente, era alçado à tática privilegiada nos países europeus e a IV tem sua segunda divisão. O agrupamento de Moreno discorda das teses pablistas e do apoio dado ao nacionalismo na revolução boliviana de 1952 e conforma, junto ao SWP, trotskistas franceses e ingleses e trotskistas latino-americanos, o Comitê Internacional (CI).

Repudiando a linha do *entrismo sui generis* e a traição à revolução boliviana, nosso grupo na Argentina e a maioria dos trotskistas ingleses e franceses, o Socialist Workers Party (SWP) e também os trotskistas sul-americanos resolvemos romper com o Secretariado Internacional em 1953 e criamos o Comitê Internacional. (MORENO, 2004, p. 15).

Ainda consoante Moreno, a sua corrente travou uma batalha para que o CI tivesse uma vida política mais orgânica e ativa no campo internacional e não uma federação de correntes com laços frouxos e federativos. Essa seria para ele a única maneira de se colocar como alternativa e impor derrota política ao grupo de Pablo e Mandel, que controlavam o CI da IV Internacional. A relutância dos demais agrupamentos do CI em dotar esse organismo de um centralismo maior foi palco de discordâncias entre a corrente de Moreno e os demais grupos que os levaram a criar na Argentina o Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO) que passou a disputar com o BLA de Posadas a hegemonia do trotskismo na América Latina.

Em 1963, houve uma reunificação do grupo morenista com o SI, surgindo daí o Secretariado Unificado (SU). De acordo com Moreno (2004), essa reunificação ocorreu tendo por base a caracterização de que Cuba era um Estado Operário. Essa nova corrente era encabeçada por Mandel e o SWP. O dirigente Pablo do SI havia sido afastado por problemas políticos. Com a cisão de Posadas, o adversário latino-americano de Moreno na América Latina, este ficou sendo o representante do novo organismo internacional no Continente.

Ficaram no CI (Comitê Internacional da IV) o Organisation Communiste Internationaliste (OCI) francês, de Pierre Lambert; a Socialist Labour League (SLL), da Inglaterra, dirigido por G. Healy. Coggiola (1984) assevera que nos 17 meses de existência o CI nunca se postulou como direção internacional e a prova para tal fato é que, nesses anos de existência, o CI só teve duas reuniões internacionais e a homogeneidade política não era muito forte.

Moreno (2004) assevera que o grande problema de Mandel, o dirigente trotskista belga e renomeado economista, é que este tinha uma tendência muito acentuada a ter análises políticas impressionistas, indo de capitulação a capitulação a cada fenômeno político que se mostrava vitorioso momentaneamente. Destaca como exemplo o apoio ao Movimiento Nacionalista Revolucionário (MNR), boliviano, a capitulação ao guevarismo e a sua concepção guerrilheirista. Isso, segundo Moreno, provocou grande polêmica e divergência entre o seu agrupamento e a corrente de Mandel.

O SWP, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PTS) argentino antecessor do Movimento ao Socialismo (MAS) — e alguns companheiros sul-americanos lideraram uma corrente que se opôs a essa análise e orientação do foco-guerrilheiro. Ressaltamos que em princípio não estávamos contra a guerrilha, desde que estivesse apoiada no movimento de massas, mas que a teoria do foco era justamente o oposto.

Era uma linha elitista. Insistimos que o foco guerrilheiro era a linha do movimento estudantil e não a orientação do movimento de massas latino-americano, que nesse momento estava entrando em um grande ascenso urbano. Dissemos que, por ser essa orientação divorciada do movimento de massas, levaria ao fracasso de todas as guerrilhas guevaristas e que a Internacional perderia muitos companheiros valiosos. Infelizmente, os fatos nos deram razão. Toda uma ala do trotskismo argentino, a que mais implementou a linha de Mandel, desapareceu. Essa linha foi uma tragédia também para outros partidos. No entanto, hoje em dia mandelismo mexicano, por exemplo, é forte porque, apesar de ter apoiado a orientação foquista, na prática se negou a aplicar a linha votada, ou seja, não deu um único tiro. (MORENO, 2004, p. 17).

Para Nahuel Moreno (2004), as divergências com o mandelismo, a corrente que dirigia o Secretariado Internacional, foram se avolumando na década de 1970 com a capitulação de Mandel ao maoísmo e ao ultraesquerdismo na Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974. Nesse contexto de enfrentamento interno, o SWP dos Estados Unidos, o PST argentino de Moreno e outros grupos formam a Fração Leninista Trotskista (FLT) para lutar contra o mandelismo. No período de 1975 e 1976, a FLT rompe em duas correntes, a capitaneada pelo SWP e a outra dirigida pelo PST. De acordo com Moreno, a ruptura se deu em torno da Revolução Portuguesa e da guerra de Angola.

Para o PST, em conformidade com o relato de Nahuel Moreno (2004), a política que a FLT deveria desenvolver em Portugal era a de impulsionar organismos de base dos trabalhadores, comitês operários e de camponeses, e apoiar a formação de comitês de soldados, vale dizer, não se deter na fase democrática da revolução. Para ele, o SWP só defendia bandeiras democráticas, alegando que as condições não permitiam a aplicação da política defendida pelos morenistas. As divergências se agravaram com a guerra em Angola. O Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) toma o poder, vencendo a guerra anticolonialista. A partir daí, a África do Sul e a guerrilha da UNITA financiada pela CIA passam a infernizar os angolanos e o MPLA. O SWP levantou o debate de que a luta entre a UNITA e o MPLA era um embate que se dava entre duas organizações guerrilheiras que lutavam contra o imperialismo. Moreno considerou uma posição inaceitável para uma organização que se reivindicava trotskista, pois significava uma capitulação ao imperialismo. O dirigente trotskista defendeu a idéia de que só havia um apoio a ser dado e este era para o MPLA. A Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) será fruto do rompimento de vários grupos com a FLT.

A maioria das organizações e militantes se retirou da FLT. Importantes partidos da Colômbia, do Brasil, Peru, México, da Itália e Espanha, entre outros, além da

organização argentina, criaram uma tendência que, em poucos anos, romperia com o SU e, assimilando a contribuição de dirigentes e organizações provenientes de outras correntes, formaria o que é hoje a LIT-QI (MORENO, 2004, p. 19).

No Brasil, um grupo que já vinha apresentando discordâncias com o POR pelo fato de este ter negligenciado as nuvens políticas sombrias que pressagiavam o golpe em 1964 e, por outro lado, por não ter compreendido após o golpe, segundo Marques (2007), que a correlação de forças tinha se modificado consideravelmente, rompe com o POR no Estado do Rio Grande do Sul, em 1967, criando a Fração Bolchevista Trotskista (FBT). Em Pernambuco, militantes também cindem com o POR e aderem à FBT, em 1969. Em 1970, realiza-se a primeira Conferência da FBT, que contou com a participação de militantes dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e da região Nordeste. Em virtude da repressão, a FBT foi praticamente destruída e só nos idos de 1974 militantes gaúchos tentam reorganizá-la por meio de uma célula no movimento estudantil.

De qualquer modo, o POR representou um espaço crítico de elaboração do marxismo crítico na sociedade brasileira, pelo fato de as universidades serem dominadas pelas cátedras e por um pensamento assaz conservador, assentado, sobremaneira, em intelectuais egressos das classes proprietárias. O PCB, por conta do seu dogmatismo, não contribuía muito para o debate de ideias. O *élan* de um marxismo criativo e anti-burocrático levou muitos jovens talentosos a se integrarem a esta organização trotskista. Posteriormente, muitos deles se destacariam como intelectuais nas universidades brasileiras, tais como: Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto e Ruy Fausto, Tullo Vigevani, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Cláudio Antônio de Vasconcelos Cavalcante, Vito Letizia e outros. Boris Fausto testemunha que o clima intelectual vivenciado pelos militantes do POR foi muito importante para a sua formação intelectual. Por mais que eu discorde do que a gente pensava naquela época, eu acho que isso foi uma coisa muito importante para nós, como grupo, como pessoas. Eu acho, não sei o que cada um pensa disso, que ganhei com a elaboração política, no sentido de que a gente discutia muito. A vida de reuniões era muito intensa. E a gente acreditava no verbo. [...] Então, eram longuíssimas discussões sobre textos, sobre ideologia, sobre rumos a tomar e isso deu um exercício de falar, etc. E como nós éramos um grupo — a não ser quando estavam aqui os argentinos —, cujos caciques eram fracos, isso tinha uma liberdade, vamos dizer assim, que eu nunca vi no [Partido Comunista do Brasil] PC. Quando a gente conversava com o pessoal do PC eu tinha a sensação de que nós percebíamos as coisas, e não só isso, que nós tínhamos liberdade de pensar e que ele eram teleguiados. (FAUSTO apud PEREIRA NETO, 2005, p. 157-158).

Segundo Leal (2005), a problemática e as formulações teóricas propostas pelo POR para compreender a realidade do País, foram retrabalhadas e estão expressas em obras importantes, tais como *A Revolução de 30*, de Boris Fausto, ou em *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*, de Leôncio Martins Rodrigues, orientado pelo conceito de bonapartismo. O autor destaca também a idéia de que as reflexões sobre o varguismo e o sindicalismo na sociedade brasileira feitas por Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Tullo Vigevani e Cláudio Cavalcanti não deixam de estar presentes em algumas chaves interpretativas do POR. Para o autor em tela, o POR significou uma das vertentes do pensamento crítico ante o nacional-desenvolvimentismo e o stalinismo, afirmação para mim duvidosa, pois o POR se adequou ao nacionalismo e ao stalinismo, ao defender o entrismo no nacionalismo dos países periféricos e o entrismo nos PCs. O autor em tela vê que o POR foi decisivo na formação de outras agremiações de esquerda e posteriormente na própria criação do PT. As linhas mestras levantadas, ao seu tempo, pelo POR com vistas à construção de uma esquerda no País, ainda estão cravadas no presente por meio das seguintes bandeiras:

- 1) A crítica à política de conciliação de classes do PCB e ao seguidismo à burguesia nacional;
- 2) a defesa da independência dos trabalhadores, com o lançamento de candidaturas próprias à presidência da República, em 1955 e 1960, em defesa de um projeto de transformação social;
- 3) a defesa de um movimento sindical desatrelado ao Estado, independente, democrático e enraizado nas fábricas;
- 4) a defesa da unificação das lutas dos trabalhadores e da formação de uma central única;
- 5) a defesa da ocupação de terras como única forma de encaminhar, efetivamente a reforma agrária no Brasil;
- 6) uma compreensão do significado da questão nacional e do antiimperialismo em países periféricos como o Brasil. Neste sentido, se setores da classe trabalhadora brasileira e da esquerda em alguns momentos de nossa história recente, conseguiram colocar diante de si e resolver problemas como a organização de uma Central Única dos Trabalhadores, de um Partido dos Trabalhadores, de um movimento organizado pela reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), certamente o POR foi um elo na construção dessa vontade coletiva. (PEREIRA NETO, 2005, p. 159).

No campo de análise dos teóricos do PSTU, estima-se que, além da morte e da repressão que se abateu no campo internacional sobre os trotskistas, no período que vai da expulsão de Trotsky a sua morte em 1939, e, principalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, onde os quadros mais experientes tiveram suas vidas ceifadas, outro fator que debilitou sobremaneira o trotskismo foi a suscetibilidade dos setores mais inexperientes

politicamente que dirigiam a IV Internacional diante da pressão dos aparatos internacionais, partidos stalinistas ou da pequena burguesia europeia, adaptando-se a estas pressões.

Para o agrupamento militante que deu origem ao PSTU, a possibilidade de estruturar um partido trotskista no Brasil era alvissareira. Isso esteve posto desde 1973, quando surgiu o grupo Ponto de Partida. Esse otimismo, porém, era bem anterior ao Ponto de Partida e praticamente compunha o entendimento de grupos trotskistas que o precederam. Efetivamente, essa visão favorável das coisas no tocante às possibilidades de construção de uma forte agremiação partidária, apoiada nas teses de Leon Trotsky, derivava de um exame metucioso das crises constantes do aparato stalinista e do processo de desenvolvimento e estruturação da classe operária no País. Duas ondas revisionistas, entretanto, obstaculizaram a possibilidade de construir uma alternativa independente da classe trabalhadora. A primeira levou a saída de Mário Pedrosa do trotskismo por concordar com as posições, que vieram a ser chamadas pelo PSTU, de revisionismo antidefensistas — marcado pela recusa a defender a URSS como Estado Operário, malgrado o acentuado processo de deformações burocráticas. A segunda onda, a do pablismo, levou o POR a apoiar Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo em 1953, e posteriormente capitular a Arraes, em Pernambuco, e a Goulart, no início da década de 1960.

Outra cisão do POR, em 1968, dá origem, de acordo com Marques (2007), ao grupo 1º de Maio, que tinha militantes atuando no movimento estudantil. O autor em tela afirma que, ano de 1971, em Paris, intelectuais trotskistas fundam a revista Outubro, que passa a ser também o nome do grupo. Estabeleceram contatos com militantes da OCI e advogaram a unificação dos trotskistas brasileiros, que era a bandeira levantada pelo Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional (Corqui). Ao retornarem ao Brasil, estes militantes procuraram se constituir no meio estudantil para aumentar seu raio de influência e entabularam contactos com outras organizações.

Coggiola (2003) considera que o golpe militar de 1964 foi minando o POR e este foi se exaurindo no transcorrer da ditadura. O Partido Operário Comunista (POC) teve uma atuação mais destacada. Esta organização surge em 1968, dos escombros da Política Operária, ou seja, do setor que restou da ruptura com a Política Operária (POLOP) e da unificação de uma dissidência do PCB no Rio Grande do Sul. As demais organizações que surgiram do racha da Polop foram a Vanguarda Popular Revolucionária (VAR-Palmares) e

Colina. Alguns militantes entraram para a ALN de Mariguella. Estas organizações seriam desbaratadas pela ditadura.

No período da abertura, surgiram no campo do trotskismo novas organizações alinhadas com correntes trotskistas internacionais: como a Convergência Socialista, que teve origem no agrupamento Ponto de Partida, no Chile, em 1973, e depois Liga Operária, que mantinha laços com o dirigente argentino Nahuel Moreno³¹; a Organização Socialista Internacionalista (OSI), criada em 1975 e que ficaria renomeada pela sua corrente estudantil, Libelu e o seu jornal *O Trabalho* ligado, ao dirigente francês Pierre Lambert, a Democracia Socialista que foi uma aglutinação do Partido Operário Comunista (POC), do que restou da POLOP e de grupos foquistas vinculados ao economista belga Ernest Mandel e que atuou no movimento estudantil com o nome de Centelha.

Para Almeida (2008), dirigente histórico do PSTU, a relação com o PT a partir do surgimento deste partido é que marcará a evolução dessas correntes. Para o autor, as três fizeram entrismo no PT e a DS não só se integrou ao PT como fez parte do governo Lula por meio do Ministro da Reforma Agrária no primeiro mandato. Destaca igualmente que

³¹ Bernardo Cerdeira, dirigente do PSTU, assevera que não há como aquilatar a importância de Moreno para a formação dos dirigentes históricos do PSTU e da corrente que foi o embrião do PSTU. Moreno esteve preso por diversas vezes. Moreno esteve no início da década de 1950 mais de uma vez no Brasil e reuniu-se com Sacchetta, que discordava da tática do entrismo nos PCs. Moreno perde a posição de representante da IV Internacional na América Latina para Posadas, que influenciou na formação do POR na década de 1950. Na década de 1970, jovens brasileiros que estavam no Chile fugindo da repressão brasileira passavam por um processo de autocritica à luta armada e entram em contacto com o grupo morenista da IV Internacional, que criticava o desvio da direção da IV Internacional ao apoiar a luta armada na América Latina. Este grupo mantém um diálogo com Hugo Blanco e Ernesto Gonzáles e fundam o grupo Ponto de Partida que tem uma clara influência das ideias programáticas de Moreno. O grupo Ponto de Partida, logo desaparecerá e alguns membros irão se refugiar na Argentina com o golpe no Chile em 1973. O grupo de brasileiros teve o apoio do PST de Moreno e militaram no seu interior, fizeram cursos de formação, depois fundariam a Liga Operária em Buenos Aires e seus primeiros documentos e jornais foram impressos na Argentina. Em 1974, os militantes retornam ao Brasil e, em 1978, já seriam, segundo Cerdeira (2005), 800 militantes. Moreno teve também pela sua experiência um papel importante para mostrar que era importante no Brasil criar um partido dos trabalhadores, proposta esta que foi defendida em comum acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e a Convergência Socialista (CS). Bernardo Cerqueira lembra que Moreno teve também um papel importante para caracterizar a direção lulista que no início era tida pela CS como classista e internacional, porém, mediante debates e análises, se chegou à caracterização que a direção lulista tinha um projeto puramente eleitoral e não de construção de um partido calcado nas lutas e no programa socialista. A CS passou a caracterizar o lulismo de burocracia de esquerda, que pode eventualmente ter posições corretas, mas que no atacado será sempre uma corrente oportunista. Para Cerdeira, tal posicionamento da CS a permitiu sobreviver ao naufrágio dos grupos trotskistas que permaneceram no PT e se adaptaram completamente ao lulismo e ao partido. Moreno, também de acordo com o Cerqueira, apontou a tendência ao realinhamento da classe trabalhadora brasileira por meio da divisão entre CUT e a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). O dirigente argentino apontou que a CUT seria o polo aglutinador da classe trabalhadora. Isto foi em 1983 e um ano depois a CS ganharia o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o que foi o início para a CS aumentar o seu raio de influência no movimento sindical, chegando a ter um peso na CUT que não seria desprezível. Portanto, o PSTU reivindica o legado de Moreno e de seu programa.

esta corrente já deixou de ser um partido e se converteu num movimento meramente eleitoral reformista.

A corrente O Trabalho fez um percurso similar à DS e se adaptou completamente ao PT ao ponto de ser um defensor de primeira hora da Central Única dos Trabalhadores contra as correntes que rompem à esquerda com a Central. O PSTU, para Almeida, assimilou dois elementos fundamentais do morenismo, que ajudam a explicar o rompimento com o PT:

O PSTU incorporou as duas características fundamentais da corrente morenista da qual se originou: a estratégia de vinculação com o movimento dos trabalhadores e a luta contra os aparatos. A CS pôde assim romper com o PT e ajudar a fundar o PSTU. (ALMEIDA, 2008, p. 27).

No próximo tópico, farei um breve histórico do PT, do seu surgimento com base no renascimento das greves operárias do ABC e da confluência de diversos agrupamentos de esquerda, desde os de corte cristão aos de orientação trotskista, até alcançar à Presidência da República em 2003.

1.5 Partido dos Trabalhadores: considerações histórico-sociais acerca de uma trajetória

O Brasil vivenciou profundas transformações ao longo do século XX. De país agrário-exportador, até a chamada Revolução de 1930, foi se modernizando ao ponto de alcançar base industrial relativamente diversificada, uma sociedade civil mais rica e complexa. Parafraseando Carlos Nelson Coutinho, as transformações ocorreram numa contextura de *revolução passiva*, ou seja, via restauração e renovação, na qual, no lugar de uma revolução popular ao estilo jacobino, foram efetuadas mudanças no âmbito de uma modernização conservadora da sociedade e do Estado, mantendo os traços prussianos anteriores, tais como: o fortalecimento do Executivo em relação ao Parlamento; a tutela do poder militar sobre as instituições representativas e a sociedade; o uso de métodos transformistas na relação com os opositores, cooptação e clientelismo; métodos populistas de governar, apoiando-se na figura do líder ou chefe do Executivo, que se relaciona diretamente com as massas desorganizadas sem a intermediação dos partidos.

Compreendo que o caminho adotado pelas classes dominantes, o prussianismo ou a revolução pelo alto, é o que explica a debilidade de dominação da burguesia ao longo do século XX, isto é, a burguesia brasileira é uma classe dominante sem ser hegemônica. Fernandes (1981) evidencia que, nas três fases de desenvolvimento do capitalismo no

Brasil — de eclosão de um capitalismo moderno, de expansão de um capitalismo competitivo e de irrupção do capitalismo monopolista — em nenhuma delas o desenvolvimento do capitalismo chegou a se incorporar à componente democrática. Para o Sociólogo, essa via adotada torna a contrarrevolução permanente uma estratégia imprescindível para as classes dominantes reproduzirem suas relações sociais. Isso significa uma inserção subordinada do Estado brasileiro à economia internacional e aos países centrais ou imperialistas. Na compreensão do Intelectual paulista, a burguesia brasileira passava a ter seus interesses associados aos interesses externos, mediante um desenvolvimento cada vez mais heterônomo do capitalismo.

Na avaliação de Saes (2001), Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, não ficou enredado num falso dilema que parece martirizar tantos pesquisadores hoje em dia — fazer Micro ou Macrossociologia. Entende Saes que ele jamais incorreu nesse dilema, pois sua obra sempre se pautou por múltiplos interesses e variados campos disciplinares — “etnografia, teoria sociológica, sociologia histórica”—e destaca a importância do trabalho de Fernandes pelos seguintes aspectos:

Mirar-se hoje no exemplo intelectual de Florestan Fernandes implica: a) reafirmar a legitimidade do trabalho de interpretação macrossociológica do processo histórico brasileiro e incentivar a aparição de novos esquemas interpretativos, bem como contribuir para o cotejo das suas diferenças; b) reconhecer que essa empreitada está longe de significar a deslegitimação de todo trabalho — sempre necessário — de investigação empírica ou microssociológica (reconhecimento desse que não acarreta, esclareça-se logo, concordância com as premissas teóricas de todo trabalho desse tipo); c) valorizar a interação dinâmica entre esses dois tipos de trabalho. (SAES, 2001, p. 19)

Certamente, a obra *A Revolução Burguesa no Brasil (1981)* é uma tentativa de explicar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no País e os traços profundamente antidemocráticos, da burguesia nacional, que se apresentavam sem nenhum pudor com o golpe de 1964. Ele começou a escrever o livro em 1966 e foi uma resposta aos desafios expressos pelas novas tarefas que a intelectualidade e o movimento socialista e democrático teriam que defrontar.

A análise de Fernandes sobre a revolução burguesa nos marcos do capitalismo dependente torna possível compreender a conversão de setores da burguesia ao neoliberalismo. De adeptos do desenvolvimentismo, passaram a defender as privatizações, a liberação comercial, a estabilidade monetária e o ajuste fiscal.

O regime militar brasileiro, com exceção do pequeno hiato do governo Castello Branco, que procurou romper as bases do modelo de industrialização, não logrou êxito em razão do baixo crescimento da economia e houve um retorno ao modelo de industrialização patrocinado pelo Estado, pelo planejamento, da criação de infra-estrutura para alavancar a industrialização. Esse modelo foi bem-sucedido até estourar a crise do capitalismo internacional, na década de setenta do século passado, com o fim da conversibilidade do ouro e da arquitetura internacional estruturada nos acordos de Bretton-Woods. De qualquer forma, porém, é indiscutível que o regime militar desenvolveu enormemente as forças produtivas, ao ponto de o II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND ter como objetivo a produção, no País, de bens de produção e estabelecer maior independência energética.

Coutinho (2000) explica esse fenômeno como singularidades do regime militar brasileiro e da Espanha franquista, no seu segundo momento. Para o autor, os dois regimes podem ser considerados modelos clássicos de regimes ditatoriais que apresentam uma contradição fundamental — desencadeiam forças, a curto prazo, que não podem controlar.

Na passagem da década de 1970 para a de 1980, o regime militar brasileiro se viu premido pelas contradições engendradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e pela erupção de movimentos sociais que o acoassaram, por fissuras no bloco dominante com setores da burguesia, já esboçando uma crítica mais contundente ao estatismo — associando-o a autoritarismo e ineficiência — e afirmando que o Estado, não se contentando mais com a ocupação dos espaços vazios do mercado, passava a competir com as empresas privadas.

A defesa da anistia, circunscrita aos parentes e amigos atingidos pela repressão, foi encorpada com o retorno do movimento estudantil, que abraçou essa luta. O *Movimento contra a Carestia*, organizado pelas Comunidades Eclesiais de Base, e a luta no campo pela posse da terra, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, demonstravam as dificuldades crescentes dos militares para continuar governando. A conjugação de crise econômica, arrocho salarial e inflação fez entrar em cena a classe trabalhadora. A campanha pela reposição salarial protagonizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1977, era a sinalização, para os setores castrenses, de que a correlação de forças estava mudando, e, em 1978, ocorreu a greve das montadoras do ABC. Esse movimento acendeu o estopim de um movimento grevista em 1979, que se espalhou, atingindo diversas categorias. Da confluência desses movimentos na luta contra a

ditadura, surgiu a proposta da criação do PT, legalizado em 1980. Portanto, o PT foi instituído no quadro de crise política do regime militar e de sua abertura.

As greves desencadeadas em 1978 e 1979 marcaram um novo ciclo para o movimento operário e sindical no Brasil, pois a repressão às greves de Osasco e Contagem, nos idos de 1968, foi brutal e a deflagração da luta armada no País serviu de pretexto para os militares aumentarem o torniquete sobre o movimento operário, vale dizer, o que prometia ser um novo ascenso de greves e mobilizações foi estancado no nascedouro pela brutal repressão desencadeada, tendo como pretexto a luta contra os agrupamentos “guerrilheiros”.

Coelho (2005) enfatiza a ideia de que aqueles anos, final da década de 1970, foram os que trouxeram grandes experiências para os trabalhadores, pois foram se forjando nas lutas contra o arrocho da ditadura, contrários ao arbítrio, que impedia o direito de greve; nos bairros populares, na luta por moradia e emprego e, no campo, contra a expulsão que o latifúndio e a expansão da fronteira agrícola perpetravam.

Assim, quando Coelho diz que a classe trabalhadora era uma classe e também não era, reporta-se à definição de classe de Marx, pois este fazia a distinção entre *classe em si* e *classe para si*. No primeiro caso, a classe trabalhadora é uma classe porque foi aglutinada pelo capital para ser explorada, mas ainda não se projetou por meio de suas lutas e de sua identidade como uma classe que têm interesses históricos distintos da burguesia. Classe para si é classe é cônica dos seus interesses históricos e que os projeta via partido político, com um claro programa que contenha a estratégia socialista: expropriação da burguesia, socialização dos principais meios de produção, armamento da classe trabalhadora e as tarefas singulares que a inserção deste país ao capitalismo ensejou, tais como, no caso brasileiro, as tarefas democráticas: reforma agrária, independência nacional etc.

As greves e a intensificação das lutas sociais não apenas trouxeram novos sujeitos para a cena pública: de fato, como momentos de rica *experiência*, estes eventos forjaram novos sujeitos coletivos, isto é, provocaram a reelaboração de laços de identidade de classe. Se a história da classe trabalhadora é, como ensinou Thompson, a própria história do seu fazer-se através da experiência, aquele contexto abriu enormes espaços para as experiências de classe. De modo semelhante ao campesinato francês do século XIX analisado por Marx, também os trabalhadores brasileiros são e não são uma classe — o que é um modo de dizer que a classe está, em cada momento histórico, tensionada, por fatores que pressionam pela sua construção e, simultaneamente, por outros que, sendo também decorrentes da condição de classe, dificultam sua emergência como sujeito coletivo ativo. Na medida em que estão submetidas à exploração do trabalho pelo capital e compartilham coletivamente as dimensões da

vida social decorrentes desta determinação, são uma classe. Mas na medida em que, sob certas circunstâncias, permanecessem atomizados, sem estabelecer vínculos de unificação das suas lutas e sem constituírem um sujeito coletivo, nesta medida não são uma classe. Aquele foi um contexto em que, na classe trabalhadora, iniciou-se um movimento de unificação e organização política nacional, isto é, uma trajetória na qual ela tornava-se classe, neste segundo critério de Marx. (COELHO, 2005, p. 46-47).

O sindicato de São Bernardo foi, segundo Coelho (2005), um espaço privilegiado para a corrente liderada por Lula para a constituição de alianças desde a década de 1970. O grupo de sindicalistas que veio a ser conhecido como autêntico, ou seja, diferente dos pelegos, e que se constituiu paulatinamente, foi se gestando ainda durante a presidência de Paulo Vidal³², no sindicato de São Bernardo. Lula participou da gestão de Paulo Vidal e asseverou que aprendeu muito com ele. Certamente desse grupo de sindicalistas chamados de autênticos, das correntes trotskistas, de setores da Igreja e grupos políticos oriundos da luta armada, é que se iniciou o processo que culminou na criação do PT.

Para Gorender (2005), o ciclo histórico do PCB na esquerda foi criado em 1922, principalmente por dirigentes sindicais de origem anarquista, encerrando-se no final da década de 1970, e de lá para cá se iniciou o ciclo histórico do PT, no qual ainda se está vivendo, consoante o autor. Pode-se afirmar que o PT foi fruto da confluência da concentração da classe operária, motivada pelo forte crescimento industrial; da acumulação capitalista durante o regime militar; e da reorganização da classe operária após o golpe.

Esse processo ensejou uma nova classe operária que debutou nas campanhas salariais no final da década de setenta do século passado, e nas lutas em defesa da autonomia e da liberdade sindical. Significava também a recomposição sindical e política da classe trabalhadora brasileira após os duros golpes sofridos com a implantação do regime militar de 1964. Não foi fortuito o fato de que, em 24 de janeiro de 1979, o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo aprovou a Tese de “Santo André-Lins”, que propunha a criação de um partido próprio da classe trabalhadora, como expresso no item 4 desta tese.

Que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia

³² Paulo Vidal foi o antecessor de Lula. Lula foi presidente do Sindicato pela primeira vez em 1975.

do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 48).

Coelho (2005) salienta que designar o período ulterior às greves de Osasco e Contagem como de “calmaria”, como faz Leôncio Martins, é menosprezar a violenta repressão que desaguou em prisões e cassações de dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e não dar conta da resistência e formas de lutas, nem tão visíveis, que se desenvolveram no chão de fábrica.

Coelho (2005) destaca esse aspecto porque, caso não se compreendesse isto, as greves que eclodiram uma década após pareceriam um raio num dia de céu azul, quando, de feito, foi o trabalho miúdo, como exprime esse autor, o que permitiu as greves de 1978 e 1979.

Muitos pesquisadores foram surpreendidos com as greves de 1978-79, pois os trabalhos teóricos elaborados após o golpe militar questionavam a capacidade organizativa dos trabalhadores na indústria. Vários autores³³, consoante Negro (2004), procuraram responder à pergunta: por que os trabalhadores não resistiram à altura diante do golpe militar de 1964, e não defenderam um governo que consideravam seu?

Negro (2004) assevera que dois trabalhos³⁴ abalizaram os estudos sobre o empresariado e acerca da classe operária no País. Evidencia que o primeiro contato com os trabalhadores da indústria automobilística foi realizado com a aplicação de uma enquete sociológica na Willys, de São Bernardo, em 1963. A análise dos indicadores deu origem ao livro, publicado em 1970, *Industrialização e Atitudes Operárias*. A obra reforçou o pessimismo no tocante ao protagonismo da classe operária e complementou a obra publicada de Fernando Henrique Cardoso sobre o empresariado. As ideias esposadas no livro *Industrialização e Atitudes Operárias* foram essenciais para a elaboração e análises sobre a temática. A tese central era a seguinte: como o trabalhador que se submetera ao trabalho fabril era fruto da transição de uma economia agrária e exportadora para uma

³³ Negro (2004) Destaca: Juarez B. Lopes, com *Sociedade Industrial no Brasil* (1964); Luiz Pereira, em *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* (1965); Azis Simão em *Sindicato e Estado* (1966); Leôncio Martins Rodrigues, em *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* (1966); e José A. Rodrigues em *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* (1968). O autor ressalta também outros estudiosos, como Moises Vinhas e Marco Antônio Coelho.

³⁴ *Industrialização e Atitudes Operárias* (1970), de José Leôncio Martins, e *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), de Fernando Henrique Cardoso.

urbana e industrial, sua perspectiva não era classista, interessado que estava apenas na ascensão social; nesta perspectiva, a “representação sindical seria uma instituição ‘desnecessária’”. (NEGRO, 2004, p. 15).

O ciclo de greves desencadeados a partir de 1978-79 foi o início do fim da derrota histórica perpetrada pelos militares a serviço do grande capital nacional e internacional e significou um ascenso das lutas dos trabalhadores.

As greves não foram de um simbolismo de pouca monta. A ala castrense pensava que as greves e os movimentos sindicais paralisando o País eram coisas que haviam ficado definitivamente para trás. Parafraseando Trotsky, a história é mais forte do que qualquer aparato, e, nessa direção, as contradições e as lutas são passíveis de socavar qualquer poder, mesmo o mais aparentemente colossal.

As greves, inicialmente deflagradas pelos metalúrgicos, espalharam-se pelas demais categorias e restava claro que o dique começava a descerrar orifícios por vários lados e categorias, como a dos trabalhadores da construção civil, cobradores, médicos e professores, que também entraram em greve, sinalizando para setores da burguesia que a continuidade da ditadura traria a luta de classes a quente. Estes começaram a ensaiar negociações com os grevistas, principalmente dos setores mais dinâmicos da economia, como os das montadoras.

Negro (2004) considera, com muita propriedade, que diversas análises sobre a fundação do PT elegem a categoria de transição como fundamental para descrever o marco em que sucedia a criação do Partido dos Trabalhadores, vale dizer, a passagem do autoritarismo para a democracia, ou de um regime militar para uma democracia. A este respeito, o livro da brasilianista Margareth Keck, segundo o autor, é emblemático, pois ali há dois capítulos dedicados ao tema da transição. Negro (2004) lembra que a perspectiva hegemônica dos “transitólogos” é o da autonomia da política. O grande problema é que, para estes, essa autonomia é absoluta e não condicionada social e economicamente. A perspectiva que informa tais trabalhos é a da escolha racional.

Vitullo, em seu livro *Teorias da Democratização e Democracia na Argentina Contemporânea* (2007), dirige uma crítica assaz interessante ao que ele denomina de “transitólogos” e “consolidólogos”. Os primeiros surgem em oposição ao estruturalismo que predominava até então nas universidades. Sobre esta corrente sociológica, Vitullo (2007, p. 22) assevera que

Essa postura teórico-metodológica apontava a debilidade da burguesia nacional, a pobre estruturação das classes sociais, o predomínio de uma cultura política autoritária e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais como fatores responsáveis pela ruptura dos regimes democráticos do passado.

A democracia para os “transitólogos” é resultado da capacidade dos atores tomarem decisões e é fruto de um número pequeno de participantes do jogo, que são os agentes mais relevantes. A transição não depende mais de fatores estruturais, mas de ações tomadas por certos indivíduos-chaves. A noção de pacto assume papel fundamental para qualificar a transição como democrática, pensa Vitullo.

Outra característica dos “transitólogos”, segundo o autor (2007), é o uso de terminologia extraída do campo lúdico. O'Donnell e Scmitter são pródigos no emprego destas expressões: jogo, tabuleiro, rodadas de jogos, partida de pôquer. Esta terminologia quer expressar também a noção de estratégia “que encerra toda relação entre os encarregados do regime autoritário e as figuras mais notáveis da oposição política”. (VITULLO, 2007, p. 25).

Um traço também importante, destacado por Vitullo, é a concepção gradualista dos “transitólogos”. Assevera que, por trás desta ideia, está a visão da constituição da democracia britânica e, contemporaneamente, os casos da transição espanhola e a condução conciliatória dada por Adolfo Suárez. A transição espanhola é contraposta à portuguesa, tida como mais conflituosa e, portanto, mais difícil de chegar a bom termo.

Essa visão formalista é também criticada por Boron, que lobruga na matriz schumpeteriana o calcanhar-de-aquiles da concepção dos “transitólogos”.

Uma das premissas desta maneira de conceber a transição é que é possível e conveniente que a democracia política seja alcançada sem uma mobilização violenta e sem uma grande descontinuidade. Virtualmente sempre está presente a ameaça da violência, e há freqüentes protestos, greves e manifestações; mas uma vez que se adote a “via revolucionária” ou que a violência se difunde e se torna recorrente, as perspectivas favoráveis à democracia política se reduzem de maneira drástica. (O'DONNELL; SCHMITTER apud BORON, 2001, p. 270-271).

A crítica de Boron é bastante pertinente e me faz lembrar o exame que Faoro faz a respeito da tão decantada visão conciliatória das classes dominantes, o que o leva a indagar se com tal espírito é possível formular uma ciência política nacional. Boron questiona também se há algum país onde a democracia seguiu tais postulados externados pelos dois intelectuais “transitólogos”. Relembra que, de acordo com Barrington Moore, sem a Revolução Gloriosa, não haveria, na Inglaterra, a democracia; assim como sem a

Revolução Francesa e a Guerra Civil dos EEUU não seria possível o estabelecimento da democracia nestes dois países.

Ainda no que toca a essa temática, o Sociólogo argentino questiona o critério utilizado pelos dois autores da “transitologia” para designar como violência preferencialmente aquela dos “de baixo” para arrancar suas reivindicações postergadas durante décadas por meio de violências inauditas perpetradas pelos “de cima” via esquadrões da morte, o golpismo e a “violência estrutural das sociedades radicalmente injustas”. (BORON, 2001, p. 271).

O fundamental é que o PT, na época, era um partido em disputa — não tendo a supremacia de uma corrente como a Articulação, posteriormente, grupo majoritário; não existindo também, naquele momento, uma forte burocracia no seu interior vinculada aos parlamentares, aos ocupantes de cargos executivos, da burocracia sindical etc. Decididamente, o seu desenlace não estava dado de antemão, pois diversas correntes, principalmente as trotskistas, questionavam a tese de que o Partido deveria ser o esteio de uma transição que eles consideravam profundamente antidemocrática, tendo nascido de um pacto pelo alto e não de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana — fruto da mobilização popular que pusesse abaixo o regime militar. Portanto, não é possível afirmar que o PT era um partido que serviria como força motriz de uma transição no sentido dado pelos transitólogos, a não ser a *posteriori*, porque isto não estava dado, era uma luta política e ideológica travada no interior deste agrupamento político onde a correlação de forças não era ainda totalmente favorável às correntes que defendiam a colaboração de classes contra as tendências que advogavam a luta de classes contra o capital.

O Sociólogo argentino faz duas críticas muito apropriadas à visão dos “transitólogos”: a primeira está em que esta concepção schumpeteriana desqualifica por inteiro a própria ideia de democracia; em segundo lugar, leva a que se perguntar: se a democracia é algo tão simples, bastando para isso seguir alguns preceitos, por que a maioria da população mundial desconhece e vive em regimes que não podem ser qualificados como democráticos? O autor ainda ressalta que

Estas duas críticas: o esvaziamento ético da democracia e sua inconsistência em relação ao processo de construção das democracias “realmente existentes” são suficientes para fazer do rápido abandono das posições schumpeterianas uma questão prioritária na hora de se repensar criativamente a problemática da democracia e da democratização. (BORON, 2001, p. 272)

Vitullo, além da crítica ao “etapismo” da concepção dos “transitólogos” — a dos passos necessários para a transição chegar a bom termo — censura também a noção empobrecida de democracia.

Insistimos, então, nas ramificações políticas da mensagem tática que transmitem os estudiosos das transições democráticas, as que podem ser altamente questionáveis. Como bem assinala Nancy Bermeo (1990), a recomendação que emana da grande maioria dos textos sobre a transição democrática sugere que os opositores do regime autoritário não façam jogadas arriscadas, que moderem suas demandas e sigam a via do gradualismo e da cooperação com a linha branda do regime autoritário. Com frequência há uma marcada exaltação, nesses escritos, da necessidade de cautela, de prudência, de moderação e de celebração de compromissos e das vantagens de fazer sentir aos brandos do regime que ainda contam com capacidade de iniciativa política. Tudo o que comporta, segundo nosso ponto de vista, uma inadmissível claudicação. Que tipo de democracia há de levantar sobre pilares tão débeis? Caso coincidamos, por um momento e hipoteticamente, com os investigadores que adjudicam aos modos de transição uma importância decisiva para os resultados posteriores da democracia, cabe perguntarmo-nos se, dessa maneira, não se estaria propiciando ou alentando uma democracia com gravíssimos defeitos congênitos, com severas malformações de nascimento. (VITULLO, 2007, p. 44).

Vitullo assevera que a concepção shumpeteriana elitista e autoritária de democracia adotada pelos “transitólogos” tem como matriz as ideias do sociólogo alemão Max Weber.

Doutro lado, Reis (2007) assinala que a conjuntura na qual nasce o Partido dos Trabalhadores é de aberto declínio do regime militar, que não apresentava mais a robustez dos seus primeiros anos com a instituição do AI 5. Consequentemente, a sua capacidade “dissuasiva” contra o movimento operário e popular também se enfraquecia. O contexto internacional, para o autor, também era propício: a vitória dos sandinistas, em 1979, o crepúsculo das ditaduras militares no Continente Americano, o surgimento do governo Carter que passava a defender a substituição dos regimes militares por governos eleitos (ainda que respeitando a ordem e operando acordos por cima) etc.

Os líderes sindicais que terão um papel fundamental na formação do PT estavam dirigindo as greves que lhes deram um grande respaldo para a formação do futuro PT.

Foi num contexto como esse que se estruturou o PT, ganhando rapidamente notoriedade os nomes dos líderes sindicais que, desde meados de 1978, iriam decidir da sua construção: Luiz Inácio Lula da Silva, José Cicote, Hermes Amorina, presidentes dos Sindicatos Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bitar, dos Petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre; entre muitos outros, estes

principalmente, cedo despontariam como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles. (REIS, 2007, p. 506).

O autor adverte, porém, que os sindicalistas não estavam sozinhos nessa empreitada porque contaram desde os primórdios com a ação de grupos revolucionários trotskistas e, destaca entre estes, a Convergência Socialista e os grupos oriundos da luta armada contra a ditadura tais como: a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Todos confluíam para o desaguadouro que iria fazer surgir o PT.

Para Reis (2007), estas organizações foram derrotadas em suas estratégias políticas (luta armada, insurreição de massas) e estavam em processo de reformulação de seus métodos e doutrinas políticas, já na metade da década de 1970.

Nestes termos, o PT surgia como promessa de um partido livre das injunções do jogo político da burguesia e parecia ser a encarnação da proposta de Marx no Manifesto do Partido Comunista: a emancipação política deve ser um apanágio dos próprios trabalhadores, e, principalmente, livre dos vícios de dois partidos que disputavam a hegemonia da classe trabalhadora no Pós-Segunda Guerra e pós-Estado Novo — o trabalhismo e o “comunismo”, ou seja, o PTB e o PCB (REIS, 2007).

O problema dessa afirmação é que, para o marxismo, a classe trabalhadora se organiza fisicamente, independente da burguesia em um partido, como um primeiro passo importante, mas que ficará no meio do caminho se o partido não se constituir como classe hegemônica por meio de um programa anticapitalista e socialista. Tal qual a profecia de Cassandra, Florestan Fernandes alertava para os riscos do PT se burocratizar e se adaptar à ordem em se pautando por uma escolha estratégica de centralizar sua ação nas eleições e ter como meta a democratização do Estado e do capitalismo, descartando a revolução contra a ordem em termos programáticos. O Sociólogo alertava para a necessidade da permanência das correntes de esquerda para exercer uma contrapressão ao processo de transformismo que o Estado e o regime social capitalista exercem sobre os partidos nascidos do meio operário e popular.

O PT surgiu em 1980 e participou, dois anos depois, do seu primeiro embate eleitoral. Daí até a “profecia” de Florestan há um intervalo de aproximadamente um decênio. A questão é: o que teria se dado nesse intervalo?

O fato é que, um ano após esse alerta de Florestan, as correntes mais à esquerda do PT — Causa Operária e Convergência Socialista — serão expulsas do partido, pavimentando o caminho para aquilo que o historiador Coggiola (2004) denominará formação de cultura de governo no PT. Esse processo, em regra, se exprime no crescente número de prefeituras e estados que este partido passou a governar desenvolvendo à enésima potência aquilo que antes apenas existia de forma germinal no início do PT por meio de seu programa, ou seja, a adaptação à ordem existente.

Um balanço rigoroso mostra que a propensão pode se tornar um processo permanente e dissimulado. Mas tem sido contida exatamente pelo que parecia a “moléstia infantil do PT”: a coexistência de “tendências organizadas”. Estas servem como um componente de compensação e aliviam a burocratização (pelas críticas e fricções constantes) e a formação de oligarquias (pela oposição frontal). A coesão institucional, ideológica-utópica e política do PT, será pois, forçada a respeitar certos contrapesos, que acentuarão o caráter aberto dos órgãos de direção — centrais e intermediários — e restringirão o monopólio do micropoder partidário a proporções mínimas. Se isso não suceder o PT, perderá não apenas encanto e poesia. Ele deixará de ser o fulcro do aprofundamento da revolução democrática e a alternativa para a superação do passado e do presente. Repetirá malogros que arruinaram a difusão do socialismo e expuseram os assalariados às armadilhas do aburguesamento e da submissão à ordem social imperante. Por essas razões, é vital que se atribua maior atenção a dilemas dessa natureza. Não lutamos por vitórias de alcance restrito no aqui e agora, mas por um padrão de socialismo e de civilização que definirá o futuro da humanidade (em particular do Brasil e da América Latina). O partido não realizará suas tarefas se sucumbir a semelhantes desvios. Cumpre fixar com firmeza as linhas de resistências a uma deterioração previsível. (FERNANDES, 1991, p. 33-34, extraído de O PT em Movimento).

A tessitura que gerou o PT, todavia, é muito mais complexa. Reis (2007), por exemplo, realça terceiro componente, que foi importante para desaguar no rio que seria o PT, o catolicismo de esquerda/Teologia da Libertação, doutrina que pretendia realizar uma síntese entre marxismo e cristianismo. Assim sendo, no colégio Sion se realizou um encontro *sui generis* entre comunistas de vertentes diversas, lideranças sindicais conhecidas como autênticas e militantes cristãos progressistas para fundar uma nova agremiação política no país, o PT.

O autor lembra com muita propriedade que, na conformação do PT, a tese dos dois partidos comunistas — o PCB e o PC do B — teve que ser vencida no campo político, pois advogavam a idéia de que a oposição ao regime militar não deveria se dividir e enfraquecer o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Também despontavam outras propostas concorrentes com a do PT: Almino Afonso, líder da esquerda trabalhista antes do

golpe de 1964, e a de Fernando Henrique Cardoso, esposavam a tese de criação de um partido socialista democrático; a de Leonel Brizola, que lançara a tese ainda no exterior, de recriar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na contramão dessas propostas, a proposta de criação de Partido dos Trabalhadores foi se configurando e se tornando realidade (REIS, 2007).

Dentro em pouco, nas palavras de Reis (2007), as lideranças sindicais — pela sua projeção e liderança à frente dos sindicatos e das greves — ganharam proeminência na gestação do PT e arrastaram consigo a maioria dos cargos na primeira comissão provisória da direção do novo partido. O autor adverte para o fato de que muitas vezes esta liderança sindical incorria em declarações que continham certa rejeição ao debate político e eram estranhas à tradição da esquerda. Se estes sindicalistas, porém, tinham a proeminência no campo dirigente, a esquerda se beneficiou por deter um programa com maior clareza. Dessa maneira, de acordo com o Pesquisador da UFRJ, as propostas da esquerda ganharam contorno nas formulações e declarações do PT que, ao mesmo tempo em que falava em socialismo, não esclarecia de que forma isso se daria. Essas imprecisões eram fruto do amálgama programático e de organizações que era o PT.

Por exemplo: o partido declarava-se socialista, mas que tipo de socialismo pretendia? E por que meios? Reforma ou revolução? E de que formas de luta? Pressões e movimentos sociais? Lutas institucionais? E a atitude em relação aos marcos legais? Respeito escrupuloso, ou infração, se quando, fosse o caso? Como se combinariam na prática a unidade de ação e a pluralidade de tendências constituintes? Como funcionaria a democracia interna? Questões candentes, não é resolvida cabalmente no ato de fundação. (REIS, 2007, p. 509-510).

Passou-se a cultivar o empirismo no campo doutrinário que se expressa na famosa frase, repetida à exaustão pela direção do PT, “o socialismo será definido na luta”, desconhecendo ou menosprezando mais de um século de luta programática para dotar os trabalhadores de um instrumento eficiente para a transformação social: a I Internacional, a II Internacional e a III Internacional, antes do processo de burocratização, a IV Internacional e seu Programa de Transição, enriquecido com multifacetárias formas de lutas que os trabalhadores foram desenvolvendo etc.

Além desse aspecto, salta aos olhos o fato de que, nos primórdios de sua construção, o PT considerava de somenos importância caracterizar o caráter da revolução brasileira, o que não deixa de ser paradoxal num partido que se propõe exatamente discutir mudanças de vulto para o País, vale dizer, é como se esta fosse um anjo assexuado. Esse ponto de vista, em última análise, é decorrente do desprezo pela teoria e pelo acúmulo

programático historicamente logrado pela classe trabalhadora em mais de um século de luta. A isso tenho caracterizado de empirismo, correspondendo a essa falta de consideração – por parte da direção majoritária petista – quanto à teoria há pouco transcrita, ainda que resumidamente.

Sob a ótica da tradição trotskista, entretanto, esta definição é essencial para a disputa pela hegemonia e para clarificar as forças sociais que irão plasmar o novo regime estatal capaz de assegurar o novo bloco dominante no poder. Para os críticos da concepção majoritária, é como se um general dissesse para suas tropas que não tinha plano nenhum para vencer a guerra e que, aliás, este era secundário. Não é fortuito que esta indefinição programática — considerada uma virtude do PT nos primeiros momentos do partido, por se contrapor ao suposto dogmatismo da esquerda, que segundo a direção sempre trazia tudo fechado como num pacote — mais cedo ou mais tarde iria cobrar um preço excessivamente caro ao Partido, vale dizer, a adesão ao eleitoralismo e ao pragmatismo da pequena política, aos conchavos de gabinetes e as alianças com as oligarquias para somar votos e manter a “governabilidade”.

Aquilo que se consagrou para os economistas como década perdida, os anos 1980, foram na verdade anos de muita efervescência política, mas seu detonador foram as greves do ABCD que, segundo Reis (2007), se espalharam por São Paulo e depois para outros estados e cidades do País. O PT e a CUT são expressões desse processo.

Na primeira eleição de que o partido participou, em 1982, o PT, destaca o autor, demonstrou uma gula insaciável para conquistar cargos, postos em diversas instituições representativas do País.

O resultado do PT nesse pleito não foi medíocre ou desprezível do ponto de vista eleitoral, pois elegeu oito deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores pelo País afora; Lula, que foi candidato ao governo em São Paulo, levando-se em conta a inexperiência e falta de recursos, teve uma votação considerável, mas, para uns, o que era alvissareiro, para outros, era decepcionante, porque depositavam grandes esperanças em que o PT se tornasse um partido eleitoral com capacidade de disputar eleições e lograr êxito em pouco tempo e consideravam que o PT foi suplantado pelos dois partidos que disputavam o legado trabalhista: o PDT e PTB.

Garcia (2000), dirigente histórico do PSTU, em sua dissertação sobre o PT, vê nas eleições de 1982 aspectos bastantes positivos para um partido que participou pela primeira vez no sentido de organizar a classe trabalhadora em oposição à burguesia, e que, apesar

do voto útil no PMDB e das tentativas de isolar o PT, o resultado foi positivo, mas revelavam a face de uma disputa interna que era entre aqueles que queriam que o PT se mantivesse como um partido de classe e aqueles que queriam a diluição do PT num partido policlassista. Quer dizer: um partido que se distanciaria de suas bases operárias, defendendo um programa mais “palatável” para as camadas médias. Essa era a disjuntiva colocada para o PT e que será resolvida por meio da segunda opção por diversos fatores: a década de noventa pôs em marcha uma contra ofensiva ideológica, militar e política que deixou a esquerda mundial e do Brasil numa defensiva estratégica e muitos setores da esquerda aderiram ao pós-modernismo³⁵; o crescimento eleitoral do PT nesse contexto, a vitória de Collor de Mello (que simbolizava a adesão das classes dominantes ao neoliberalismo) e principalmente a direção do PT, que não foi passiva e aderiu a esse projeto ao se integrar ao regime político por meio de cargos executivos, parlamentos, gestão de fundos de pensão e da burocracia sindical.

Essa polêmica expressava que, desde cedo o PT viu-se diante do dilema dos partidos operários em ordem liberal democrática apontado por Adam Przeworski, em seu livro *Capitalismo e social-democracia*: “... se os partidos de base operária permanecessem próximos a sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maioria em eleições: por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive. Possivelmente, também sua lealdade” (GARCIA, 2000, p. 27-28).

Para Reis (2007), era exatamente a primeira opção que as correntes mais radicais do PT³⁶ acalentavam para a agremiação e, dentre estas, se destaca especialmente a Convergência Socialista. Falando de modo genérico, dir-se-ia que o PT, em vez de um projeto puramente eleitoral e parlamentar, deveria apostar num partido que tivesse como

³⁵ Existem diversas correntes no seio do pós-modernismo, mas aqui me refiro a ideia central de tal corrente, que é o do fim das grandes narrativas e de sujeitos coletivos com capacidade de transformações revolucionárias. Para Fiori (2002), existe uma só tese econômica sobre a qual se ergue todo o edifício ideológico conservador, que é a de que o capitalismo atravessou uma revolução tecnológica de tal monta que teria mudado completamente a face do capitalismo e por conta disso a velha indústria teria sido substituída pela “nova economia”, na qual o trabalho teria sido suplantado pelo setor de serviços e comunicações.

³⁶ As correntes internas do PT, *grosso modo*, poderiam ser divididas entre as que diretamente controlavam a máquina partidária, tidas por moderadas e francamente reformistas, destacando-se o agrupamento nomeado Articulação; no centro, forças políticas que oscilavam entre a direção majoritária e as correntes mais explicitamente contestadoras, embora vislumbradas externamente como “radicais”, a exemplo da Democracia Socialista (DS); por fim, havia um conjunto de forças minoritárias com um perfil abertamente socialista e que sustentavam uma luta sem quartel contra a direção do partido e a sua linha política, sobressaindo vertentes de orientação trotskista como Convergência Socialista e Causa Operária, tratadas – dentro e fora do Partido dos Trabalhadores – por “mais radicais”.

calendário as mobilizações, centralizando a atuação partidária nos embates sociais e não nos calendários eleitorais e no jogo institucional da burguesia.

A campanha das Diretas Já foi um bom laboratório político para o PT, que se fortaleceu nesse processo, por ter se engajado desde o início e, por este fato, quando a campanha assume um caráter multitudinário, o partido vai se fortalecer e se credenciar aos olhos de vários setores da sociedade.

A Campanha por eleições diretas abrandou as dissensões internas, coesionando o partido e as correntes internas que debatiam sobre reforma e revolução, ou qual seria o centro de gravidade do PT: as eleições ou as lutas sociais (REIS, 2007).

Para o autor, as correntes mais radicais saíram fortalecidas desse processo e a demonstração disso foi a expulsão dos parlamentares do PT que, ao arrepio da decisão partidária, votaram no colégio eleitoral a favor de Tancredo Neves, ou seja, os parlamentares foram punidos porque não foram a expressão ou o braço dos movimentos sociais no Parlamento.

Nas subsequentes tentativas de greves gerais sob as lideranças de correntes mais radicais da CUT, o PT se veria às voltas com o desencadeamento de greves setoriais amplas e, até de greves gerais no País, notadamente nos serviços públicos, que para o autor tiveram um sucesso questionável. Em seu entendimento, isso já evidenciava o declínio da vaga grevista do final da década de 1970 e início da década de 1980.

A explicação para tal descenso foi a assunção do neoliberalismo por meio de vários governos representados principalmente em Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra. A partir daí, começa uma ofensiva contra os trabalhadores no campo político, ideológico e militar. Na América Latina, a revolução nicaraguense se vê sitiada. A URSS, empantanada na Guerra do Afeganistão desde 1979, se via sem saída e já mostrava sinais de exaustão no campo econômico. Gorbatchov levaria a URSS para um caos e os partidos sociais-democratas começavam a se curvar diante da pressão monetarista e passaram também a questionar o Estado do Bem-Estar Social (REIS, 2007). O autor cita como caso exemplar o governo de Mitterrand, que esboça alguma reação aos ditames neoliberais, mas logo sucumbe.

A queda do muro de Berlim e a desagregação da URSS são a culminância desse processo e, a partir daí, mesmo os setores que não se identificavam com o socialismo realmente existente passaram para uma posição a qual Reis intitula de defensiva estratégica.

Para arrematar este quadro desfavorável, no Brasil, após a morte de Tancredo, assume um dos próceres da ditadura, José Sarney que mostrava bem os limites dessa transição pelo alto.

O Plano Cruzado permitiu que Sarney colhesse alta popularidade, mas o autor adverte pra o fato de que, mesmo depois do Plano, é possível “vazar água e o dique arrebentar”; o movimento operário e popular já não estava na ofensiva e não conseguia ações de vulto como as do início da década de 1980, que teve como último simbolismo a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1985.

Ao mesmo tempo em que declinavam a vaga grevista e a disposição de luta dos trabalhadores, o PT vinha crescendo no campo eleitoral. Em 1985, elege a primeira prefeitura do PT, e no ano ulterior, elegeu para o Congresso Constituinte 16 deputados federais, dobrando sua bancada e Lula sendo eleito com uma votação expressiva (mais de 600 mil votos).

A atuação do PT na Constituinte, apesar da bancada pequena diante dos partidos maiores, foi comparada à do PCB na Constituinte de 1946, pela dinâmica impressa aos trabalhos e pela combatividade da sua bancada, ao ponto de inicialmente surpreender a direita, que depois se refez e se organizou no Centrão. Tal combatividade se expressou no âmbito de uma Constituinte compromissada com o Estado do Bem-Estar Social, expressando ainda propostas nacionais estatistas consagradas nas esquerdas brasileiras que se tornaria, apesar dos mais pessimistas, nas bandeiras dos movimentos populares até o presente momento (REIS, 2007). Desse processo, surgiriam as lideranças mais expressivas do PT: Genoíno, José Dirceu, Vladimir Palmeira. Martinez (2007) relembra que o PT encomendou a Fábio Konder Comparato uma proposta de Constituição para o País, incorporada às sugestões de outros setores da sociedade.

Em 1989, o PT disputa a primeira eleição presidencial, que contou com grandes comícios e participação da população, debates televisivos. O PT lança seu líder de maior expressão, Lula, que entrou em cena mais como uma anticandidatura do que para disputar efetivamente o processo eleitoral com chances de vitória, conforme o autor retrocitado. Para Reis (2007), o PT lançou um programa reformista-revolucionário,³⁷ consubstanciado

³⁷ Reis (2007) diz que este termo foi cunhado por Carlos Nelson Coutinho nos anos 1980, principalmente em dois livros do autor *A Democracia como Valor Universal* e *a Dualidade de Poderes e Outros Ensaios*. Nestes livros, defende a idéia de que a democracia não poderia ser usada como mero expediente tático para a classe trabalhadora. Deveria ser alçado ao fim estratégico supremo. Acontece que para o marxismo revolucionário a democracia não é um valor universal e é um determinado regime político que consagra o domínio parlamentar da burguesia, ou seja, Coutinho foi um dos intelectuais, junto com Francisco Weffort, que deu

na herança mais extrema das esquerdas no plano local, do qual constavam as seguintes bandeiras: anulação da dívida externa, reforma agrária radical etc. Para o autor, a campanha foi pensada mais para acumular forças, difundir o programa e catapultar Lula como liderança. Enfim bandeiras que para o PT só um

[...] governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, na qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo (...). (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS (1979-1998), 6º ENCONTRO NACIONAL, 1998, p. 372).

Collor debutou no cenário eleitoral nacional como candidato da moralização da vida pública e com bandeiras neoliberais e um poder de interlocução com os setores mais desorganizados da sociedade. De outro lado, estava Leonel Brizola representando o nacionalismo, um líder tarimbado provindo da herança política getulista e era o cotado para disputar o segundo turno com Collor.

Reis (2007) assevera que Lula surgiu como um azarão na disputa e surpreendeu muitos, que consideravam que o PT não teria chance: a eloquência do líder do PT, a mobilização da militância do partido, foram fazendo Lula ultrapassar Brizola e tornando-o o candidato que enfrentaria Collor no segundo turno.

As propostas de Lula, nacionais-estatistas, deixaram a burguesia assustada com as perspectivas de Lula chegar à Presidência da República, e esta se uniu em torno da candidatura de Collor, embora ela não o visse como a melhor opção, mas é a que encontraram e a que tinham para vencer Lula e as forças sociais que lhe davam apoio, de acordo com Reis (2007). Dever-se-ia dizer que, mais do que a proposta política do PT, o que deixava a burguesia em polvorosa era a base social do PT no campo e na cidade e

substrato para o processo de social-democratização do PT, vale dizer, para o seu transformismo no campo das ideias e no terreno programático. A classe trabalhadora luta pela democracia que significa para ela reforma agrária, independência nacional, liquidação das relações pré-capitalistas, mas aliada a bandeiras socialistas e à defesa de um governo próprio da classe trabalhadora. As propostas de Coutinho, para Reis (2007), procura evitar a separação entre reforma e revolução, mas o que ele fez no Brasil foi exatamente separar reforma e revolução por meio de uma muralha da China. É tanto que Coutinho retoma a tese do eurocomunismo no Brasil e foi a proposta defendida pelo PCB ao longo de décadas, a separação das tarefas democráticas das tarefas socialistas com uma roupagem gramsciana. Coutinho deu munção teórica para os debates no interior do PT, para as correntes que defendiam o *aggiornamento* do PT, defendendo a noção de que o Brasil era um país com características ocidentais, portanto, a estratégia a ser adotada não era a guerra de movimento (tomado do poder, ruptura), característico de países orientais, mas a guerra de posições (luta parlamentar e sindical etc). Separar as duas lutas de forma absoluta foi obra da social-democracia no início do século XX. Rosa Luxemburgo foi uma das principais críticas dessa separação e Lênin e Trotsky demonstram que tanto no campo militar quanto no campo político era profundamente errôneo absolutizar tal separação.

dever-se lembrar que a burguesia nesse período já aderira ao receituário neoliberal e a vitória de Collor não deixou de expressar esse fenômeno.

A derrota de Lula não o alquebrou, tampouco ao Partido, que se configurou como o partido de maior peso no papel de oposição a Collor.

A análise de Sader (2009) destaca que, na disputa presidencial de 1989, o definidor do processo não foi a margem apertada da vitória de Collor sobre Lula, mas a capacidade de Collor em ditar um nova doutrina e a incompreensão da esquerda de aquilatar a magnitude da crise, que, para o autor, era de hegemonia que se desenhava.

Collor indicou, de acordo com o autor em tela, o novo modelo hegemônico que se baseava em duas vigas fundamentais: a desqualificação dos serviços públicos que eram rotulados de marajás por serem supostamente privilegiados e responsabilizava o Estado brasileiro pela crise por gastar excessivamente e ter colocado o País no atraso com seu zelo protecionista, impedindo-o de se modernizar. O remédio preconizado foi: privatizações, abertura comercial, ataques ao funcionalismo público e o congelamento dos depósitos bancários.

Em 1991, o PT realiza o seu primeiro Congresso na cidade que foi o berço do PT, São Bernardo, e fez declarações de princípio sobre o socialismo, mas a direção ligada a Lula fez questão de manter o socialismo como algo genérico, abstrato, sem uma formulação precisa. Esse caráter genérico da definição programática do socialismo era como um guarda-chuva que abrigava todas as correntes. O PT afirmava que era a experiência concreta que apontaria os rumos (REIS, 2007). É bom que se diga, porém, que a ideia de transitar para o socialismo pelo caminho da democracia já estava presente na tese vitoriosa no I Encontro Nacional; aí se afirmava, no item 95, que o PT se comprometia a manter-se nos quadros da institucionalidade e do Estado burguês. É a retomada das teses de Bernstein, do final do século XIX e aplicada, no Brasil, por Carlos Nelson Coutinho, requeitando as teses do eurocomunismo, principalmente o italiano, que teve ampla acolhida no PT. É a ideia da democracia como valor universal, em que a forma democrática no lugar de ser um regime político que mascara a dominação da burguesia por meio do sufrágio universal e da existência de instituições representativas, que sempre foi a tese do marxismo revolucionário, passava a ser o veículo em que os trabalhadores deveriam transitar para o socialismo. Além disso, disseminava a confusão entre socialismo e stalinismo deliberadamente. O stalinismo é a denegação do socialismo. Senão vejamos:

95. Para o PT, o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado *socialismo real*. Mais do que a mera afirmação retórica de uma idéia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas substanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar toda e qualquer ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS (1979-1998), I CONGRESSO, 1998, p. 499-500).

Reis (2007) enfatiza que o Congresso do PT revelou um aspecto importante, o de um processo de verticalização e atrofiamento das suas instâncias. É nesse período que surge para fazer face às organizações de esquerda do PT um agrupamento capitaneado pelas lideranças sindicais mais influentes e para assegurar o controle do partido, a corrente intitulada de Articulação,³⁸ que tinha as seguintes características:

Politicamente moderada, alérgica a dogmas de qualquer natureza, vocacionada a exercer o poder interno, polarizada pelas personalidades de seus *chefes*, poucos afeitos a debates político-teóricos, sem princípios muitos claros, salvo controlar o poder, mas adeptos de negociações, e com grande sintonia com as bases populares do partido, a Articulação cedo se impôs como centro dirigente. Por ela, e desde então, teriam que passar as grandes decisões que orientariam a vida partidária e a ação do PT na sociedade.

De outro lado, as organizações revolucionárias, apesar delas mesmas, e contrariando prognósticos expectativas, foram sendo *fagocitadas* no interior do partido, aspiradas pelas pugnas internas e pelas disputas político-eleitorais, quando não pelos cargos que se multiplicavam e que urgia ocupar. Em suma, institucionalizavam-se. A maioria desapareceu quase sem deixar vestígios (REIS, 2007, p. 518).

Essa institucionalização trouxe consigo a adaptação crescente ao regime político, o apetite por ocupar cargos no interior do Estado, e seu corolário é a substituição de conceitos como luta de classes, imperialismo, por cidadania, participação e,

³⁸ Efetivamente, a Articulação tem o seu gérmen nos primeiros anos do PT. Era a chamada “Articulação dos 113”. O que virá à tona no transcurso do congresso (1991) é a institucionalização de um processo cuja etimologia política praticamente coincide com o surgimento do partido. Essa institucionalização foi exigida a cada uma das correntes e, em última hipótese, objetivava assegurar o controle de cada uma delas pelo centro do aparato partidário que, por sua vez, estava sob o domínio da corrente majoritária.

principalmente, a legitimação das eleições como uma órbita ao redor da qual deve girar todo o partido.

Sader (2009) reconhece que este processo de incorporação do partido ao regime político fez substituir a bandeira inicial de não-pagamento pela de auditoria da dívida e a sua suspensão, que posteriormente foi um pulo para a defesa de honrar os compromissos com os banqueiros internacionais que culminou na *Carta aos Brasileiros*, de 2002, ou seja, de pagar o serviço da dívida que opera como um dreno para extrair os recursos do País, obstaculizando o desenvolvimento e ferindo a soberania nacional. Ainda considera que esta mudança trouxe sérias consequências para a concepção do partido ante temática bastante cara à esquerda, qual seja: o imperialismo como um óbice ao desenvolvimento do País.

Essa nova visão sobre a questão da dívida incorporava outras, das quais a principal era a abolição do tema do imperialismo. Se a dívida e o pagamento de juros, assim como suas renegociações, remetiam a uma visão da espoliação externa, com cartas de intenção e condicionamentos impostos ao país por instituições financeiras internacionais — como o FMI e o Banco Mundial —, o novo posicionamento do PT abolia a possibilidade de questionar o endividamento e o sujeito externo dele, isto é, a exploração imperial. O governo Lula levantaria o tema da integração regional como uma questão de associação com os países Sul do continente e do mundo, por meio das inserções internacionais similares, sem, no entanto resgatar o tema do campo de poder e de exploração em que as relações Norte-Sul estão imersas. (SADER, 2009, p. 77).

Nessa perspectiva, o PT incorporou também o consenso liberal que estabelece como prioridade no campo da política macroeconômica o combate à inflação; e esta temática será uma das vigas do edifício da conversão ideológica do PT.

A relação do partido com sua base e com a sociedade, nesse contexto de transformismo pelo qual o PT atravessou, não ficou incólume e a composição social do partido passou também por uma transformação em que os assessores de vários tipos (sindical, partidário, parlamentar, empresas estatais, governos) passaram a ser o “esteio” do partido.

Essa reformulação foi acompanhada de modificações significativas na inserção social do partido. Em dezembro de 2000, num congresso realizado em Pernambuco, uma pesquisa revelou as transformações ocorridas na composição dos delegados: mais de 70% deles não tinham militância de base, mas estavam inseridos em outro tipo de estrutura (organização do partido ou de sindicatos, assessoria parlamentar, empresas estatais, governos etc.). Além disso, a idade média havia sofrido um sensível aumento e refletia um ser social bastante distinto daquele que fundou e compôs o partido ao longo, pelo menos, da década de 1980. (SADER, 2009, p. 77).

Ainda segundo Sader, já na campanha presidencial de 1998, o PT e Lula - embora o País atravessasse uma crise motivada principalmente pela escolha que o Plano Real impôs ao Brasil, a captação de recursos externos para manter o balanço de pagamentos e as altas de juros que elevaram a dívida pública — mantiveram uma indefinição em relação ao Plano Real e Lula não fez uma crítica a ele para não ser identificado com uma imagem de crise e catástrofes. Sua campanha nesse sentido, para Sader (2009), não teve densidade e sequer foi um projeto que se apresentasse como alternativa ao modelo neoliberal e Lula aparentava passividade ante o novo consenso.

Para Sader (2009), o marco divisor desse processo de transformismo do PT foi o ano de 1994, com a vitória de FHC, a adoção do Plano Real e a segunda derrota de Lula. O Real introduziu mudanças na esfera objetiva e subjetiva no País, que não podem ser desprezadas. O golpe militar — apesar de implementar um projeto que concentrava renda, o consumo de luxo e perpetrar a violência contra os trabalhadores e suas organizações — não desestruturou o Estado como elemento ativo no plano econômico (SADER, 2009). Já o Real, com o seu cortejo de abertura comercial, privatizações, liberalização financeira, âncora cambial, demissões de funcionários públicos e a retirada de direitos sociais, agravadas pelo desemprego, a quebra de pequenas e médias empresas, fortaleceu sobremaneira o capital financeiro, ou seja, o capital em detrimento do trabalho, modificando não só as relações entre as classes sociais, mas impactou também a função do Estado (SADER, 2009).

Os movimentos sociais foram reprimidos e a nova ideologia “ganhou corações e mentes”. Com o seu ideário de consumismo, de despolitização, veiculada diuturnamente pela mídia, fez o trabalho de desarticular os movimentos coletivos. O MST passou a ser vítima de uma campanha sistemática no sentido de criminalizá-lo. Os sindicatos passaram para a defensiva e, de acordo com o autor, o mundo do trabalho foi obliterado dos grandes temas nacionais.

Foi partir de 1994 que a esquerda no Brasil passou da ofensiva para a defensiva. Para Sader (2009), isso começou no governo Collor, sendo momentaneamente sustado pela mobilização contra este e pelo seu *impeachment*, servindo como um pequeno refrigerio ao movimento operário e popular. Estes movimentos, no entanto, foram pequenos espasmos encetados pela esquerda logo neutralizados pela burguesia. Refeita do susto e tendo assumido Itamar Franco, logo este não titubeou em levar à frente o programa neoliberal. Para o autor em tela, este Presidente não foi um fio de continuidade da oposição, mas a

preservação do ideário neoliberal por meio de seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e, por fim, lançando o Plano Real para o Sociólogo alçar voo à Presidência da República.

O autor diz ainda: ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal debilitava as lutas sociais e sua atuação política, algo que teria sido fundamental para o crescimento da esquerda, o PT prosseguia no seu processo de integração à ordem institucional como

[...] um reflexo indireto da mudança da correlação de forças e da recuperação de iniciativa por parte da direita, que despontava com uma plataforma renovada e de forças novas incorporadas. (SADER, 2009, p. 79).

A explicação, para Sader (2009), do sucesso da política neoliberal Brasil recai principalmente na ofensiva da direita que conseguiu lograr êxito. Em parte, é verdade que diversos setores e organizações que se diziam marxistas se viram atônitos com a queda do muro e a *débâcle* da URSS, mas não se pode debitar essa fatura somente na conta dos setores que teriam como função fazer exatamente o que fizeram (a direita), mas, e a esquerda que deveria lutar contra? E por que não o fez? Se o fez, por que não conseguiu se contrapor de modo mais eficaz ao avanço neoliberal? Não se pode esquecer de que muitas correntes, e entre estas a Articulação, tomaram para si muito do ideário neoliberal como priorizar o combate à inflação, ou defender a participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais como espécie de fórum para irmanar trabalhadores, governo e empresários já no curto governo Collor, que, junto com os empresários, desfechava uma campanha para subtrair direitos sociais e atacava profundamente os trabalhadores. E quanto mais os trabalhadores votavam no PT e aumentava o número de parlamentares, mais os direitos sociais eram atacados, mostrando de fato que a centralidade da atuação do PT no terreno eleitoral e a pressão sobre o parlamento, para supostamente barrar o avanço neoliberal, só fortaleciam a burocracia parlamentar e sindical em detrimento dos sindicatos mais combativos e da ampla maioria da classe trabalhadora.

Boito Jr. (1999) lembra que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) — durante o mandato de Collor de Mello na Presidência da República e sob a batuta da Articulação Sindical, corrente ligada a Lula, José Dirceu etc., para ficar nos dirigentes mais conhecidos, operacionalizara uma mudança da estratégia da CUT e a deixava de pés e mãos atadas, durante os governos neoliberais, para resistir de modo mais eficaz aos ataques contra a classe trabalhadora. Ou seja, no lugar de greves e campanhas salariais, o que estava em pauta na agenda sindical e política passava a ser a negociação entre

trabalhadores empregados e patrões em fóruns, e essa mudança foi consubstanciada no IV Congresso da CUT, em São Paulo, em setembro de 1991. O autor considera que esta proposta contou com a resistência das correntes trotskistas, de agrupamentos comunistas e de grupos radicalizados da Teologia da Libertação, mas que não foi possível vencê-la pelo prestígio que Lula e os demais sindicalistas ainda gozavam no movimento sindical e pelo controle que exerciam sobre o aparato da CUT.

A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Mello na presidência da República em março de 1990 levaram a uma mudança de estratégia da CUT. Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégias nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias — as diversas correntes sob influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990, na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT, lançou e fez aprovar a idéia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma opção ao “sindicalismo defensivo” dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo em setembro de 1991. Esse foi um congresso marcado pela exacerbação do conflito entre a Articulação Sindical e as correntes minoritárias situadas à sua esquerda. Numa votação decisiva, que estabelecia os critérios para a formação da executiva nacional da central, a Articulação Sindical negou-se a concluir a contagem dos votos dos delegados. Essa atitude quase provocou o encerramento antecipado do congresso e uma crise política na central, mas garantiu-lhe o controle seguro da executiva nacional e a implantação da nova estratégia. (BOITO JR., 1999, p. 131-132).

Para Sader (2009), o projeto neoliberal deu uma reciclada na direita brasileira que ficara órfã de programas e de ideias com o fim da ditadura — pois estava associada ao atraso e à truculência do regime militar, dando-lhe uma “nova” roupagem e concedeu-lhe também conteúdo político para retomar a ofensiva que havia sido obstada com o fim do regime militar. Vale dizer, a direita saía da defensiva e vinha com um discurso ofensivo de desmonte dos direitos sociais. Chico de Oliveira, nesse sentido, troçou do reacionarismo da burguesia brasileira, quando, parafraseando Caio Prado, a chamou de vanguarda do atraso por querer implementar esse ideário num país que não conheceu o Estado do Bem-Estar Social, e mal a Constituição havia consagrado alguns direitos em 1988, as classes dominantes já não tinham nenhum rubor em defender a sua retirada.

Para Sader (2009), o ano de 1994 pode ser comparado a 1930 e a 1964 no sentido de reviravolta, de mudança estratégica para o Brasil. Progressista a de 1930 e regressivas as duas. Para o Sociólogo, a vitória da esquerda ao chegar ao governo teria sido na verdade uma vitória de Pirro, pois chegava com as ideias do adversário.

A esquerda não ficou inume à hegemonia ideológica do neoliberalismo. A frase de Perry Anderson a propósito da esquerda francesa vale perfeitamente para a brasileira: “E quando, finalmente, a esquerda chegou ao governo, tinha perdido a batalha de idéias”. (SADER, 2009, p. 79).

O resultado desse transformismo político, ideológico e institucional podia ser observado no interior do Partido, como lembra Reis (2007), ao observar que os militantes amadores do PT, que empunhavam as bandeiras e eram o esteio do partido, foram substituídos por funcionários, assessores, executivos de todos os naipes que vinham acorrendo ao partido à medida que se ganhavam prefeituras, governos estaduais, aumentava sua bancada parlamentar etc. O autor antes citado enumera as conquistas eleitorais como a prefeitura de São Paulo, na administração de Luisa Erundina, a prefeitura de Santos (Telma de Sousa), de Porto Alegre (Olívio Dutra) e de Vitória, afora outras cidades. Estava aí começando um ciclo longo de governos municipais.

A chamada “extrema esquerda petista” não deixou de perceber as mudanças que o PT atravessou e sua gravitação em torno das disputas eleitorais e passou a criticar tal postura do PT (REIS, 2007). Dizia que o PT, de partido que propugnava mudanças e até a revolução, passara a ser um partido eleitoralista, de gestores interessados na manutenção da ordem capitalista. De acordo com o autor, porém, não conseguiu reverter tal quadro e acabaram expulsas do próprio partido correntes como Causa Operária, em 1990, e a Convergência Socialista (CS), em 1992.

Em 1992, o PT perderia a Prefeitura de São Paulo, mas ganharia as eleições para prefeituras de cerca de 50 cidades brasileiras e algumas de grande expressão: Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Rio Branco.

Reis (2007) relembra que o PT amargaria mais duas derrotas eleitorais para Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo paulista que Lula apoiara para o Senado em 1978 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Já em 1994, o PT teve mais de 17 milhões de votos para as eleições presidenciais e elegeu quatro senadores, cinquenta deputados estaduais e dois governadores — Distrito Federal e Espírito Santo. Nas eleições municipais de 1996, o PT se firma como partido com forte densidade eleitoral, hegemônico em Porto Alegre, sendo vencedor também em Belém, e concorreu com candidatos em

importantes centros urbanos, obtendo boas votações nestes lugares. O Historiador considera que isso também significou “uma verdadeira cornucópia de cargos e de responsabilidades administrativas”. (REIS, 2007, p. 520).

Lula foi novamente derrotado em 1998, mas sufragado por 31,7% dos votos válidos e se fortaleceu em diversos estados, obtendo vitórias no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre, além de ter eleito três senadores, cinquenta e nove deputados federais e noventa estaduais.

O crescimento eleitoral do PT o fez suplantar no seio das esquerdas o PDT, o PSB e o PC do B, conforme o autor. Tal cornucópia eleitoral, porém, e o preenchimento de cargos não foram realizados sem percalços: Paulo de Tarso Venceslau, antigo militante da ALN e do PT, em 1993, fizera denúncias de corrupção do PT em São Paulo que atingia inclusive pessoas próximas a Lula. Foi sumariamente exonerado de seu cargo na Prefeitura petista de São José dos Campos, em setembro do mesmo ano. Paulo de Tarso passou por um processo que se arrastou até 1998 e foi absolvido pela Comissão de Ética do PT, mas acabou expulso do partido num processo político que não deixava nada a desejar aos velhos expurgos stalinistas (REIS, 2007). A alegação para sua expulsão é que sua conduta — a de sua denúncia — colocava em xeque o partido na conjuntura eleitoral de 1998.

Em 1995, surge outra denúncia que destoava do coro de que o partido estava no rumo certo e que era o arauto da ética. Dessa vez, as denúncias foram formuladas por César Benjamin, um intelectual reconhecido e que foi importante assessor de Luis Inácio Lula da Silva, na campanha presidencial de 1994. César denunciou que havia um processo generalizado de corrupção do PT, mas, se sentido ameaçado, César “escolheu” abandonar o PT antes de ser expulso. Reis (2007) considera que a corrupção que grassava nas administrações era um segredo de polichinelo.

Muitos já admitiam que germinavam verdadeiras máfias à sombra de prefeituras petistas do interior de São Paulo, fazendo todo tipo de negócios e de negociatas, como licitações fraudadas, extorsões e propinas de diversos tipos, frequentemente associadas às concessões de serviços públicos (coletas de lixo, linhas de transporte urbano, e outras) para carrear finanças para o partido. Alegava-se que era um mal inevitável, um tributo ao *realismo político*, a submissão a leis de bronze do jogo pesado da *grande política*, em que todos eram obrigados a fazer as mesmas coisas, sob pena de incorrer em atitudes ingênuas e *amadoristas*, fadadas à derrota política. Assim, as denúncias e outras restrições foram como pedras leves arremessadas. Abriam pequenos círculos, logo absorvidos pelo largo lago em que se transformara o PT, convertido em poderosa *máquina partidária*, desde 1995. Desempenharia papel decisivo nesse sentido o deputado José Dirceu, então presidente do partido. Também ele

antigo militante da ALN, notabilizara-se por ocasião de sua atuação na CPI que levava ao *impeachment* de Collor. Agora exercendo seus conhecidos talentos de organizador, ao lado da liderança de Lula, conduziram, ambos, o PT, finalmente, a vitória, nas eleições presidenciais de 2002. (REIS, 2007, p. 521).

O autor pergunta-se se o PT que chegou à vitória eleitoral em 2002 guarda ainda os traços do PT dos seus primórdios, no início de 1980, e responde que o pequeno partido se converteu em grande agremiação e numa máquina nacional com grande influência; de partido de militantes se transformou em um partido de funcionários; de um partido que teve como esteio as greves e o movimento operário se transmutara para um partido das camadas médias e de um partido que continha várias tendências para a supremacia de uma tendência, a Articulação; de um partido com vínculos com os movimentos sociais para um partido que segue e está comprometido de fio a pavio com o calendário eleitoral; de um partido com dirigentes dos movimentos sociais a um partido de caciques, tais como os parlamentares, prefeitos, assessores etc.; do partido em que correntes no seu interior discutiam revolução para um partido acomodado ao jogo das possibilidades, a administração.

A campanha de 2002 transcorreu em quadro favorável ao PT pelo desgaste de dois mandatos de FHC e quando era notória a falta de popularidade do candidato do PSDB, José Serra. Para Reis (2007), os adversários enganaram-se, pensando que Lula estava fadado à derrota e o menosprezaram, passando à troca de farpas entre si; enquanto Lula crescia às suas costas, eles definhavam. Não foram somente fatores fortuitos que levaram Lula ao Palácio do Planalto, pois o PT já vinha se preparando profissionalmente para a campanha de 2002. Para tanto, amealhou recursos consideráveis por meio do financiamento de campanhas e abrandou seu discurso político, processo que já vinha em curso desde 1994 mas que, em 2002, alcançaria um novo estágio com a Carta aos brasileiros (REIS, 2007). Foi dado um novo visual à campanha de Lula, que procurou remodelá-lo, desvinculá-lo de qualquer passado de dirigente radical; o mote “lulinha paz e amor” também atendia a esse propósito. Depois de três derrotas, Lula chegava finalmente à Presidência, mas, para os funcionários públicos e os setores mais radicais da esquerda, consoante o autor, em vez de agenda reformista o governo Lula

[...] se limitou a propor as reformas já enviadas à consideração do Congresso por FHC (reformas da previdência e tributária). Na saúde e na educação setores considerados prioritários pela tradição nacional-estatista, não houve nenhuma iniciativa importante, decepcionando expectativas e esperanças. O ministro da educação, Cristovam Buarque,

ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-governador de Brasília, experiente na área, e de quem se esperavam propostas ousadas, nada fez, ou propôs, ou realizou de significativo, além de formular sugestões como se ainda estivesse na Oposição. Foi de uma inapetência emblemática, mas não isolada. Era como se o PT e governo tivessem assumido o poder sem um programa, sem propostas concretas, que reformassem o país numa direção determinada, ou em qualquer direção. Prevalencia, na maioria das áreas, com a honrosa exceção da política externa, uma perspectiva de gestão — sem imaginação, nem audácia. A base política no Congresso era assegurada por uma estranha aliança com os partidos fisiológicos ou francamente conservadores. (PTB, PL e PP). (REIS, 2007, p. 523-524).

Para Reis (2007), logo o PT passou a ser criticado de traição por diversos setores e organizações da esquerda mais radical e até por políticos do PDT, como Leonel Brizola, que o criticavam por ter deixado de lado o programa nacional-estatista de campanhas precedentes. Em 2005, o PT e Lula seriam acusados por uma saraivada de escândalos de pagar propinas para ter apoio — o escândalo do mensalão.

Foi desencadeada uma campanha que não deixava nada a dever ao moralismo udenista anterior ao golpe de 1964, e partidos conservadores e moderados assumiam um tom de arautos da moralidade pública. Partidos que sabidamente eram vezeiros no jogo da politicagem e de práticas no mínimo condenáveis no plano da *res pública* (REIS, 2007). A campanha encetada pela grande mídia lembrou muito a campanha desencadeada contra Getúlio, destaca Reis (2007). Só que há de se fazer aqui uma distinção bastante clara entre a campanha contra Getúlio que visava defender minimamente a economia nacional ante a concorrência do imperialismo e por isso a campanha visava a impedir a criação de uma série de estatais, e Lula, que no primeiro mandato governara mantendo políticas que vinham do governo anterior — como metas de inflação, superávits fiscais, taxas de juros elevadas, contrarreforma da previdência e uma reforma universitária que beneficiava o ensino privado superior.

Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras escreveram um excelente livro, intitulado de *A Economia Política Econômica do Governo Lula*, que abrange o período de 2003-2007, exatamente o primeiro mandato do governo Lula. Nesse livro, os autores em tela enfatizam que, apesar do ciclo expansivo do capitalismo internacional, o Brasil manteve taxas medíocres de crescimento em decorrência das políticas citadas anteriormente e que o País embarcou em uma especialização regressiva baseada em *commodities* minerais e agrícolas. Destacam também que, apesar da melhora da distribuição pessoal da renda que exclui em grande parte juros e lucros, a distribuição funcional da renda que abrange, de um lado, salários, e de outro, juros e lucros, piorou, vale dizer, que os setores financeiros e os

empresários passaram a amealhar mais em relação à riqueza produzida. Daí para os dois autores Lula ter aprofundado o modelo liberal periférico, foi implantado com as políticas neoliberais a partir de Collor e desenvolvido por FHC.

O modelo liberal periférico resulta da redefinição das relações capital-trabalho e das relações intercapitalistas. Ele se diferencia do modelo de substituição de importações, sobretudo, por um novo tipo de inserção internacional (principalmente, nas esferas comercial e financeira) do país e pela reestruturação do Estado — que reorientou suas funções e a forma de sua intervenção na esfera econômica ... (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 95-96).

A oposição do PSDB e do PFL tentou montar comissões parlamentares de inquérito (CPIs) cujo propósito era levar Lula cambaleante até as próximas eleições e faturar eleitoralmente com o desgaste do governo que chegou a decrescer de popularidade. Parafraseando Weber, no entanto, por um paradoxo da ação humana, a popularidade de Lula começava subir em 2006 e a tendência era de subida pela situação favorável da economia e pelo fato de a oposição burguesa ter deixado escapar uma oportunidade impar de impulsionar uma campanha pelo *impeachment*, descartada que fora por considerar que Lula não se recuperaria daqueles escândalos. Ledo engano. Lula não só subia nas pesquisas como até o PT também se recuperava um pouco embora não na mesma proporção de Lula.

Para Reis (2007), as explicações para a recuperação de Lula podem ser vistas da seguinte forma: foram criados bodes expiatórios. Lula sacrificou no altar da governabilidade na sucessão de escândalos, José Dirceu e Palocci, e o PT ejetou José Genoíno da cadeira de presidente do Partido.

Em outubro de 2005, o PT elege à direção do Partido, Ricardo Berzoini, ligado a Lula e da corrente do Presidente, a Articulação, que continuava a deter o controle sobre o esta agremiação. Reis (2007) considera que a recuperação política de Lula ocorreu também porque os efeitos de determinadas políticas públicas, como o Bolsa-Família, o crédito consignado, o aumento do salário mínimo num patamar maior do que a inflação e a diminuição de impostos que recaiam sobre a cesta básica, assim como os impostos sobre materiais de construção. Somado a isso, o autor acrescenta a curva ascendente do emprego, formal e informal, advinda com a retomada de um desenvolvimento, modesto, e políticas tocadas nas áreas de cultura e tecnologia, que visavam a atender demandas parciais dos setores ligados a estas áreas. Desta forma Lula, se recuperou do susto que quase o apeia do governo e conseguiu vencer a reeleição. Isso, no entanto, já foge do âmbito deste estudo, inscrito no primeiro mandato.

A visão de Sader (2009), insuspeito de ser antipático ao governo Lula, sobre o primeiro mandato do Presidente, é de que ele manteve aspectos importantes da política econômica de FHC, tais como a autonomia de fato do Banco Central, a priorização do ajuste fiscal e da estabilidade monetária, em detrimento de uma política de desenvolvimento e de criação de empregos. Em contrapartida, o Sociólogo destaca que existem aspectos positivos: as políticas sociais e a política externa.

Os elementos de continuidade do governo FHC estavam claros: nos eixos da política financeira, em especial no objetivo central da estabilidade monetária, que se refletia nas altas taxas de juros; na independência do Banco Central; na manutenção do superávit primário; e no papel preponderante da exportação, com destaque para os produtos primários, sobretudo a soja transgênica. Os elementos de diferença — que coincidem com os aspectos positivos do governo — concentram-se, em particular, na política externa e nas políticas sociais, mas também na elevação significativa do emprego formal, na reconstituição do aparato estatal e de sua capacidade de fomento ao desenvolvimento, que eliminado pelo governo anterior, voltou à agenda nacional com o governo Lula. Passou-se de um alinhamento total com a política externa dos Estados Unidos — que poderia ter levado o Brasil a ser o principal responsável pela introdução da Alca — a uma política que privilegiava a integração regional na América Latina e no Sul do mundo. Quando o Brasil presidia com os EUA as negociações da Alca, o país assumiu a responsabilidade de inviabilizar sua implementação e optou pelo Mercosul como alternativa aos tratados de livre-comércio. (SADER, 2009, p. 84).

A primeira questão ao se analisar um governo é ter uma visão de conjunto da política econômica e estabelecer quais os setores que mais se beneficiaram com estas, pois não se pode adotar como critério metodológico correto estabelecer aspectos positivos e negativos deste e sopesar na balança para ver quais aspectos se sobressaem mais, se os negativos ou os positivos, e compará-los com o governo que antecedeu, mas analisando as tarefas que este estabeleceu como prioritárias para o País e as alianças estabelecidas para levar a cabo estas tarefas. Segundo, não é de bom tom comparar o governo Lula somente com seu antecessor, porque isso pode ser positivo para uma campanha eleitoral entre PSDB e o PT, mas não para um trabalho de cunho científico. Reinaldo Gonçalves (2010), nesse sentido, fez um excelente trabalho de pesquisa,³⁹ estabelecendo um Índice de

³⁹ Gonçalves formulou um Índice de Desempenho Presidencial (IDP) que, segundo o próprio autor, tinha como objetivo geral avaliar 120 anos de história republicana no País e como objetivo específico estabelecer um estudo comparativo do governo Lula. O autor partiu das seguintes hipóteses: a performance do governo Lula foi melhor do que no governo FHC; em ambos os governos, foi fraco o desempenho da economia; a “herança negativa” do governo FHC debilitou as perspectivas do governo Lula e por fim a conjuntura internacional ajudou o governo Lula. Gonçalves (2010) informa que, na análise de longo prazo, foram utilizados seis indicadores econômicos: variação da renda real; hiato de crescimento; investimento, inflação;

Desempenho Presidencial (IDP), que abrange 1890-2009, analisando um conjunto de indicadores macroeconômicos. No meu caso, se faço alguma comparação é porque as duas reformas que estudo no governo Lula — a previdenciária e a universitária — foram iniciadas durante o governo FHC, alçadas como prioritárias por ele e pelas agências multilaterais, e o governo Lula também as considerou prioritárias em detrimento da reforma agrária, de uma verdadeira reforma tributária democrática que tribute o grande capital e o latifúndio, da reestatização das empresas privatizadas para desmercantilizar e desprivatizar o Estado brasileiro e nacionalizar empresas que têm um papel estratégico para o desenvolvimento do País etc.

Roberto Leher (2010) também considera o fato de que analisar a política para a educação superior no governo Lula, seu objeto de estudo, é uma tarefa espinhosa e complexa em virtude de paixões e seduções. Em sua análise, a sedução mais em pauta é estabelecer comparações com o governo imediatamente anterior, para apontar avanços e retrocessos. Esta perspectiva, ressalta Leher (2010), é adotada pelos “intelectuais funcionários a serviço de um novo governo” que partem de um metro atrofiado porque FHC foi visceralmente contrário à educação pública e o Presidente-sociólogo manteve-se numa linha de confronto aberto com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e com as entidades sindicais no campo educacional. Lutou contra o Plano Nacional de Educação e sua estratégia deliberada foi privilegiar a mercantilização do ensino e

[...] Assim um pequeno avanço aqui, outro ali, em especial se expresso em números que, conforme o positivismo vulgar, “não mentem jamais”. Seria a comprovação empírica da superioridade do governo Lula da Silva”. (LEHER, 2010, p. 371).

Leher nos diz que, estranhamente, os intelectuais funcionários que criticaram FHC por ter ampliado as matrículas do ensino superior por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) ampliam ainda mais as matrículas no setor privado por meio do FIES e passam a argumentar que isso é um avanço democrático.

fragilidade financeira e vulnerabilidade externa. Só para se ficar num item em termos explicativos, o governo FHC é o segundo pior da história republicana só perdendo para Collor. No conjunto dos seis indicadores, o governo Lula tem, segundo o autor, melhor sucesso em cinco indicadores, só perdendo para o quesito fragilidade financeira, mas “em ambos os governos a economia retrocede em termos de participação na economia mundial. O fato é que o governo Lula e FHC têm fraco desempenho em perspectiva histórica”. (GONÇALVES, 2010, p.173). Magalhães (2010) relembra que os piores presidentes foram os que dirigiram o País de 1980 até os dias atuais e que não é à toa que ter sido neste período que o país ficou manietado à crise da dívida.

Paradoxalmente, assevera Leher (2010), a democratização dos direitos sociais coaduna-se com a mercantilização da educação.

Os petistas, segundo Luiz Filgueiras et. al (2010), e seus aliados consideram que o governo Lula teve um desempenho econômico melhor do que FHC e achou que isso foi possível porque Lula teria efetuado uma ruptura com a política econômica do governo “tucano”. A ruptura teria ocorrido durante o segundo mandato de Lula. O primeiro mandato ficou aprisionado para os petistas e o governo Lula no leito de Procusto da política macroeconômica de FHC e dos governos precedentes. A partir do segundo mandato, é que teria havido mais margem de manobra para Lula se desvencilhar da “herança maldita” legada por FHC.

(...) Segundo essa visão, no primeiro mandato, em virtude da “herança maldita” recebida dos governos anteriores e da necessidade de administrar os problemas daí decorrentes, a política econômica implantada foi, no fundamental, a mesma do segundo mandato de FHC. Contudo, a partir de 2006/2007, o país teria iniciado um ciclo virtuoso de crescimento econômico — denominado por alguns de “Novo desenvolvimentismo: crescimento com distribuição de renda. (Barbosa e Souza, 2010). (FILGUEIRAS et. al, 2010, p. 35-36).

Neste trabalho, postulo a ideia de que o primeiro mandato do governo Lula não foi dissonante do segundo mandato de FHC, como reconhecem os próprios petistas, não porque fosse impossível mudar a rota, mas porque a escolha estratégica do governo Lula foi manter no governo um bloco no poder que estava em consonância com a política de financeirização da economia, com a especialização retrógrada — em *commodities* minerais e vegetais — na taxas de juros elevadas, em metas de inflação, superávits primários, em manter os compromissos estabelecidos na *Carta aos Brasileiros* de honrar os pagamentos do serviço da dívida externa, em estabelecer como prioridade a estabilidade monetária, em manter a camisa de força da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede que o Estado faça mais investimentos em educação, saúde e em pesquisa etc. Considero que estas políticas têm como fio condutor manter o caráter heteronômico da economia brasileira e impedem uma verdadeira política de desenvolvimento social e econômico, o que requer desenvolvimento e planejamento de longo prazo, incompatível com a visão de curto prazo do mercado e da financeirização da economia. Estas políticas implementadas na América Latina e no Brasil se inscrevem no marco do Consenso de Washington⁴⁰

⁴⁰No governo de George Bush que sucedeu Reagan, foi patrocinada uma reunião presidida por John Williamson, em Washington, em 1989, em que compareceram acadêmicos, representantes dos governos da América Latina, executivos das multinacionais e do governo estadunidense com o propósito de fazer um

1.6 As correntes no interior do PT

Não é meu objetivo fazer uma análise detalhada das correntes que formaram o PT, mas estabelecer um breve quadro sinóptico para o leitor ter uma dimensão das diversas correntes que fundaram e militaram neste partido⁴¹. Segundo Couto (1995), que utilizou um panfleto partidário elaborado por José Dirceu e Wladimir Pomar como referência sobre as tendências, havia no interior do PT diversas correntes em 1986, tais como: a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (DS); Partido Revolucionário Comunista (PRC); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Fração IV Internacional (O Trabalho); Movimento Revolucionário Comunista (MRC); Convergência Socialista (CS), Causa Operária (CO) e a Esquerda⁴².

De acordo com o panfleto dos dirigentes do PT, todas elas se diziam marxistas, marxistas-leninistas, algumas marxistas-leninistas-trotskistas e todas elas se consideravam anti-stalinistas.

Couto (1995) assevera que a DS foi fundada em 1979, fruto de cisões de pequenos agrupamentos trotskistas, e surge no momento de criação do PT, sendo o agrupamento trotskista mais importante deste partido pelo seu peso no interior da agremiação. A DS sofria do mal que afligia todas as correntes do PT: ou assumia o PT como partido estratégico, diluindo-se no interior da agremiação, ou se constituía um grupo político que procurava construir o verdadeiro partido revolucionário, concebendo o PT como uma frente em que participariam diversos grupos animados pelo ideário socialista (COUTO, 1995).

Para Couto (1995), esse dilema também incidia sobre as demais correntes do PT, mas, na Democracia Socialista e na corrente O Trabalho, esse aspecto não era tão saliente pelo fato de estas anunciarem o PT como o Partido estratégico, ou seja, que não havia

diagnóstico da economia mundial e prescrever soluções para os problemas detectados. Foram apresentados dez pontos para balizar a política macroeconômica dos países latino-americanos. O conjunto de medidas definidas na reunião ficou conhecido como Consenso de Washington. Sousa (2009) resume o decálogo em quatro pontos fundamentais: a abertura econômica que tinha como desiderato abrir o mercado mundial e latino-americano para os produtos norte-americanos; a desestatização, vale dizer, privatização, para permitir que as grandes corporações tivessem o controle de setores estratégicos da economia para garantir o suprimento de matérias-primas baratas para os EUA; a desregulamentação financeira para facilitar a movimentação de capitais no plano mundial e no interior de cada país, principalmente o capital especulativo; a flexibilização do trabalho, ou seja, eufemismo para retirar direitos sociais, privatizar a previdência, notadamente nos países latino-americanos.

⁴¹ Para quem pretende conhecer mais a temática, existe o trabalho de Silva (s/d) que considero um bom trabalho. Sobre o processo de transformismo do PRC e da Articulação, recomendo a tese de doutorado de Coelho (2005) que consiste é um exaustivo trabalho sobre as duas correntes.

⁴² Silva (2001) denomina de *Esquerda* setores que romperam com o PCB e se integraram ao PT.

incompatibilidade entre suas formulações políticas e programáticas e o PT a longo prazo; entretanto, para o PRC, o MCR, a Causa Operária e a Convergência Socialista, este dilema era por demais presente por não formularem que o PT era o partido estratégico, evidencia Couto (1995).

Para Silva (s/d), um dos fatores que contribuiu sobremaneira para a criação da DS foi a participação do grupo de Minas Gerais e do Sul na gestação da frente jornalística que editava o jornal *Em Tempo*, criado em fins de 1977, nucleados por militantes que participaram do jornal *Movimento*. Estes militantes vinham de várias correntes do espectro político da esquerda brasileira. *Em Tempo* passou a ser associado à DS, malgrado militantes de outras organizações contribuíssem com o jornal.

A DS aumenta sua atividade no movimento sindical e no PT e isso traz frutos para o seu crescimento. Em 1981, de acordo com Silva (2001), a DS realiza seu Congresso de Unificação com a Organização Revolucionária dos Trabalhadores e adota o nome de Organização Marxista Revolucionária-Democracia Socialista (ORM-DS).

A ORM-DS concebe o PT como um partido estratégico e vê traços progressistas na direção petista. Daí a CS e depois, o PSTU, considerarem que a DS capitulou ao PT abandonando o Programa de Transição e se tornando um apêndice da Direção petista.

A ORM-DS vê o PT como um partido estratégico e a constituição desta articulação faz parte da perspectiva estratégica da construção do PT. Nessa perspectiva, a construção de um PT que não seja apenas “um partido operário independente de massas, mas também de militância e intervenção, como um partido de combate”, passa também pela constituição de “uma nova direção, uma nova hegemonia, que seja fruto de um amplo reagrupamento no seu interior, unificando todos os setores que defendem a independência de classe dos trabalhadores”. Esta “nova direção”, “agruparia setores que hoje estão nos ‘113’ (em particular a maior parte da vanguarda formada nos últimos anos) com a esquerda do PT”. Essa nova composição de forças, corresponde à estratégia da DS de procurar a “fusão dos marxistas revolucionários com o setor mais amplo possível da vanguarda classista”. (SILVA, s/d, p. 193).

Löwy, membro de uma corrente internacional da qual a DS é filiada, saudou a vitória de Lula em 2002 como um revide dos oprimidos, alegando que o Candidato vitorioso do PT não era o favorito da oligarquia financeira e tampouco da oligarquia brasileira, o que levou Coggiola a tecer a seguinte crítica:

[...] Que Lula não fosse o candidato preferido do FMI não significa que o Fundo não estivesse disposto a considerar favoravelmente a alternativa de um governo Lula, dada as devidas garantias, diante da completa crise de seus “preferidos” (não se controla o mundo apenas com os “preferidos”!). Foi exatamente o que o FMI fez, desde bem antes da vitória de Lula, ao

declarar sua satisfação pelo apoio dado por todos os candidatos ao acordo FHC-FMI, que viabilizou a vitória de Lula e que Löwy não podia ignorar. Quanto à segunda parte, Löwy parece ter uma idéia bem modesta do que seja a “revanche” (embora a revolução social não seja uma revanche!) por quatro séculos de escravidão e cem anos de exploração imperialista/capitalista. (COGGIOLA, 2004, p. 159).

Com a vitória de Lula em 2002, e com a formação do governo, a DS manteve dirigentes no governo Lula, chegando a ter Miguel Rosetto como ministro do Desenvolvimento Agrário.

O Partido Revolucionário Comunista, surgido em 1984, de uma cizânia no seio do PC do B, se concebia como uma corrente autônoma e que não se disciplinava por outras instâncias, a não ser a do seu partido:

a ação política que se guia por uma tática correta deve ser também uma ação organizativa, que não pode admitir qualquer dissolução frentista do PRC *nem se submeter a outras instâncias dirigentes que não sejam as do nosso próprio partido.*(...) Nem o PT nem a CUT se tornarão a alternativa operária e popular. (...) A intervenção na CUT e no PT visa reproduzir de forma ampliada a nossa política. (...) *O PRC não alimenta falsas expectativas em relação a um papel estratégico revolucionário do PT.* Trata-se de uma organização político-frentista, hegemônica por posições reformistas, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade. (DIRCEU; POMAR 1986 apud COUTO, 1995, p. 93).

O principal dirigente político do PRC era o deputado José Genoíno, que não via necessidade de seus militantes se submeterem às resoluções do PT. Além disso, considerava que o socialismo petista deveria ser denunciado. Com o desmoronamento do “Socialismo Real” e a ofensiva conservadora da década de 1990, agregada às vitórias eleitorais do PT, o PRC deslindou de um “marxismo-leninismo” para um gramscianismo “a la” Togliatti até assumir um liberalismo e se dissolver no PT, em 1989.

Para Couto (1995), eram as tentativas de se tornarem partidos dentro do partido que geravam o pomo da discórdia entre os agrupamentos e a corrente dirigente — a Articulação — pelo menos até 1992. Mais do que o PRC, à época, entretanto, o que causava mais sobressaltos à direção do PT era a Convergência Socialista, que posteriormente será excluída do PT juntamente com outra corrente trotskista, Causa Operária. (COUTO, 1995). Para o autor em foco, o próprio surgimento da corrente Articulação foi fruto da necessidade de setores hegemônicos no PT⁴³ de se contrapor à

⁴³ Couto (1995) inclui nesse bloco sindicalistas, líderes de movimentos populares e ex-militantes de organizações de esquerda que participaram da luta armada.

militância revolucionária das correntes de esquerda. Nessa perspectiva, é que surge, em 1983, em São Paulo, a Articulação dos 113, que recebeu esta denominação em razão do número de assinaturas que subscreveram seu documento fundacional. Nesse mesmo ano, esta corrente já debutava nos encontros partidários do PT. Para Silva (2001) a tendência se confunde com o próprio PT e,

[...] Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a ART é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido. Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória. (SILVA, 2001, p. 2).

A Articulação, segundo o autor, surgiu com dois objetivos: combater as posições políticas que queriam diluir o PT numa frente oposicionista, como o PMDB, ou as posições que queriam um partido socialista sem trabalhadores, como o PDT; e combater as correntes organizadas no PT que mantêm uma posição marcada pela imprecisão em relação ao partido, ora vendo-o como um partido tático, ora confundindo sua organização com o PT.

A principal crítica que a ART fazia aos agrupamentos no interior do PT é que estes não obedeciam às instâncias internas, mas sim aos seus organismos. Vale ressaltar que a ART não se considerava uma tendência interna do PT, mas a própria constituição da ART instaura a bipolarização no partido — de um lado a ART e de outro lado os grupos minoritários. A partir daí, o petismo passou a significar militância na ART (SILVA, 2001).

A Articulação não se forjou sem crises. Houve rupturas e reagrupamentos, como a cisão que ocorreu em 1987, com o surgimento da Tendência Popular pelo Socialismo formada por lideranças como Eduardo Jorge, de São Paulo, e Virgílio Guimarães, de Minas Gerais.

Às vésperas do 5º Encontro Nacional do PT, a ART se reconfigura como uma corrente nucleada por Lula e sindicalistas, com a incorporação de setores da Igreja Católica e dirigentes da corrente O Trabalho.

No 1º Encontro Nacional, já sob o impacto da derrocada dos estados operários do Leste europeu e da onda conservadora deslançada em torno desses eventos, o PT rechaça a bandeira da ditadura do proletariado e assume a defesa da democracia como valor universal. A Articulação foi uma das mais ardorosas defensoras deste transformismo, como se pode ver no editorial de um jornal brasileiro de grande circulação, ao traçar de forma sucinta a trajetória da articulação e do PT ao longo dos seus anos de existência.

Em 23 anos, no lugar de fazer a revolução que sonhava para o Brasil, o PT revolucionou a si mesmo (...) A metamorfose custou anos de discussões, mas lentamente a maioria do partido enrolou a bandeira do socialismo e adotou um programa moderado e nacionalista, sem rupturas e sobressaltos, dirigido a atrair o empresariado. Em fevereiro de 1980, o PT pedia a reforma agrária ampla sob o controle dos trabalhadores, a educação e a saúde pública e gratuita. A palavra socialismo ingressou oficialmente no vocabulário petista em 1981, introduzida por Lula no Primeiro Encontro Nacional do PT. O discurso esquerdista foi a marca do PT nos anos seguintes. Em 1985 atacou o que em 2002 se transformaria em sua própria bandeira: o pacto social. A flexibilização começaria antes das alianças com outros partidos. Em 1983, com o *Manifesto dos 113*, se propôs um projeto que blindasse a direção petista contra as organizações de esquerda que atuavam no partido. Foi o surgimento daquilo que se transformaria na moderada “Articulação Unidade e Luta”, que sustenta Lula até o presente. Por proposta do grupo, o PT mudou a consigna de “governo dos trabalhadores” para “governo democrático popular”, abrindo o terreno para as alianças (...) Ainda mantinha posições históricas como o não-pagamento da dívida externa, a ruptura com o FMI e as estatizações. Foi com esse programa que Lula se candidatou a presidente em 1989. Em 1994 foi derrotado por Cardoso e seu Plano Real (...) Em 1998, tendo Brizola como candidato a vice-presidente, mas ainda longe do centro, Lula tentou um discurso a favor da estabilidade econômica. Abandonou-se a proposta de suspender o pagamento da dívida, mas o programa propunha ainda revisar as privatizações, um imposto sobre as empresas privatizadas e renegociar a dívida interna. Um erro que o PT não repetiu em 2002, quando definitivamente se vestiu de moderado, defendeu o pagamento das dívidas interna e externa, comprometeu-se a cumprir os contratos com as privatizadas e o acordo com o FMI. (JORNAL O ESTADO de S. PAULO apud COGIOLLA, 2004, p. 35-36).

O Trabalho, corrente trotskista que inicialmente rejeitou a militância no PT, defendeu a formação de sindicatos livres e associações livres nos idos de 1978 e início dos anos 1980, de acordo com Silva (s/d). Com o ascenso do movimento operário, porém, esta reexamina sua posição política e passa a defender a militância nos sindicatos. O Trabalho defendia a criação de um partido revolucionário independente dos trabalhadores. Quando surge a ideia de formar o PT, O Trabalho viu com desconfianças essa proposta, analisando que seria mais um partido que daria sustentáculo ao governo Figueiredo, mas, em 1980, mudará de posição política e passará a defender a militância no PT.

Segundo Silva (2001), a corrente O Trabalho passa a ver que não há incompatibilidade entre a direção do PT e a constituição do partido revolucionário. A Organização Socialista Internacionalista (OSI) que edita o jornal *O Trabalho*, ao militar no PT, busca associar-se à Articulação dos 113. Quando a Articulação lança seu manifesto,

em 1983, a OSI defende-o e sugere se integrar aos 113, mas é barrada. Mesmo com o veto, propõe-se defender a unidade em torno da Articulação e do Manifesto dos 113.

O curso da OSI foi de operar diversas tentativas de reaproximação da Articulação. Por conta dessa aproximação política com a Articulação, a CS criticou a OSI por ter capitulado ao PT e à sua corrente majoritária.

Em 1985, a Fração Quarta Internacional realiza seu 8º Encontro Nacional que contou com a presença de dirigentes e militantes da Articulação dos 113, da qual a Fração diz fazer parte, “publicizando” esta decisão. Apesar desta declaração da corrente O Trabalho, a ART excluiu os militantes da OSI das chapas formadas por ela nos encontros petistas.

Silva (2001) exprime que, no 9º Encontro da Fração Quarta Internacional, esta aprofundou seu processo de integração ao PT e mudou o nome de *Fração* para *O Trabalho*, enfatizando que se submeteria à disciplina do PT e, portanto, ao seu programa, já que via confluência programática entre suas posições e as da Articulação.

Causa Operária é outro agrupamento trotskista que militou no PT. Esta corrente política surgiu de uma cisão do Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional. Um dos motivos da cisão foi a posição da OSI em defender a criação de sindicatos livres e não militar nos sindicatos existentes. Os militantes dissidentes são expulsos no II Congresso da OSI e em 1979 fundam a Organização Quarta Internacionalista (OQI) que edita o jornal *Causa Operária*. De acordo com Silva (s/d), desde o início, Causa Operária tentou influenciar nos rumos do PT e defendia a idéia de que o partido se estruturasse em comitês nos sindicatos e tivesse um programa classista. A CO tinha um pequeno número de militantes, mas bastantes aguerridos. Sua oposição à Articulação será um dos motivos que a levará à exclusão do PT, destaca Silva (s/d).

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR) foi constituído em outubro de 1986, e foi o resultado de uma fusão entre o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), da Ala Vermelha (AV) e da Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP). O “Manifesto de Fundação” do MCR postula a unificação dos comunistas revolucionários brasileiros num só partido para o sucesso da revolução brasileira.

O MCR considerava que a constituição do PT requer a luta contra o basismo, o obreirismo e a prevalência das correntes autonomistas e sociais democratas. O MCR foi outra corrente que também se dissolveu no PT.

No PT, segundo Silva (s/d), também afluíram correntes e setores advindos do PCB, como alguns setores prestistas, e outros grupos que saíram do Partidão desgostosos com os rumos que este tomou. Regra geral, estes setores fizeram unidade com a Articulação e depois se integraram a esta corrente.

No próximo capítulo, será visto como um pequeno agrupamento — Liga Operária (LO) — que veio do exílio na Argentina, ensejou o surgimento de uma nova corrente trotskista no Brasil, seu papel na fundação do PT e da CUT, e o posterior rompimento com estes organismos e a formação do PSTU.

2 UM AGRUPAMENTO QUE SE FEZ PARTIDO: QUANDO A CONVERGÊNCIA É ROMPIDA

As origens do PSTU estão nos idos de 1972, quando militantes, fugindo da repressão da ditadura militar brasileira, se refugiaram no Chile. Entre esses estão Túlio Quintiliano, ex-militante do Partido Comunista Revolucionário-PCBR; Enio Bucchioni, ex-militante da Ação Popular-AP; Zezé e Jorge Pinheiro, ex-militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR; e Valdo Mermelstein. Por intermédio de Mário Pedrosa e Hugo Blanco, trotskista peruano, estabelecem contacto com a IV Internacional⁴⁴ e fundam o grupo Ponto de Partida.

Com o golpe no Chile há a desagregação do Ponto de Partida. Túlio Quintiliano é executado no Estádio Nacional. Enio é preso, mas consegue se exilar na França. Zezé, Jorge e Valdo evadem-se para a Argentina onde criam a Liga Operária-(LO)⁴⁵. Em 1974, de volta ao Brasil, os militantes da Liga Operária escrevem o jornal Independência Operária e apoiam candidatos socialistas do Movimento Democrático Brasileiro-MDB. A Liga Operária compreende que a proposta de distensão de Geisel sinalizava a crescente dificuldade dos militares em manter seu domínio e que estes já preparavam uma saída paulatina para entregar o governo aos civis sem maiores sobressaltos. Não é possível compreender a formação da Liga Operária sem o debate que foi travado na esquerda

⁴⁴ A IV Internacional é fundada em 1938 quando um agrupamento liderado por Leon Trotsky concluiu que não era mais possível recuperar a III Internacional stalinizada para uma política revolucionária. A vitória do nazismo tinha sido responsabilidade da política do terceiro período que preconizava a luta contra a social-democracia em vez de exortar uma política de frente única para enfrentar as hordas nazistas.

⁴⁵ O PST argentino de Moreno havia influenciado politicamente já no Chile a formação do grupo Ponto de Partida, que teve vida exígua, mas em sua curta existência concorda com as críticas de Moreno à Frente Popular Chilena e, então a influência do PST será fundamental para a formação da Liga Operária. Os argentinos do PST foram anfitriões dos brasileiros que fizeram cursos no partido Argentino e militaram em suas fileiras. O PST à época era uma das maiores organizações trotskistas da América Latina. A Liga Operária foi fundada em Buenos Aires e o primeiro documento político da organização foi escrito na Capital portenha. O PSTU se reivindica herdeiro da tradição de Nahuel Moreno que morreu em 1987 e deixou uma vasta obra. A CS caracterizava inicialmente o lulismo, ou seja, a direção do PT como classista e o papel da Convergência seria ajudá-la a superar o classismo empírico — não baseado num programa — para avançar programaticamente. O PST argentino e a corrente internacional discutiram sobre a caracterização da direção do PT para convencer a direção da CS de que sua posição era equivocada. A caracterização que a corrente internacional e Moreno faziam da direção do PT é que esta era uma burocracia sindical de esquerda que almeja progredir no seio do aparelho do Estado burguês, ou seja, colocava-se à frente do ascenso grevista do final da década de 1970 para desviá-lo para o leito da institucionalidade e do regime existente e não na perspectiva da construção de um partido revolucionário e da revolução socialista. A CS se convence da justiça da posição de Moreno e do PST e avalia que o único ponto que a CS e a direção do PT têm em comum é o da necessidade de construir o PT, mas divergem sobre os objetivos que o Partido deveria colocar para os trabalhadores e avalia que seus projetos eram antagonísticos — o da direção lulista e o da CS. Esse elemento é importante para o entendimento da relação que a Convergência Socialista estabelece com a direção do PT.

brasileira e mundial sobre a eficácia/ineficácia do foquismo⁴⁶, após sua derrota definitiva. A LO defendia a participação nos sindicatos e na luta política legal para fortalecer a luta contra a ditadura. Segundo Faria (2005), havia remanescentes dos grupos armados que eram refratários à legalidade, priorizavam a clandestinidade e rechaçavam a participação em instituições controladas pelo governo militar.

O MDB colheu vitória significativa nas eleições de 1974, ensejando o projeto de *abertura* por parte do governo Geisel. Este, ante o crescimento eleitoral do MDB, se vê tensionado pelo setor chamado linha dura e consente a aprovação de uma fortíssima repressão ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Geisel, posteriormente, exonerará o representante dos militares direitistas mais extremados — o ministro do Exército Silvio Frota — que defendiam medidas mais repressivas e eram contrários à abertura.

De acordo com Faria (2005), o jornal da LO já aventava a criação de um partido socialista desde março de 1975, quando estampou em sua capa: *Pela Construção do Partido Socialista da Classe Operária*. Em 1977, a LO teve militantes presos — José Maria e Celso Brambilla — quando distribuía material político nas fábricas às vésperas do primeiro de maio de 1977. A mobilização pela soltura dos presos contou principalmente com o apoio dos estudantes que tornavam a se organizar. No mesmo ano (1977), eclodem mobilizações estudantis que tiveram como epicentro a passeata em São Paulo, com dez mil estudantes nas ruas, violentamente reprimida pela polícia.

Na década de 1970, as ditaduras de Franco, na Espanha, e Salazar, em Portugal, ensejaram a reorganização dos partidos políticos. Conforme Faria (2005), um dirigente da LO do Brasil foi deslocado para Portugal e Espanha para ajudar a Quarta Internacional na construção de organizações nos dois países. Retornando ao Brasil, o militante propôs a criação de um partido socialista e para a consecução desse fim foi criado o Movimento Convergência Socialista.

⁴⁶ O trotskismo define o foquismo como uma ação de um grupo armado desvinculada da evolução e da experiência da classe trabalhadora, ou seja, se coloca na contramão da construção de um partido e do trabalho paciente e cotidiano feito nos seios das organizações do movimento operário e popular, tais como: sindicatos, entidades estudantis, associações de moradores etc. Nesse sentido, a mesma posição que Trotsky tomou contra ações terroristas por serem contraproducentes, por legitimarem a repressão e por desviarem as massas da luta política, são adotadas em tese pelas correntes que se reivindicam trotskistas. Na América Latina, a vitória da revolução cubana e sua divulgação reducionista e errônea como produto de um foco levou diversas correntes, inclusive trotskistas, a sucumbirem à onda foquista que ceifou a vida de milhares de jovens por acreditarem que os fuzis substituiriam o trabalho paciente sob a base de um programa para ganhar amplas massas nos sindicatos, nos bairros populares, nas entidades estudantis etc., para a militância revolucionária.

Nesse mesmo período, no Brasil, estava em pauta a discussão sobre reorganização partidária. Nesse debate, ganhava mais projeção a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, alicerçada numa articulação que incluía desde o Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo passando por Joaquinção e os chamados sindicalistas autênticos. Essa articulação não logrou êxito, segundo Faria, porque os sindicalistas autênticos não apostaram muitas fichas na criação deste partido e as antigas lideranças políticas do PTB estavam prestes a retornar ao País, dentre estas Leonel Brizola.

A LO conclamava a fundação de um novo partido, no qual conviveriam revolucionários e sociais-democratas, e afirmava não querer a hegemonia em seu interior e tampouco a vinculação desta nova agremiação à II Internacional. A LO fazia tal exortação por acreditar que se estaria numa fase distinta dos partidos sociais-democratas ou trabalhista inglês que se constituíram como partidos, aglutinando amplos setores da classe trabalhadora em suas bases, o que não ocorreu no Brasil. Então, a LO considerava progressista a constituição de um partido que aglutinasse amplos setores e que a disputa se desse em seu interior em vez de fazer a convocação pela criação de um partido trotskista que seria uma pequena agremiação sem nenhuma audiência de massas para onde só acorreriam militantes individualmente ou pequenos grupos.

(...) não estamos propondo um partido revolucionário. Mas também não propomos um partido social-democrata. O que queremos é formar um partido que seja para todos os explorados e oprimidos uma alternativa real, imediata, independente, aos partidos que a burguesia nos prepara. Dentro do PS lutaremos para que ele não se vincule à II Internacional. (JORNAL INDEPENDÊNCIA OPERÁRIA APUD FARIA, 2005, p. 229)

A LO, de acordo com o autor retrocitado, criticava a passividade do PCB ante as articulações de Geisel para impor o projeto de abertura e a submissão, por parte do PCB, das bandeiras do movimento operário ao MDB. A LO trabalhava alternativamente as formulações de criação de um partido socialista-PS e de um Partido dos Trabalhadores-PT partindo da diferenciação da classe operária brasileira ante a classe operária europeia, já organizada, segundo a LO, em partidos socialistas e partidos comunistas. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista tinha em sua base um forte movimento sindical e, embora não possuísse um programa socialista ou comunista, era um partido reconhecido, pelos operários, como seu e levantava consignas operárias.

No caso do movimento operário brasileiro, além de estar desorganizado, sofreu um golpe e estava se soerguendo de treze anos de contrarrevolução bonapartista⁴⁷. A LO avaliava que a experiência com o nacionalismo⁴⁸ ainda não havia findado porque fora suspensa pelo golpe militar de 1964. Na concepção da LO, o PTB não poderia ser caracterizado como um partido operário nos moldes do Partido Trabalhista inglês, porque sua direção era majoritariamente burguesa, malgrado sua base operária. A LO, segundo Faria (2005), entabulava um debate com a esquerda organizada,⁴⁹ defendendo a participação dos sindicatos oficiais nas mobilizações, por entender que os sindicatos eram as referências que os trabalhadores tinham apesar da política destas direções.

⁴⁷ A expressão contrarrevolução bonapartista é usada pelas correntes trotskistas para diferenciar um governo fruto de um golpe militar para aplastar o movimento operário e popular de um movimento fascista que se utiliza da mobilização da pequena burguesia, do *lumpensinato* e de grupos paramilitares, e está ancorado em bandeiras nacionalistas extremadas. O bonapartismo procura desmobilizar as massas pela repressão e mesmo o golpe militar brasileiro, precedido por uma marcha patrocinada pela Igreja Católica e por entidades direitistas, não procurou dar amplitude a essas mobilizações. Muitas vezes no calor das discussões se rotulava o regime militar brasileiro de fascista, mas, embora tivesse tendências fascizantes pela repressão desabrida, não é correto intitulá-lo de fascista pelo motivo exposto anteriormente. Marx estudou o bonapartismo francês na figura do sobrinho de Bonaparte que protagonizou o Golpe de Dezoito Brumário, e Engels estudava o bonapartismo alemão. Os dois chegam a conclusão de que o bonapartismo era uma tendência do regime social capitalista diante do crescimento do movimento operário, de suas organizações e de suas formas de luta e do crescimento do Estado para amparar a reprodução ampliada do capital por meio de subsídios, da dívida pública etc. O bonapartismo era o resultado do abandono das posições democráticas da burguesia após a derrota da revolução de 1848 ou, quando o proletariado passou a ameaçar a propriedade privada dos meios de produção. Para o trotskismo, o bonapartismo é um fenômeno recorrente na América Latina pelo caráter atrasado da economia e o peso do capital estrangeiro na economia destes países, que impossibilita a burguesia de reeditar o papel que o parlamento teve na Europa e nos Estados Unidos, o de ser um centro da luta contra o antigo regime. Consoante o trotskismo, os países atrasados não conhecerem as virtudes da etapa progressista do capitalismo de livre concorrência, mas as taras e senilidades do capitalismo imperialista.

⁴⁸ Trotsky passou os últimos anos de sua vida no México — chegou a esse país em 1937 e morreu em 1940, em Coyacan, assassinado por Ramon Mercader, a mando do regime político stalinista, que o via como capaz de aglutinar um movimento comunista alternativo ao Cominter — onde se encontrava numa posição privilegiada para analisar os governos nacionalista na América Latina que surgiram a partir da crise de 1929 como produto da crise das oligarquias agrárias exportadoras e do avanço do movimento sindical, camponês e das agitações que grassaram no seio das forças armadas. O México foi o laboratório mais avançado dos governos nacionalistas, por ter implementado uma série de medidas pioneiras que protegeram minimamente o mercado interno e criaram uma infraestrutura industrial para fomentar um processo de industrialização. Para tal, os governos só tinham duas opções: mobilizar setores da classe trabalhadora para seu apoio ao mesmo tempo em que procurava controlar o movimento sindical por meio de uma legislação que engessava o movimento sindical e o deixava atrelado ao Estado ou se apoiar abertamente na repressão e se ancorar nas forças armadas. Tal perspectiva Trotsky analisava como bonapartismo *sui generis*. Os intelectuais da Universidade de São Paulo (USP), como mostram estudos mais recentes, conheceram os escritos de Trotsky sobre a América Latina, mas deram outra interpretação intitulando esses governos de populistas. Trotsky considerava que estes governos formulavam bandeiras importantes para o desenvolvimento destes países, embora não o fossem capazes de realizá-las, vale dizer, fossem claudicantes nas próprias tarefas que postulavam.

⁴⁹ A esquerda organizada eram os grupos que restaram da carnificina que se abateu sobre a esquerda brasileira com o golpe de 1964, a ALN e diversas organizações que tentavam se reorganizar, as oposições sindicais etc.

A LO acreditava que a criação de um PS teria audiência em parcela da classe trabalhadora, porque a burocracia sindical não tomaria para si esta reivindicação e tampouco defenderia a criação de um PT. A partir de 1977, segundo Faria (2005), a ideia de criar um partido apoiado pelos sindicatos foi abandonada, porque poderia seduzir setores da burguesia. A convocação para construção de um PS recebeu acolhida da ampla maioria dos membros da redação do jornal *Versus* que se integrou ao Movimento Convergência Socialista⁵⁰. O jornal *Versus*⁵¹ teve papel importante e aglutinou muitos intelectuais. Segundo Farias, a partir de 1977, a influência da LO cresceu no *Versus*.

Para Farias, o jornal *Versus* foi vital para o Movimento Convergência Socialista e para o debate sobre a criação de um novo partido no País que congregasse os trabalhadores. As greves de 1978-1979 deram suporte para que a discussão saísse do marco abstrato das intenções, abrindo espaço para que os trabalhadores se pronunciassem sobre suas necessidades políticas, inclusive a fundação de uma representação política.

A liderança de Lula cresceu e sua figura tornou-se o centro de gravidade para a criação de novo partido pelo carisma e representatividade de sua liderança entre os operários. Em 1978, alguns membros do grupo de sindicalistas conhecidos como autênticos se incorporam à discussão sobre o novo partido. No mesmo ano, o Movimento Convergência Socialista (MCS) exorta a votar nos candidatos socialistas do MDB que se comprometessem previamente com a criação de um partido socialista. Dentre esses, se destacou o presidente do sindicato metalúrgico de Santo André, que se elegeu deputado federal, Benedito Marcílio. Durante a campanha eleitoral, a pedido de Benedito Marcílio, que considerava que a convocação para a criação de um partido socialista não teria muito eco porque os trabalhadores desconheciam o socialismo e seria mais tangível para eles a convocação de um partido dos trabalhadores, o MCS muda a tática e passa a fazer o chamado pela criação de um partido dos trabalhadores.

Segundo Faria (2005) a proposta da criação de um PT foi empalmada inicialmente pelo comitê de Benedito Marcílio, presidente do Sindicato Metalúrgico de Santo André. Depois, se tornou hegemônica no MCS, e foi apresentada no Congresso dos Metalúrgicos

⁵⁰ No final da década de 1970, a LO lança o Movimento Convergência Socialista. Este seria o embrião de um partido socialista no Brasil.

⁵¹ Era uma publicação alternativa que desde 1975 trabalhava prioritariamente temas culturais. Diversos intelectuais escreveram no *Versus*: Fernando Henrique, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Moniz Bandeira, Almino Afonso etc.

do Estado de São Paulo, na cidade de Lins em 1979. O Congresso foi pensado para unificar as lutas dos operários que tinham percebido que os empresários tinham saído do torpor inicial das greves de 1978 e estavam endurecendo nas negociações.

O Congresso de Lins aprovou uma moção, apresentada por Benedito Marcílio e lida por José Maria de Almeida, do MCS, ensejando a criação de um partido dos trabalhadores. Como foi um congresso unitário, setores do movimento sindical ficaram ressabiados, pois Joaquinção, notório pelego, estava presente, assim como outros sindicalistas de trajetória nem tão ilibada politicamente. Faria assevera que esse foi um fator que dificultou que a moção tivesse inicialmente o apoio das oposições sindicais e de algumas organizações de esquerda.

O MCS aprovou a moção no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e a partir daí passou a trabalhar para que esta tivesse a aceitação em outras delegações de sindicatos metalúrgicos. É indiscutível que a moção foi fundamental como pontapé inicial para a criação do PT. Durante o Congresso de Lins, a moção foi defendida por Lula e aprovada pela ampla maioria dos delegados presentes. Após o Congresso de Lins, os dirigentes sindicais se reuniram novamente em 30 de janeiro de 1979, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e os sindicalistas do PCB impedem que a Carta de Princípios do PT fosse aprovada. Depois do encontro de Osasco, foi formada uma Comissão Provisória que redigiria a Carta de Princípio do PT. Nessa comissão estava um membro da Convergência Socialista (CS).

Segundo Leal e Karepovs (2007), a entrada da Convergência Socialista no PT foi marcada por uma ruptura na CS — um terço da direção rompeu com a CS, considerando que aquele era o partido revolucionário e, portanto, a CS já havia cumprido o seu papel. Desde o início, a relação com o PT, segundo os autores, já apresentava tensões entre a enorme força de atração e diluição no interior do PT e a necessidade da corrente trotskista delimitar seu espaço. Ela foi acusada de ser um partido dentro do partido. A CS lançava como consigna a defesa de um governo dos trabalhadores e acusava a direção do PT de se desviar da rota inicial do surgimento do partido. Entre os dias 31 de abril e 1º de maio de 1980, foi realizado o Encontro Nacional do PT e o Encontro foi criticado pela CS por ter retirado do programa a bandeira de construção de um governo dos trabalhadores. Esta envidou esforços na construção do PT e mobilizou sua militância para coletar as filiações para a legalização desta agremiação. Consoante informações retiradas do *site* do PSTU, em

1981, a CS e a Organização Socialista Internacionalista-OSI, que discutiam possível fusão de suas organizações, fizeram 20 mil filiações das 200 mil feitas pelo PT.

Nas eleições de 1982, a CS e a OSI lançam uma plataforma política para o PT — o texto defendia um leque de bandeiras pelas liberdades democráticas, a criação de uma Central Única dos Trabalhadores e apontava medidas contra a crise⁵² do ponto de vista de uma opção operária e socialista, tais como: aumento geral de salários, seguro-desemprego e estabilidade, plano de obras públicas, congelamento de preços, terra para quem nela trabalha e a defesa de candidaturas próprias do PT — conforme Leal e Karepovs (2007). Essa unificação entre a OSI e a CS logo será desfeita, tendo como pomo de discórdia o governo Mitterrand⁵³ em França.

A CS, antevendo um grande ascenso do movimento estudantil, em 1983, realiza um congresso, em março do mesmo ano, adotando o nome de *Alicerce da Juventude Socialista*. Esperando receber um fluxo de jovens durante esse ascenso, deslocou militantes para as escolas a fim de dirigir esse processo. Em 1984, é lançado o jornal *Alicerce da Juventude Socialista*⁵⁴.

O *Alicerce da Juventude Socialista*, conhecido no movimento estudantil como *Alicerce*, defendeu, no Comitê Nacional Pró-Diretas e em suas reuniões, uma greve geral no dia 25 de abril, data da votação da emenda Dante de Oliveira, o boicote ao colégio eleitoral e a organização de comitês pelas diretas nas empresas. Após a derrota da referida emenda, o *Alicerce* defendeu o boicote ao colégio eleitoral e a recusa ao candidato único das oposições.

Em abril de 1984, foi realizado o VIII Congresso do *Alicerce*, que voltou a ser denominado de Convergência Socialista. Em novembro de 1984, antes da posse de Tancredo Neves, a CS lança uma carta, conclamando que o PT refute o pacto social e que

⁵² No período de 1981 a 1983, o Brasil atravessou uma recessão causada pela crise internacional — pela elevação das taxas de juros internacionais em 1979 e a moratória do México em 1982. A elevação das taxas de juros catapultou para a estratosfera o endividamento externo dos países periféricos e, somado, a isso, houve a imposição por parte do FMI de medidas restritivas no plano econômico que afetaram o Brasil. Esta crise abriu espaço para a mobilização de vários setores que queriam o fim do regime militar.

⁵³ O Comitê Internacional era composto pela Organização Comunista Internacionalista (OCI), capitaneada por Pierre Lambert, e a Fração Bolchevique (FB), dirigida por Nahuel Moreno. O CI surge em 1980, propondo uma fusão das duas correntes trotskistas no campo internacional para superar a dispersão das correntes trotskistas. No Brasil, a FB era representada pela CS e a OCI pela corrente que editava o jornal *O Trabalho*. Moreno rompe com o CI pelo fato de a corrente francesa apoiar o governo de Mitterrand caracterizado por Moreno de frente popular e considerava inadmissível apoiá-lo politicamente.

⁵⁴ No período de 1983-1984, o jornal *Convergência Socialista* deixou de circular.

assuma a oposição ao futuro governo que representa a patronal. No seu XI Congresso, a CS prognostica que o governo de Tancredo Neves tentará arrefecer as lutas e ressalta a necessidade de defesa de uma Constituinte livre, democrática e soberana.

Leal e Karepovs (2007) asseveram que a CS, a partir de maio de 1986, lança uma série de publicações sobre a Constituinte, defendendo, após as eleições de 1986, a ideia de que a Assembléia Nacional Constituinte se torne o governo de fato do País. Segundo os autores retrocitados a CS defende durante os trabalhos da Assembleia Constituinte: a adoção do parlamentarismo, o Congresso unicameral, mandatos parlamentares de dois anos revogáveis a qualquer momento, e salários de deputados equivalentes ao salário de um operário qualificado. A CS também propôs a não-assinatura da nova Constituição. O PT aprova em vez de seu Diretório Nacional a rejeição ao texto desta, mas foi signatário da Carta Constitucional. Tal posição é criticada pela CS, que aponta o temor do PT em romper com a institucionalidade burguesa.

Logo depois da posse de Sarney, houve eleições municipais em 201 cidades, em novembro de 1985. A CS defendeu o lançamento de candidaturas próprias do PT, contrariando a posição de setores do PT que defendiam apoiar Fernando Henrique em São Paulo. A CS alertava para o risco da institucionalidade⁵⁵, pois na eleição de 1985 o PT tivera um programa mais moderado do que o de 1982. Nas eleições municipais de 1988, a CS defendeu o não-pagamento da dívida externa e interna, a reforma urbana e a municipalização dos transportes. A campanha tinha como foco que “a vida não mudaria com a Constituição, mas sim com as lutas por um Brasil socialista”. (LEAL E KAREPOVS, 2007). A CS elegeu vários candidatos em diversas cidades, entre eles um prefeito em Timóteo-MG. O prefeito de Timóteo acabou entrando em choque com a CS por esta ter ficado ao lado da greve dos servidores municipais que reivindicavam reposição salarial.

Para Couto (1995), a CS apresentou as posições mais extremas no sentido de se colocar em oposição à Prefeitura de São Paulo na administração de Luisa Erundina⁵⁶. O

⁵⁵ A CS expressava que o PT, desde o momento em que escolheu como arena exclusiva da luta política as eleições, passava a sofrer uma pressão muito grande para se adequar à democracia representativa e às regras do jogo.

⁵⁶ Em 1989, em São Paulo, no governo da então petista, Luisa Erundina, a CS foi considerada por Couto (1995) a mais ferrenha opositora da Prefeita de São Paulo por considerar que esta realizava um governo de frente popular, vale dizer, de colaboração de classes. É o que se pode depreender do panfleto distribuído pela Convergência Socialista em 1989, acusando a Prefeitura de ser inflexível com os trabalhadores ao aumentar as tarifas de ônibus em vez de defender a reivindicação dos trabalhadores — o congelamento da tarifa e a

conflito entre a CS e as prefeituras do PT expressava a criação, no PT, de uma cultura de governo que desconsiderava a plataforma apresentada durante as eleições e aplicava outro programa tendo como mote que o PT teria que administrar para todos os cidadãos e ensejava ampla liberdade para o prefeito no sentido dele ir se descolando do controle de seu próprio partido e de se aliar com empresários para manter a governabilidade. A CS denunciava essa concepção política que levava as prefeituras do PT a entrar inclusive em choque com direções sindicais cutistas. Vejamos o panfleto lançado pela CS, em agosto de 1989, protestando contra o aumento das tarifas de transportes públicos no Município de São Paulo, na gestão da prefeita Luisa Erundina, que é bastante elucidativo do conflito que se instaurava entre as prefeituras e a CS.

A prefeitura do PT não enfrenta esses empresários. Prefere penalizar os trabalhadores da cidade a tocar nos bolsos desses tubarões (...). Não é possível agradar os dois lados ao mesmo tempo. Enfrentar a inflação e o governo federal significa comprar a briga com os empresários *municipalizando sem indenização* as empresas de ônibus, acabando com os lucros e as mamatas desses patrões.

Nós, petistas da Convergência Socialista, não podemos concordar com esse aumento. Queremos o congelamento das tarifas. Exigimos que a prefeitura aplique o programa que defendemos na campanha eleitoral. (...) Essa é a única forma da administração do PT enfrentar os patrões dos transportes: *estatizar as empresas de ônibus apoiando-se na mobilização e organização dos trabalhadores da cidade*. Porém, independente de qualquer medida que a prefeitura venha a tomar, os trabalhadores podem e devem protestar contra esse aumento. Os sindicatos e Associações de Moradores devem promover ações de protesto contra esse aumento de tarifa antipopular.

Como está não pode ficar. É necessário que o partido mude os rumos da Prefeitura e faça a administração cumprir o programa do PT. (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA apud COUTO, 1995, p. 176, grifos no original)

estatização dos transportes públicos municipais. Couto (1995) alega que a estatização dos transportes públicos não era factível e que a CS não respeitava a institucionalidade burguesa que ele aspeia por defender que o Estado é uma esfera policlassista. O autor diz que pouco tempo antes de terminar o mandato da Prefeita a CS foi excluída dos quadros do PT por não acatar decisões partidárias e que o mesmo ocorreu com Causa Operária, corrente também trotskista. Para ele, a CS era vista como um partido dentro do partido e já havia entrado em choque em diversos momentos com as administrações municipais do PT em Porto Alegre, Timóteo (MG), Nova Friburgo (RJ) e, notadamente, em Diadema. Couto alerta que inclusive a CS deve ser vista de forma diferenciada de outras correntes trotskistas, que, regra geral, são mais ponderadas e moderadas em suas manifestações ao público externo ao PT, por ser mais intransigente. Para justificar sua análise, ele tipifica a CS como estando voltada para uma ética de convicção em vez de uma ética de responsabilidade, que teria a direção do PT e até as demais correntes. Ocorre que tal distinção foi utilizada por Weber para impugnar o marxismo revolucionário e exaltar a suposta racionalidade de partidos políticos que abrem mão da revolução para aderir à gestão do Estado.

Para Couto (1995), que utiliza uma análise weberiana, o conflito que se instaurava no PT decorria da disjuntiva entre uma ética de convicção que teria origem na fundação do PT e a necessidade imposta pelas vitórias eleitorais do PT de adotar uma ética de responsabilidade. A segunda foi-se impondo com a crescente absorção do PT pelo aparelho de Estado e com o crescimento de suas responsabilidades administrativas.

A assunção paulatina da lógica de partido governante significou a incorporação cada vez patente da ética de responsabilidade, em substituição ao “principismo” da ética de convicção. Isto se fez presente no cambiamento de lógicas de ação, já tantas vezes aludido, e também na postura assumida diante de certos dogmas contidos na linha política e no programa partidário originais. Posições como aquela que defendia a gestão tripartite dos equipamentos públicos logo foram abandonadas, assim como formulações relativas ao “Estado Burguês”, e assim por diante, sendo substituídas por uma abordagem bem mais afeita à institucionalidade representativa e à negociação política. (COUTO, 1995, p. 177).

O autor divisa esse fenômeno como positivo. Já a CS via como processo de social-democratização do PT e abandono paulatino das propostas originais do Partido. Para o autor, isso significava uma entronização do PT nas regras do jogo democrático pelo fato de este assumir responsabilidades administrativas e ser obrigado a ter que negociar com outros partidos que pensam diferente do PT em prol da democracia e do Estado de Direito. O grande problema dessa análise é que escamoteia o fato de que esse Estado democrático brasileiro manteve elementos da Constituição de 1967 que garantem a intervenção das forças armadas como árbitro de uma crise política, mantendo incólume o aparato repressivo, os crimes que os militares perpetraram e a submissão das instituições, inclusive representativas às forças armadas. Além desses aspectos, profundamente antidemocráticos deste regime, salta aos olhos a noção de que o processo de redemocratização não veio acompanhado de uma democracia social, muito pelo contrário, a democracia tem sido o veículo na América Latina e no Brasil, em particular, para levar à frente os ajustes estruturais do FMI e garantir o pagamento da dívida externa contraída pelos governos militares.

Lembre-se, ainda, que a disjuntiva entre ética de convicção e ética de responsabilidade foi criada por Max Weber para desqualificar a ação revolucionária dos trabalhadores alemães, como relembra com muita propriedade Bárbara Freitag, em seu livro *Itinerários de Antígona*, pois a primeira prioriza os fins diante dos meios. Trotsky,

polemizando contra aqueles que impugnavam moralmente os bolcheviques, afirmou que quem quer os fins quer os meios. Para Couto (1995), o exemplo mais prosaico desta mudança que o PT atravessava era que o Executivo abriu mão da estatização dos transportes, que era bandeira do PT, e passou a defender a municipalização. Tal mudança intensificou uma relação promíscua entre as prefeituras do PT e os empresários dos transportes públicos que ficavam com as linhas mais lucrativas e as prefeituras com as linhas mais deficitárias. Consoante o autor, isso significou um avanço e adesão à ética de responsabilidade, por parte do PT.

Um exemplo cabal dessa mudança foi o fato de o Executivo ter aberto mão da estatização dos transportes para viabilizar a municipalização, única política factível capaz de melhorar o serviço de transportes coletivos diante das condições encontradas. Mas mesmo isso não ocorreu sem crises e sem traumas. A direção municipal do PT se opôs vigorosamente à forma como ocorreu a municipalização, alegando desrespeito ao programa partidário. Vereadores que defenderam a municipalização foram até mesmo ameaçados de expulsão por dirigentes municipais do partido. Todavia, ao fim e ao cabo prevaleceu a posição do Executivo e a municipalização dos transportes foi aprovada. Abrir mão do “dogma da estatização dos transportes” foi um claro sinal de mudanças rumo à ética de responsabilidade. (COUTO, 1995, p. 177-178).

A defesa da municipalização dos transportes no Município de São Paulo, na administração da prefeita Luiza Erundina foi baseada no modelo de municipalização da cidade de Curitiba. Havia, no entanto, uma diferença: o sistema de remuneração passou a ser feito por quilômetros rodados e não baseado no número de passageiros transportados. A votação na Câmara Municipal de São Paulo não foi tranqüila, inclusive porque até mesmo o diretório municipal do PT e o dirigente da corrente Articulação consideravam uma traição à bandeira histórica do PT — a de defesa da estatização dos transportes públicos.

Como relembra Couto (1995), no entanto, o Diretório acabou transigindo com a proposta e o Executivo municipal, pois conseguiu aprovar a proposta de municipalização dos transportes. O único vereador do PT que votou contra foi Mauro Puerro, da Convergência Socialista. Segundo o autor em tela, Puerro votou contra porque se estribou na lógica da ética de convicção, mostrando-se imune às condições que levavam o PT a mudar, ou seja, a participação do partido no parlamento e nas administrações.

... A posição mais extremada, contudo foi do vereador Mauro Puerro. Único representante da Convergência Socialista na Câmara, ele votou contra o projeto da situação. Agiu assim porque acreditava que “o projeto de municipalização aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo jogou para escanteio a alternativa mais coerente para a solução efetiva do

problema, que é a estatização dos transportes coletivos, retirando da mão dos empresários a responsabilidade por esse serviço. Puerro aferrava-se à posição programática do partido, reiterando a ética de convicção apesar das dificuldades encontradas. Mas ele, assim como outros militantes trotskistas, deram inúmeras demonstrações de serem mais imunes às mudanças decorrentes das condições ambientais do que os demais petistas. (COUTO, 1995, p. 224).

O autor quer demonstrar é que as correntes trotskistas são seitas porque se baseiam em dogmas e são infensas às mudanças. O marxismo, para estas, não seria um guia para a ação, mas uma lei talmúdica.

Na concepção trotskista, o parlamento não é o centro que deve carrear todos os esforços de um partido, porque a história comprovou os limites da atuação parlamentar para implementar um projeto de transformação social. O exemplo mais trágico na América Latina foi o Chile, onde a frente popular alimentou ilusões nas instituições do Estado e do parlamento e o resultado foi o golpe de Pinochet. Outro exemplo famoso e também trágico foi a ascensão de Hitler, que chegou ao poder pelas mãos da própria democracia na República de Weimar.

Outro aspecto destacado por Couto (1995) é que o parlamento passa a ser visto como espaço de formulações de políticas, implementando o que Weber denominava de política positiva no lugar de ver o parlamento como tribuna para denunciar o capitalismo. Política positiva para Weber era a disputa no parlamento por meio dos partidos e a participação dos parlamentares em comissões legislativas para fiscalização do orçamento, controle da política externa etc. Weber escreveu sobre isso no seu livro *Parlamento e Governo numa Alemanha Reconstruída*, tendo como modelo o parlamento inglês. Não se há de esquecer que Weber era um liberal e considerava o parlamento, nesse período, um baluarte mais seguro contra a burocratização e via nos empresários uma classe que tendia a se colocar contra este processo. Para os trotskistas que seguem a orientação programática dos quatro primeiros Congressos da III Internacional e do Programa de Transição, o parlamento é uma tribuna que deve ser utilizada para denunciar os próprios limites desta democracia e que ela serve de fachada para o domínio da burguesia. Para Marx e para os marxistas, mesmo o regime mais democrático não deixa de ser a ditadura do capital sobre a classe trabalhadora.

O importante é que os atritos entre a direção do PT e a CS tendiam a se acirrar com as vitórias eleitorais do PT e o crescimento do número de prefeitos e governadores por

parte do PT. Em 1989, Silva (2001) frisa que o acirramento da disputa entre a CS e a direção do PT foi chegando ao ponto de ebulição com as divergências públicas e embates da CS com as administrações municipais do PT. No ano citado, a CS elegeu um prefeito, Geraldo Nascimento, pelo PT na cidade de Timóteo, em Minas Gerais, com a proposta de fundar conselhos populares e defender os interesses dos trabalhadores no Executivo. O Prefeito, numa greve municipal dos servidores públicos, se colocou contra o aumento reivindicado pelos grevistas e a CS rompeu publicamente com o prefeito, colocando-se ao lado dos servidores.

Em Diadema, também no mesmo ano, houve um episódio, em que a CS, a tendência política do vereador do PT, Manoel Boni, e do vice-prefeito, Tonhão, que dirigia um grupo político, colidiu politicamente com o prefeito do PT de Diadema, José Augusto. O caso se notabilizou porque, na ocupação do Buraco do Gazuza, foram utilizadas a repressão policial e a justiça para desalojar os ocupantes. A CS denunciou nacionalmente a repressão policial perpetrada pelo prefeito e os atos persecutórios por parte do Diretório controlado pelo prefeito. Silva (2001) assevera que a CS em sua campanha de denúncia contra os fatos ocorridos também crítica a existência de dois PTs: o PT das origens, vinculado à luta dos trabalhadores, e o PT das prefeituras, que se voltava contra os trabalhadores.

A crítica da CS à Frente Brasil Popular, em 1989, objetivava construir a CS por meio de uma campanha própria, com cartazes e bandeiras, e procurava mostrar para os trabalhadores que as prefeituras do PT não ajudavam a campanha de Lula por se colocarem na contramão dos interesses históricos e imediatos dos trabalhadores. (SILVA, 2001).

Para Silva (2001), a CS ia se tornando uma fração pública do PT ou atuava como tal. Para o autor, tal fato decorria da análise que a CS fazia de que o movimento de massas estava em ascenso e se chocaria com a direção petista domesticada à ordem burguesa e em processo de desgaste no seio das suas bases, principalmente nos municípios onde o PT administrava o Poder Público. Bem, no meu modo de entender, havia essa caracterização da conjuntura nacional e internacional que levava água para o moinho da luta aberta entre a direção do PT e a CS, mas o conflito estava potencializado pelas perspectivas programáticas entre uma organização que tinha como postulado a revolução socialista, colocava em relevo a luta direta das massas onde a ação parlamentar deveria estar subordinada a esta, e um partido que assumia a feição cada vez mais parlamentar, afeito

aos calendários eleitorais e aos acordos parlamentares, e voltado para gerenciar as administrações municipais e estaduais, visando às eleições presidenciais.

A CS realiza a sua Conferência Nacional em julho de 1989, caracteriza que se estaria às vésperas de uma crise revolucionária e que isso facilitaria o caminho para a CS ter uma maior audiência junto à classe trabalhadora (SILVA, 2001).

Para a CS, não se tratava ainda de abandonar o PT, mas de se construir à esquerda deste no interior do Partido, ou seja, de ir se construindo como alternativa à direção do PT.

O autor informa que a CS passou por crescimento considerável e que isso refletia também a influência de massas que o PT veio a ter. Considera correta a tática precedente da CS, de crescer no meio sindical, notadamente no setor metalúrgico em Minas Gerais.

Esse crescimento da CS se refletiu no 5º Encontro Nacional do PT, onde a CS, somada a duas outras forças políticas, obteve mais de 10% do Encontro, defendeu um programa socialista e postulou que o vice de Lula nas eleições de 1989 fosse um camponês, Júlio Barbosa, dirigente das lutas pela reforma agrária. Na avaliação da CS, esse Encontro não foi positivo para dotar os trabalhadores de um programa de lutas, pelo fato de a Articulação ter aprovado um programa que não contemplava as bandeiras históricas do movimento operário e popular (SILVA, 2001).

A constituição da CS e sua política colidia com a corrente que dirigia o PT a tal ponto que dirigentes petistas vinculados à corrente Articulação passam a defender sem nenhum pudor a expulsão da CS. Na verdade, a política que se desenhava para o PT por meio de sua direção e que ia ganhando espaço cada vez maior no partido é que entrava em choque com as correntes que defendiam que o PT deveria ser um instrumento de transformação social.

Em 1990, o dirigente stalinista que participou da Guerra Civil espanhola e da luta antifascista, Apolônio de Carvalho, desferiu os primeiros golpes ao defender na revista teórica do PT a expulsão da CS por ser um corpo estranho ao partido.

O Diretório Nacional (DN) do PT, em março do mesmo não, se fez de rogado e aprovou em reunião uma resolução que significava uma camisa de força para a CS e outras tendências como Causa Operária e a corrente O Trabalho. O DN, destaca Silva (2001), diferenciava três tipos de condutas políticas no interior do PT:

1º) Os que concordam com as resoluções do 5º EN e “constituíram-se de direito e de fato nas Tendências internas” e como tal são reconhecidas;

2º) os que, apesar de proclamarem Tendências petistas, tem uma atuação ambígua: ora seguindo as orientações e deliberações do PT, ora seguindo as suas próprias;

3º) as organizações política autônomas que se diferenciam do PT, embora neguem tal condição. No segundo caso, estaria a CS e o OT; no último, a Causa Operária (CO). (DIRETÓRIO NACIONAL apud SILVA, 2001, p. 3).

O espaço que as correntes trotskistas tinham no interior do PT vai se estreitando e a resolução do DN com a mensagem nas entrelinhas da resolução, é taxativa: ou se submetem à Direção do PT ou não poderão continuar no interior da agremiação.

O reconhecimento da CS como corrente interna do PT fica dependente de sua anuência às normas sobre as tendências. Enquanto isso não ocorria, os postulantes da CS às eleições ficariam no limbo, ou seja, não poderiam ser candidatos pela legenda do PT.

Silva (2001) assevera que houve também uma complementação à resolução por meio de uma norma interna que incitava as instâncias partidárias a agirem diante do que se chamou de dupla militância. Essa norma abria espaço para qualquer militante do PT, em qualquer lugar do Território Nacional, exigir sanções disciplinares contra militantes que praticavam “dupla militância”. Os diretórios levariam os processos à Comissão Executiva Nacional, que poderia, se fosse o caso, convocar o militante para “optar” por qual militância “escolheria”. O militante poderia apelar para o DN que, caso considerasse necessário, formaria uma comissão de ética.

Surgiram vozes de protestos no interior do PT, considerando que as medidas eram draconianas demais e que a Corrente Articulação transformava questões políticas em questões administrativas.

A polêmica ganhou espaço na imprensa, quando José Arbex escreveu um artigo na *Folha de São Paulo*, fazendo uma analogia entre os procedimentos instaurados para excluir as correntes trotskistas e os processos de Moscou. (SILVA, 2001). Arbex enfatiza que a expulsão dos grupos do PT significava um retrocesso para o partido.

Gushiken responde, afirmando que não se tratava de “caça às bruxas” e que os militantes teriam amplo direito de defesa. Para justificar pela “esquerda” tais medidas, comparou-as à expulsão dos deputados que votaram no Colégio Eleitoral em 1986. Foi mais além e disse que a única corrente a votar contra a resolução no DN foi a CS e que, portanto, ela foi fruto de uma decisão quase unânime. Para negar que havia cerceamento da

liberdade de expressão no interior do partido, asseverou que a revista *Teoria & Debate* era um espaço aberto para a CS se pronunciar.

Gushiken, ressalta Silva (2001), defendeu a idéia de que o PT, após o processo eleitoral de 1989, necessitava se aprimorar e depurar as correntes que eram antidemocráticas. Afirmou também que estes grupos representavam um estorvo para o PT, pois causavam intrigas e acusações sub-reptícias. O que Gushiken queria dizer na verdade era que a corrente Articulação se arvorava de ser a única representante legítima do PT e que não aceitaria críticas às suas posições.

Posteriormente, já em 1990, Gushiken, na revista do PT, *Teoria & Debate*, utilizou o exemplo de Timóteo para demonstrar que a CS não seguia a disciplina do partido.

As diferenças políticas são positivas e necessárias para construir o partido, não para miná-lo, destruí-lo. (...) Ou não foi destrutiva a ação da Convergência Socialista em Timóteo, onde esconjuro publicamente o prefeito petista (ex-militante da CS, aliás) por não ter seguido a política da própria CS?. (GUSHIKEN apud SILVA, p. 4, 2001)

Silva (2001) relembra que Gushiken avalia negativamente o incidente em Timóteo, mas a CS o via sob outro prisma, ou seja, positivamente, alegando que o mandato deve servir à luta dos trabalhadores e se o Executivo entra em colisão com os trabalhadores, ele é que está prestando um desserviço ao mandato e às lutas dos trabalhadores.

Levando as decisões do Diretório à Executiva Nacional do PT para avaliar a relação entre a CS e o PT, a Executiva conclui que a prática da corrente trotskista concorre com a do PT, ou seja, reforça os argumentos que conduzem à exclusão da CS do PT.

Encaminhamentos externos ao partido de posições e ações política próprias, distintas das definidas pelo partido; atuação de parlamentares divergentes do partido; distribuição do jornal externamente ao partido; manutenção de sedes públicas; tudo isso configurando uma corrente com atuação própria no movimento de massas, concorrente com a do partido. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL apud SILVA, 2009. p. 5).

A CS defende-se, alegando que sua existência e militância no interior do PT não eram incompatíveis, mas a tendência da Articulação era apertar cada vez mais o torniquete das correntes insubmissas. A CS aceita se submeter, mas afirma divergir da resolução do DN porque esta cria “a premissa de que algumas Tendências são mais petistas que as outras” (CARTA À EXECUTIVA NACIONAL apud SILVA, 2001, p. 5). A Executiva

Nacional sugere ao Diretório Nacional que a CS seja reconhecida como tendência interna do PT, desde que se adeque à regulamentação do partido sobre as tendências.

A CS convocou uma conferência nacional, sob a supervisão da Comissão Executiva Nacional, para debater o seu relacionamento com o PT. A maioria dos participantes defendeu o argumento de que a CS se tornasse tendência interna do PT.

Para Silva (2001), contudo, a CS não rompe com suas formulações e com sua análise de conjuntura nacional e internacional, apostando na perspectiva de que a conjuntura internacional era alvissareira para processos revolucionários no cenário mundial e que a ordem estabelecida em Yalta e Potsdam, pelos Estados Unidos e pela burocracia russa, foi superada pela mobilização das massas no leste e no oeste. Para o autor, esse otimismo revolucionário era fruto das teses da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) que concebia o processo de *débâcle* da burocracia como uma corroboração da revolução política antiburocrática, comparável à Revolução Francesa e à Revolução Russa de 1917, e que abria espaços para estabelecer partidos revolucionários com audiência de massas.

Segundo Silva (2001), este prognóstico será validado no 12º Congresso Mundial da LIT. No Brasil, a CS avaliava que, desde 1984, ano em que se produziu uma crise que levou à paralisia do governo e criara um vazio de poder, o País atravessara uma situação revolucionária e esse quadro também teria se apresentado em 1989. Esta crise também teria criado uma situação de poder dual, embora de forma germinal. Esta tendência de se criar situações de dualidade de poder poderia se efetivar e a CS deveria estar a postos para aproveitar a oportunidade para se constituir.

A CS considerava que o PT se tornara o partido com maior peso social e influência de massas, e que o período posterior as eleições de 1989 consagrara o PT como o maior partido operário no País. Esse dado fortaleceu o argumento da direção da CS de que era importante permanecer no PT.

Silva (2001) destaca que a CS, mantendo os mesmos prognósticos, teria mudado num aspecto, o de concordar em aceitar à integração ao PT, e esta posição foi reverberada na tese da CS no 7º Encontro Nacional do PT:

Nossa corrente tem um compromisso estratégico com a construção do PT. Estas não são palavras ao vento. Quantos que nos atacaram impiedosamente e não nos reconheciam como petistas já se foram do partido? (TESES PARA O 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT apud SILVA, 2001, p. 6).

Para o autor, o crescimento do PT, depois da eleição de 1989, e o aumento de seu raio de influência, tiveram o efeito de anular os que no interior da CS defendiam a saída imediata do PT e fortaleceu a posição dos que defendiam permanecer no partido. Outros aspectos também teriam contribuído para essa decisão: a vitória de Collor e sua ofensiva contra os trabalhadores, que desnor-teou a esquerda, os acontecimentos do leste e seu impacto sobre o conjunto da classe trabalhadora no plano nacional e internacional que ainda não estavam claramente delineados.

A aceitação das resoluções e da regulamentação das tendências deu um alívio momentâneo para a CS e para a disputa interna no PT. As brasas, no entanto, ainda queimavam e a fogueira poderia se reacender. Foi o que ocorreu no período que precedeu o 1º Congresso do PT. Para Silva (2001), a tensão não se extinguiu, pois a CS defendia a constituição de um partido revolucionário e o 12º Congresso da LIT saudou os eventos do este como o funeral do stalinismo e a chance do trotskismo dirigir um processo revolucionário em algum país.

Não se pode, no entanto, debitar o aprofundamento das divergências aos prognósticos otimistas sobre a situação nacional e internacional da CS, pois o que acirrava os ânimos partidários era o processo de adaptação do PT ao regime político, como vimos nos casos das prefeituras onde o PT administrava, e o processo de transformismo, inclusive de correntes no interior, como o PRC, que debutou leninistas e acabou aderindo aos preceitos liberais, como atesta a tese de Coelho (2005) sobre o PRC e a Articulação. Outro fator sobremaneira importante para explicar esse processo foi a crise do leste europeu, que teve um impacto profundo sobre a esquerda internacional.

Na avaliação de Silva (2001) na CS começava a crescer a tese de que era necessário preparar-se para o rompimento a curto prazo com o PT. O autor indaga: o que mudara para a CS passar a defender a ruptura com o PT? Para ele, dois fatores importantes no plano internacional: a frustração com o desenlace do processo no leste europeu, que desenganara as teses otimistas da LIT no plano internacional, e a crise da maior organização da LIT, o Movimiento ao Socialismo (MAS), da Argentina.

Para a LIT, houve um resultado contraditório da revolução política internacional: por um lado, o ascenso das massas, de outra parte, uma direitização das direções do movimento operário no plano internacional. (SILVA, 2001).

Diante desse quadro, o que estava expresso para a CS era a saída do PT, mas o que ainda estava impreciso era quando isso ocorreria (SILVA, 2001).

Segundo o referido autor, a CS considerava que sua expulsão não seria de bom grado naquele momento, pois seria necessário se preparar para a ruptura e optou pela tática de atuar como fração pública, mas evitando dar elementos gratuitos para fornecer munição à Articulação, que queria apenas um pretexto para excluí-la. Isso significava disputar com a Articulação politicamente e defender a formação de uma frente revolucionária, denunciando os métodos da Articulação.

A corrente trotskista nos Encontros Estaduais que precederam o 1º Congresso do PT denunciou o processo de adequação do partido ao regime político e conclamava pela volta do PT das origens.

O autor relembra que a CS denunciava que as prefeituras do PT refletiam a mais profunda integração política do PT à ordem capitalista:

Não é casual que os prefeitos do PT não aplicam nos transportes o programa do partido, inclusive desrespeitando as deliberações dos encontros municipais do partido, como fez Erundina em São Paulo; não é casual o desalojamento dos sem teto pela guarda municipal de São Paulo ou chamado à polícia para prender os petistas em Diadema; tampouco é casual que se proponha sem nenhum pudor governos de coalizção nas prefeituras integrando o PSDB, PSB e PDT. (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA apud SILVA, 2001, p.8).

A CS defendia o argumento de que, caso os prefeitos eleitos pelo PT não assumissem uma postura de oposição ao governo Collor, o PT deveria romper com eles (SILVA, 2001). A CS criticava principalmente a Articulação, que era considerada a principal responsável por esta inflexão do PT. A corrente da LIT e outros agrupamentos fizeram um ato às vésperas do 1º Congresso do PT intitulado *Ato em Defesa do Socialismo e da Revolução*. O desiderato seria tentar dar uma plataforma unificada para a atuação da esquerda no congresso do PT, tendo como eixo o direito de tendências e o “Fora Collor”!

Na verdade a deliberação sobre as tendências encobria o cerne do problema — a corrente majoritária escolhia a via da integração ao Estado mediante as eleições e a participação no parlamento, cargos executivos etc. As correntes mais à esquerda eram, portanto, um empecilho para a consecução de tal fim. Dentro desse quadro, é possível compreender a regulamentação do direito de tendência e o ultimato recebido pela CS e outras correntes minoritárias para que se enquadrassem nos marcos estratégicos da direção do PT, ou seja, fica evidente que o centro de gravidade do PT não seria mais a luta de

classe mediante a ação direta que a atuação parlamentar estaria subordinada, mas sim que a atuação parlamentar subordinaria todas as ações do PT. Para aprovar tal estratégia, entretanto, era necessário aplainar o caminho, retirando os principais obstáculos que eram exatamente as correntes insubmissas a essa estratégia democratizante, vale dizer, de postular a possibilidade de atendimento das reivindicações dos trabalhadores sem a ruptura e a revolução socialista. O disciplinamento não pode ser compreendido fora destes marcos das transformações que o PT atravessara.

A CS lança nas páginas do jornal *Convergência Socialista* um alerta, afirmando que o PT estava num momento grave de sua vida política e que estava em curso um processo para convertê-lo

[...] num partido que respeita a lei e a ordem das instituições da democracia controlada pelo capital, num partido que sustenta os Pactos Sociais, e não uma ferramenta para a libertação dos trabalhadores, um partido do regime e não um partido para a luta intransigente contra o regime, o governo e sua política. (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA apud SILVA, 2009, p. 8)

O secretário geral do PT, José Dirceu, requereu ao Diretório Nacional um prazo de 30 dias para que a CS cumprisse as deliberações do partido, vale dizer, que cumprisse com o estabelecido nas resoluções do direito de tendência. O Diretório Nacional aquiesceu à solicitação de José Dirceu. A CS brandiu no seu jornal que a Articulação, corrente majoritária do PT, que tinha Lula como maior expressão, queria expulsá-la do partido e desencadeou uma campanha de solidariedade contra a sua expulsão, que contou com a adesão de Eduardo Suplicy, Florestan Fernandes, Marcos Sokol, Greenhalgh e Maria Laura Pinheiro.

Valério Arcary, de acordo com Silva (2009), criticou a pecha que a corrente Articulação quis imprimir à CS — indisciplinada e descumpridora das decisões partidárias — alegando que a disciplina só era cobrada daqueles que defendiam uma política contrária à colaboração de classes. Enfatizou ainda que aqueles que defendiam a colaboração de classes tinham ampla liberdade para se pronunciar, citando os exemplos: do deputado Genoíno, que não teve nenhum prurido de escrever na *Folha de São Paulo*, jornal de grande circulação nacional, enquanto que o jornal da CS tem uma tiragem pequena, sobre a refundação do PT; Gilmar Carneiro que, usando a CUT, tece loas à colaboração entre a burguesia e a classe trabalhadora; e o prefeito de Diadema, José Augusto, por sua administração contrária aos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Outras forças políticas do PT tais como Brasil Socialista (BS), Democracia Socialista (DS), Força Socialista (FS) e O Trabalho (OT) entraram com recursos, tentando anular a decisão do DN. Para estas forças políticas, o DN e o CEN foram intempestivos na sua decisão de expulsar a CS pelos motivos expostos na sequência:

- a) A direção do PT não desenvolveu, de fato, a necessária luta política para integrar plenamente os companheiros da CS ao PT; O tratamento dado à CS que contrasta com a aceitação e até mesmo complacência por parte das direções partidárias com práticas de parlamentares e prefeitos que por vezes afrontam não apenas as decisões democraticamente deliberadas nas instâncias como o próprio funcionamento democrático do partido; As decisões sobre a CS que levaram à sua exclusão foram tomadas em nível de direção, contra a posição da base do partido expresso em Encontros Municipais e Estaduais, e no meio de um processo de Encontro Nacional inconcluso. (DECLARAÇÃO apud SILVA, 2009, p.11).

A corrente Democracia Socialista considerou a posição do DN errônea, intempestiva, estreita e descabida, segundo o autor, por avaliar que a força da CS, ou seja, seu peso real nos movimentos sociais, não poderia ser desprezado, pelo fato de esta estar passando por uma crise interna e que sua direção teria dificuldades de centralizar sua corrente, e que a expulsão da CS traria repercussões negativas para o PT.

Florestan Fernandes escreveu na *Folha de São Paulo* insatisfeito com a expulsão da CS alertando que o PT se desvia dos rumos iniciais formulados pelos fundadores:

A sedução por chegar ao tope forjou uma combinação inebriante entre “reforma” e “democracia” dentro da ordem. Abalaram-se os ideais dos “fundadores”, engendrando-se tendências ao “profissionalismo político”, à burocratização do partido e ao envolvimento em “negociações independentes” com os próceres da oposição patronal. Ocorreu uma inegável social-democratização branda. (FERNANDES, 1992 apud SILVA, 2009, p.12).

As correntes, segundo o autor em tela, que permaneceram no PT justificavam a sua permanência, alegando que ainda não havia ocorrido o seu agosto de 1914, ou seja, a total capitulação à ordem burguesa como ocorrera com a social-democracia, que votou os créditos de guerra respaldando a carnificina da 1ª Guerra Mundial.

Arcary, de acordo com Silva (2009), respondeu que, na compreensão da CS, o PT era muito pior do que fora a social-democracia no início do século porque, até 1914 esta não havia chamado a polícia para bater em trabalhadores e que no seio desta existia uma democracia muito maior do que a existente no PT, destacando que Rosa Luxemburgo

publicava no jornal do partido e que o jornal da comunista polaca era financiado pelo próprio partido.

Os motivos da expulsão da CS do PT são entendidos pelo dirigente nacional do PSTU, por mim entrevistado, como fazendo parte de dois movimentos: a campanha pelo *Fora Collor* e o não-enquadramento dessa corrente política ao centralismo burocrático da direção petista.

Foram dois movimentos. De um lado, estávamos decididos a fazer na rua a campanha pelo *Fora Collor*, desafiando o processo de acomodação social e político vivido pelo PT, ou seja, estamos resolvidos a não acatar o centralismo burocrático da direção petista; de outro, sabíamos que o diretório nacional estava firmemente decidido a nos expulsar, não estava disposto a aceitar a nossa "rebeldia", queria nos enquadrar a todo preço. Por isso, no primeiro semestre a CS foi expulsa do Partido dos Trabalhadores, pois se negou a seguir o giro a direita da sua direção, que definitivamente se integrava ao regime democrático-burguês. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Pouco depois de sua expulsão, a Convergência Socialista procurou estabelecer uma frente revolucionária e lançou, em maio de 1992, o Primeiro Caderno de Debate Rumo ao Encontro Nacional, realizado em 29 e 30 de agosto em Belo Horizonte.

Nas eleições de 1992, mesmo não estando mais no PT, a CS ainda lançou candidatos pela legenda do PT⁵⁷, elegendo um vereador no Rio de Janeiro e dois suplentes, um em São José dos Campos e outro em Passo Fundo. A CS defendeu o voto no PT, para o cargo de prefeito, onde ele não se coligou com partidos burgueses, e voto nulo, onde o PT estava coligado com estes partidos.

Cyro Garcia, no mesmo período, suplente e quadro histórico da CS, assumiu uma cadeira de deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1992, ano do *impeachment* de Collor. A Convergência defendia a idéia de que as mobilizações contra Collor deveriam ser acompanhadas de uma greve geral para apeá-lo do governo e lançou as palavras de ordem “Nem Collor nem Itamar nem Congresso. Eleições gerais” e “Lula deve governar já apoiado nas centrais sindicais” (JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1992 apud LEAL e KAREPOVS, 2007, p. 196).

A expulsão da CS do PT, de acordo com Silva (2001), intensificou a convocação feita da frente revolucionária que significava para a CS a necessidade de criar um

⁵⁷ A direção do PT fez um acordo com a CS para que esta lançasse candidatos pela legenda do PT, já que não haveria tempo para legalizar seu partido.

reagrupamento político para a classe trabalhadora brasileira, em razão do processo de adaptação do PT ao regime social capitalista.

Este movimento pela reconstrução da Frente Revolucionária estabeleceu um esboço de um programa e uma Carta de Princípios que continha os seguintes eixos fundamentais:

- . a idéia de que não existiu socialismo no Leste Europeu e que este sistema só pode ser vitorioso em escala mundial;
- . a permanência da “disjuntiva reforma ou revolução”
- . a negação da estratégia etapista (que estaria sendo retomada pelo PT sob nova roupagem teórica tipo “modernidade”, hegemonia na sociedade civil”, “democracia como valor estratégico” etc., combinado com uma descarada política de pactos sociais e unidade das oposições no parlamento”);
- . afirmação da luta “pela revolução socialista que destrua o estado burguês e seu sistema político, através da mobilização de auto-organização da classe que toma o poder em suas mãos e impõe um regime de democracia operária. (PRIMEIRO CADERNO DE DEBATE RUMO AO ENCONTRO NACIONAL, 1992 apud SILVA, 2001, p. 14).

O movimento pró-Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado-PSTU foi criado nos dias 10 e 11 de abril de 1993, no colégio Caetano de Campos, em São Paulo. Em maio, o movimento pró-PSTU iniciou seus encontros estaduais. Em setembro, divulgou seu jornal *Opinião Socialista* e em outubro começou a campanha de filiações, conquistando o registro provisório. Em julho de 1994, realiza-se o Congresso de fundação do partido, que contou com a presença de 195 delegados e aproximadamente 70 convidados. Foram aprovados o programa e os estatutos e eleita a direção nacional.

No centro de seu programa, constava a luta pela ditadura do proletariado, como estratégia à revolução socialista, como princípios a independência de classe e o internacionalismo proletário, destaca o dirigente do PSTU.

O PSTU surgiu como desdobramento, primeiro da expulsão da CS do PT, em segundo da constituição da Frente Revolucionária com correntes de esquerdas que estiveram ou não dentro do PT. Essa frente amadureceu os seus pontos de vista ao longo de quase dois anos. Em junho de 1994, mais de dois depois da expulsão da CS, se deu o congresso de fundação e de lá sai o PSTU colocando *como centro do seu programa a luta pela ditadura do proletariado, como estratégia a revolução socialista e como princípios a democracia operária, a independência de classe, a luta direta da classe trabalhadora e o internacionalismo proletário*. No caso do último princípio, teríamos que esperar o primeiro congresso para consagrar a filiação do PSTU a uma organização internacional, no caso a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009, grifos meus).

Nas eleições de 1996, o PSTU lançou 45 candidatos a prefeito, tendo como bordão *Contra burguês vote 16*, recebendo 200 mil votos no Brasil todo. Em setembro de 1996, o deputado federal Lindenberg Farias rompeu com o PC do B, entrando para o PSTU e posteriormente ingressou no PT.

Nas eleições presidenciais de 1994, o PSTU não lançou candidato próprio e apoiou Lula. Em 1998, lançou José Maria de Almeida, mas antes esposou a tese de que Lula deveria ter como vice-presidente um candidato do MST e romper com as coligações com os partidos burgueses do PDT e PSB. O PSTU lançou candidatos em 18 estados e teve 202.658 votos para presidente, não conseguindo eleger nenhum parlamentar.

Em 2000, o PSTU lançou 200 candidatos a prefeito e a vereador em 92 cidades, elegendo três vereadores. Leal e Karepovs (2007) destacam que a “expressão quantitativa da Convergência Socialista no PT cresceu de 1% a 2%, entre 1983 e 1987, para 7% a 9% entre 1987 e 1992.” Por outro lado, sua presença nos congressos nacionais da CUT manteve-se próxima aos 10%.

Em 2002, o PSTU lança candidatura própria representada por José Maria de Almeida, no primeiro turno, e apoiou a candidatura de Lula da Silva no segundo turno.

No Encontro Nacional Sindical, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2004, em Luziânia, os militantes do PSTU e de diversas entidades sindicais dão o primeiro passo para a criação da Coordenação Nacional de Lutas-CONLUTAS. Desta data em diante, o CONLUTAS⁵⁸ passa a representar uma oposição organizada, no movimento sindical, às “reformas” implementadas e/ou em curso no governo Lula da Silva.

⁵⁸ Vale destacar que o PSTU se configura como uma das principais correntes políticas da CONLUTAS.

3. O GOVERNO LULA E O PT SOB A MIRA DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DO PSTU

Álvaro Bianchi, professor universitário e dirigente do PSTU, escreveu artigo intitulado *Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira*, onde expõe a concepção de seu partido sobre o PT, fazendo uma analogia com o PCB. Para Bianchi, os mortos governam os vivos, tal qual um pórtico que ele viu com esta afirmação de cunho positivista em Porto Alegre. A esquerda brasileira é assombrada pelo espectro da política stalinista e pela sobrevida da estratégia de frente popular aprovada no 7º Congresso da Internacional Comunista, consoante Bianchi (2001).

Apesar de Stalin ter sido abominado, principalmente após o XX Congresso do PCUS, e poucas organizações ainda o cultuarem, sua política ainda está presente, pois o rompimento com Stalin se revestiu mais de críticas morais e éticas do que propriamente um rompimento com a essência do stalinismo — a utilização da política de colaboração de classes. (BIANCHI, 2001).

Falar da maldição de Stalin pode parecer surpreendente. Afinal, desde o informe Krushev, em 1956, nenhuma figura foi tão execrada pela esquerda internacional, e restam hoje apenas poucos agrupamentos, alguns dos quais com representação política em nosso país, que associariam seu nome ao do déspota. Mas se os crimes de Stalin e o culto à sua personalidade receberam grande repúdio, o mesmo não ocorreu com as diretrizes políticas formuladas no exato momento em que os crimes se tornavam mais brutais e o culto mais doentio. Desvinculada da política, a ruptura com o stalinismo assume a forma de crítica moral e oposição ética. E de fato não foram poucos os que romperam moral e eticamente com o stalinismo sem a contrapartida política (BIANCHI, 2001, p.106).

No ano de 1935, no Congresso da Internacional Comunista, o autor relembra que em Moscou, local onde foi realizado o Congresso, as teses que informaram a política da Internacional e de suas secções serão abandonadas. Ele está se referindo às teses ultraesquerdistas que colocaram um sinal de igualdade entre a social-democracia e o nazismo, que acabou levando a classe trabalhadora alemã e mundial a uma derrota histórica sem precedentes. É aprovada a política de frente única operária com os dirigentes da social-democracia bem como uma frente antifacista. A resolução aprovada que traçava as diretrizes dos PCs para estabelecer alianças com governos antifascistas deixava os trabalhadores à mercê de governos burgueses.

Para corroborar o que disse, Bianchi (2001) cita o caso da Frente Popular em França, onde o PC francês envidou todos os esforços para a consumação desta frente e sacrificou os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores à manutenção desta

aliança, ao ponto de o PC francês abortar um processo de radicalização e de greves para não ferir as suscetibilidades do(s) aliado(s) — o Partido Socialista e o Partido Radical. O resultado de tal política foi o afastamento dos trabalhadores do governo e a vitória da Assembleia Nacional.

A crescente subordinação da Frente Popular a seus aliados e, principalmente, ao Partido Radical, acabou corroendo sua própria base de sustentação. Ao invés de expandir sua base de apoio, a aliança havia afastado os trabalhadores. Menos de um ano depois de vencer a eleição, o presidente Leon Blum era derrubado pela Assembleia Nacional, sem nenhuma resistência extra-parlamentar. (BIANCHI, 2001, p. 107).

A aplicação da tese do VII Congresso da Internacional estalinizada logo teria efeitos no Brasil. A Conferência da Mantiqueira, em 1943, aprovou uma política de apoio a Getúlio Vargas e estabelecimento de uma frente antifascista. Isso num momento em que quase toda a direção do PCB estava na cadeia, colocada pelo próprio governo Vargas, no famigerado Estado Novo. De acordo com o autor, o aliancismo não era algo meramente episódico dentro da conjuntura delicada e difícil da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma que o PCB, após a Conferência da Mantiqueira, atuou de todas as formas para impedir que houvesse greves contra o governo Vargas⁵⁹, agiu também no governo Dutra, tentando limitar ou obstar a ação direta dos trabalhadores contra o governo. O discurso de Prestes deixa claro para Bianchi esta perspectiva:

Lutamos, antes de tudo, por ordem e tranqüilidade. Não cessamos de explicar ao povo que, no período histórico que atravessamos, de desenvolvimento pacífico, só aos fascistas e reacionários interessa a desordem. Por isso, defendemos, intransigentemente, a posse do candidato eleito e reconhecido pelo Tribunal, particularmente diante da maneira como se realizou o pleito, num clima de liberdade. Frente ao governo do general Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos dos srs. Vargas e Linhares: apoio a todas as medidas democráticas, contra os agitadores, demagogos e salvadores que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo democrático com novos golpes armados. (PRESTES apud BIANCHI, 2001, p. 107).

Após ser posto na ilegalidade em 1946 pelo “aliado” “combatente da democracia” — o governo Dutra — que prontamente correu para apoiar a Doutrina Truman, o PCB terá uma inflexão em sua política. No Manifesto de janeiro de 1948 promove uma autocrítica de sua política anterior que denominará de “ilusões reformistas”, não deixando com isso, como relembra o autor, de manter a política de Frente Popular esperançoso de encontrar uma burguesia industrial anti-imperialista e acalentando a veleidade de constituir com essa burguesia uma Frente Democrática de Libertação Nacional. Para arrematar o giro

⁵⁹ Fez isso em nome do esforço para combater o nazifascismo.

à esquerda, no Manifesto de Agosto de 1950, o PCB conclamará pela conformação dessa Frente, oferecendo-se à posição de hegemonia.

Bianchi (2001) assevera que mesmo esse giro à esquerda não teve fôlego longo. Em seu 4º Congresso, o PCB, em 1954, aos poucos vai se afastando do Manifesto de 1948, ressuscitando em grande parte as posições anteriores do partido. É desfraldada a bandeira da revolução antifeudal e anti-imperialista no Brasil e a burguesia brasileira, a mesma que votou pela cassação do PCB, é alçada à aliada nessa frente.

A Declaração de Março de 1958 corrobora novamente essa política e anuncia que a contradição fundamental no país é entre a “burguesia nacional progressista” e o imperialismo dos Estados Unidos e seus aliados.

Bianchi (2001) aponta que, com esta contradição, o PCB exorta pela criação de uma Frente Nacionalista que teria a seguinte composição: a burguesia nacional, a pequena burguesia e o proletariado urbano. Além dessa composição, no lugar de ver que o cenário que estava se descortinando era o de confronto e de acirramento, anuncia que esta frente poderia constituir um governo nacional que levaria a cabo as bandeiras desfraldadas pelo PCB como fundamentais, de forma pacífica. Uma destas bandeiras era a independência nacional. O golpe militar de 1964 iria mostrar as ilusões e quão “anti-imperialista” seria essa burguesia “nacional”.

O autor informa que a Declaração de Março de 1954 será ratificada em 1960, no 5º Congresso do PCB, e o apoio ao marechal Lott, e ao seu vice-presidente João Goulart, em 1961, foi encadeamento desta concepção estratégica e dessa linha política. O discurso famoso de Prestes, às vésperas do golpe, mostra a que ponto chegara a miopia política do PCB ao declarar que o exército brasileiro tinha uma constituição singular na América Latina por sua vocação democrática e que era um esteio da legalidade.

O golpe de 1964 demonstrou o desacerto de tal política e significou uma derrota histórica da classe trabalhadora que foi surpreendida com os tanques nas ruas e os atos discricionários. Bianchi (2001) rememora que Gorender, que era dirigente do PCB, escreveu que a única atitude do seu partido quando o golpe já estava em andamento na reunião da direção nacional do Partido, no dia 31 de março, foi ligar para Jango. No final da tarde, ante uma convocação do Comando Geral dos Trabalhadores para uma greve geral contra o golpe, Luis Carlos Prestes ligou para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, solicitando que não houvesse uma greve geral. No dia 1º de abril, os jornais

veicularam uma nota do PCB responsabilizando os grupos radicais pelo desenrolar dos acontecimentos.

A inércia do PCB diante do golpe levaria à quebra da hegemonia deste partido na esquerda brasileira e dele sairiam inúmeros agrupamentos e começaria uma nova fase da esquerda do País (BIANCHI, 2001).

As cisões mais importantes na década de 1960 com o PCB foram: a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Revolucionário (PCBR). A ALN surge com o rompimento de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira com a política do PCB de passividade política diante do golpe militar. Marighella participou da reunião em Havana, da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) sem a anuência do PCB, em 1967, e fez ácidas críticas à política do PCB; mas Bianchi se recorda de que as divergências e as bases para o rompimento já estavam contidos na obra *Por Que Resisti à Prisão*.

Nesta, o ainda dirigente do PCB, conhecido por sua coragem destemida, não discorda do caráter da revolução brasileira apontada pelo PCB; contudo, de acordo com o militante do PSTU, discorda do papel protagonista realçado pelo partido à burguesia, assim como dos instrumentos pacíficos para chegar à consecução da revolução. Nesse sentido, não se afastava da estratégia do PCB de buscar uma aliança com a burguesia nacional.

É uma frente única de vasta amplitude de massa. Pela sua composição de massa, exige a participação da burguesia nacional e da pequena burguesia, como dos operários e camponeses, além de quaisquer setores das classes proprietárias em oposição à ditadura no momento atual. (MARIGHELLA apud BIANCHI, 2001, p. 109).

Conforme Bianchi (2001), ao romper oficialmente com seu partido de décadas, Marighella vinha se tornando mais duro nas críticas, mas sem que isto significasse uma ruptura com a estratégia da revolução por etapas e da aliança com a burguesia. As admoestações ao PCB eram voltadas principalmente para a inação e o caráter cada vez mais burocrático deste.

O PCBR também retomava a estratégia da revolução por etapas e o PC do B, assim como a Ala Vermelha, enfatiza o autor retromencionado, não rompiam com a estratégia do PCB e caracterizavam a revolução como antifeudal e anti-imperialista. As organizações guerrilheiras nacionalista também não fugiam à regra.

A Vanguarda Popular Revolucionária-VPR e os Comandos de Libertação Nacional adotavam posições ambivalentes a esse respeito. Posições ambíguas o autor vai encontrar na Vanguarda Popular Armada Revolucionária-Palmares e na Política Operária.

Esta, embora afirme o caráter socialista da revolução brasileira, também identificava no latifúndio e no imperialismo óbices para o desenvolvimento nacional, tal qual o PCB o fazia.

Nem mesmo uma organização que se reivindicava do troskismo ficou incólume à concepção stalinista da revolução por etapas, segundo Bianchi (2001). O Partido Operário Revolucionário nos idos da década de 1960, organização que tinha uma influência do dirigente argentino J. Posadas, vinha, a partir de 1963, capitulando politicamente ao nacionalismo.

A segunda onda de reagrupamento da esquerda brasileira, conforme o autor, já que a primeira teve início com as cisões do PCB, por sua incapacidade programática de prever o golpe e depois de aglutinar uma resistência operária e popular ao golpe, foi com as greves do ABC paulista que eclodiram em 1978, o que significou o ressurgimento do movimento operário no Brasil como sujeito político, após os duros reveses sofridos com a repressão. No seio desse movimento, processava-se uma crítica contundente ao que ele denomina de peleguismo e ao aliancismo.

O PT e a CUT nasceram, para o autor, desse classismo espontâneo. Relembra que a proposta de fundação de um partido dos trabalhadores surgiu do jornal *Versus*, que por sua vez era bastante influenciado pela organização Convergência Socialista, por volta de 1978. Esta proposta, por sua vez, se concretizou na tese que o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que defendeu no 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo que aconteceu na cidade de Lins, em janeiro de 1978, conforme dito.

Este classismo espontâneo esteve presente na Carta de Princípio do Partido dos Trabalhadores no dia 1º de maio de 1979, que conclamava os trabalhadores a se organizarem de forma independente na cena política nacional. Nos documentos iniciais do PT, a questão do poder desponta de forma muito evasiva e com certa vacuidade.

A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, dismantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apóiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Partido dos trabalhadores. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional. (PROGRAMA DO PT. REUNIÃO NACIONAL DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES-1980 apud BIANCHI, 2001, p. 111).

Esse tom classista será adotado também, conforme Bianchi (2001), na campanha eleitoral de 1982 e pela Plataforma Eleitoral Nacional que a embasou. Para o autor, pode ser lido neste documento um compromisso com o estabelecimento de um novo poder e uma nova sociedade e que o desiderato deste poder estava na constituição de uma nova sociedade sem explorados e exploradores. Segundo ele, porém, as tarefas com que o novo poder teria que se defrontar não ficaram claras, assim como as medidas no campo político e econômico que ele teria que constituir. Essa omissão e esse caráter lacunar do programa inicial eram até exaltados em razão da dinâmica da luta política que não comportava esquemas fechados e definitivos.

Essa ambiguidade e falta de definições programáticas marcaram, consoante o militante do PSTU, o início das elaborações do partido e sua intervenção política. A demarcação que o PT fez e as críticas que estabeleceu com a tradição organizativa anterior ao Partido dos Trabalhadores foram em grande parte no campo prático. Para Bianchi (2001), não deixa de ser surpreendente o fato de que este partido não tenha feito um balanço teórico e político sistemático com a tradição do movimento operário e das organizações que existiram antes do PT. O PT procurou se afastar da herança guerrilheira que o precedeu, mesmo tendo muitos militantes que foram tributários e protagonistas dessa vertente política. O autor expressa que a campanha pela sua legalização, a participação eleitoral e os seus liames com o movimento de massas, fundamentalmente o setor que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, o afastou na prática desse passado.

Esta separação, no entanto, foi eminentemente prática e não programática. A grande novidade para Bianchi (2001) foi o classismo e não a formulação de um novo programa que rompesse deliberadamente com o passado de colaboração de classes, marca registrada do PCB.

O autor indaga: o que faltou para superar esse classismo, esse estágio econômico-corporativo? Faltou, afirma Bianchi (2001), a adoção de uma perspectiva própria dos trabalhadores, que só poderia ser consubstanciada num programa socialista. É como se o PT tivesse ficado no estágio inicial econômico corporativo e não se alçasse ao plano ético-político, vale dizer, de estabelecer um programa que apontasse para a perspectiva de uma aliança dos setores oprimidos para a construção de um novo bloco de forças sociais no poder catapultando a classe trabalhadora como força hegemônica nesse processo.

Para Bianchi (2001) essa ambiguidade programática foi de certa forma progressista no estágio inicial do PT, porque serviu para aglutinar diversos setores da

esquerda que estavam isolados, mas esse classismo espontâneo não era suficiente para dar conta das tarefas que iam se avolumando com o crescimento eleitoral do PT, a partir de 1985.

Nos seus primeiros anos as imprecisões programáticas do PT serviram para unir forças políticas e sociais que estavam até então dispersas. Mas o acentuado crescimento eleitoral da esquerda a partir de 1985 tornou imperativa a formulação estratégica. Coincidentemente, apogeu do classismo prático, a decisão do Partido dos Trabalhadores de boicotar o Colégio Eleitoral e de opor-se ao pacto social proposto por Tancredo Neves, coincide com o início de seu abandono. O mesmo Encontro Nacional Extraordinário que referendou o boicote e a oposição ao pacto, formulou, pela primeira vez a “alternativa democrática e popular”. Introduzia-se, assim, uma definição a respeito do caráter do poder, muito mais precisa do que as vagas referências presentes, até então, nos documentos petistas. Definição essa que remetia, sem lugar a dúvidas, ao velho programa do PCB. (BIANCHI, 2001, p. 112).

Essa mesma definição de poder presente de forma mais detalhada no 4º Encontro Nacional de 1986 e o texto aprovado, de acordo com o autor retrocitado, “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88, teriam aspirações programáticas muito mais vastas do que as anteriores, pois “discute o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, analisa a estruturação de classes em nosso país e delinea, em seu Plano de Ação, um ‘projeto alternativo de transformações a curto e médio prazos’”. (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O PERÍODO 1986/87/88 apud BIANCHI, 2001, p.112).

Bianchi (2001) destaca um dos itens do Plano de Ação que salta à vista por propor a conquista de governos estaduais e deixar explícita a questão das alianças para o partido. Embora o documento afirme a necessidade de alianças com diversos setores da classe trabalhadora e negue a aliança estratégica com setores da burguesia e com forças sociais afins que dão sustentáculo à dominação burguesa, abre a possibilidade para alianças não estratégicas, vale dizer, táticas, por estabelecer que, enquanto o socialismo não vem ou cai do céu, nenhuma aliança é estratégica.

Bianchi (2001) quer dizer é que, por não formular uma estratégia clara de um programa socialista que estabeleça alianças com os setores que são fundamentais para a consecução da revolução socialista e os meios para se chegar a tal desiderato, se permite todo o tipo de acrobacia para justificar as alianças, já que o socialismo poderia ser alcançado pela via eleitoral, por exemplo, e não por meio da revolução como demonstra o balanço das experiências das lutas dos trabalhadores ao longo do século que findou.

Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos itemizados e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final. (PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PT PARA O PERÍODO 1986/87/88 apud BIANCHI, 2001, p. 112).

No 5º Encontro, o PT irá consolidar, de acordo com Bianchi, o que estava anteriormente apenas de forma germinal e desenvolver a “alternativa democrática e popular” em 1987. Este encontro para ele foi decisivo para fincar os elementos programáticos que irão soterrar o classismo prático, ou seja, empírico e não programático. Este encontro levou à retomada das velhas concepções aliancistas e etapistas do PCB e de sua análise da revolução brasileira.

A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade — tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo. (5º ENCONTRO NACIONAL-1987, RESOLUÇÕES POLÍTICAS apud BIANCHI, 2001, p. 112).

As tarefas com as quais o governo teria que se defrontar já estavam formuladas. Falta estabelecer as alianças necessárias para a consecução de tais tarefas e quando a resolução vai fazê-la é que vem à tona a concepção que marcou a trajetória do PCB — a revolução por etapas e a aliança com setores não monopolistas e anti-imperialistas da burguesia para desenvolver primeiro uma etapa democrática da revolução para, só depois, em outra etapa, permitir a revolução socialista (BIANCHI, 2001).

De acordo com o autor, para José Dirceu, o substrato para a composição de um arco de alianças deveria ser a oposição ao governo Sarney (PMDB), a Orestes Quércia (PMDB), então governador de São Paulo, e ao prefeito Jânio Quadros (PTB). Exclui alianças com a direita e os que apoiam a Nova República (PDS, PTB, PDC, PFL, e PMDB) e apresenta a possibilidade de alianças com o PCB, PSB e PDT; mas as alianças poderiam contemplar também setores do PMDB, os intitulados de progressistas, contanto que se oponham à política nacional de seu partido (BIANCHI, 2001).

Para o professor do PSTU, a formulação estratégica do PT no 5º Encontro Nacional é tão aparentada com as do PCB que o texto tenta exorcizar esta aproximação. Será para ele, a única vez que uma resolução ou documento oficial do PT em que o PCB será criticado e a crítica será mal feita.

A definição de uma “alternativa democrática e popular”, do caráter antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário dessa alternativa e da possibilidade de alianças não-estratégicas, ou seja, táticas, com a burguesia, remete de maneira tão evidente ao PCB, que o texto da Resolução é obrigado a tentar livrar-se desse incômodo parentesco. O incômodo deveria ser grande. Esta é a única vez, em todas as resoluções oficiais do Partido, na qual a estratégia do partidão é criticada. A crítica, de maneira tosca, afirma não ser a alternativa do PCB “democrática e popular” e sim “nacional e democrática”, ou seja, uma alternativa na qual a burguesia “nacional” teria seu lugar. (5º ENCONTRO NACIONAL-1987, RESOLUÇÕES POLÍTICAS apud BIANCHI, 2001, p.113).

Bianchi (2001) retifica, dizendo que, no Manifesto de Agosto de 1950, o PCB fez uso da expressão “governo democrático e popular”, tornando-o a pedra angular de seu programa.

Bianchi (2001) vai encontrar parentesco da formulação do PT com o PCB na convocação que o seu dirigente Luís Carlos Prestes fez ao Partido Trabalhista Brasileiro para a unidade, inclusive chamando-o de irmão, tal a convergência de propósitos que o PCB via entre os dois partidos na luta contra o latifúndio e na busca do governo democrático e popular.

O autor lamenta que, em 1985, quando o PT se deparou com a perspectiva de formular uma estratégia genuína e romper com a velha estratégia do PCB, optou por retomar a formulação programática deste partido.

Retomemos a nossa tese: a partir de 1985, quando a esquerda teve colocada diante de si a obrigação de formular sua estratégia, ao invés de avançar retomou a velha estratégia pecebista. Ao invés de afirmar o governo dos trabalhadores afirmou o “governo democrático e popular”, depois transformando em “administração democrática e popular” municipal, “governo para todos” e, para não deixar lugar a dúvidas, “frente popular”, denominação adotada pela chapa petista nas eleições nacionais. (BIANCHI, 2001, p. 114).

Para o Militante, tais formulações programáticas de governo servem para escamotear a luta de classes e o antagonismo existente na sociedade e significaram o afastamento do classismo prático. Governar para todos remete para a conciliação entre o capital e o trabalho e o conflito é circunscrito à esfera distributiva.

Não se teve de esperar muito para que as consequências de tais formulações se fizessem sentir. O autor exprime que a concepção de “crescimento econômico com distribuição de renda” foi a mola mestra do programa democrático-popular e apareceu também no Plano Econômico Alternativo de Emergência, que o PT elaborou como alternativa em face do Plano Verão, em 1988, refinado e apresentado ulteriormente em documentos futuros. Pode ser encontrado também nas premissas do PAG (Plano de Ação

do Governo), aprovado no 6º Encontro Nacional do PT, que foi a pedra angular da candidatura de Lula em 1989.

Não foi preciso avançar muito, segundo o autor, para dar passos mais largos no caminho que vai desembocar no 10º Encontro Nacional do PT, que propôs:

Uma política de renda nacional e negociada entre os trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismos de controle e punição de práticas abusivas de remarcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular” (10º ENCONTRO NACIONAL DO PT-1998, CONJUNTURA NACIONAL apud BIANCHI, 2001, p. 114).

O autor informa que o sonho de Prestes se realizou em 1998 com o PT substituindo o PCB na aliança com os herdeiros de João Goulart e alçados ao patamar de componentes do “campo democrático e popular”, o PTB com o seu dirigente, à frente Leonel Brizola.

No Encontro Nacional Extraordinário de 1998, foi aprovado “Um Projeto Nacional de Desenvolvimento”. Esta resolução aprovada aponta o fim de um ciclo e para o autor é na verdade o fim de um ciclo do classismo prático. O programa democrático e popular ficou limitado a um modelo keynesiano-desenvolvimentista que era o horizonte do PCB nas décadas de 1950 e 1960 e, ao elaborar esta plataforma, a esquerda brasileira ou o seu setor mais importante se colocava programaticamente como coadjuvante e não como protagonista do processo histórico.

Este classismo prático, por não ter se alçado ou não ter superado a fase econômico-corporativa não fincou raízes no movimento de massas e ficou atordado em pequenas escaramuças da luta de classes. Quando o adversário se recuperou do atordoamento inicial com a pujança e riqueza das lutas operárias e sociais do final de 1970 e década de 1980, se unificando em torno de um projeto e encetando golpes bem desferidos e poderosos nas linhas de frente mais importantes do movimento operário e popular, conseguiu quebrar este classismo. A prevalência da ideologia neoliberal é para ele uma consequência disso.

Cyro Garcia⁶⁰ apoia-se em formulações de Gramsci para demonstrar que o estudo de um partido é necessariamente a história de um grupo social específico, mas não de um

⁶⁰ Dirigente histórico do PSTU no Rio de Janeiro e das famosas lutas dos bancários na década de 1980, e militante da Liga Operária que dará origem, posteriormente, à Convergência Socialista, e fundador da CUT e do PT em seu Estado. Foi da Executiva Nacional da CUT em três gestões. Exerceu o mandato de deputado federal pelo PT, de outubro de 1992 a agosto de 1993, e é atualmente presidente regional do PSTU. Defendeu, em 2008, a tese intitulada *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*, pela Universidade Federal Fluminense.

grupo isolado, já que este tem amigos, adversários, inimigos e só é possível estudá-lo proficuamente se inserido na totalidade social da qual faz parte — do Estado nacional, das classes sociais e da inserção internacional em que este Estado nacional está envolvido — e que um partido terá maior ou menor peso de acordo com a sua possibilidade de influenciar mais ou menos a história de um país.

Garcia (2008), assim com Bianchi (2001), reconhece que o PT nasceu sem uma ideologia precisa, mas tinha o mérito de contar no seu interior com várias correntes que disputavam no partido a hegemonia política e ideológica e pelo peso do setor sindical na sua fundação — intitulado de novo sindicalismo — peso este qualitativo. O autor adverte para o fato de que, os discursos e a linha programática do partido em seus primórdios tinham uma conotação indiscutivelmente classista, vale dizer,

[...] preocupavam-se com a representação dos interesses e projetos da classe trabalhadora em oposição aos segmentos dominantes. Por seu lado a presença das organizações marxistas fez com seus documentos e resoluções iniciais se baseassem nos referenciais teóricos legados por Marx. (GARCIA, 2008, p.10).

O dirigente nacional do PSTU corrobora a análise de Garcia (2008) sobre a caracterização do PT.

(...) o percurso inicial foi muito progressivo, o PT se apresentava com uma linha geral classista, defendendo que "trabalhador vota em trabalhador" e nas regiões operárias a base proletária do partido era um fato. No Nordeste, não sei exatamente, com detalhes, como era, mas em São Paulo e Minas, por exemplo, era admirável a relação entre o PT e a classe operária e muitos trabalhadores vinham aos núcleos, enriqueciam a vida interna do partido. Infelizmente, isso acabou. Quem não viveu isso, deixou de acompanhar uma experiência muito rica de organização da nossa classe. Na verdade, o PT nasceu praticamente como um partido operário reformista com uma direção burocrática, mas com presença da classe em sua vida interna, pelo menos da vanguarda da classe, falando para classe, fazendo esta se educar em um processo de organização independente dos patrões. É essa a riqueza inicial. A contradição estava na direção, na estratégia e no programa. Por isso, sempre atuamos como corrente independente da direção, com nossos próprios organismos e programa e até por conta disso quando saímos não saímos sozinhos. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Em seus documentos iniciais, o PT materializava a ruptura com a ordem burguesa e sua institucionalidade. Definia-se como partido sem patrões e isso caracterizava a independência de classe do partido (GARCIA, 2008).

Essa característica permaneceu ao longo da década de 1980. Garcia relembra do boicote ao Colégio Eleitoral. O boicote ao Colégio Eleitoral foi importante, pois este organismo selava o pacto com o regime militar para transitar sem traumas e sem rupturas.

Os sucessivos êxitos eleitorais do partido, principalmente a partir de 1988, foram mudando a composição social do PT e foram determinantes, conforme Garcia (2008), para as mudanças nas bases programáticas do PT.

Este aspecto, também é destacado pelo dirigente nacional do PSTU, quando indaguei se houve um “4 de agosto”⁶¹ ou algo similar com o PT e que elemento o partido considera fundamental para definir que o PT havia se integrado à política burguesa.

Em 1988, no marco de um recrudescimento da luta de classes, com uma profunda polarização social, o PT ganhou prefeituras muito importantes, entre elas a de São Paulo. Esse é um momento crucial da adaptação, mas ela se reforçou com a derrota de Lula em 1989 e o congresso de 1991. Portanto, ao se localizar de maneira mais ampla na máquina do Estado burguês, o partido iniciou um processo de adaptação que terá o seu ponto culminante no governo Lula. A meu ver, contudo, esse processo tem o seu ponto de partida nos resultados eleitorais de 1988. Ali o PT se colocou frente uma encruzilhada: ou se enfrentava com a ordem burguesa ou se adaptava. No caso, a vida mostrou que o partido optou pelo segundo caminho. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

No decênio de 1990, as vitórias eleitorais nas prefeituras, e ulteriormente nos estados, e a participação de dirigentes sindicais petistas e cutistas nos órgãos de gestão direta do capital financeiro — e dos conselhos estatais de gestão de fundos de pensão — dá uma salto de qualidade no processo de burocratização do partido e de integração ao regime político.

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário mínimo era de 2,9%; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários mínimos caiu de 8,6% em 91, para 4% e 3%, respectivamente, em 97 e 99. Também apresentou uma queda acentuada o índice dos que ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, de 24,2%, em 91, para 14%, em 97, e apenas 9%, em 99. A próxima faixa, a dos que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, também apresentou queda, de 26,2%, em 91, para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, dos que ganhavam de 10 a 20 salários mínimos, os percentuais deram um salto, de 14,9%, em 91, passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários mínimos, outro salto, de 6,2% em 91, passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99. (GARCIA, 2008, p. 20)

Os altos salários, para Garcia (2008), oriundos da participação no Estado burguês (Parlamento, Executivo, diretoria de estatais e gestão de fundos de pensão) criaram vínculos de dependência material do Estado e principalmente dos calendários eleitorais.

Para Garcia (2008), o partido premido, por pressões dos militantes, individualmente para auferir benefícios materiais, e também por outra pressão mais

⁶¹ Data em que a Social-democracia alemã vota os créditos de guerra, possibilitando o apoio à carnificina da 1ª Guerra Mundial e o descumprimento das próprias resoluções da II Internacional diante de uma guerra europeia defensora de que a classe trabalhadora deveria ser contrária ao seu desfecho e, em caso de eclosão da mesma, os trabalhadores europeus deveriam se unir contra suas burguesias.

poderosa, que passou a ser a dependência da máquina do partido das contribuições dos ocupantes de cargos nos executivos, legislativos e da gestão dos fundos de pensão o PT, passou a ficar prisioneiro dessa roda viva.

Essa pressão material cria a possibilidade de os grupos políticos, mais aquinhoados, em termos materiais e de aparato, controlarem a máquina do partido e imporem a sua política que passa a ser a de direcioná-lo para os calendários eleitorais, considerando esta a atividade por excelência do PT. Daí esta agremiação se preocupar tanto com o *marketing* em detrimento da ação direta e do abandono, por parte do partido, de bandeiras democráticas, como a estatização do sistema financeiro ou de reforma agrária com confisco o do latifúndio.

O crescimento da participação de assessores de parlamentares e de militantes profissionalizados por meio de mandatos parlamentares e militantes que integram cargos de confiança se avoluma em detrimento de ativistas dos movimentos sociais e dirigentes sindicais classistas.

No tocante à composição dos congressos e encontros partidários, segundo as mesmas pesquisas, em 1991 o número de militantes politicamente profissionalizados pelo partido através da detenção de mandatos executivos ou legislativos, cargos de confiança no legislativo, executivo ou instâncias partidárias, e dirigentes sindicais liberados era de 28,8% do congresso. Já em 1997 este número acrescido de gestores de fundos de pensão e integrantes de empresas privatizadas, nas quais os fundos têm participação acionária, chegou a 60% dos delegados. Especula-se que esta cifra atingiu a 75% no Congresso de 1999, sendo este um dado que procuraremos comprovação em nossa pesquisa atual.

Esta burocratização da camada de quadros dirigentes do partido, que se incrustaram nas instituições do regime, ocasionou uma mudança na composição social da direção do partido.

Gaglietti, em uma pesquisa realizada no Diretório Municipal de Porto Alegre, constatou que 60% dos dirigentes ocupavam cargos na Prefeitura ou na Câmara Municipal, 71,5% tinham uma renda individual entre 10 e 20 salários mínimos, e que 85% não participavam dos movimentos sociais. (GARCIA, 2008, p. 21)

A década de 1990 para o dirigente do PSTU foi marcada não só pelo conservadorismo das políticas neoliberais, mas também pela nova faceta do PT: os dirigentes petistas assumem não somente as instituições políticas do Estado, mas os órgãos de gestão direta do capital financeiro, notadamente os dirigentes sindicais, mediante fundos de pensão, dos conselhos de administração das empresas, onde estes fundos participam por meio de ações, e nos conselhos de gestão dos recursos do FAT e FGTS.

Garcia (2008) rememora o fato de que esta participação dos dirigentes sindicais em fundos de pensão gerou uma série de polêmicas, artigos e livros, discutindo e analisando que espécie de função social e qual a caracterização mais correta para qualificar

estes setores: uma nova burocracia, uma nova classe social? O autor destaca que Francisco de Oliveira (2003), em seu artigo *O Ornitorrinco*, diz ser uma nova classe híbrida surgida do movimento dos trabalhadores e de seus organismos que se convertera em gerente financeiro do grande capital. Suas preocupações estão voltadas, sobretudo, para os altos lucros e dividendos do mercado financeiro e com a especulação financeira.

Este quadro em que os dirigentes petistas estavam inseridos cria o que o autor vai denominar de paradoxo do PT: fala contra o neoliberalismo de boca e o aplica como sóciomenor dessa empreitada.

Em 1999, por exemplo, para garantir a liberação pelo governo de cerca de R\$ 16 milhões, os representantes da CUT no Codefat concordaram com a liberação de R\$ 300 milhões para as entidades patronais, para os governos estaduais e para os sindicatos pelegos. Dito de outra forma, para cada R\$1 utilizado para a construção de um possível projeto contra-hegemônico, foram liberados aproximadamente R\$ 19 para a construção e a consolidação do projeto hegemônico. (MORA, apud GARCIA, 2008, p. 22).

Os fundos de pensão, como a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil); a PETROS, dos funcionários da Petrobrás; e a CASSI tiveram um papel importante no transformismo da CUT e do PT ao integrar as duas entidades à lógica financeira, inclusive com a participação destas no processo de privatização e na defesa da reforma da previdência realizada por Lula, assunto sobre o qual tratarei com vagar em outro capítulo deste trabalho.

Para corroborar sua tese, Garcia (2008) aponta que, no início, o PT em seus primeiros anos, se não era marxista, era suscetível à influência do mesmo e inclusive o utiliza em diversos documentos e não punha tanta ênfase no processo eleitoral como centro gravitacional do partido; inclusive utiliza uma citação de Meneguello para convalidar o que disse:

Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais". (MENEGUELLO apud GARCIA, 2008, p. 66).

Nas resoluções iniciais, o PT ainda não tinha enveredado para o eleitoralismo que ia caracterizá-lo. A resolução do 2º Encontro Nacional de 1982, na parte que versa sobre a participação do PT nas eleições, é emblemática do PT das origens, consoante Garcia (2008).

1-Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT
2-Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer

uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;
 -Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores, etc) e para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS 1979-1998 apud GARCIA, 2008, p. 66)

Para o dirigente do PSTU, outra questão que representou um avanço no Encontro mencionado foi que o PT decidiu não coligar com os partidos burgueses, malgrado para ele não ter sido uma questão de princípio, mas tática na resolução do PT. Outro item ressaltado por Garcia (2008) é que se decidiu pela igualdade de condições para os candidatos no processo eleitoral. Estes postulados marcaram a trajetória do PT ao longo da década de 1980. Não deixaram de existir atritos e tensões pela já existência de setores eleitoralistas no seio do PT (GARCIA, 2008).

Outro elemento importante que explica o classismo inicial do PT é o forte ascenso do movimento operário e popular que tinha sofrido um arrocho salarial violento durante o regime militar. As campanhas eleitorais eram realizadas por trabalhadores, estudantes, donas de casa que as faziam entusiasticamente e sem obter bônus material, mas por idealismo no sentido de acreditar nas propostas do partido e lutar por elas a ferro e a fogo, ou seja, não havia militância paga, coisa tão generalizada no PT posteriormente.

Garcia (2008) destaca também que o discurso de “trabalhador vota em trabalhador”, do início dos anos 1980, apontado pela corrente majoritária como um óbice para o crescimento eleitoral, invalida a tese de que um partido operário com uma base no movimento sindical, para crescer e não permanecer um mero grupo de propaganda, tem de flexibilizar sua plataforma programática e sua base de alianças, pois o PT teve um salto, um crescimento eleitoral surpreendente.

É importante notar, que mesmo mantendo sua essência, o PT crescia eleitoralmente a cada pleito. Em 82 elegeu 8 deputados federais e 12 estaduais, já em 86 elegeu 16 deputados federais e 40 estaduais, passando pelo *boom* de 88 quando ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, dentre as quais São Paulo, a maior cidade do país, culminando com a campanha de Lula para a presidência da República em 1989, quando ele quase chegou lá, dando um brutal susto na classe dominante do país. (GARCIA, 2008, p. 67)

O dirigente do PSTU assinala que, de certa forma, o PT suplantou o dilema dos partidos operários apontados por Adam Przeworski, em seu famoso livro, *Capitalismo e social-democracia*, ao analisar que os partidos de base operária que se mantinham próximos a sua base de apoio e propugnavam um discurso classista podem não crescer eleitoralmente e os que flexibilizam suas propostas tornando-se policlassistas podem se

converter num partido semelhante aos demais, suprimindo seu vínculo com a classe trabalhadora e, provavelmente, sua adesão.

As vitórias eleitorais, para Garcia (2008), se converteram numa vitória de Pirro para a estratégia socialista e a esquerda revolucionária no sentido de burocratização crescente do partido. Alguns autores já apontavam esse risco que o partido atravessava.

Nada disso seria problemático não fosse a insistência do PT, a meu ver correta em se pretender um partido programático, motivado a redesenhar a face institucional do país. Precisamente porque essa é uma tarefa voltada a ampliar a dimensão substantiva da cidadania dos trabalhadores, o PT não pode facilitar diante do risco de limitar-se ao papel de instrumento e grupo de interesses já organizados e, o que é mais impróprio, acabar prisioneiro de uma profissionalização política que, embora indispensável, não pode coincidir com as dimensões de deliberação e representação política. Estas convergências perversas — sintoma de oligarquização no sentido que Michels deu ao termo quando falou dos partidos como instituições ‘crescentemente baseadas na competição de poucos’ — podem comprometer tanto a autonomia do partido vis-a-vis as deformações institucionais que principiou combatendo quanto sua capacidade de agente coletivo voltado a criar novas instituições”. (NOVAES apud GARCIA, 2008, p. 68).

Para o dirigente do PSTU, o 1º Congresso do PT, em 1991, em São Bernardo do Campo, já refletiu o avanço do setor reformista do partido e as resoluções aprovadas atestam isso. Os fatores que teriam propiciado esta inflexão do partido teriam sido os seguintes: a crise terminal do “socialismo real”, e o avanço do neoliberalismo sobre a América Latina e o Brasil, notadamente no governo Collor de Mello.

Dois momentos são apontados como decisivos para o transformismo, processo pelo qual o PT passou, conforme o dirigente nacional A do PSTU, por mim entrevistado.

Na realidade o PT nunca se orientou por um programa que tivesse como horizonte a ditadura do proletariado. O congresso de 1991 apenas sistematizou um ponto de vista que vinha se cristalizando entre as suas correntes majoritárias, que tinha a ver com a defesa de um partido de linha social-democrata. A negação da bandeira do "Fora Collor" tinha a ver com a transformação do PT num partido da ordem. Por isso, ele só foi à rua quando já não era possível ficar dentro dos gabinetes. A defesa da posse de Itamar como saída para fechar a crise era a solução por dentro do regime do qual o PT se tornou parte e defensor intransigente. Ao colar o seu destino ao destino da democracia burguesa, o PT teria quer completar as mudanças que, passo a passo, lhe tiraram qualquer elemento de pretensão progressismo. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Nas campanhas eleitorais e nas políticas de alianças, conforme Garcia (2008), fica mais evidente esse transformismo. A de 1994 ainda recebeu o impacto do *impeachment* de Collor e dos eflúvios da campanha de 1989 em que Lula quase chegou à presidência do País.

Até esse período, o PT ainda entoava um discurso radicalizado contra o neoliberalismo e que se materializou no documento sobre conjuntura, aprovado no 9º Encontro Nacional do PT, assevera Garcia (2008).

O cinismo da classe dominante atinge seu limite máximo quando praticamente, todos os meios de comunicação de massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego e fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo da inflação; e o tudo o mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declinou nos países ricos.

Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abordado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na FIESP, na FEBRABAN e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS 1979-1998 apud GARCIA, 2008, p. 69-70)

Garcia (2008) destaca que, no tocante às alianças, é que fica patente a flexibilização programática, estendendo a possibilidades de coligações com setores do PSDB, PDT e PMDB que esboçarem divergências com as direções de seus partidos, ressaltando que não fará alianças com os corruptos, conservadores e exploradores.

No 10º Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari- ES, em 1995, ao se discutir as alianças, segundo o autor retrocitado, o PDT foi, pela primeira vez, incluído explicitamente na resolução sobre política de alianças. A resolução aprovada renega alianças com a centro-direita que apoiam Fernando Henrique, mas confirma a abertura para alianças propugnadas pelo Encontro anterior que significa para o PSTU uma flexibilização do programa inicial do PT.

O autor recorda-se de que algumas correntes, que ainda não tinham aderido à lógica de mercado e ao discurso *There's no alternative*⁶², já alertavam para o risco, já visível, de incorporação do PT ao regime político, tornando-se um partido “palatável”, ao gosto político da burguesia.

Nenhum partido político por mais rebelde que seja, é imune à sua integração às instituições políticas do Estado burguês, à desagregação do eleitoralismo, à doença senil da burocratização. Em seus 15 anos de vida, o PT influenciou decisivamente a vida política brasileira. Mesmo assim, sintomas perigosos de integração à ordem, de eleitoralismo, de senilidade começam a corroer o caráter subversivo e intransigente do PT. Setores petistas cada vez mais importantes relacionam-se com nosso partido como uma máquina eleitoral desideologizada,

⁶² Fórmula cunhada por Margareth Thatcher para desacreditar qualquer alternativa à óptica da desregulamentação do mercado, da privatização, vale dizer, da política neoliberal. Essa frase ficou como expressão máxima do processo de naturalização do mercado no sentido deste ser a instância inelutável do ser humano.

pragmaticamente adaptada ao jogo político dominante, ao vale-tudo controlado pelos partidos tradicionais. (CADERNO DE TESES-10º ENCONTRO NACIONAL apud GARCIA, 2008, p. 70-71)

Vladimir Palmeira, um dirigente histórico do PT, também expressou a mesma preocupação com os rumos do PT e externou isso na tese política apresentada por sua corrente no 15º Encontro Estadual do PT do Rio de Janeiro.

No Encontro Nacional realizado no Rio de Janeiro, o 11º em 1997, a flexibilização foi ainda maior, ampliando o raio de alianças e formalizando as que ele já tinha e que recebia diversas críticas dos setores mais à esquerda. Garcia (2008) relembra que as eleições de 1998 foram marcadas pela luta interna mais acirrada, que culminou com a intervenção do Diretório Nacional do PT, invalidando a candidatura de Vladimir Palmeira que havia sido escolhido no Encontro Estadual do Rio de Janeiro e foi impingida a candidatura de Antony Garotinho. Tal medida causou sérios transtornos para o PT no Rio de Janeiro.

As eleições de 1998, conforme Garcia (2008), foram palco de grandes tensões nas relações internas do partido. Ainda que a aliança com o PDT já tivesse sido aprovada nas eleições municipais anteriores, havia um novo ingrediente: essas eram eleições nacionais e, com o objetivo de ampliar as bases eleitorais da candidatura Lula, foi feito um acordo com o PDT. O acordo garantia a vice-presidência na chapa para Leonel de Moura Brizola, mas em troca o PT deveria apoiar a candidatura de Antony Garotinho, do PDT, no Estado do Rio de Janeiro.

Ocorre que, na disputa realizada no Encontro Estadual do Rio de Janeiro, venceu a política de candidatura própria do PT, tendo sido indicado para tal tarefa Vladimir Palmeira, histórico militante da esquerda brasileira. O Diretório Nacional do PT, reunido em 8 e 9 de maio de 1998, se apoiando na “Carta do Rio de Janeiro”, revogou a decisão do Encontro Estadual e aprovou uma intervenção no PT do Rio de Janeiro. Esta polêmica ganhou repercussão nacional através dos meios de comunicação, culminando com um recurso do PT do Rio de Janeiro ao Encontro Nacional Extraordinário, que se realizou de 23 a 24 de maio, em São Paulo. O recurso teve 201 votos favoráveis, 310 votos contrários e 13 abstenções, num total de 524 votos. A política da Direção Nacional foi mantida, mas o PT do Rio de Janeiro estava irreversivelmente dividido para a campanha eleitoral. (GARCIA, 2008, p. 72).

Em nome da profissionalização das campanhas eleitorais, o PT sucumbe, de acordo com o dirigente do PSTU, ao *marketing* eleitoral e, tal como os partidos burgueses, o candidato é apresentado como um produto a ser vendido à população, dada a semelhança entre os candidatos no campo político.

A campanha para as eleições municipais de 1996 foi um teste no tocante às mudanças que o PT atravessava. O partido ou, para ser mais exato, sua direção, procurou unificar a campanha petista no plano nacional por meio da unificação dos *jingles* e da propaganda. O PT até este período estava ainda no seu interior com certo equilíbrio de forças políticas, o que ainda trouxe alguns contratempos para a direção do partido, como se pode ver abaixo.

Evidentemente, num partido como o PT, marcado naquele momento por relativo equilíbrio de forças internas em disputa, qualquer mudança de eixo mais drástica era extremamente difícil. A reação de setores petistas à propaganda do partido no município de São Paulo (com o polêmico slogan “O PT que diz sim”) foi exemplar: os segmentos mais à esquerda exigiram — e conseguiram — a mudança de rumo da campanha, considerada excessivamente light. (LEAL apud GARCIA, 2008, p. 73).

Para arrematar esse processo — de transformismo — em 1998, a direção política da campanha do PT, de acordo com Garcia (2008), resolveu retirar as bandeiras vermelhas dos programas do PT, utilizando bandeiras brancas num claro gesto simbólico de que o PT já não era um partido que se identificava com a cor vermelha desfraldada por inúmeras organizações de esquerda ao longo de mais de século de lutas. Isso indignou diversos setores mais à esquerda, que se retiraram da campanha.

Garcia (2008) entende que no campo político a comunicação é como dose de medicamento. Em dosagens equilibradas é salutar, mas em doses cavalares é letal. As modificações foram se processando não sem resistências e atritos.

O saldo dos debates anos 90 foi muito mais a clara indicação dos novos rumos, mais pragmáticos e voltados para o mercado eleitoral, do que sua efetiva e imediata implementação. Esses fenômenos ficariam para as vésperas da campanha de 2002, momento em que o partido fez um movimento de inflexão à direita como nunca antes havia feito”. (LEAL apud GARCIA, 2008, p. 74).

A campanha de 2002 foi a travessia do Rubicão, segundo Garcia (2008). Foi a demonstração cabal de que o PT das origens, como se diz, tinha se transformado num partido oposto. O autor informa que o PT (ou sua direção) calibrou a relação entre essência e aparência e utilizou o descontentamento com as políticas neoliberais de FHC; e, valendo-se da simpatia que as massas tinham por Lula, pela sua trajetória política, orquestrou uma campanha que em sua essência representava uma capitulação às políticas neoliberais. O 12º Encontro do PT escudando-se no argumento de unir forças contra FHC incorporou formalmente o PL e setores do PMDB ao arco de alianças para a campanha eleitoral, dando amplos poderes ao Diretório Nacional para fechar os acordos necessários para levar Lula à Presidência de República.

A flexibilização programática do PT chegou a tal ponto que impera o pragmatismo, vale dizer, qualquer tipo de aliança é convalidada para levar Lula ao Executivo, até mesmo procurar apoio de Antônio Carlos Magalhães, Sarney e Roberto Jefferson, por exemplo (GARCIA, 2008). Para o cargo de vice-presidente, é escolhido José de Alencar, um dos maiores empresários do ramo têxtil no Brasil, que mantém laços orgânicos com a Igreja Universal e que nunca escondeu suas simpatias pelo projeto neoliberal, conforme Garcia (2008).

Isso é reflexo da integração do PT ao regime e de sua estratégia eleitoral para chegar ao poder, enfatiza o dirigente nacional A do PSTU.

Isso nasce da integração do PT ao regime, da suas responsabilidades com a preservação da ordem, da estratégia eleitoral-reformista-burguesa. O PT deixou de ver a luta dos trabalhadores como uma via de transformação, ainda que limitada. No sentido oposto, passou a ver a aliança com setores da burguesia como uma necessidade de se tornar governo, de assumir um papel protagonista no interior da máquina do Estado. Nesse sentido, o discurso da independência de classe é substituído pela retórica de que é preciso se aliar com "segmentos progressistas" da patronal para "chegar lá" e mudar tudo "por dentro". Na verdade, o PT já estava mudado. Isso foi apenas o coroamento de um processo que vinha se desenvolvendo há quase quinze anos. O recuo programático era a condição necessária para atrair não mais a sombra da burguesia — como em 1989 — mas a burguesia de "carne e osso", daí a vinda de José Alencar. De qualquer modo, esse recuo já vinha de dando, conforme a letra do Congresso de 2001 e de acordo com o que se observou no pleito de 1994, e principalmente em 1998. O não pagamento da dívida parou na auditoria e esta abriu o caminho para defesa do "não calote". (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Mesmo num grau elevado de adaptação ao regime político e às políticas neoliberais, as alianças políticas efetivadas ensejaram descontentamento nas fileiras do PT. Heloísa Helena, em sinal de protesto, por discordar de tais alianças e da escolha do candidato a vice-presidente de Lula, renuncia à candidatura de governadora no seu Estado, Alagoas. Em Minas Gerais, foi necessária a intervenção na chapa do PT para que o partido aceitasse dividir, no Estado, seu espaço com o PL, de José de Alencar.

Garcia (2008) pensa que não foram setores sem peso da burguesia brasileira que apoiaram Lula em 2002 e apresenta como exemplo Eugênio Staub, proprietário da Gradiente, entre outros empresários de renome. Isso, porém, segundo o autor, não era suficiente para garantir o apoio eleitoral. A burguesia queria mais provas do comprometimento de Lula com as políticas neoliberais. A *Carta ao Povo Brasileiro* surge neste contexto onde Lula assume a intenção de manter e honrar os compromissos com os credores da dívida externa brasileira e com os acordos estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional. Garcia (2008) assevera que, por conta disso, a militância à

esquerda, troçando, dirá que é a “Carta aos banqueiros”. Para arrematar e mostrar que estava comprometido até a alma com os fundamentos das políticas neoliberais, Lula e os três candidatos mais cotados nas pesquisas de intenção de voto — Serra, Garotinho e Ciro — subscreveram o acordo com o FMI feito por FHC.

Garcia (2008) entende que o tom de animosidade, por parte da grande imprensa, contra Lula, nas campanhas presidenciais anteriores, amainou e mesmo os setores que apoiavam Serra evitaram discursos mais contundentes contra Lula, objetivando costurar uma transição indolor. Esse tom será claro para ele no discurso de José Sarney, logo em seguida ao resultado das eleições.

Acho que Lula prestou um grande serviço ao País nesta sucessão, porque, com esta crise social, com este desemprego, a violência urbana, com o terror que a gente está vendo aí, com esta agitação nacional, se não fosse ele o homem que é, que catalisou as esperanças do povo, assegurou uma sucessão tranqüila, a campanha presidencial teria sido um momento de quase explosão social do país. (ESTADO DE SÃO PAULO apud GARCIA, 2008, p. 76)

Os jornais estrangeiros mais importantes analisavam a vitória de Lula como uma vitória de um setor interessado em manter os contratos com o FMI e em pedir calma à população que votou nele, assevera Garcia (2008).

A vitória de Lula foi um acontecimento marcadamente incomum na história brasileira. Pela primeira vez, foi eleito um dirigente operário de uma organização como o PT, encabeçando uma frente popular que é para o trotskismo e para o PSTU uma frente que representa a colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.

Para Garcia (2008), assim como para o PSTU, o governo é um governo burguês, por privilegiar os interesses da burguesia e dar continuidade ao projeto neoliberal; entretanto, na análise do PSTU, a ilusão das massas, depositadas no PT, só poderiam ser desfeitas pela própria experiência. Nesse sentido, apesar de lançar candidatura própria no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, não apoiou, mas declarou voto em Lula no segundo turno.

O PT já perdera o seu caráter classista, quase instintivo, dos primeiros anos. Tornara-se um partido da ordem. Para nós, no entanto, era preciso que a classe trabalhadora fizesse uma experiência com a sua principal liderança. A classe não aprende com leitura e discurso, mas com a sua própria experiência. Desse modo, era importante que fizesse isso. No primeiro turno, apresentamos candidatura própria e no segundo turno, depois de um debate duro e democrático no interior do PSTU decidimos não apoiar Lula no segundo turno, não nos integramos a sua campanha, mas declaramos o nosso voto. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

O jornal *Opinião Socialista*⁶³ — número 139, antes da vitória de Lula no 2º turno das eleições presidenciais de 2002 — traz um artigo intitulado “Qual será a natureza de um possível governo Lula?”, que tem como objeto de análise a frente popular e seu caráter específico no Brasil. O articulista vaticina que, caso se consolidasse a vitória de Lula no segundo turno, o governo que se estabeleceria no País deveria ser caracterizado como de colaboração de classes, tendo à frente deste um partido operário aliado à burguesia.

Tudo indica – salvo uma hecatombe imprevisível – que Lula sairá vitorioso do 2º turno das eleições. No Brasil, este será um fato histórico e inédito. Nunca, em nosso país, houve um governo dessa natureza. Um governo chefiado por partidos operários, que governam em colaboração ou unidade com a burguesia. Isto, entretanto, já ocorreu inúmeras vezes na história em diversos países.

Tais governos de colaboração de classes, chamados de *governos de Frente Popular*, sempre que não foram superados por uma alternativa revolucionária de massas levaram a derrotas graves, senão históricas do movimento de massas.

Atados à burguesia, esses governos se propõem a gerir o capitalismo (sempre em épocas de crise) e o Estado burguês. São, portanto, governos burgueses. Ao mesmo tempo, são governos burgueses anormais, pois o normal é que a classe dominante governe seu Estado, ou seja, que seja um representante direto seu a gerir seus negócios. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139, grifos meus).

Nos países atrasados, a tendência da Frente Popular é apresentar elementos de tensões com o imperialismo, enfatiza o dirigente nacional A do PSTU.

Trotsky estudou o fenômeno de governos de frente popular nos países atrasados e sugeriu que nesses lugares a tendência era existir, objetivamente, mais choques com o imperialismo. Mesmo os governos nacionalistas burgueses tendem a se chocar, num ou noutro aspecto, com a dominação imperialista, uma vez que essa supõe uma obediência estrita aos seus ditames. Assim, o governo de frente popular num país atrasado como o Brasil tenderia a ter elementos de tensão com o imperialismo. Temos o entendimento clássico de que esse tipo de governo é visto pelos trabalhadores como se fora deles e pela burguesia é visto com desconfiança. (*DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU* em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Esse, porém, não é o caso do Brasil, conforme o entrevistado. Para ele, a Frente Popular brasileira caracteriza-se como uma Frente Popular *sui generis*, pois coexiste de forma harmoniosa com o imperialismo, em particular o estadunidense.

(...) Ora, Lula está caminhando para o segundo mandato sem rugas com o imperialismo. Pelo contrário, o tratamento de Bush com Lula foi "vip" e Obama trata Lula como "o cara". Veja o papel que as tropas brasileiras cumprem no Haiti, fazendo um papel que interessa aos Estados Unidos. Então, por que *sui generis*? De fato, é um governo de frente popular sem elementos de tensão com o imperialismo, uma vez que cumpre um programa e um papel que, por nada, leva a um confronto, ainda que mínimo, com a dominação imperialista. É um fato: a vitória de Lula não é produto de um ascenso, mas o antecede e ao se tornar governo emprega a sua força e prestígio para evitar que a classe entre em cena com os seus métodos e suas bandeiras. Em suma, o caráter *sui generis* do

⁶³ O jornal, para uma corrente trotskista, age como um intelectual coletivo, no sentido de organizar a classe trabalhadora e elevá-la a um novo patamar, que é a ação política, ou seja, da relação entre as classes e o Estado e não mais no campo meramente economicista, corporativo.

governo decorre em última análise, do seu relacionamento harmonioso, e não parcialmente conflitante, com as forças imperialistas, em particular os EUA. (DIRIGENTE NACIONAL A DO PSTU em entrevista realizada no dia 26 de novembro de 2009).

Para Fontana, dirigente do PSTU e jornalista responsável pelo jornal *Opinião Socialista*, governos deste tipo ou são frutos de uma nova etapa da luta de classes ou significam a abertura de uma nova etapa e uma vitória distorcida do movimento de massas. Algumas frentes populares foram catapultados aos governos, cavalgando um ascenso do movimento operário e popular, e outras chegam ao governo eleitoralmente antecedendo grandes lutas. Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139) afirma que são anormais porque, embora se coloquem como governos que irão governar na mais estrita observância à ordem capitalista (defesa da grande propriedade privada, são contrários a revolução socialista etc), a quase totalidade das frações da burguesia não confia nestes governos, por serem governos nos quais as massas depositam grandes expectativas e por não serem seus representantes diretos.

A dirigente do PSTU adverte que não há incompatibilidade destes governos com o capitalismo e que procuram despolitizar o movimento, retirando-lhe seu ímpeto de resolver seus problemas pela via direta,⁶⁴ canalizado-o para o leito institucional e parlamentar, portanto, aposta na desmoralização do movimento de massas e na sua derrota.

Cita o governo de Kerensky, que antecedeu o governo dos bolcheviques, e o governo de Allende, no Chile. Os dois governos foram antecidos por um fortíssimo ascenso do movimento operário e tiveram que conviver com um duplo poder — no caso russo, os soviets; e no caso chileno, os cordões industriais — o que para ela é incompatível com o capitalismo.

Outros governos, de Frente Popular, se formaram antes que ocorressem grandes lutas e mobilizações e nesse sentido se anteciparam a estas e foram vitoriosos desviando o curso da luta de classes e obstaculizando sua extensão. O governo Mitterrand, em França, tipifica este tipo de frente popular. Mitterrand foi derrotando as massas no varejo até implementar as medidas neoliberais.

Na Rússia, os bolcheviques tomaram o poder porque tinham uma direção experiente e revolucionária, capitaneadas por Lênin e Trostky, que souberam ganhar pacientemente as massas para as suas posições e dirigir a revolução, derrotando o governo

⁶⁴ Por meio de greves, mobilizações, ocupações de terra, ocupações de ruas e prédios públicos, ou seja, a classe trabalhadora resolve por meio de suas ações arrancar as reivindicações que, anteriormente, eram prometidas que seriam alcançadas pelo regime democrático.

de frente popular de Kerensky, que era apoiado pelos mencheviques e socialistas revolucionários em aliança com a burguesia liberal. Já no caso chileno, Allende não só não rompeu com a burguesia liberal como nomeou seu algoz, o general Pinochet, como ministro do exército. O resultado para Fontana foi uma repressão imperdoável. O governo Lula, assevera Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, Edição 139, 2002), é um governo de frente popular atípica. Esta caracterização é importante para compreender como o PSTU se conduz ante o governo Lula. Nas frentes populares clássicas, a burguesia geralmente não compunha o governo. Participava os partidos que não representavam seus setores hegemônicos, anota Fontana. Os setores chaves da burguesia, além de não estarem representados nestes governos, os encaravam como adversários que deveriam ser derrotados.

Nos países periféricos do capitalismo, os governos, de frente popular, levantavam bandeiras anti-imperialistas e muitas vezes se enfrentavam com o imperialismo. Para Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139,) isto decorria também porque havia uma aliança com os setores nacionalistas da burguesia.

Exemplifica que Allende nacionalizou as minas de cobre, que era o principal produto de exportação do País, que estava em poder das multinacionais, ou seja, Allende tomou medidas que entravam em choque com o imperialismo dos EEUU.

O governo de Lula, para a dirigente do PSTU, será bem diferente pelas concessões programáticas que teve que fazer ao capital financeiro e pelo arco de alianças. Daí o governo Lula representar um governo de frente popular atípica.

Os governos de colaboração de classes clássicos, entretanto, sempre governaram com a “sombra” da burguesia. Os setores fundamentais da classe dominante não estavam na Frente e nem no governo e os tratavam com hostilidade.

Nos países semicoloniais ou coloniais, por sua vez, tais governos eram antiimperialistas ou se chocavam com o imperialismo. Isto respondia também ao fato de que os mesmos se aliavam a setores nacionalistas da burguesia. Allende, no Chile, por exemplo, nacionalizou as minas de cobre — principal produto do país — que se encontravam nas mãos de multinacionais. O governo de Lula, por suas alianças e programa, será um governo de Frente Popular atípico. Pois Lula não terá no governo apenas a “sombra” da burguesia, mas parcelas fundamentais da mesma. A julgar, inclusive, por seus acordos e declarações recentes, seu governo poderá ser um governo de Frente Popular com traços de unidade nacional, ou seja, do qual os principais setores burgueses participam e com ele colaboram.

Será atípico também porque — ao contrário de Allende — não será antiimperialista, mas pró-imperialista. Será um governo de Frente Popular que (num país que vive um processo de recolonização) nasce se submetendo ao FMI, aceitando as negociações da Alca e sendo aceito (embora não seja o preferido) pelo imperialismo. Um governo Lula, portanto, será muito diferente de Allende. Se assemelhará muito mais a Lagos — ou ao próprio De La Rúa — num

momento em que a América Latina se convulsiona. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139).

Fontana, escrevendo no momento da disputa eleitoral no segundo turno em 2002, e pensando que Lula sairá vitorioso nesse processo, considera que o governo Lula gerará enormes expectativas e ilusões das massas no tocante às resoluções de seus problemas (saúde, emprego, terra, habitação, educação etc). Estas expectativas poderão levá-las a se mobilizarem para terem atendidas em seus reclamos; já as ilusões poderão levá-las à apatia, a continuar desmobilizadas e ser derrotadas.

O papel do PSTU é, conforme Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139), estribar-se nas expectativas das massas para combater as ilusões no governo Lula e procurar mobilizar os trabalhadores. Se governos assim podem derrotar os trabalhadores, eles trazem também a possibilidade de formação de um partido revolucionário com audiência nas massas.

Consoante Fontana (2002), porém, para ter êxito, é preciso ter solidez nas suas posições políticas e fazer como fizeram Lênin e Trotsky — ter uma estratégia revolucionária e não ter a mínima ilusão no governo Lula, pois, em virtude da pressão das massas para apoiar um governo de frente popular, a esquerda revolucionária historicamente tem capitulado, nutrindo ilusões de que poderá empurrar este tipo de governo para a esquerda.

Mas, para isso, os revolucionários precisam ter firmeza — como tiveram Lênin e Trotsky —, uma estratégia revolucionária e não depositar eles mesmos ilusões nesse governo. Pois, via de regra, a esquerda revolucionária capitula e se propõe a ser um apêndice ou ala esquerda de governos dessa natureza, alentando a ilusão de que seria possível empurrá-lo para a esquerda, ou mudar sua natureza e caráter, levando-o a ser um governo “burguês anti-burguês”.

A sorte da revolução brasileira depende da capacidade que tenha o movimento operário e a esquerda revolucionária de construir uma alternativa revolucionária de massas ao PT. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 139).

O jornal *Opinião Socialista* que saiu logo após a posse Lula exprime que a população elegeu Lula para que este promovesse mudanças e não reformas neoliberais. Considera também que a composição do ministério do governo Lula não permite acalentar grandes esperanças de mudanças diante da política que vinha sendo adotada por FHC.

Milhares de trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais passaram as festas de ano novo em Brasília para acompanhar a posse de Lula como presidente da República. A esperança de melhoria nas condições de vida assume a forma de uma grande onda de expectativas de mudanças. Milhões de brasileiros anseiam que o novo governo combata o desemprego, garanta melhores salários, amplie e melhore os serviços públicos de saúde e educação, garanta uma aposentadoria digna, amplie os direitos sociais e

trabalhistas, enfim, governe para aqueles que produzem de fato a riqueza deste país com o suor do seu rosto.

Quando este jornal estiver chegando nas mãos dos nossos leitores, estaremos completando o primeiro mês do governo Lula. Logo em seguida à posse, o novo presidente esforçou-se por concluir a montagem de seu ministério, as articulações políticas para viabilizar a base de sustentação do governo no Congresso e as prioridades políticas e econômicas de sua agenda. Desgraçadamente, os primeiros passos do governo Lula vão no sentido oposto das mudanças esperadas pelos trabalhadores e o povo pobre deste país. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, Edição 143).

O jornal utiliza o mote popular “diz-me com quem andas que direi quem és” para mostrar que as personalidades, escolhidas pelo governo, para assumir as pastas dos ministérios, não deixavam margem a dúvidas quanto à política que será seguida pelo governo no tocante às diversas políticas: econômica, agrária, trabalhista, previdenciária etc.

O homem do BankBoston no Banco Central, o vice-presidente da Fiesp no ministério do Desenvolvimento e um latifundiário na Agricultura deixam claro que o tal “mercado” tem muito peso no ministério de Lula. Para deixar o mercado financeiro ainda mais tranquilo, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, do PT, já sinalizou que se dispõe a elevar o superávit fiscal, ou seja, cortar mais verbas do Orçamento para pagar as dívidas externa e interna. Está disposto também a garantir a independência do Banco Central e deixar Henrique Meirelles de mãos livres para administrar a política monetária de acordo com o que quer o FMI e os banqueiros. Palocci dá o tom para os demais ministros petistas. Ricardo Berzoini, da Previdência, terá sob sua responsabilidade a conclusão da famigerada reforma, leia-se privatização, da Previdência Social. Outro petista, Jacques Wagner, que ficará com a tarefa de concluir a reforma trabalhista, já deu mostras a que veio: propôs acabar com a multa de 40% do FGTS nos casos de demissão sem justa causa. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, Edição 143).

Conclama os trabalhadores que votaram no governo a lutar pelas suas reivindicações e que, para estas serem atendidas, alerta ser necessário:

[...] A luta pela elevação do salário mínimo para 100 dólares (R\$ 350,00) já, rumo ao mínimo do Dieese; a redução da jornada para 36 horas semanais sem redução dos salários; o aumento geral dos salários de acordo com a inflação; a manutenção de todas as conquistas sociais e trabalhistas e revogação das reformas neoliberais de FHC; a reforma agrária sob controle dos trabalhadores; e a realização de investimentos maciços em saúde, educação, saneamento e habitação estão na ordem do dia. Não podemos aceitar o absurdo argumento de que uma parcela dos trabalhadores deve se sacrificar ainda mais em nome do combate à fome e à pobreza absoluta, quando os ricos é que deveriam ser fortemente penalizados. Todos queremos acabar com a fome. Mas isso só é possível gerando empregos, garantindo melhores salários, mantendo e ampliando direitos dos trabalhadores. Isso é plenamente possível, desde que o governo opte por romper as amarras da dependência e espoliação do país pelo imperialismo e faça com que os ricos paguem o preço da crise.

Para atender as reivindicações dos trabalhadores é preciso atacar os lucros dos capitalistas, romper com a Alca e o FMI e deixar de pagar as dívidas externa e interna. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, Edição 143).

O dirigente do PSTU e autor de vários livros, Valério Arcary, entende que a vitória de Lula expressou o desgaste das baixas taxas de crescimento da economia que perduram há mais de 20 anos e o período Collor-FHC. Para ele o Brasil adotou tardiamente o neoliberalismo e que, ao se olhar retrospectivamente as declarações de setores da burguesia, é possível perceber como estes setores lamentaram que estas medidas não foram adotadas antes. Assevera que, para se compreender a vitória de Lula, é necessário situar os dez anos de desgaste das políticas neoliberais, o preço demasiadamente alto que foi cobrado à sociedade.

Há pouco mais de vinte anos o Brasil parou de crescer. O capitalismo brasileiro perdeu o fôlego que teve antes de 1980. Em primeiro lugar, a vitória eleitoral de Lula expressa, portanto, o que foi o desgaste do período Collor-FHC, que superou dez anos. O neoliberalismo chegou com atraso ao Brasil e, por isso, tivemos um ajuste tardio. Só é possível compreender isso quando se olha para a década de 1980. A burguesia brasileira gosta de falar dos anos 80 como a década perdida. Quando eles falam isso, estão dizendo é que gostariam, olhando para trás, de ter tido condições políticas de ter feito mais cedo o ajuste que o Collor começou a fazer a partir de 1990 e que depois Fernando Henrique foi convocado para concluir. Odeiam os anos 80 porque foram anos de grandes lutas populares urbanas. A burguesia brasileira olha para trás e diz: “Como é possível que Margaret Thatcher, na Inglaterra em 1979, e Reagan, em 1980/1981, tenham começado esse ajuste “genial”, esta solução “extraordinária” para os problemas da sociedade, enquanto nós apenas o tenhamos começado com um atraso tão grande?” Então para compreender a eleição de Lula, temos de compreender primeiramente o que foram os dez anos de desgaste do neoliberalismo e o preço alto cobrado por esse modelo à maioria da sociedade. (ARCARY, 2006, p. 14-15).

A vitória de Lula não materializa um simples desgaste do PSDB como o foi o desgaste do PSD português entre 1985 e 1995, mas foi um processo distorcido de acumulação de forças e o PT se preparava há muito para isso, conforme Arcary (2006, p. 15).

Em segundo lugar, é preciso dizer que a eleição de Lula não é só a expressão de um desgaste, como foi, por exemplo, o desgaste do Partido Social Democrata (PSD) com Cavaco Silva em Portugal, entre 1985 e 1995. Neste caso, houve um desgaste eleitoral depois de dez anos no poder, efeito da caducidade da mercadoria eleitoral, e o Partido Socialista acabou assumindo o governo, sendo posteriormente substituído pelo próprio PSD, uma alternância eleitoral previsível. (...).

Arcary (2006) assevera que este processo distorcido de acúmulo de forças já vem acontecendo desde 1978, passando pela formação da CUT e do próprio PT. Acrescenta também que, se o PT não tivesse girado tanto à direita, provavelmente não teria vencido as eleições.

No caso do Brasil, a vitória de Lula não foi fruto de um simples desgaste eleitoral. Houve um processo de lutas que vem desde 1978 e que foi assumindo formas organizadas, como a formação da CUT e a constituição do PT. A vitória

de Lula foi a expressão distorcida, em grande medida, de um processo de acumulação de forças e da larga experiência sindical parlamentar a partir de um viés reformista. Se não tivesse sido tão reformista, não teria vencido. Venceu, no terreno burguês eleitoral, porque girou a direita desde 1989, ininterruptamente. (2006, p. 15).

Arcary (2006) indica que as transformações da sociedade tanto podem ocorrer pela via da reforma como da revolução. Quando se esgotam as vias da reforma para modificar a sociedade é que as massas procuram a outra via, a revolucionária. Compreende que, diferente de outros países, no Brasil, o PT vinha se preparando há décadas para ser governo e tem um enraizamento no movimento operário e popular que outros partidos na América Latina não possuem, como se pode depreender desta afirmação do autor.

A transformação da sociedade pode ocorrer tanto pelo método da reforma quanto pelo método revolucionário. Em algumas circunstâncias são possíveis reformas e em outras não; todavia, as massas podem, ainda assim, procurar o caminho reformista por ser mais indolor, e foi isso o que fizeram quando elegeram Lula. Acho que o significado da eleição de Lula foi diferente do significado que teve a eleição de Gutiérrez no Equador, a de De La Rúa e, posteriormente, a de Kirchner, ambos na Argentina. A opção de Lula foi diferente, porque não foi uma solução improvisada. Toda a América Latina está comovida por uma reação de massas contra o efeito do neoliberalismo, e em toda esta região esse fenômeno está produzindo derrotas eleitorais dos partidos neoliberais. Entretanto, temos dois países na América Latina onde durante décadas constituiu-se um pólo eleitoral cujo objetivo era estar apto a assumir o poder quando chegasse a crise última do neoliberalismo. Esses dois países são Brasil e Uruguai, só neles há um fenômeno como o PT e o da Frente Ampla. Do ponto de vista da transição do pós-neoliberalismo no Brasil, o PT não é um imprevisto histórico, ou seja, a burguesia brasileira e o PT vêm se preparando há muito tempo para isso. Embora o PT não seja um partido da burguesia brasileira, há um processo de preparação histórica para que, numa situação de emergência, Lula pudesse ser uma salvação eleitoral que galvanizasse o voto sem ameaçar o regime. No restante da América Latina, vimos soluções eleitorais mais frágeis e improvisadas do que é hoje o Partido dos Trabalhadores; essas demais soluções possuem relações menos sólidas com as lutas populares e os movimentos sociais organizados do que o PT. É significativo o fato de existir no Brasil um partido com uma relação com a CUT, como a que o PT mantém. Lula decide quem vai ser o próximo presidente da CUT, lembremos que nem mesmo Getúlio Vargas decidia quem ia ser o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). São pouquíssimos os presidentes que puderam fazer algo parecido. Isso é uma demonstração de que há não improvisação, há toda uma estrutura preparada durante muito tempo para a hipótese de o PT chegar ao poder. Numa situação de emergência, revolucionária, ou ainda quando se caminha em direção a uma situação revolucionária, o PT e a Frente Ampla uruguaia estariam disponíveis como uma saída, como o último piso de segurança, como os bombeiros do regime. Soma-se a isso o fato do impressionante simbolismo da figura de Lula — que no século XX lembra somente Bebel na Alemanha —, que tornou o processo eleitoral de 2002 bastante peculiar e, ao mesmo tempo, dramático. (ARCARY, 2006, p. 15-16).

Para José Maria, presidente nacional do PSTU e candidato a presidente do partido em vários pleitos, a vitória de Lula expressa um vitória distorcida dos trabalhadores porque se deu nos marcos eleitorais, por meio de um partido cada vez mais integrado à ordem

atual e é fruto de uma tendência na América do Sul de pôr abaixo os diversos governos que aplicam as medidas neoliberais.

A vitória de Lula, sem dúvida nenhuma tem um significado profundo, não só para o Brasil, mas para a América Latina. Ela é, primeiramente, a expressão de uma vitória da classe trabalhadora, que conseguiu derrotar o representante direto dos defensores do neoliberalismo aqui no nosso país. Ela é, portanto, também uma expressão, ainda que de maneira distorcida porque se dá via mecanismo eleitoral, do descontentamento e da revolta que vem marcando cada vez mais situação dos povos da América Latina contra as condições em que se vêem forçados a viver pela implantação do neoliberalismo nessa região. Se analisarmos a América do Sul nos últimos anos, veremos que quase todos os países estão sendo sacudidos por insurreições, por conflagrações sociais muito fortes, muito radicalizadas: a Colômbia vive um processo de intensificação da luta armada, a Venezuela apresenta uma instabilidade política muito grande, o Equador viveu uma forte insurreição em 2000 e a Bolívia passou por outra recentemente, o Paraguai vive uma insurreição quase que permanente no campo, além da Argentina. Essa radicalização da luta social nesses países é a expressão de que as pessoas não suportam mais viver nas condições a que foram submetidas a partir da implantação do neoliberalismo. Aqui no nosso país, esse descontentamento, esse rechaço às políticas neoliberais ocorreu fundamentalmente sob uma forma eleitoral; não que não tenha havido luta, houve lutas importantes por aqui nos últimos anos, mas a recusa generalizada da população a esse modelo foi expressa, num primeiro momento, via eleições. Por outro lado, a vitória de Lula tem uma dimensão importante para a América Latina por ele ser ainda uma liderança de trabalhadores muito conhecida em todo o continente, e que gera expectativa de mudança. Essa expectativa que temos no país é realidade também para uma parte importante da população latino-americana, que vê em Lula, no comando do país mais importante e mais forte do ponto de vista econômico no nosso continente, a possibilidade de iniciar mudanças que posteriormente possam se refletir no restante da América Latina. (ALMEIDA, 2006, p. 18).

Logo após a vitória de Lula, o *Opinião Socialista* traz um artigo que tem como título *As Perspectivas do Governo Lula e os Desafios da Classe Trabalhadora e da Esquerda*, analisando que o fato de Lula chegar à Presidência da República é um acontecimento inusitado porque pela primeira vez um operário e um partido como o PT chegam ao governo.

Isso significou a derrota de FHC, de acordo com o artigo, e a população ficou mais altaneira e esperançosa, por entender que colocou um mandatário seu para governar o País e espera por mudanças. É uma vitória distorcida, porém, conforme dito, porque, embora a população considere a eleição de Lula uma vitória sua, o FMI e a burguesia brasileira já confiscaram essa vitória, fazendo de conta que algo mudou para permanecer tudo como está, ou seja, aplica o bordão de Lampedusa.

Mas o FMI e a classe dominante brasileira - já antes mesmo da eleição e antes da posse - distorceram e surrupiaram essa vitória. Estão aplicando a velha máxima ou o velho truque de que “é preciso que algo mude, para que tudo continue igual”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 140).

Para o *Opinião Socialista* (2002, Edição 140), os banqueiros, a FIESP, os latifundiários e os seus partidos estarão no governo Lula e o FMI continuará tocando a batuta. O acordo que Lula selou com o FMI, manutenção das negociações da ALCA e a participação de empresários de grosso calibre da burguesia brasileira nos ministérios, aponta para a perspectiva de ataque aos trabalhadores e de seus direitos.

Segundo o *Jornal*, Lula diz que governará para todos e que todos devem ter ganhos, mas para o OS isso não só é uma inverdade como também não é possível.

O *Opinião Socialista* exprime que está havendo um processo de recolonização do País, pois se colocam como prioridade o pagamento da dívida e a entrega do patrimônio público mediante as privatizações, ou seja, via empobrecimento da população e perda da soberania do País. Esses são para o *Opinião Socialista* os fundamentos da crise que o País atravessa.

Uma exigência que o PSTU fazia logo no início do governo Lula é que ele rompesse com a ALCA e com o FMI, pois, sem romper com os dois, nenhuma mudança verdadeira seria possível. Os acordos mantidos por Lula com o FMI deixam o seu governo atado aos interesses dos banqueiros e sinalizam que honrará os compromissos legados de FHC, pois, segundo o *Jornal*, “os banqueiros não perderão nada, como arrancarão ainda mais o couro dos trabalhadores e do povo brasileiro”. (OPINIÃO SOCIALISTA, 2002, Edição 140).

O *Jornal* critica também o programa “Fome Zero”, que tinha como meta atender 9 milhões dos 52 milhões que vivem abaixo da linha de pobreza, por destinar, apesar de todo o alarde, apenas R\$ 5 bilhões, quantia bem inferior ao que o governo destinará aos banqueiros. Segundo o OS (2002, Edição 140), os banqueiros já abocanham mais de 60% do orçamento da União, via juros que recebem do governo. O FMI faz exigências draconianas e é atendido pelo governo, que deverá destinar dos 40% da sobra do orçamento, mais de R\$ 41 bilhões, para pagar os juros, o que exige do governo o corte de direitos dos trabalhadores e recursos de áreas essenciais.

Os banqueiros já levam anualmente mais de 60% de todo o orçamento, através dos juros que recebem do governo. O acordo com o FMI exige que, dos 40% que sobram no orçamento se “economize” mais R\$ 31 bilhões para pagar juros a eles. Para garantir a “economia” que o FMI exige, Lula — com o aplauso da Rede Globo, da FIESP, da FEBRABAN, do Banco Mundial, da ONU e até de Bush — promete fazer as Reformas neoliberais que FHC não conseguiu fazer, como por exemplo, taxar os aposentados do serviço público, flexibilizar a legislação trabalhista e diminuir os impostos para a burguesia.

De outro lado, o novo governo seguirá nas negociações da ALCA e assumirá, junto com os EUA a co-presidência desse processo. Uma negociação que —

todos sabemos — nos conduzirá invariavelmente a uma situação de colônia dos EUA. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2002, Edição 140).

Para o *jornal* do PSTU, o PT vê a crise do ponto de vista dos poderosos e vai administrá-la para os capitalistas.

A esquerda, segundo o OS, tem o dever de dizer a verdade e construir um polo de oposição ao governo que faz unidade com a burguesia e se submete ao FMI. O *Jornal* adverte que não se deve incorrer no sectarismo e é imprescindível levar em conta o nível de consciência das massas quando se for formular táticas políticas. Demonstra que se deve seguir o exemplo de Lênin, que explicava pacientemente às massas que o governo de frente popular de Kerensky não era um governo seu, mas inimigo de classe, e denunciava diuturnamente suas políticas para descortinar o véu que encobria os reais interesses daquele governo. O mesmo deve ser feito com o governo Lula.

Para isso, o PSTU aponta como segunda tarefa propagar que tipo de governo se faz necessário e deve ser estabelecido para substituir o atual. A classe trabalhadora têm ilusões nesse governo mas estas serão dissipadas, e ela lutará pelo atendimento de suas reivindicações quando se cansar de esperar que o governo as atenda. Lula quer estabelecer um pacto social entre os trabalhadores e a FIESP, que não se faz de rogada e já disse a que veio, exigindo que os trabalhadores abram mão de seus aumentos reais e da reposição integral da inflação.

Para o *Opinião Socialista* (2002, Edição 140), a esquerda deve desmascarar o pacto social, dizer a verdade para as massas e não deve dar nenhum apoio a este governo, nem mesmo crítico, adverte o *Jornal*.

Eduardo Almeida escreveu um artigo para a revista teórica do PSTU, *Marxismo Vivo*, em 2003, onde analisa o Documento “Política Econômica e Reformas Estruturais, de junho de 2003, do Ministro da Economia Antônio Palocci. Assevera que ali estão traçados os destinos do governo Lula até o final de seu governo. Ele está se referindo ao primeiro mandato de Lula. Segundo o dirigente do PSTU, o documento não é de somenos importância ou um ato isolado de Palocci, mas contém o que vai ser priorizado pelo governo em matéria de política econômica.

O autor do artigo comenta que até Maria da Conceição de Tavares, que apoia veementemente o governo, não gastou adjetivos para criticar partes do documento. A notável economista fez alusão às relações promíscuas de Marcos Lisboa — assessor de Palocci — que é da direção de um Instituto que recebeu 250 mil dólares do banco Mundial

para formular propostas que o Banco Mundial entende essenciais para serem introduzidas no Brasil, de acordo com o receituário do Consenso de Washington. Tavares criticou as propostas de políticas focalizadas porque se destinavam a quebrar a saúde, a educação e a previdência pública.

Para o dirigente do PSTU, este documento escrito por funcionários pagos regiamente pelo Banco Mundial é uma emanção sem mediações do que está sendo chamado de Consenso de Washington II. O I Consenso foi de 1990 e sumariou uma série de medidas ou reformas para serem efetivadas nos países periféricos, que trouxe efeitos deletérios para estes.

[...] privatizações, abertura dos mercados, flexibilização dos direitos trabalhistas, rigor fiscal e outras medidas. Sua aplicação gerou um enorme retrocesso em todos os países, levando a crises gigantescas como na Argentina, assim como ataques brutais ao nível de vida, como no Brasil. Os Planos Collor e Real, dos governos anteriores, foram apenas aplicações deste “consenso” (ALMEIDA, 2003, p. 40).

Não satisfeitos com os resultados e escudando-se que os países estavam atravessando problemas porque não foram até o final no rosário de reformas, afirmavam ser necessária a segunda agenda de reformas (ALMEIDA, 2003). Para tal, reuniram-se John Williamson e diversos economistas para propor uma nova rodada de reformas. Estas são conhecidas como Consenso de Washington II.

Após tantos desastres, John Williamson, autor do primeiro Consenso, e outros economistas (sempre financiados pelo FMI e Banco Mundial) voltam a propor uma nova receita. Para eles, as reformas não foram as responsáveis pelo desastre que se abateu. O problema é que “as reformas não foram aplicadas até o fim”. Propõem agora uma “segunda geração de reformas”, que está sendo chamada de Consenso de Washington II (ALMEIDA, 2003, p. 40).

Para Almeida (2003), o documento de Palocci diagnostica a idéia de que os gargalos da economia brasileira advêm do déficit fiscal e da falta de uma política que tenha como meta, sem claudicância, atingir superávits primários à altura dos que o País necessita. Para Almeida, isso significa uma prostração aos neoliberais, pois, a esquerda, e inclusive o próprio PT, passou muito tempo advogando a idéia de que a raiz dos problemas do Brasil estava na submissão do País ao capital estrangeiro, principalmente por meio da dívida interna e externa.

De acordo com Almeida (2003), Lula tem se esmerado mais do que FHC para repassar recursos públicos para os banqueiros e para isso é necessário cortar mais gastos em áreas de saúde, educação e demais áreas. Palocci chega a dizer em seu documento que

FHC errou por não ter cumprido à risca as exigências do FMI. Isso significa dizer aumentar o superavit fiscal.

O FMI exige (e os governos brasileiros cumprem) que o governo dê lucro (superávit), arrecadando mais do que gasta, para poder pagar mais aos banqueiros credores. Para isso, é preciso cortar gastos de saúde, educação e outras áreas. Fernando Henrique Cardoso garantiu altos superávits em seu governo, chegando a 3,9% em 2002, e Lula está aplicando um acordo com o FMI que assegura um superávit ainda maior, de 4,25% em 2003. O que Palocci diz em seu documento, como no trecho a seguir, é que FHC errou ao não aplicar com mais força ainda as recomendações do FMI. (ALMEIDA, 2003, p. 41).

Para Almeida, Palocci, mais realista do que o rei, advoga o aprofundamento do ajuste fiscal, das metas de inflação para equacionar os problemas deixados pela Era FHC.

“A política de estabilização no período que se seguiu ao Plano Real, ancorado em política monetária e cambial, e com pouca atenção a metas fiscais, foi em parte responsável pela crise de 1999. Entre 1994 e 1998, a taxa média de crescimento dos gastos primários reais do governo foi de aproximadamente 5%, bem superior à taxa média de crescimento real do PIB observada no mesmo período, de 3,2%.

As medidas adotadas a partir de 1999 permitiram ao país evitar uma crise mais profunda, mas não resolveram o problema criado entre 1994 e 1998. O ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação foram insuficientes para reverter a herança deixada pela dívida acumulada anteriormente.” (PALOCCI apud ALMEIDA, 2003, p. 41).

Para Almeida, é claro o diagnóstico de Palocci, FHC não foi mais bem sucedido porque não aplicou um superavit fiscal maior para tentar melhorar a relação dívida/PIB.

A importância do ajuste fiscal de longo prazo não pode ser subestimada. Caso o governo brasileiro tivesse realizado um superávit primário de 3,5% do PIB ao ano durante os últimos oito anos, a relação dívida/PIB hoje seria a metade da observada, mantidas todas as demais condições, inclusive as políticas cambial e monetária adotadas durante o período 1995-1998. (PALOCCI apud ALMEIDA, 2003, p. 41).

A questão central para Palocci, segundo Almeida (2003), é que as reformas não foram aplicadas a fundo e não houve um superavit primário maior. Fazendo jus a esse diagnóstico, Palocci propõe em seu documento, para equacionar os graves problemas fiscais que assolam o País, um ajuste fiscal definitivo das contas públicas. Para o dirigente do PSTU, essa é a primeira prescrição do Segundo Consenso que advoga para prevenir crises a utilização de superávits elevadíssimos, bem acima dos superávits da primeira geração de reformas, com o fito de pagar a dívida aos bancos.

Almeida se reporta à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 e pensa que ela segue a lógica do documento, pois estipula um superavit de 4,25% para 2004 e nos anos subsequentes o superavit também estipulado é o mesmo. Isso deixa claro e faz ruir por

terra a ideia ventilada de que Lula faria uma transição ou um “Plano B” para romper com a política de FHC.

Alguns incautos ficaram contentes porque Lula disse que, se houvesse uma diminuição do PIB, o superavit poderia cair. Isso para Almeida (2003) não foge do *script* do Consenso, que prevê superavits maiores para períodos de maior crescimento e superavits menores para períodos de “vacas magras”. Mantega, segundo Almeida (2003), deixou patente que, se ocorresse um período de baixo crescimento, o superavit não poderia ser menor do que 3,75%, que já é mais elevado do que o praticado por FHC.

Almeida (2003) entende que o governo Lula defende a idéia de que, num período mais dilatado, será possível retomar o crescimento econômico e com isso injetar mais recursos nas questões sociais. Esse discurso Lula retoma de FHC e aquele não só utiliza suas propostas como sua ideologia para legitimar o arrocho salarial, os cortes nos investimentos e a reforma da previdência.

Toda essa história é conhecida: “primeiro pôr em ordem o problema fiscal para depois poder crescer”. Isso justifica a reforma da Previdência, o corte dos gastos em educação e saúde, o arrocho do funcionalismo, a paralisia nos investimentos que vem sendo implementado pelo governo. Ou seja, coloca todo o país girando ao redor de pagar a dívida aos banqueiros externos e internos. (ALMEIDA, 2003, p. 42).

Para o dirigente do PSTU, a realidade colide com este discurso, pois o aumento do deficit público resulta do pagamento da dívida e não dos aumentos de gastos com a previdência. De acordo com o autor, subtraindo os recursos exorbitantes para pagar as dívidas, restava dinheiro nas contas do governo em todos os anos. A dívida interna foi contraída para atrair capitais para prosseguir com o pagamento da dívida externa. Os credores da dívida externa e interna são fundamentalmente grandes bancos nacionais e internacionais e geram um círculo vicioso, pois a dívida cresce para seguir pagando a dívida. A solução encontrada por Lula também não é inusitada. É contrabandeada do acervo das políticas e propostas de FHC.

A solução proposta também não é nova. FHC afirmou o mesmo há anos: “vamos aumentar o superávit primário para equilibrar as contas”. Os fatos demonstraram o contrário: mesmo cortando os gastos sociais para dar mais dinheiro aos bancos, a dívida seguiu crescendo. Durante todo o governo FHC, a dívida interna pulou de R\$ 118 bilhões para R\$ 687 bilhões.

Mas, argumenta Palocci, o governo FHC errou ao não manter um superávit primário de 3,5%. Vejamos então ano de 2002, em que FHC aumentou a taxa de superávit para 3,9%. Neste ano, a dívida interna passou de R\$ 624,1 bilhões para R\$ 687,3 bilhões.

Ou seja, o “momento” de “voltar a crescer”, “investir no social”, nunca chegará. Aliás, o objetivo real não é este, mas o de criar uma ideologia para que ano após ano se justifique o aumento da miséria do povo brasileiro para enriquecer mais

ainda os banqueiros. Sempre existe a possibilidade de, como agora, chegar um novo governo e dizer que “o problema é que o corte foi menor do que o necessário. Agora vamos chegar ao paraíso, bastando afundar mais no inferno pelos próximos anos”. (ALMEIDA, 2003, p. 42).

O autor ressalta a incrível semelhança do documento de Palocci com o do Consenso de Washington II. O documento do Consenso defende a conclusão da reforma da previdência, que teve início em vários países sob o pretexto de robustecer a estrutura fiscal. O documento do governo Lula também faz uma defesa entusiasmada da reforma da previdência, conforme Almeida (2003), tendo como justificativa combater o deficit fiscal. Agregado a isso, o governo entabula uma campanha nacional para reformar a previdência, incorrendo descaradamente em inverdades como o suposto deficit da previdência. Maria da Conceição Tavares denunciou o fato de que os dados apresentados sobre a previdência no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foram adulterados.

O Consenso de Washington II, não satisfeito com as reformas realizadas e tendo como substrato um novo desenvolvimento institucional, exige novas reformas, tais como a autonomia dos bancos centrais. A escolha de Henrique Meirelles, que foi presidente do Banco de Boston, aponta no sentido desta perspectiva, consoante o autor.

O novo Consenso exige novas reformas, a partir de um “desenvolvimento institucional”, com a autonomia dos Bancos Centrais. O texto do governo defende: “Os instrumentos para estimular a produtividade e a participação do Brasil no comércio exterior compreendem as reformas institucionais — principalmente aquelas voltadas para a redução dos custos do capital e a eliminação da cumulatividade dos tributos...” (p. 10). Depois propõe explicitamente a autonomia do Banco Central. Esta “autonomia” se completa com a entrega da direção dos bancos a funcionários de grandes bancos norte-americanos, como o atual presidente do BC, Henrique Meirelles, funcionário do BankBoston. (ALMEIDA, 2003, p. 43).

Nos documentos de Palocci, também se defende uma reforma no sistema bancário, para permitir o pagamento das dívidas daqueles que devem aos bancos, medida que permitiria baixar a taxa de juros, segundo Almeida (2003).

O novo Consenso relaciona a retirada de direitos trabalhistas, chamada eufemisticamente de flexibilização das leis trabalhistas como pertinente a “primeira geração de reformas”, mas que não alcançou a amplitude nem a velocidade necessária. Lula já se prontificou a fazê-la depois das reformas da previdência e tributária.

O documento de Palocci traz à baila uma discussão já travada na América Latina e que chega ao Brasil com o referido documento, exprime Almeida (2003). De um lado estão aqueles que fazem a defesa dos serviços públicos como direitos e como políticas

universalizantes. De outra parte, as agências multilaterais que os defendem como políticas focalizadas, vale dizer, voltadas para os setores mais pobres da população.

Existe uma polêmica bastante conhecida em outros países da América Latina e que agora chega ao Brasil com o documento de Palocci. De um lado estão aqueles que defendem o serviço público, como a saúde, educação e Previdência como um direito de todos. Do outro lado estão o Banco Mundial, o FMI e seus defensores. Segundo Maria da Conceição Tavares, alguns deles pagos a preço de ouro, como Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica. (ALMEIDA, 2003, p.43).

O que está em jogo para o autor não é uma discussão bizantina, mas a própria existência da educação pública e da saúde pública. Primeiro cortam recursos para estas áreas para depois, de forma capciosa, dizer que não há recursos e que o remédio é liquidar os serviços públicos para todos, para carrear os poucos recursos que sobrarem para atender os mais necessitados.

O novo Consenso de Washington e o documento do governo Lula dizem em uníssono que as políticas sociais devem estar “focalizadas” sobre os setores mais pobres. Aqui o que está em discussão é a sobrevivência ou não da educação e saúde públicas. Cortam as verbas para a educação e saúde públicas. Cortam as verbas para a educação e saúde, depois dizem “como faltam verbas, vamos acabar com o serviço público para todos, e como compensação, fazemos uns programas sociais compensatórios para os mais miseráveis” (ALMEIDA, 2003, p. 43).

O que se esconde por trás deste discurso supostamente altruísta são interesses privatistas que pretendem se apoderar de setores como educação e saúde, assevera Almeida (2003). O dirigente do PSTU lembra que Maria da Conceição Tavares condenou tal concepção que liquidou com a saúde e a educação públicas no Chile e na Argentina assestando um golpe profundo nas políticas universalizantes de atendimento. Para Tavares, sucateiam os serviços públicos para depois implementar a focalização.

Na análise do dirigente do PSTU, a “segunda geração” de reformas aponta na perspectiva da ALCA e o documento de Palocci, ao defender de forma estratégica uma maior abertura da economia brasileira, só ratifica esta iniciativa dos Estados Unidos de encontrar uma saída para os investimentos de suas multinacionais, um mercado que não pode ser desprezado. Palocci declarou, em entrevista ao *Estado de São Paulo*, que, a longo prazo, a Alca pode ser bem-vinda, destaca Almeida (2003).

Se ocorrer tal desfecho, será desastroso para as empresas brasileiras que iriam sucumbir à competição com as empresas dos EEUU. Estas teriam acesso as áreas de educação e saúde e poderiam ter financiamentos públicos, o que acarretaria, conforme Almeida (2003), uma bancarrota completa nestas áreas a curto prazo.

Almeida recomenda a leitura do documento para os que ainda tenham ilusões ou esperanças no governo e acreditam que este governo fará uma transição para uma política distinta da seguida por FHC. Ele adverte para o fato de que estas medidas duras são só o início do calvário, porque virá a reforma trabalhista, um ataque em regra à saúde e à educação públicas. Destaca ainda que a única transição é por dentro das políticas neoliberais e que a “segunda geração” de reformas visa a transitar para a ALCA.

O autor alega que, se realmente o governo fosse transitar para outra política, não definiria as metas do superávit primário até 2006 ou se proporia fazer uma reforma da previdência que retira direitos conquistados historicamente ou defenderia a autonomia do Banco Central que é a pá de cal a qualquer veleidade de um plano B.

Para Almeida (2003), a social-democracia europeia já realizou o que o PT está postulando implementar aqui. Segundo ele, os governos sociais-democratas impuseram as reformas neoliberais em grande parte da Europa, na década de 1980. Isso só foi possível porque estes tinham uma base entre os trabalhadores que lhes possibilitava uma maior desenvoltura na aplicação destas medidas, coisa que os partidos de direita tentaram, mas não lograram êxito. Por isso na Espanha foi o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) e não a direita que conseguiu passar as medidas mais duras contra os trabalhadores. Da mesma forma, Lula está impondo medidas muito duras que nem FHC conseguiu impor.

O autor critica as organizações de esquerda do PT que dizem que “ruim com Lula pior sem ele”. Enfatiza que se acreditar-se nesta tática ter-se-á de aceitar os mais duros ataques sofridos pelos trabalhadores desde o regime militar. Para ele, o movimento operário e popular deve se erguer e lutar para derrotar o governo Lula e, para fazê-lo, deve começar lutando contra a reforma da previdência. Acrescenta que a esquerda petista deveria reivindicar a imediata expulsão dos ministros burgueses do governo Lula e seu rompimento com a burguesia, com os acordos com o FMI e com as negociações da ALCA.

No ano de 2003, o PSTU avaliou que haveria um rompimento de vários setores da vanguarda com o petismo em virtude da experiência que estes setores teriam com o governo de frente popular de Lula. Nesse sentido, a direção nacional do PSTU lançou um chamado nacional pela construção de um novo partido de esquerda no País.

No Brasil, os militantes honestos da esquerda socialista do PT estão neste momento em uma encruzilhada: ou rompem com o PT e o governo, ou vão seguir legitimando um governo que se enfrenta com uma greve nacional como a do funcionalismo.

De um lado estarão, junto com o governo, todos os partidos burgueses importantes, a Rede Globo, os banqueiros, e o FMI. Do outro, estarão os funcionários em greve, os sindicatos, entidades estudantis e populares mais

conscientes. Depois desta greve, independente de seu resultado imediato, os que seguirem no PT terão em suas biografias uma ação comum com tudo o que há de pior no país contra uma greve dos trabalhadores. (DIREÇÃO NACIONAL, 2003, p. 45).

A direção nacional considera que toda uma geração de ativistas se dedicou a construir o PT, e foram centenas de milhares. Após seis meses de experiência com o governo Lula, já é possível asseverar de forma enfática que o governo Lula não apenas dá continuidade como aplica de forma mais eficiente os planos neoliberais de FHC.

Uma parcela considerável dos militantes que construiu o PT está nos aparatos dos parlamentares, dos prefeitos e do governo federal. Para a direção nacional, uma das lições mais importantes que se deve abstrair do marxismo é que o ser determina a consciência e que destes setores que estão à sombra dos aparatos não se deve esperar que rompam com o governo, pois, após estes seis meses, já demonstraram que não o farão. Inclusive já criaram até a ideologia de que o PT é um partido em disputa e, se existem pontos negativos, há que se levar em conta também os positivos.

A direção nacional do PSTU critica esta ideologia porque, passa a de que o PT não tem uma definição clara de classe e que uma pressão popular poderia fazê-lo girar à esquerda. Dissemina também a crença de que se o governo for abandonado pelo movimento operário e popular ele será um alvo fácil da direita, que conduzirá o governo cada vez mais à direita, ou seja, passa a ilusão de que o PT e seus dirigentes seriam uma espécie de recipiente vazio que poderá ser preenchido com qualquer recipiente (à esquerda ou à direita), ressalta a direção do partido.

Se esta tese estivesse correta e o PT fosse um partido em disputa, ele seria suscetível à pressão dos servidores federais que estão em greve e propõem algo claro — a retirada da PEC-40 e o debate sobre outro projeto que atenda aos trabalhadores e contrarie os banqueiros e os sonegadores.

Pela teoria do “governo em disputa”, isto deveria bastar para levar o governo a adotar a proposta dos servidores. Mas, o que vai ocorrer é uma dura luta de classes: a burguesia e o governo de um lado contra um setor dos trabalhadores do outro.

O governo não está em disputa. Quem está em disputa são as massas que ainda acreditam no governo e começaram a desconfiar que algo está errado. Estão em disputa centenas de milhares de ativistas honestos, que um dia construíram o PT e que agora estão perplexos. (DIREÇÃO NACIONAL, 2003, 46).

Segundo a Direção Nacional do PSTU, não sobram muitos argumentos para justificar o apoio ao PT e ao governo se for retirar a ideia de que o governo Lula é um governo em disputa. Antes a justificativa era de que era necessário apoiar Lula para que

este chegasse ao governo. Lula já está no governo. Outros diziam que era preciso esperar uma grande traição do governo Lula para romper com ele. Lula prepara a reforma da previdência e pavimenta o caminho para a ALCA, de acordo com a Direção Nacional do PSTU, e frustra os milhões que votaram no PT. Existem ainda os que alegam que seria imprescindível que um setor do movimento de massas fizesse a experiência com o governo e rompesse com ele. Isso já é fatural. Para a Direção do PSTU, com a reforma da previdência e a greve do funcionalismo, milhões que sufragaram Lula estão rompendo com o PT.

A Direção do PSTU indaga sobre o que falta para romper com o PT. Essa pergunta à Direção do PSTU faz na verdade aos deputados que depois vieram a romper com o PT e fundaram o PSOL (Luciana Genro, Babá, João Fontes e a senadora Heloísa Helena). Pensa que se as correntes dos deputados que estavam na antessala da expulsão do PT, pelo processo movido pela direção deste, resolverem continuar no PT, deve-se chegar a uma lamentável ilação: já que não ficaram por acreditar que o PT pode ser ainda uma ferramenta para transformar a realidade brasileira, só ficarão por cálculo eleitoral, ou seja, para manter os deputados ou pior ainda, para permanecer nas prefeituras e nos governos; comprovando, assim, que padece da mesma perspectiva eleitoreira da corrente política de Lula — a Articulação.

Hoje esta discussão tem uma enorme importância porque definirá os votos dos parlamentares da esquerda petista na reforma da previdência. Luciana Genro, Babá João Fontes e Heloísa Helena já declararam inúmeras vezes que vão votar contra a “reforma”, mesmo com a clara ameaça de serem expulsos do PT. (DIREÇÃO NACIONAL, 2003, p. 46).

Outros setores da esquerda estão também insatisfeitos com a reforma da previdência proposta pelo governo Lula e já externaram seu mal-estar (o restante da esquerda petista e o PC do B). Para o PSTU, estes setores vão votar na reforma da previdência com o governo para prosseguir no governo ou no PT. A direção do PSTU afirma que somente os cargos e os cálculos eleitorais explicam tal decisão.

A direção do PSTU aventa a hipótese da senadora Heloísa não ser expulsa do PT por sua notoriedade, mesmo votando contra a reforma. A direção do PSTU faz a mesma pergunta à Senadora: continuar no PT para quê e até quando? No ato realizado em São Paulo em defesa dos radicais do PT, no dia 28 de junho, a Senadora disse: “até quando vamos legitimar um partido que tem essa prática”?

Para o PSTU, a questão não reside em ser ou não ser expulso, mas em romper ou não com o PT. Se permanecerem no PT após a votação da reforma da previdência, os

parlamentares da esquerda do PT continuariam legitimando esse partido, como afirmou a própria Heloisa Helena. Assim, O PSTU fez um chamado público à esquerda petista para construir um novo partido.

Nós, do PSTU, fazemos um chamado a toda esquerda petista: - Façam como Luciana Genro, Babá, João Fontes e Heloisa Helena: votem contra a “reforma”. Rompam com o PT, e venham junto conosco construir um novo partido de esquerda, democrático em seu funcionamento interno, claramente contra a ALCA e as reformas do FMI. Um partido voltado para a ação direta, para as lutas dos trabalhadores e não somente para as eleições.

A nossa proposta é deflagrar um movimento amplo por um novo partido com todos aqueles que rompem com o PT pela esquerda. Juntos, vamos discutir neste movimento pelo tempo que for necessário (provavelmente alguns anos) o programa e a forma de funcionamento deste novo partido. Este movimento por um novo partido seguiria aberto a novas rupturas que venham a ocorrer no PT e a todo ativismo, se fortalecendo como uma alternativa política ao governo Lula.

Esta é uma encruzilhada histórica. Que não se enganem os que buscam saídas apenas táticas para problemas políticos desta envergadura. Todas as correntes petistas viverão crises de grande envergadura, caso não rompam com este partido com a reforma da Previdência. (DIREÇÃO NACIONAL, 2003, p. 47).

Um desdobramento da adesão do PT à lógica do mercado eleitoral é o papel dos profissionais de *marketing* nas campanhas eleitorais e a busca desenfreada pelos financiamentos, pois as campanhas são dispendiosas ao ponto de um dos principais apoiadores do PT lamentar o processo de descaracterização do PT, assevera Garcia.

[...] Com o passar dos anos, tanto a ideologia quanto os objetivos do PT desfiguraram-se como um velho tecido que perde as cores originais. Os interesses eleitorais sombrearam os ideológicos; o socialismo cedeu lugar a um capitalismo reformável, “humanizado”; abandonou-se a organização da classe trabalhadora (e dos desempregados) em prol do fortalecimento do partido como máquina eleitoral. O trabalho de base desapareceu e, com ele, os núcleos do partido, aquela organização capilar encontrada, nos primeiros anos da década de 1980, nas periferias, na roça, nas universidades, e que nos períodos de campanhas eleitorais emergia com toda sua mística militante e supria em entusiasmo o que faltava em dinheiro. Militantes atravessavam dias e noites em panfletagens e pichações, na conquista de votos casa a casa, pessoa a pessoa. Não se gastava um único tostão com cabos eleitorais e distribuidores de “santinhos”. Lembro-me de Marisa, mulher de Lula, na campanha de 1982, quando o marido concorreu ao governo de São Paulo, trabalhar arduamente com silks-screen, gravando milhares de camisetas no quintal de casa.

Admito, é bem melhor ter dinheiro em caixa e não precisar submeter a militantes a jornadas heróicas noite adentro. Mas a que preço? (BETTO FREI apud GARCIA, 2008, p. 78).

O dirigente do PSTU relembra que os empresários quando, financiam uma campanha, pensam, sobretudo, no retorno de seu investimento naquele determinado candidato e em sua campanha. Garcia (2008) assevera que a revista *Veja* publicou um estudo feito por um pesquisador de Minnessota — era uma matéria que versava sobre financiamentos de campanhas — sobre os doadores de campanhas eleitorais no Brasil, que

analisou os arquivos do TSE brasileiro. Filtrou 200 mil registros de doações nas eleições entre 1994 e 1998 e estabeleceu um perfil dos doadores e dos interesses envolvidos:

1- Os que mais ajudam candidatos a presidente da República são o setor financeiro e a indústria pesada, como a de aço e a petroquímica. Isso porque cabe ao presidente lidar com o marco regulatório, concessões de subsídios, além de questões macroeconômicas, como juros, tarifas e câmbio, que afetam a vida das empresas exportadoras

2- As empresas que mais ajudam os candidatos a governador são as empreiteiras. Isso porque, hoje em dia, as decisões sobre grandes obras estão mais nas mãos dos governadores de Estado que nas do presidente.

3- Os bancos costumam dar mais dinheiro aos candidatos a senador que aos candidatos a governador. Talvez seja em decorrência do fato de caber ao senado supervisionar o Banco Central e autorizar empréstimos para entidades do setor público. (VEJA apud GARCIA, 2008, p. 78-79).

A revista citada, ouvindo 20 especialistas em campanhas, estipulou que mais da metade do dinheiro em torno das campanhas é “caixa dois”, entrando e saindo dos comitês eleitorais sem contabilidade oficial.⁶⁵

Garcia (2008) cita a análise da jornalista Maria Cristina Fernandes sobre as contribuições das derradeiras campanhas eleitorais para presidente intitulada *Quem pagou pedirá a preferência*, e arremata que os bancos e as empreiteiras eram e continuam a ser os principais fornecedores de recursos para as campanhas, porém de 1994 em diante, eles se tornaram mais seletivos e a perspectiva é de distribuir de forma mais equânime os recursos entre os finalistas do pleito e diminuí-los.

Garcia (2008) garante que em 1989 o PT não queria dinheiro de pessoas jurídicas e o maior volume vinha dos militantes, de contribuições individuais e atividades realizadas pelo partido, tais como almoços, festas etc.

Já em 1994 havia um claro prenúncio do que estava por vir em dois sinais, conforme o dirigente do PSTU: pela primeira vez, uma empresa doava uma quantia vultosa, R\$ 500 mil, e a doação de um Banco, o Itaú. O outro sinal foi que a empreiteira Odebrecht doou dinheiro para a campanha de José Dirceu para o Governo de São Paulo.

Em 1998, as empresas não viram Lula com potencial para ganhar de FHC e a contribuição não foi tão significativa, comparadas às ulteriores. Garcia (2008) explica que a bandeira da estabilidade conseguiu congrega os interesses dos grandes grupos econômicos e que em 2002 o quadro muda de figura.

Em 2002 se dá uma paridade maior, 22 empresas doaram mais de R\$ 500 mil para a campanha de Serra e 20 o fizeram para a de Lula. Ou seja, bem cotado nas

⁶⁵ A revista admite ser unanimidade entre os especialistas o fato de que, na maioria das campanhas, entre 70% e 80% são caixa dois, consoante o dirigente do PSTU.

pesquisas eleitorais e mostrando-se confiável em função de sua política de alianças e de sua flexibilização teórico-programática, o PT foi tratado de igual para igual com o PSDB, portanto ficando claro para a burguesia brasileira que independentemente do resultado eleitoral, o projeto neoliberal continuaria a ser implementado. (GARCIA, 2008, p. 81).

Em 2006, na campanha da reeleição, 49 empresas doaram para o candidato do PT e apenas 28 doaram para o candidato do PSDB. Garcia (2008) assevera que se pode dizer sem medo que Lula era o candidato escolhido da burguesia pelo montante de investimentos e das empresas financiadoras, consolidando o processo de descaracterização do partido.

Segundo Garcia (2008), Ricardo Almeida, em artigo escrito para a revista *Insight Inteligência*, afirma ser possível depreender que, em 2006, empreiteiras e bancos somaram 24,4% do total da campanha de Lula. As empreiteiras aumentaram em três vezes a contribuição de 4,5%, em 2002 para 14,9% em 2006. O setor financeiro estacionou no mesmo percentual, porém aumentando em duas vezes as doações em valores. Uma coisa que salta aos olhos é o aumento considerável do setor primário-exportador, que saltou de 2,9 em 2002 para 10,4%, em 2006. Esses três setores juntos representaram a quantia de R\$ 43,2 milhões em 2006, o que significou 38,8% dos gastos totais declarados, conforme Garcia (2008).

Os principais financiadores da campanha de Lula exercem um papel protagônico não somente na política, mas também na economia: os bancos são os principais beneficiários da política macroeconômica, via política monetária e cambial; as empresas do setor primário-exportador comandam o padrão inserção do país no sistema de comércio mundial via mercado de *commodities*, inclusive com a revitalização do segmento do etanol; e as empreiteiras são os atores principais do Programa de Aceleração do Crescimento, cujos investimentos concentram-se principalmente em infra-estrutura. (FILGUEIRAS e GONÇALVES apud GARCIA, 2008, p. 82).

Estes dados são suficientes para caracterizar a ideia de que o grande capital, de forma indubitável, estava comprometido com a campanha de Lula e visualizar o grau de comprometimento deste governo com a grande burguesia.

Logo após escândalo do mensalão em 2005, Valério Arcary publicou um artigo muito interessante, que expõe com todas as letras a tática e a estratégia do PSTU ante o governo Lula e as tarefas que o PSTU formula como prioritárias para a esquerda brasileira e para os trabalhadores. Arcary expressa que durante 25 anos a esquerda revolucionária, que ele intitula de anticapitalista, militava em organizações nas quais existia uma espécie de frente única, como a CUT, a UNE; e até o PT poderia se enquadrar dentro dessa perspectiva. Nestas entidades, esta esquerda apresentava-se como os “mais conseqüentes ou os mais honestos, em alternativa à articulação”, mas era quase uma pregação no

deserto, pois o espaço para esta esquerda era diminuto porque o projeto amplamente majoritário era levar Lula à Presidência e, para tal, existia uma concorrência difícil de bater, pois a mídia, a própria burguesia e a esquerda petista davam amparo a esse projeto.

Lula chegou ao governo e já no início mostrou qual era seu aliado preferencial quando foi ao Fórum Social Mundial de 2003 e anunciou que iria a Davos⁶⁶. Foi surpresa para muitos, mas, para o dirigente do PSTU, o enlevo com o governo seria breve pelo fato de Lula ter ido longe demais para agradar ao grande capital. Prognostica que o desgaste do governo no seio das amplas massas e principalmente dos setores mais organizados é patente.

Posto isso, as responsabilidades da esquerda aumentam, assim como os desafios, e isso exige por parte da esquerda um projeto de país e um visão prospectiva, que vá além da próxima eleição presidencial.

Para o dirigente do PSTU, o espaço para o debate sobre as estratégias retornará com vigor, não deixando muita margem para discussões apequenadas que têm como horizonte apenas a próxima eleição sindical ou parlamentar.

Não haverá aposta militante e altruísmo abnegado no escuro. Não se reorganizará a esquerda socialista no entusiasmo das pesquisas eleitorais. Milhares já sabem que não basta ter os melhores jingles. Chegou a hora do programa. (ARCARY, 2005, p. 97).

O debate, de acordo com o dirigente trotskista, certamente terá como invólucro a seguinte disjuntiva: é possível um desenvolvimento do capitalismo com fôlego maior que inclua distribuição de renda? Ou estará na ordem do dia a tarefa de preparação para um projeto da esquerda que contemple uma revolução que realize as tarefas anti-imperialistas e socialistas. Traduzindo o dilema: ou se tem uma esquerda que se constitua como coveira do capitalismo ou uma esquerda que se posta como médica de cabeceira deste regime social.

Há uma forte desconfiança, por parte dos trabalhadores, da atividade política e sindical após o *Delubriogate*. Mais de um século de história do movimento operário já permite concluir que, sem um instrumento como uma organização política, por mais que os trabalhadores desenvolvam ações coletivas, sua eficácia não será muito grande, pois não se pode falar de organização duradoura sem um programa (ARCARY, 2005).

⁶⁶ Fórum que reúne representantes das empresas transnacionais e países centrais para decidir uma agenda global.

O autor condena a lei de Bronze, de Michells, rebatendo a tese de que toda organização está fadada a se tornar uma asfixiante burocracia. O espontaneísmo é sempre um elemento de toda mobilização de massas e do surgimento de novas lideranças na forja dos grandes embates, mas até uma greve, para ser bem-sucedida, deve contar com uma preparação complexa; daí para a necessidade de uma organização para aglutinar milhões para um dos eventos mais grandiosos da humanidade, que é uma revolução (ARCARY, 2005).

Quanto mais forte o inimigo, mais importante será a tarefa da organização e, portanto, da representação política da classe trabalhadora. É preciso também extrair lições dos processos vitoriosos dos anos 1980, de formação da CUT, e das derrotas dos anos 1990. Nesse sentido, faz uma ilação: é necessário constituir uma nova intersindical e é fundamental apreender com o MST, com as lutas dos piqueteiros argentinos e com as organizações populares bolivianas. Esse é o grande desafio que está colocado para a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). No campo político, a tarefa ingente para seu partido é construir uma frente de esquerda⁶⁷ contra o governo Lula que não deve se restringir ao processo eleitoral, mas deve ganhar às ruas (ARCARY, 2005).

De acordo com o dirigente do PSTU, a grande questão é se surgirão outras organizações que se erguerão para evitar o perigo concreto de desmoralização causada pelo governo Lula. Este perigo tem duas dimensões diferentes: desmoralização da vanguarda e desmoralização entre as massas, dois processos, para ele, interligados, mas que nem sempre convergem. A desmoralização da vanguarda, que nasceu das lutas da década de 1980, já ocorreu. Uma geração, consoante o autor, altruísta e generosa, mas que, infelizmente, já soçobrou no desalento e no pessimismo. Paradoxalmente, não houve uma derrota histórica no Brasil, apesar do refluxo das lutas urbanas há mais de uma década. As batalhas decisivas ainda não foram travadas, ou seja, é como se não tivéssemos perdido a guerra, mas algumas batalhas.

O autor faz uma comparação histórica para exemplificar o que está querendo postular e cita o esgotamento do ciclo do PCB em 1964, quando muitos romperam com a linha de Prestes animados com a vitória da revolução cubana e da luta armada, mas a maioria da vanguarda se prostou na desmoralização da derrota e o movimento dos trabalhadores enfrentou um longo refluxo (ARCARY, 2005).

⁶⁷ Arcary inclui nessa frente o PSOL e a Consulta Popular.

A desmoralização da vanguarda, que se iniciou nas lutas nos anos 1980, não foi acompanhada de uma derrota histórica da classe trabalhadora. Os setores mais avançados da classe trabalhadora depositaram durante 25 anos esperanças nesse projeto reformista do PT. Arcary (2005) assevera que estes setores estão extraindo lições desse processo e os mais combativos irão buscar novas lideranças, outros caminhos. Muitos procurarão no marxismo uma formação mais sólida, para não militar tateando no escuro, e não depositarão mais esperanças em líderes indiscutíveis.

O grande perigo desse processo de reestruturação da vanguarda será a amnésia programática e o conservantismo. Fórmulas como radicalizar a democracia contra a democracia não dizem nada e obstruir novas formas de luta por apego às velhas será conservadorismo. Insistir em acumular forças frisando a participação nas instituições do Estado trarão novas decepções (ARCARY, 2005).

Depois de duas décadas de regime liberal no País, ressalta Arcary, não se pode menosprezar o poder de cooptação do regime democrático-burguês pela força centrípeta que este causou nas fileiras dos trabalhadores e de suas organizações socialistas, por mais revolucionárias que estas tenham sido no século passado.

Para o dirigente do PSTU, depois de mais de duas décadas de regime democrático burguês no Brasil, não se pode falar de consciência que a burguesia não pode exercer sua dominação nos países periféricos sem o concurso de um calendário eleitoral previsível. A bem da verdade, o livro de Klein, *Terapia do Choque*, mostra como o FMI e o Banco Mundial estavam preocupados com o fato de que os planos de ajuste estruturais fossem identificados com o regime de Pinochet e com métodos de guerra civil implementados por este regime contra a população. A experiência da Bolívia na década de 1980 foi importante para mostrar às duas agências que estes ajustes poderiam ser aplicados de modo mais eficaz com o funcionamento de instituições representativas, pois estariam camufladas sob o manto da democracia.

O grande problema da democracia na periferia é a maior instabilidade decorrente do fato de as desigualdades serem mais profundas e, principalmente, quando as classes proprietárias não querem fazer nenhuma concessão. Para o dirigente do PSTU a periferia ainda continua sendo o elo mais débil da cadeia. Daí a necessidade das políticas compensatórias que foram suscitadas pelo Banco Mundial, porém, a chave para se compreender a estabilidade dos regimes democráticos na região têm sido o apoio da esquerda eleitoral a estes regimes (ARCARY, 2005).

Eleições presidenciais foram a receita para absorver o crescente mal-estar com os ajustes neoliberais em países tão díspares como o Peru e o Chile, onde se realizaram transições complexas, como a pós-Pinochet e a pós-Fujimori. Eleições presidenciais foram o remédio para contornar situações revolucionárias como o Equador em 2000 e na Argentina em 2001. Eleições presidenciais na Bolívia foram, mais uma vez, a resposta para a estabilização social e política depois da queda de Mesa em 2005. (ARCARY, 2005, p. 99).

Outro fator que deve ser levado em conta pelas correntes de esquerda na América Latina e no Brasil, destaca Arcary (2005), é que as mobilizações de massas impuseram várias derrotas sobre governos que não eram benquistos pela população, em razão de planos impopulares que rebaixaram as condições das populações e a privatização de empresas estatais. O método alemão de defesa de suas reivindicações, o sindical e eleitoral, foi o escolhido pelas massas porque estas não podem prescindir da experiência sindical e eleitoral e por este motivo acalentaram durante anos a esperança no “Lula-lá”. As próprias organizações que se reivindicam do marxismo revolucionário não ficaram alheias às pressões do refluxo e da pressão eleitoralista.

Apesar de depositar suas esperanças nessa alternativa, porém, as suas vidas não melhoraram, pelo contrário, e nesse sentido essa via está se esgotando. Arcary (2005) considera que há um esgotamento do que ele intitula reformismo social-democrata, vale dizer, da crença de que aumentando a bancada parlamentar, elegendo prefeitos, governadores e presidentes, é possível transformar o capitalismo sem passar pelas dores do parto, ou seja, da revolução socialista.

É necessário se desvencilhar politicamente da tríade PT/CUT/ UNE, enfatiza Arcary, por estes agirem como forte bloqueio às tendências das massas de superarem as ilusões eleitorais e democratizantes.

Para o autor, os intelectuais que acreditavam que as revoluções eram páginas viradas da história com os eventos no leste europeu se surpreenderam com a força e o calor das mobilizações que puseram abaixo vários governos na América Latina, no final da década de 1990 e início do século. A velha toupeira não deixa de surpreender ao socavar os alicerces de governos que pareciam ser sólidos, mas as mobilizações eclodiram e sua força levou de roldão dez presidentes que não puderam concluir seus mandatos em Quito, Buenos Aires, Caracas e La Paz, em dez anos e meio.

As burguesias latino-americanas cederam aos governos diante das mobilizações, mas não cederão tão facilmente quando se tratar de revoluções sociais que ameaçam seus

meios de produção e suas riquezas, ou seja, oferecerão resistência renhida por saberem que revoluções políticas podem se desdobrar em revoluções sociais. Nesse sentido, a burguesia, pela sua experiência, sabe que estas revoluções políticas precisam ser desviadas do seu leito para impedir a superação dos regimes sociais capitalistas (ARCARY, 2005).

Isso aconteceu em quatro países e representa uma tendência: das mobilizações camponesas que assaltam cidades como no Equador e Bolívia; das mobilizações urbanas na Argentina e Venezuela, passando pelas greves gerais e ocupações de latifúndios e órgãos públicos. As massas mostraram versatilidades nas formas de mobilizações. Apesar, porém, de todo o vigor destas mobilizações, devolveram a capacidade de iniciativa ao inimigo e descobriram por sua própria experiência que derrubar um governo é diferente de tomar o poder. As massas ainda seguem suas lideranças por um motivo muito simples — as organizações não são criadas do nada e não se elabora um projeto socialista de improviso. No calor das mobilizações de ruas, elas seguem as direções nas quais confiam (ARCARY, 2005).

A questão fulcral para o dirigente do PSTU é como ajudar as massas a superarem as ilusões eleitorais e como levar os trabalhadores a superarem os malefícios do corporativismo e do burocratismo das entidades sindicais.

A desmoralização do governo Lula diante do escândalo do “mensalão” é uma demonstração cabal do esgotamento do ciclo reformista do PT. O reformismo do PT, consoante Arcary, é muito limitado, pois circunscreveu-se ao Bolsa-Família, que não passa de um programa assistencialista para dez milhões de famílias. O programa Bolsa Família é uma reedição do Plano “Jefes de Família”, de Eduardo Duhalde, em Buenos Aires, guardando as devidas proporções. O autor se pergunta: onde estão as verbas para as áreas de saúde, educação e previdência? Foram para o “altar do superavit primário para assegurar a rolagem das dívidas”? O reformismo sem reformas ou reformismo com contrarreformas, que a burguesia brasileira não pode realizar a contento, foi realizado na África do Sul por Nelson Mandela e pelos dirigentes históricos que lutaram contra o racismo. Era uma nova tendência que despontava — organizações nascidas da luta operária e popular implementarem as políticas neoliberais pelo escasso apoio da burguesia em levá-las à frente (ARCARY, 2005).

Se não houve reformas na acepção da palavra no período desenvolvimentista, afirma Arcary (2005), dificilmente haverá num período em que a economia mundial e a brasileira crescem mais lentamente e o ajuste neoliberal aponta para uma recolonização do

País e da destruição de direitos. Reformas progressistas só foram possíveis quando havia período de crescimento sustentado, vale dizer, quando havia condições materiais para tal ou quando a burguesia se via ameaçada por processos revolucionários.

O pacto estabelecido entre os sociais-democratas, os stalinistas e a burguesia, que possibilitou as concessões, não existe mais. Mesmo propostas tímidas como a de Hugo Chaves, ressalta o autor, representam uma ameaça para o imperialismo, porque as condições que permitiram que o capitalismo conhecesse altas taxas de crescimento também não existem mais. Isso é o que explica as tentativas de deposição de Chaves em 2002 e 2004.

Segundo o dirigente do PSTU, a social-democracia capitulou de forma irreversível aos regimes democrático-liberais há cem anos, quando o capitalismo crescia nos países centrais e podia se permitir fazer concessões para o movimento operário organizado. A Comuna de Paris, apesar de ter sido afogada em sangue, foi uma lição importante para a burguesia que não poderia continuar governando somente por meio da repressão, que precisava operar algumas reformas para impedir a luta de classes a quente e o risco de uma revolução socialista. Os partidos comunistas europeus se social democratizaram após os trinta anos da Segunda Guerra Mundial, uma estratégia consciente da burguesia europeia diante dos riscos de novos outubros. A política de pleno emprego e a rede de seguridade social inscreve-se nesses marcos.

Resumindo e, como em qualquer resumo, simplificando: a negociação de reformas garantia a base social dos reformismos políticos. Outra conclusão vem associada: todos os reformismos inspirados em idéias socialistas, mesmo no apogeu de sua influência, construíram aparelhos burocráticos, portanto, como todas as burocracias, corrompíveis. Os escândalos de enriquecimento pessoal e financiamentos eleitorais ilegais são internacionais. Social-democracia e stalinismo tinham condições de manter sua influência nos mais antigos e mais experientes proletariados. Negociavam no varejo sindical e eleitoral, no marco de uma estabilidade que todos aceitavam e se estruturava; no atacado, na coexistência pacífica da União Soviética no sistema internacional de Estados. (ARCARY, 2005, p. 103).

As pressões dos regimes democráticos liberais, produzidos sobre as organizações do movimento operário e popular neste início de século ocorrem numa conjuntura de ausência de concessões, mas não só isso. O autor destaca o fato de que, além dessa ausência de concessões, estas pressões se dão nos marcos da retirada de direitos que as gerações anteriores conquistaram. O aspecto central é que as ilusões reformistas não morrem rapidamente, muito pelo contrário, elas costumam a fenecer. As massas só chegaram

à conclusão de que era preciso por abaixo a ordem existente quando elas tiveram esgotados todos os caminhos e se encontraram sem alternativa, a não ser travar um combate sem quartel contra o regime.

Para o dirigente do PSTU, é uma condição *sine qua non* para estabelecer uma corrente revolucionária, com audiências de massas, a luta sem trégua contra o reformismo; sem deixar de lutar pelas reformas, mas denunciando que elas não são factíveis dentro do capitalismo. O maior desafio da reorganização do movimento dos trabalhadores hoje é levar as massas a entenderem que o Brasil é um país que precisa de uma revolução e de uma esquerda que não tenha receio de dizer esta palavra, que se tornou indizível pela capitulação das correntes ao regime democrático-burguês e ao regime social vigente.

4 REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO LULA DA SILVA

4.1 O surgimento da Previdência no País

Segundo Coggiola (2004), historiador da USP, os sistemas de seguridade social consubstanciados em lei, mesmo quando aparentemente se configuram como obra do Estado, devem ser considerados uma conquista dos trabalhadores. Concordo com o ponto de vista do autor, porque, ao se olhar historicamente, a previdência surgida na Alemanha no período de Bismarck ver-se-á que esta foi fruto do poderoso movimento socialista. Como somente a repressão não daria conta de debelar o ímpeto do movimento operário na Alemanha onde as leis antissocialistas fracassaram, o regime previdenciário aprovado naquele país foi uma revolução passiva operada pelas classes dominantes.

A previdência foi desde os primórdios uma maneira de proteger o trabalhador dos infortúnios do mercado e de seus ciclos econômicos, e visava a protegê-lo das intempéries sociais sob esse regime social (velhice, desemprego, doenças, crises econômicas etc.), acentua Coggiola (2004).

Relembra o Historiador da USP que saúde, seguridade social e assistência social são os principais elementos que compõem a seguridade social. No Brasil, a seguridade social surge por volta de 1830, quando aparecem as primeiras formas de auxílio mútuo de trabalhadores. As primeiras iniciativas do Estado remontam ao período da Regência.

Na década de 1830, surgiram as primeiras sociedades beneficentes, privadas e discriminatórias profissionalmente (apenas determinados profissionais tinham acesso a seus benefícios). As primeiras iniciativas públicas de constituição de sistemas previdenciários datam do final do século passado, ainda discriminatórias profissionalmente, mas menos limitadas nos benefícios que propiciavam. Descontos a título da Previdência sobre os vencimentos dos servidores públicos remontam ao ano de 1835, quando, na menoridade de D. Pedro II, o Regente Feijó os instituiu através de um decreto de 10 de janeiro de 1835. Em 1888, foi constituída por Lei uma caixa de socorro para empregados de estradas de ferro, que previa pequenos auxílios em períodos de doença e auxílio-funeral. (COGGIOLA, 2004, p. 63).

Coggiola (2004) assevera que, em 1889 foi instituído um fundo de pensões para os trabalhadores das oficinas da Imprensa Nacional e a partir daí o sistema previdenciário brasileiro foi se aperfeiçoando. A previdência pública tem como marco a lei Elói Teles, de janeiro de 1923, e, em 1938, surge o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE). A Constituição de 1946, inspirada nos ventos pós-Segunda Guerra Mundial da luta antifascista e da instituição de uma série de benefícios, indicou suas principais fontes de financiamento. Em 1960, é publicada oficialmente a Lei Orgânica da

Previdência Social (Lei nº 3.807). A Lei nº 5.316, de setembro de 1967, determina o monopólio estatal do seguro social, porém, em julho de 1977, a Lei nº 6.435 cria normas estabelecendo entidades privadas de previdência.

O autor, referindo-se à previdência privada, expressa que, no Chile⁶⁸, foi implantada a previdência privada sob o regime de Pinochet e esta foi aperfeiçoada, posteriormente, com os governos “democráticos” que sucederam o regime militar chileno. O resultado disso é que o trabalhador no Chile arca com a saúde e a sua aposentadoria e é descontada quase a quinta parte de seu salário. A aposentadoria, conforme Coggiola (2004), que receberá, é desconhecida, pois dependerá dos anos que trabalhou e dos rendimentos financeiros dos fundos.

Sobre a reforma da previdência efetuada no Chile, Coggiola (2004) entende que prejudicou enormemente os trabalhadores e que seu propósito foi o de criar uma nova fonte de lucros para o capital especulativo.

De qualquer maneira, com rendimentos elevados como os que o Chile teve entre 1981-94, a aposentadoria privada é, em média, de US\$ 150, o atendimento de saúde é restrito e não cobre as doenças complexas. O propósito de todas essas “reformas” impulsionadas pelo Banco Mundial é claro: aumentar a taxa de lucro capitalista, baixar o salário e formar, com a “poupança compulsória” dos trabalhadores, entre 20% e 25% dos salários, uma imensa massa de fundos especulativos. (COGGIOLA, 2004, p. 64).

Para Esping-Andersen (2003), a onda reformista que assola a América Latina, desde os anos de 1990, é verdadeiramente histórica se porque trata de um processo de destruição, ou seja, de desmonte de um pilar do Estado do Bem-Estar Social — pensões e aposentadorias — abrangendo um continente inteiro. O autor dinamarquês lamenta que o aspecto das finanças públicas prevaleceu sobre a necessidade de assegurar o bem-estar na aposentadoria.

Tenho a impressão, em grande parte confirmada pelos capítulos deste livro, de que a visão das finanças públicas passou a dominar os debates da reforma latino-americana. Isso ajuda a explicar o fato surpreendente de que a privatização parece ter girado ao redor de objetivos que tiveram pouco a ver com o bem-estar na aposentadoria. (ESPING-ANDERSEN, 2003, p. 22).

Boschetti e Behring (2003) pensam que as contrarreformas que golpearam de forma contundente a seguridade social na América Latina e Caribe nas décadas de 1980 e 1990 foram efetivadas mediante ajustes estruturais com traços e fundamentos análogos: privilegiamento do capital financeiro em detrimento do capital produtivo; altas taxas de

⁶⁸ Faço referência, no trabalho, ao Chile, pois este foi o laboratório da reforma da previdência na América Latina. Por isso, é impossível falar da reforma previdenciária na América Latina sem se reportar ao “pioneirismo chileno”.

juros; ampliação da carga tributária com o peso da tributação recaindo sobre os rendimentos provenientes do consumo e do trabalho e desonerando o capital, política fiscal cujo centro de gravidade é o pagamento de juros da dívida pública, segundo os acordos com o FMI. Estas políticas de ajuste fiscal têm efeitos deletérios para as políticas sociais e mais especificamente para a seguridade social, que são acometidas de “reformas” sob o prisma neoliberal e reconfiguram a arquitetura construída na América Latina e Caribe existentes até aquele momento.

4.2 “Reforma” da Previdência do governo FHC

Os ataques que a previdência vem sofrendo no Brasil começaram logo após a promulgação da Constituição de 1988. Segundo Marques e Mendes (2005), o pontapé inicial do ataque ao conceito de Seguridade Social foi realizado no ano subsequente à promulgação da Constituição Federal,

[...] quando os recursos do então Finsocial e da CSLL foram praticamente alocados em sua totalidade para financiar os Encargos Previdenciários da União – EPU (...). Mas passados apenas três anos, aproveitando-se das dificuldades do Regime Geral da Previdência Social – RGPS para fazer frente ao aumento despropositado da demanda por benefícios, o governo não repassou para a área da saúde os 15,5% da receita de contribuições de empregados e empregadores previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (MÉDICI; MARQUES, 1994a). Essa decisão, além de obrigar a saúde a solicitar empréstimo emergencial no Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, implicou o uso exclusivo das contribuições para benefícios previdenciários, contrariando o conceito de seguridade social. Essa especialização realizada na prática foi regulamentada na reforma promovida no governo FHC. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 6).

Outro ataque contra a previdência ocorreu, conforme Marques e Mendes (2004), sob o pretexto da luta em prol da estabilidade da moeda, quando foi estabelecida, em 1994, a desvinculação de parte dos recursos da seguridade social com a instituição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O FEF se transmutará para Fundo Social de Emergência (FSE) e posteriormente para Desvinculação das Receitas da União (DRU), em 2000. Esse fundo possibilita que 20% da receita das contribuições e de impostos sejam desviados pelo Governo federal, até mesmo para pagamento dos juros da dívida. Os autores relembram que, na época, Lula criticou a proposta da FEF e o PT votou contra a sua aprovação no Congresso Nacional. Já o PT e Lula no governo, ao encaminhar a proposta de reforma tributária, dilataram o prazo da DRU até 2007.

Para Marques e Mendes (2004), o último golpe assestado contra a previdência, antes da assunção de Lula à Presidência, foi a “reforma”, ou melhor, a contrarreforma

realizada pelo governo FHC que, no ano de 1995, encaminhou proposta que alterava a previdência social dos trabalhadores do setor público e do setor privado, a decantada Proposta de Emenda Constitucional 33 (PEC 33) que foi discutida na Câmara dos Deputados até julho de 1996. Como a PEC 33 encontrou resistência encarniçada da CUT e do PT, o governo resolveu voltar atrás para apresentá-la posteriormente em 1997, já reformulada. No findar das luzes do ano de 1998, a Proposta de Emenda Constitucional nº 20 (EC 20) foi aprovada e modificou a aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e do regime próprio dos servidores. Vejamos as alterações no RGPS:

No RGPS, os dispositivos constitucionais levados à revisão e aprovados pela EC 20 foram:

- supressão do teto de dez salários mínimos para o pagamento da aposentadoria por tempo de serviço e de sua regra de cálculo (a média aritmética dos últimos 36 meses de contribuição);
- a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição e a criação de condições para que o sistema público de previdência siga regras que proporcionem o equilíbrio financeiro e atuarial;
- aprovados esses novos dispositivos constitucionais, o governo passou a elaborar as leis ordinárias e as portarias do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que definiram as novas regras e estabeleceram as regras de transição. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 6).

O projeto de Lei enviado ao Congresso tinha como objetivo, principalmente para o RGPS,

[...] a ampliação do período de contribuição para o cálculo do benefício; introdução de fórmula de cálculo deste benefício que considerasse a idade de quem requisita a aposentadoria e a expectativa de vida segundo cálculos do IBGE. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 7).

A proposta citada está correlacionada à Lei 9.876/99, pois, a partir do momento em que a Lei passasse a vigorar, a aposentadoria não seria mais calculada baseada na média aritmética dos últimos 36 meses de contribuição, mas pela média aritmética dos maiores salários de contribuição, corrigidos em valores monetários de no mínimo 80% do período de contribuição do segurado — destacam os autores. Sobre este cálculo, é aplicado um fator redutor que “varia de acordo com idade do segurado, ou seja, o quanto de vida ele terá depois de aposentado, segundo estimativas da Fundação IBGE”. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 7).

Este fator redutor é o Fator Previdenciário. Segundo os autores, para quem estava inscrito no RGPS até o dia anterior à publicação da EC 20, a aposentadoria proporcional foi mantida, 25 anos de contribuição para a mulher e 30 anos para o homem, se a primeira tivesse atingido a idade de 48 anos e o segundo tivesse atingido a idade de 53 anos. “Nesse caso o valor do benefício corresponde a 70% do salário de benefício, acrescido de 5% por

cada grupo de 12 contribuições adicionais, até o limite de 100%”. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 7).

Os autores explicam que o fator previdenciário foi o expediente utilizado por FHC para compensar a não-aprovação da aposentadoria de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, no cálculo do benefício, para desencorajar a aposentadoria precoce e provocar a permanência na atividade. Nesse aspecto, FHC foi vitorioso, logrando êxito em aprovar sua proposta para o RPGS, mesmo que não tenha sido na íntegra. A implementação do fator previdenciário inculcou na cobertura do risco velhice gradações de iniquidades até então inexistentes para os trabalhadores com a mesma idade, pois, a partir dele, os trabalhadores que começaram a trabalhar mais cedo foram lesados (MARQUES; MENDES, 2004).

Fernando Henrique Cardoso, referente ao regime dos servidores públicos civis, apesar de algumas mudanças, não conseguiu lograr vitória em aspectos considerados primordiais para seu governo: retirar o direito à integralidade, vale dizer, a aposentadoria igual ao provento da ativa e o direito à paridade nos reajustes; e a obrigatoriedade de contribuição dos aposentados. Tal propósito não foi atingido devido à ação dos servidores e dos trabalhadores e, inclusive do PT, que se colocou contrário. As principais mudanças para o regime dos servidores, consoante Marques e Mendes (2005), foram as seguintes:

- incorporação do conceito de “tempo de contribuição” em substituição ao de “tempo de serviço”;
- extinção da aposentadoria proporcional, conforme regras de transição idêntica às do RGPS;
- a introdução do limite de idade para a aposentadoria.

Diferentemente do ocorrido em relação ao RGPS, foram aprovados limites de idade para a aposentadoria por tempo de serviço, de 55 anos, para as mulheres, e de 60 anos, para os homens. A regra de transição permitia, porém, que a mulher se aposentasse após completar 48 anos de idade e os homens 53 anos, desde que cumprido um tempo adicional de 20% aplicado sobre o tempo que faltava, em 15/12/98, para que o servidor fizesse jus ao referido benefício. Também foram unificadas as regras aplicadas aos servidores de todos os níveis, isto é, federal, estadual e municipal, e permitida a adoção do teto do RGPS para a aposentadoria dos novos servidores, desde que criada a previdência complementar para eles. O projeto de lei complementar que institui esse regime não teve prosseguimento no Congresso Nacional. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 7).

4. 3 Reforma da Previdência do Governo Lula

A reforma da Previdência implementada por Lula e sancionada pela Câmara dos Deputados, em 7 de agosto de 2003, e no Senado, em 19 de setembro do mesmo ano, vai retomar itens da reforma previdenciária que FHC não conseguiu aprovar no regime dos servidores em virtude da forte oposição dos trabalhadores e inclusive do PT, conforme

dito, que, por meio de seus representantes, votou contrário à introdução do limite de idade para a aposentadoria no regime dos servidores públicos.

O dirigente nacional B do PSTU, em entrevista que me concedeu, também enfatiza que a reforma implementada por Lula dá prosseguimento à reforma de FHC que ficou a meio caminho. Destaca ainda que Lula conseguiu fazer a reforma sem muita oposição, diferente do governo FHC.

É um dado interessante, Lula conseguiu uma proeza que Fernando Henrique não conseguiu. Fernando Henrique Cardoso levou praticamente quatro anos pra conseguir realizar a reforma da previdência do setor privado e Lula, em menos de um ano, conseguiu fazer a reforma da previdência do setor público. Que se nós imaginarmos que no mês de abril, Lula estava entrando com a proposta de reforma e no mês de dezembro já tinha sido aprovada em dezembro de 2003, a reforma da previdência, ele conseguiu praticamente em sete, oito meses o que Fernando Henrique Cardoso levou quase uma legislatura para conseguir. No caso do Fernando Henrique, ele encontrou, inclusive, uma oposição parlamentar do PT. E o PT esqueceu toda oposição parlamentar que fez à reforma da previdência no mandato de Fernando Henrique e conseguiu uma maioria tranqüila, principalmente na Câmara dos Deputados pra conseguir aprovar a reforma da previdência, que é a reforma da previdência dos sonhos, principalmente, previdência complementar. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Marques e Mendes (2004) destacam que, mesmo tendo havido surpresas com aspectos da reforma do governo Lula, tais como a taxaço dos inativos e o desdém pela aplicação das regras de transição, o programa de governo de Lula já anunciava aspectos da reforma que estava por vir; embora não desse para perceber todos os contornos da proposta de reforma previdenciária, na proporção que se tinha apenas esboços da reforma, e nem o conjunto de seus desdobramentos.

No Programa de Governo de Lula, em 2002, é nítida a retomada do discurso de que a previdência é um dos principais gargalos da economia brasileira e um dos principais óbices para o desenvolvimento do País. Com tal diagnóstico, o prognóstico só poderia ser a reforma da previdência, como é possível depreender de um trecho do Programa de Governo, ora transcrito.

Um dos maiores desafios políticos e administrativos do futuro governo é o equacionamento da questão previdenciária. Para dar conta desse desafio, é necessário um conjunto de iniciativas de curto, médio e longo prazos, a fim de construir soluções estruturais capazes de permitir que a presente e as futuras gerações de brasileiros possam estar plenamente conscientes e relativamente tranqüilas quanto aos direitos que poderão usufruir após o término de uma longa dedicação de vida laboral. *Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado.* O sistema deve ter caráter contributivo, com

benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, § 47, grifo nosso).

Quanto ao terceiro pilar do atual sistema previdenciário brasileiro, a previdência complementar, que pode ser exercida por fundos de pensão patrocinados por empresas ou instituídos por sindicatos (conforme a Lei Complementar 109), voltada para aqueles trabalhadores que querem renda adicional além da garantida pelos regimes básicos, *deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país*. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivo (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, § 57, grifo nosso). (MARQUES; MENDES, 2004, p. 7-8).

Na terceira Carta de Intenções do governo Lula ao FMI, datada de 28 de maio de 2003, transcrita na sequência, fica patente o compromisso do governo com as reformas, que seguem as diretrizes de ajuste fiscal deste organismo internacional — priorizar o pagamento do serviço da dívida — ao se comprometer com a reforma previdenciária e uma meta draconiana de superávit primário, maior ainda do que no período do governo anterior.

Brasília, 28 de maio de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Diretor-Gerente **HORST KÖHLER**
Fundo Monetário Internacional
Senhor Diretor-Gerente,

1. O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25 por cento do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada.

(...) 4. Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano. Os parâmetros estruturais de final de junho, relativos ao envio das reformas tributária e previdenciária ao Congresso, foram atingidos antes do prazo. As perspectivas econômicas permaneceram, de um modo geral, inalteradas e estamos confiantes em relação ao cumprimento dos critérios de desempenho do programa.

(...) 6. O programa do governo irá consolidar os avanços econômicos que já foram observados nos primeiros meses desta administração. Acreditamos que a crescente estabilidade econômica trará ganhos tangíveis para o bem-estar dos brasileiros, especialmente os mais necessitados. Continuaremos a manter estreito diálogo com o FMI e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir estes objetivos.

Atenciosamente,

Antonio Palocci Filho Henrique de Campos Meirelles
Ministro de Estado da Fazenda Presidente do Banco Central do
Brasil

Outra peça que também é reveladora do afã “reformista” do governo no tocante à previdência social é o documento *Política Econômica e Reformas Estruturais*, do Ministério da Fazenda, de abril de 2003, que destaco a seguir, quando capciosamente situa os trabalhadores do setor público como privilegiados em detrimento dos aposentados do setor privado, deixa claro que a mudança deste cenário, ou seja, reformar a previdência do setor público, melhorará este quadro.

Enfatiza também que a forma como o sistema previdenciário está estruturado não contribui para a redistribuição de renda e sim para sua concentração. Considero que, o que realmente garantiria uma política de redistribuição de renda seria uma reforma tributária que taxasse as grandes fortunas, ou seja, a aplicação, no Brasil, do imposto progressivo.

A política de distribuição de renda evidenciada no referido documento é consoante à política de distribuição pessoal de renda do Banco Mundial, que joga trabalhador contra trabalhador se apoia num conceito indevido de riqueza definida, conforme Filgueiras e Gonçalves (2007), por uma renda familiar per capita de R\$ 2.170,00; e definindo os pobres e indigentes por uma linha de pobreza tendo como parâmetro a renda mensal familiar, *per capita*, de meio salário ou um quarto do salário mínimo. Tal política oblitera a distribuição funcional de renda que faz um cotejamento entre a remuneração dos trabalhadores com os ganhos dos capitalistas.

A reforma da Previdência é fundamental para assegurar a garantia essencial do cidadão à aposentadoria, cuja sustentabilidade é comprometida em um sistema desequilibrado. Ela também é uma questão de justiça social. O governo federal gasta R\$ 33 bilhões (mais de 150 milhões de salários mínimos) para pagar as aposentadorias e pensões de um milhão de beneficiários, enquanto o sistema previdenciário do setor privado (RGPS) utiliza aproximadamente R\$ 88 bilhões no pagamento de cerca de 18 milhões de beneficiários. A mudança deste quadro contribuiria para redistribuir a renda, na medida também em que as transferências do Estado beneficiam no seu conjunto mais os que estão no alto da pirâmide social do que os que estão em baixo. Além disso, como foi visto neste documento, as transferências de previdência realizadas pelo governo não contribuem para reduzir a concentração de renda da economia brasileira. (BRASIL, 2003, p. 77).

Para dar efetividade aos propósitos de “reformar” a previdência, o governo apresenta, no mesmo documento, o elenco de medidas que incluem: a taxação dos inativos; apoio à

aprovação do PLP 09, a fim de permitir a criação de fundos de pensão para os servidores e aprovação do teto constitucional e os subtetos para o funcionalismo público, visando à afluência de servidores a este tipo de plano de aposentadoria; e mudança na idade mínima exigida para o trabalhador ter direito a aposentadoria. O documento assevera que estas medidas apresentadas reforçam a Carta de Brasília, assinada pelo presidente Lula e 27 governadores de Estado, cujo propósito era ampliar o apoio à contrarreforma da previdência. Vejamos trecho do documento por mim mencionado.

- (a) elaborar conjuntamente propostas de reforma constitucional dos regimes próprios de previdência social dos servidores, de forma a reverter o desequilíbrio atuarial e financeiro e, portanto, cumprir o que dispõe o Artigo 40 da Constituição Federal;
- (b) propor novas regras de acesso ao benefício no que tange à idade mínima e às permanências mínimas no cargo e no serviço público, além de novas regras para pensões;
- (c) viabilizar as condições para a contribuição dos inativos aos Regimes Próprios e para a alíquota mínima de contribuição dos servidores a esses regimes;
- (d) apoiar a aprovação do PLP 09, pelo Congresso Nacional, de forma a estabelecer as normas para a criação dos planos complementares para os futuros servidores;
- (e) apoiar a aprovação das medidas que viabilizem o teto constitucional e os subtetos para o funcionalismo público; e
- (f) realizar, de forma a cumprir os objetivos mencionados, estudos no âmbito dos Estados, para avaliar os impactos dessas medidas na sustentabilidade dos sistemas e sobre o aspecto distributivo dos mesmos, no prazo de 30 dias, para a viabilização técnica das propostas. (BRASIL, 2003, p. 80).

Para Coggiola (2004), o governo Lula tomou para si a proposta do Banco Mundial que prevê uma aposentadoria básica para os pobres, custeada pelo Estado, e, para quem recebe mais, haveria uma aposentadoria complementar que seria aplicada no mercado financeiro. Ressalta ainda a semelhança com os regimes previdenciários dos governos “sociais-democratas” da Grã-Bretanha e da Alemanha.

[...] a um “benefício universal básico” (“renda cidadã”, “renda mínima” etc), e que qualquer benefício acima seja coberto diretamente pelo trabalhador, com contribuições obrigatórias ou voluntárias para companhias ou fundos privados. A proposta em favor da “renda cidadã” — um salário ou uma aposentadoria mínima para todos os cidadãos — inscreve-se dentro da tendência do capitalismo de destruir a seguridade social surgida nos anos 1940 e 1950. (COGGIOLA, 2004, p. 66).

De acordo com o autor, um dos maiores responsáveis pela reforma do sistema previdenciário foi o ex-coordenador adjunto da equipe de transição do PT, Luís Gushiken, que é titular da empresa Gushiken & Associados, especializada no ramo previdenciário.

Esta empresa prestou serviço ao governo FHC por meio de um estudo que foi posteriormente publicado e deu subsídios para o Ministério da Previdência de FHC para a reforma da previdência em seu governo.

Coggiola (2004) assevera que o teor da (PEC) 40/2003 foi confeccionado pelo escritório de consultoria de Gushiken. A reforma é denominada pelo Banco Mundial de “Previdência dos três patamares”. O primeiro seria estatal, “daria lugar a um benefício básico definido fixo ou com um piso e um teto, equivalente a uma cesta básica de indigência” (COGGIOLA, 2004, p. 66). Segundo o autor, este patamar seria financiado pelos próprios trabalhadores ou pelo Estado, via impostos. O segundo patamar seria privado e poderia ser fundos de pensão ou companhias de seguros com contribuições dos trabalhadores que ultrapassem o percentual de contribuição do primeiro patamar. O terceiro patamar seria igualmente privado, financiado por contribuições voluntárias de trabalhadores.

O que se objetiva com esta divisão é, conforme Coggiola (2004), diminuir a aposentadoria estatal para crescer o pagamento da dívida do Estado, no caso do Brasil, da dívida externa. O Estado se responsabilizaria por um benefício universal e qualquer valor que ultrapasse esse benefício seria proveniente de contribuições de um fundo de pensão, afirma o autor. Isto significaria, na prática, que o trabalhador passaria a assumir o risco pelo investimento do fundo. Os antecedentes imediatos da reforma foram, para Coggiola (2004), o documento pactuado entre o governo FHC e os quatro candidatos à Presidência da República, Lula subscreveu o documento. O documento estabelecia como meta a aprovação do PL 9/99, e subsumia a reforma da previdência a

[...] criação e ampliação de superávit nas contas do Estado com vistas ao pagamento das dívidas interna e externa”: Na plataforma eleitoral e durante a campanha presidencial, o PT explicou sua “reforma”: Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado”, dizia o ponto 46 da plataforma do PT. E continua: “como complemento ao sistema público universal, para os trabalhadores tanto do setor público como do setor privado que aspirem a aposentadorias superiores às oferecidas pelo teto do orçamento público, haverá um sistema de planos complementares, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo, e sustentado por empregados e empregadores. (COGGIOLA, 2004, p. 67).

O governo Lula repetiu os argumentos que já haviam sido utilizados pelo governo FHC para ganhar apoio para a contrarreforma da previdência, tais como: a previdência está quebrada e se esta não for feita imediatamente, terá efeitos catastróficos para o País.

O dirigente do PSTU destaca dois argumentos utilizados pelo governo para consubstanciar essa contrarreforma.

Por exemplo, ele fala, no governo do Fernando Henrique, o FHC dizia que a previdência estava quebrada e os petistas também não se furtaram de argumentar isso. Só que é muito interessante, na hora que você vai tentar demonstrar que a previdência está quebrada, você considera todos os custos que a previdência tem, mas não considera, por exemplo, as diferentes modalidades de arrecadação que a previdência tem e ao mesmo tempo separa previdência dos demais aspectos da seguridade social. A própria Constituição de 1988 falava que a seguridade social, ela compreende previdência, assistência e saúde. Então se há um conjunto de modalidades de arrecadação para a seguridade social que na hora que você vai fazer esse cálculo, pra dizer que a previdência é deficitária aí desconsidera tudo isso. Leva em consideração apenas os custos mas não o conjunto de modalidade de arrecadação que a seguridade social tem. Então um dos argumentos foi exatamente esse, dizer que a previdência estava quebrada e tal. Outro argumento é aquele argumento que teria aumentado e que vem aumentando a longevidade, aqui no Brasil, na vida das pessoas, a expectativa de vida aumentou das pessoas. Mas se você imaginar que pouco mais de 11% das pessoas tem mais de 65 anos no Brasil e que até o ano 2030 nós não vamos ter sequer 30% da população com essa idade a gente vê que isso é um apelo que os governos utilizam para tentar justificar medidas antipopulares como essas reformas que andaram fazendo nos últimos anos no sistema previdenciário e seguridade social do Brasil. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Para Benjamin (2003) foram utilizados três argumentos para justificar a celeridade da “reforma”. O primeiro foi o deficit da previdência, que seria em torno de 70 milhões de reais por ano. O segundo argumento foi a tendência do envelhecimento da população e o terceiro foi a utilização de análises prospectivas catastróficas que preveem afluência de contingentes populacionais inteiros para a previdência. De acordo com Benjamin, o chamado deficit da Previdência Social é o deficit da Seguridade Social que são coisas distintas. Para o autor, um grande avanço da Constituição de 1988 em relação aos direitos sociais foi a proposta, embora nunca tenha sido inteiramente implantada, de instituição de um sistema integrado de seguridade contendo três elementos: a saúde pública (proteção aos doentes), a assistência social (proteção aos portadores de deficiência e pessoas em situação de risco social) e a previdência (proteção aos que suplantaram o tempo de vida laborativa). Os dois primeiros corresponderiam aos direitos de cidadania e não contam com recursos próprios, tendo que ser financiados com impostos que são pagos pela sociedade de forma geral. Nesse caso, não tem sentido se falar em déficit, pois ninguém diria que uma escola pública seria deficitária por ofertar ensino público ou de um hospital público, por exemplo, ou de assistência a uma pessoa indigente, enfatiza Benjamin (2003). Só o terceiro elemento da seguridade social, a previdência, é “capaz de gerar receitas, constituindo assim o pólo potencialmente superavitário do sistema”. Benjamin (2003, p. 4) considera lamentável que

o governo Lula use as despesas da seguridade como um todo para passar de contrabando a ideia de deficit na previdência. O articulista do PC do B, Altamiro Borges, também concorda com a análise de Benjamin, ao escrever um artigo que tem como título *Previdência: reforma ou regressão*. Este artigo é importante porque expressa o pensamento de uma força política que compõe o governo Lula e que discordou da proposta apresentada, pelo caráter intempestivo desta, e dos argumentos para realizá-la.

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, iniciou na semana passada uma maratona aos estados para discutir com governadores, parlamentares, empresários e líderes trabalhistas a sua proposta inicial de reforma da Previdência. A repercussão das visitas tem sido bastante contraditória, o que expressa bem a explosividade do tema. Do lado patronal, aplausos efusivos — “é a reforma que FHC deixou de fazer e que o mercado exige”; já no outro extremo, entre os dirigentes sindicais, críticas ao açodamento do novo governo e rejeição a qualquer medida que represente um novo retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

A reação do sindicalismo, de onde provêm o próprio ministro (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), é plenamente justificável. Afinal, os argumentos esgrimidos até agora pelo governo são mesmos preocupantes. Entre outras justificativas para a pressa nesta reforma, destacam-se dois: o déficit do setor e a existência de distorções na Previdência dos servidores públicos. Na forma, o novo governo adota um comportamento bem diferente do reinado de FHC, procurando dialogar com a sociedade; no conteúdo, entanto, ainda repete velhos argumentos usados pelo tucanato que foi repellido nas urnas. (BORGES, 2003, p. 1).

Benjamin (2003) critica a tese do segundo argumento, de que teria havido uma alteração na distribuição etária da população brasileira, que adentrou uma fase conhecida de transição demográfica. É um processo recente que teria se iniciado na década de 1970. O autor explica que os processos demográficos naturais têm grande inércia e são de longo prazo. As mudanças no Brasil, até aproximadamente 2020, se concentrarão “principalmente em uma diminuição relativa da população infantil, com aumento relativo da população adulta, justamente aquela que está em idade produtiva.” (BENJAMIN, 2003, p.4).

O terceiro argumento, afirma o autor, peca pelo seu método, pois não se pode usar taxas de crescimento do número de beneficiados da previdência em períodos anteriores, para, baseados nestes números, projetar o porvir. No passado, contingentes populacionais inteiros ingressaram na previdência (trabalhadores rurais, empregados domésticos, autônomos, portadores de deficiência, pessoas com mais de 65 anos etc). Esse processo findou e não há mais grupos novos a serem incluídos, consoante Benjamin (2003). Argumenta que não há motivos para se negar que não haja problemas na previdência, mas a raiz destes está nos seguintes fenômenos:

[...] depois de duas décadas perdidas, em termos de crescimento econômico, e de uma década de experimentação neoliberal, o mercado de trabalho se desorganizou completamente e, por causa disso, as receitas do sistema desabaram. O número de cidadãos contribuintes aumentou a uma taxa anual de 7,3 por cento na década de 1960, 7,9 por cento na década de 1970, 2,8 por cento na de 1980 e apenas 0,8 por cento na de 1990. Hoje, e ainda por muito tempo, os problemas da Previdência não decorrem principalmente da demografia, nem do tipo de benefícios concedidos. Decorrem da economia, ou seja, da combinação de desemprego, informalidade e baixo crescimento (além é claro, de corrupção e sonegação). A Previdência não poderá se equilibrar — a menos que se proceda a um genocídio de direitos — se o modelo econômico não for alterado. (BENJAMIN, 2003, p. 4).

Benjamin (2003) vaticina que havia dois caminhos que o governo Lula poderia seguir: o primeiro seria o caminho do FMI e do Banco Mundial e dos conservadores que é dar como insuperável o novo redesenho do mercado de trabalho, aproximadamente 20% de desemprego aberto e mais de 50% de informalidade, e jogar o ônus da “reforma” na liquidação de benefícios que foram pactuados com os setores que passaram a fazer parte do sistema em períodos anteriores. Dessa forma, reduzem a questão previdenciária a uma questão de natureza fiscal e a previdência passaria a estar manietada às regras gerais do arrocho fiscal, capitaneadas pelo FMI. O autor alerta também a idéia de que

[...] se for aceita a proposta do ministro Berzoini de formação de uma “previdência dos pobres”, em regime de repartição, com o teto de R\$ 1.500 reais, ao lado de outra “previdência dos ricos e remediados”, em regime de capitalização individual, gerenciado por empresas privadas, o Estado perderá nas duas pontas” (BENJAMIN, 2003, p. 4).

Nesse caso, o Estado ficará com o passivo do sistema atual e suscitará crescimento de uma bolha de recursos líquidos, administrado por empresas privadas e, pela experiência atual, grande parte desses recursos irá para a especulação financeira (BENJAMIN, 2003).

O segundo caminho para ele é reequilibrar a previdência a curto prazo pela via do crescimento econômico e de geração de empregos formais e agregando a isso o combate à sonegação e à corrupção, consoante Benjamin (2003). Isso é plenamente exequível, destaca o autor, e, dentro desse quadro, a população brasileira poderia debater sem açodamento um projeto para o País porque, no seu entendimento, a previdência tem a ver com um projeto para a Nação.

4.4 O PSTU e a “Reforma” da Previdência do Governo Lula: análise e formas de luta

A revista *Marxismo Vivo* (2006), editada pelo PSTU, traz um artigo interessante por destacar o papel da imprensa operária, que não se limita ao jornal, mas utiliza volantes,

revistas teóricas e os meios mais modernos, como a internet, para a construção do partido revolucionário.

A imprensa operária tem um papel de organizador coletivo, para os marxistas, e tem como precursores o trabalho de Marx e Engels, em 1848, na *Nova Gazeta Renana*. Lênin e Trotsky sempre salientaram a necessidade dessa imprensa para organizar os trabalhadores sob a base de um programa, que articulasse as questões do dia a dia às questões mais gerais da luta contra o regime social capitalista.

Nesse sentido, o jornal *Opinião Socialista* será utilizado nesta tese, por ser o porta-voz das posições do PSTU. O *Opinião Socialista* é um organizador coletivo da classe trabalhadora sob a base de seu programa, tendo como função o combate à ideologia burguesa e o papel de disputa pela hegemonia.

O *Opinião Socialista* denuncia, a época, que uma das primeiras medidas do governo Lula para o funcionalismo será atacar os direitos já conquistados pelos servidores no plano previdenciário, repetindo o sofisma de que os servidores públicos são privilegiados. Na análise do referido *Jornal*, os verdadeiros privilegiados são os banqueiros, os rentistas, as empresas devedoras da previdência social.

Durante o governo FHC, 56 direitos dos servidores públicos foram retirados ou quebrados como, por exemplo, a paridade entre ativos e aposentados. Os salários sofreram um arrocho sem precedentes: para uma inflação de 137% do Plano Real, os servidores obtiveram um reajuste linear de 3,5% em oito anos de governo FHC.

Não foi por acaso que a candidatura Lula obteve uma expressiva votação entre os servidores públicos. E por isso, não é pequeno o impacto que tem causado a nova proposta de reforma previdenciária. Esta já é hoje o principal tema em discussão no serviço público, em que pese a falta de reposição de perdas salariais.

O pior é que o governo Lula requeitou, com aval da grande mídia, a velha e mentirosa campanha contra os privilegiados do serviço público. O governo não se dá ao trabalho de esclarecer, por exemplo, que os servidores públicos contribuem com 11% para a aposentadoria de forma fixa, independente da faixa salarial. Omite que os servidores, embora tenham direito à aposentadoria integral, não recebem FGTS. Sem falar que a média salarial está na casa de oito salários mínimos após oito anos de arrocho.

Os verdadeiros privilegiados têm fácil identificação: os banqueiros, especuladores, o FMI e as grandes empresas devedoras da Previdência Social. É contra esses que o governo deveria tomar medidas efetivas, porque não foi para continuar atacando direitos sociais e trabalhistas que 52 milhões de brasileiros elegeram Lula presidente. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 143, p. 6).

Os pilares da reforma da previdência do governo Lula estão montados nos seguintes pontos, conforme o OS:

a) fim do regime próprio de aposentadoria do serviço público (que garante a aposentadoria integral), unificando em um regime geral com um teto único (Berzoini considera apropriado o teto atual do INSS, que é de R\$ 1.561,00); b) regras de transição para os servidores que estão na ativa. Ou seja, o cálculo para a aposentadoria integral valeria até o início das novas regras; a partir daí, se o

servidor tiver, por exemplo, cinco anos de serviço antes da aposentadoria, ele estaria sob as tais “regras de transição”. Isto quer dizer que mesmo os da ativa não teriam o direito (adquirido) à aposentadoria integral; c) Desvinculação dos reajustes entre ativos e aposentados. Isso na prática é a oficialização do fim da paridade de vencimentos e benefícios (outro direito constitucional adquirido) já iniciada pelo governo FHC; d) Buscar “uma forma jurídica” (nas palavras do próprio ministro) para instituir uma cobrança sobre os vencimentos dos que já estão aposentados, tal como FHC tentou fazer, e não conseguiu durante seu governo; e) regulamentar a previdência complementar, que é para onde todos teriam que correr caso queiram ter uma aposentadoria integral após o estabelecimento do teto único. Segundo análise do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), um dos objetivos da reforma do novo governo seria a regulamentação da previdência complementar privada. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 143, p. 6.).

Esses aspectos são reforçados na fala do dirigente nacional B do PSTU, em entrevista que me concedeu.

Na verdade hoje nós podemos falar que esses pilares da proposta do Lula se tornaram os pilares de uma estrutura legal, constitucional e que são totalmente contrárias aos interesses dos trabalhadores. O Lula fez a proposta de acabar com a integralidade e acabou com a integralidade. As pessoas que vão entrar no serviço público depois da reforma, já entram sabendo que não tem mais direito à integralidade. Isso é um ataque, a meu ver, brutal que o Lula conseguiu fazer. Uma outra coisa importante, das pensões que foram reduzidas pra 70% de seu valor, ou seja, você trabalha, recebe, digamos que mil reais, você desgraçadamente vem a falecer, a viúva vai receber R\$ 700,00 e não R\$ 1.000,00 como você recebia. É outro ataque brutal que foi feito pelo governo Lula. A outra que o Fernando Henrique tentou sem conseguir obter sucesso foi a taxaçoão dos inativos. Você passa a vida inteira pagando uma contribuição pra quando você chegar numa idade onde a sua capacidade diminuiu significativamente, você já não tem mais como desenvolver o trabalho que você desenvolvia antes. Aí você diz: bom, agora eu vou gozar meus últimos anos de vida da melhor maneira possível, aí você volta a contribuir com a previdência. Então a taxaçoão dos inativos também é parte dessa estrutura geral da proposta apresentada por Lula ao Congresso Nacional em abril de 2003 e que foi aprovada em dezembro daquele mesmo ano. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Para o *Jornal OS* (2003, edição 145) o que está posto como tarefa política para os trabalhadores é manter e recuperar todos os direitos e uma grande campanha que unifique os servidores dos setores privado e público e todo o povo humilde contra as reformas previdenciária e trabalhista. Para o *Jornal OS* (2003, edição 143), a aposentadoria integral, a paridade entre ativos e aposentados não podem ser considerados privilégios como quer fazer crer a campanha do governo Lula⁶⁹. São direitos que deveriam ser estendidos a todos os trabalhadores. As regras de transição que o governo Lula quer estabelecer deveriam ser

⁶⁹ A campanha do governo Lula foi realizada nos grandes meios de comunicação (rádios, jornais e meios televisivos) para convencer a população da justiça e da inevitabilidade da reforma da previdência.

para ampliar os direitos a todos os trabalhadores. O Presidente eleito, com amplo apoio popular, deveria iniciar seu mandato revogando as medidas da reforma da previdência efetuada por FHC. *O Jornal* considera lastimável que a CUT por meio de seu presidente convalide a proposta do teto. A alternativa para o PSTU ante a proposta do governo para a previdência, indica o *Jornal*, é a de lutar para que sejam mantidos todos os direitos previdenciários já conquistados, ampliá-los para todos os trabalhadores e defender a revogação dos direitos retirados pelo governo FHC.

O *Jornal OS* (2003, edição 145) conclama a unidade de todos os trabalhadores contra a reforma da previdência, afirmando que estará na linha de frente da luta contra a mesma e conclama os trabalhadores a ganharem as ruas para derrotar esta reforma que atende os interesses dos banqueiros.

Para o *OS*, sem a ruptura com a ALCA e o FMI, o governo Lula se esmerará em dar continuidade, numa versão ainda pior, ao projeto de FHC. Exorta a esquerda do PT a romper com o mesmo e lutar para construir uma organização alternativa ao PT que seja oposição de esquerda ao governo Lula.

O *OS* (2003, Edição 145) não concorda com setores de esquerda que afirmam que derrotar o governo Lula significaria a derrota de toda a esquerda, pois, para o *OS*, Lula empalmou o projeto de FHC ao aderir ao FMI. Se Lula for vitorioso, destaca o *OS*, a esquerda será derrotada porque seu projeto inclui a autonomia do Banco Central, a reforma da previdência etc; ou seja, os banqueiros serão os grandes exitosos e os trabalhadores os grandes perdedores.

O *Jornal OS*, edição 146, trouxe um encarte especial sobre a reforma da previdência, onde, na seção *Fala Zé Maria*, o dirigente do PSTU exprime que esta ataca os direitos já adquiridos e beneficia os banqueiros. Daí a reforma ter apoio de entidades patronais como a FIESP, dos banqueiros, da Rede Globo, que já manipula a população com uma campanha midiática contra o funcionalismo público, assevera Zé Maria. A proposta é uma exigência do FMI e tem como fito privatizá-la para garantir a transferência de recursos para o setor privado e os fundos de pensão, colocando em risco a aposentadoria ulterior dos trabalhadores — enfatiza o dirigente do PSTU.

Além disso, para Zé Maria, isso causará um deficit sem precedentes nas contas públicas, pois diminuirá a arrecadação do governo, carreando vultosos recursos para o setor financeiro e este terá que manter as aposentadorias atuais com uma arrecadação sobremaneira menor.

O *Jornal Opinião Socialista* (2003, edição 145) denuncia que o governo Lula pretende iniciar a reforma da previdência, votando o Projeto de Lei Nº 9, ainda do governo FHC, que suprime “a aposentadoria integral dos novos servidores e impõe a aposentadoria complementar privada”.

Para o dirigente do PSTU, a aposentadoria integral não é um privilégio é um direito que deve ser estendido a todos os trabalhadores. Também não é imoral, pois imoral é os trabalhadores do setor privado não terem esse direito e um trabalhador labutar a vida toda e perceber um salário aviltante no final de sua vida, ao se aposentar.

Para o PSTU, a reforma pela qual os trabalhadores devem lutar tem características distintas das que Lula apresentou e deveria conter os seguintes pontos:

(...) os funcionários públicos deveriam ter seus direitos mantidos e obter aumento salarial. Os trabalhadores do setor privado deveriam conquistar a revogação da reforma de FHC — o que traria de volta a aposentadoria proporcional e outros benefícios — e a ampliação de direitos, como a aposentadoria integral. Aos do setor informal deveria se assegurar o direito á carteira assinada.

O governo Lula está fazendo o oposto; está propondo concluir a reforma de FHC, que ataca trabalhadores e privilegia os banqueiros. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, Edição 146, p. 7).

Com o título *Reforma da Previdência igual a de FHC, não!* Mariúcha Fontana (*Opinião Socialista*, 2003, edição 146) aponta que os trabalhadores das três áreas — estadual, federal e municipal — veem atônitos e agastados Lula ressuscitar uma proposta da previdência semelhante à de FHC, objetiva finalizar a reforma que FHC começou e não teve condições de concluir pela resistência que os trabalhadores fizeram por meio de suas lutas.

Os trabalhadores do setor privado não estão tendo suficiente clareza do conteúdo da reforma e um contingente considerável deles se deixou embalar na cantiga falaciosa que a mídia desfechou, destaca Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146), com o apoio do governo, de que a previdência tem um deficit incontrolável e que esta está beirando a *débâcle*. Os trabalhadores do setor privado, acrescenta Fontana, estão crentes de que Lula é um paladino que luta contra os privilégios, e que os privilegiados são os funcionários públicos federais e que Lula conseguirá reaver as perdas que FHC retirou da reforma da previdência anterior. Há inclusive ilusões de que Lula traga de volta “a aposentadoria especial, o fim do fator previdenciário e do tempo de contribuição como condição para ter acesso à aposentadoria”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, Edição 146).

Para Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146), a reforma que atenderá os anseios dos trabalhadores é distinta desta que está posta e jamais contaria com o apoio

das classes dominantes. Para efetivar esta reforma, seria necessário romper com o FMI e a ALCA. A reforma que atenda aos interesses dos trabalhadores impõe que a proposta de reforma de Lula seja derrota através da luta.

Enganam-se a si próprios e ao conjunto dos trabalhadores aqueles que difundem a ilusão de que é possível com negociação convencer o governo a fazer uma reforma que beneficie os trabalhadores e não os banqueiros e o FMI.

Aqui não há meio termo, ou as entidades dos trabalhadores se colocam globalmente contra esta Reforma e a favor da mobilização ou estarão do lado da reforma do FMI, que o governo está defendendo. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 7).

O *Jornal OS* (2003, edição 146) critica a posição da direção majoritária da CUT, que oculta dos trabalhadores as intenções reais do governo Lula, ao afirmarem que não há proposta de reforma, que esta ainda está sendo construída e que não há somente aspectos negativos, mas há pontos positivos⁷⁰ que devem ser levados em conta.

O dirigente nacional B do PSTU denuncia o papel da CUT na desmobilização do movimento sindical e o apoio dado por esta Central ao governo Lula e às reformas.

Agora, além disso, toda a classe dominante brasileira, ela estava, digamos que... não digo que era sensível, sensível é dizer pouco, em relação à sintonia dela em relação às reformas. Os meios de comunicação também sintonizados com essas propostas de reformas e mais do que isso, a principal direção do movimento sindical brasileiro, a CUT, terminou também embarcando no apoio às propostas do Lula. Nós tivemos uma greve heróica dos servidores públicos, três meses de greve dos servidores públicos, no mesmo ano, em 2003. Essa greve foi, se não me engano até agosto, quando foi aprovado no Congresso Nacional, depois seguiu para o Senado a reforma. Essa greve se manteve por três meses e a CUT em vez de cobrir essa greve de solidariedade, ficava o tempo todo atuando como amortecedor entre a greve e o governo de frente popular, o governo do Lula. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

O governo, na análise do *OS* (2003, edição 146), manipula os dados da previdência tal qual o governo anterior e mente ao não assumir o fato de que esta reforma é a mesma do governo anterior. O *Jornal* também faz alusão à fala de Mercadante no Senado, ao declarar que o PT errou ao não ter apoiado FHC quando este levantou a bandeira da reforma da previdência e que FHC deu uma notável contribuição à agenda política do País .

⁷⁰ A CUT considera que o governo deveria fazer uma reforma tributária progressista antes de fazer a reforma da previdência e que o correto seria a criação de um sistema previdenciário único, universal para todos. Afirma ser contrária à taxaço dos inativos e aumento da idade para a aposentadoria. Propõe um teto de R\$ 4.800,00 reais para o setor público, porém, apresenta como aspectos positivos da reforma: o esforço para integrar 55% dos trabalhadores que estão na informalidade; a diminuição da contribuição das pequenas e médias empresas e o combate à sonegação.

Essas informações foram extraídas do texto *A CUT e a Reforma da Previdência* de João Antônio Felício, presidente nacional da CUT, eleito em 2000, e Secretário Geral da entidade, em 2003.

Mas, façamos justiça ao senador Aloísio Mercadante, que no último dia 12 de março, assumiu da tribuna do Senado que o governo defende a continuidade da política de FHC. Mercadante fez autocrítica pelo PT não ter apoiado as reformas de FHC. Disse: “A oposição (na época de FHC) não ajudou a aprovar as reformas — e errou” e foi além “o governo anterior deu uma grande contribuição à agenda do país”. (*FOLHA DE S. PAULO* apud *OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 7).

Os trabalhadores, ressalta o *OS* (2003, edição 146), não votaram em Lula para que continuasse as políticas de FHC e finalizasse suas reformas. Acrescenta que, se Lula e o PT tivessem declarado nas eleições que fariam tais reformas, que acabariam com a aposentadoria integral do funcionalismo e privatizaria a previdência, ele não teria o apoio massivo dos trabalhadores e principalmente dos servidores.

No suplemento do *Jornal OS* sobre a reforma da previdência, que tem como objetivo esclarecer o caráter da reforma e apresentar uma proposta dos trabalhadores para a previdência, Mariúcha Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146) alerta para o fato de que o governo apresentou uma proposta de unificação da previdência. Destaca que, em tese, isso seria progressista se não visasse a retirar direitos e essa unificação não se desse por intermédio de um “rebaixamento geral de direitos”.

Os três setores do funcionalismo perderão muito com a reforma e a votação do Projeto de Lei Complementar nº 9, como se pode ver logo na análise do *OS*:

Em essência, os funcionários públicos das três esferas — federal, estadual e municipal — perderão muitos direitos, os do setor privado levarão ainda mais tempo para se aposentar e verão, a cada dia, suas aposentadorias serem rebaixadas.

Ao lado desse sistema público — abocanhando o grosso da arrecadação Previdenciária — se instituiria uma Previdência Complementar ou Privada (Fundos de Pensão, controlados pelos Bancos).

Para iniciar tal Reforma, o atual governo cogita em levar de imediato à votação o Projeto de Lei Complementar nº 9. Esse projeto foi apresentado por FHC em 1999 e tramita desde então no Congresso, tendo sido travado na época, entre outras razões, por oposição do PT. O PT quer hoje aprovar o projeto, para dar início e acelerar a Reforma. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 8).

O PL-9/99, na sua essência, assegura que o setor financeiro tenha garantidos recursos retirados do setor público e acarretará mais despesas para o Estado. O projeto também visa a acabar com a aposentadoria integral dos servidores públicos e o governo só seria responsável por pagar uma aposentadoria até o teto de R\$ 1.561,00 para os que se aposentarem daqui para frente, segundo o *OS*, criando a aposentadoria privada para os servidores.

O governo continuaria arcando com o pagamento dos atuais aposentados; por sua vez deixaria de receber os 11% sobre o total dos vencimentos que hoje pagam os servidores, que passariam a contribuir dentro do novo teto. O governo ainda teria que passar a desembolsar de imediato a contribuição de empregador – coisa que

ele não faz há muito tempo. E, por fim, terá que transferir às novas empresas de Previdência privada, um “aporte de reserva”, correspondente ao tempo de serviço de cada servidor até sua opção pelo regime de previdência complementar. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 8).

O *Opinião Socialista* (2003, edição 146), em um artigo que tem como título *Mentiras sobre o deficit da Previdência na TV*, analisa as falácias sobre a reforma da previdência veiculadas na televisão e sobre o suposto deficit. Conclui que não passam de mistificações feitas pelo governo para passar de contrabando a reforma. Para o *OS* o deficit é inexistente segundo os próprios fiscais da Receita e da previdência. Eles demonstraram por meio de dados que há um superavit de R\$ 31 bilhões por ano nas contas da seguridade social e que este vem sofrendo desvios para pagar juros aos banqueiros. Portanto, para o *OS*, a previdência, diferente da campanha apregoada pelo governo, que tem como objetivo dividir os trabalhadores, não está em processo falimentar e que são os banqueiros e a burguesia os verdadeiros beneficiados com a reforma.

No mesmo suplemento sobre a reforma da previdência, o *OS*, numa matéria intitulada *Reforma significa privatização*, infere que os trabalhadores que desejavam perceber uma aposentadoria acima do teto do INSS terão que doravante contribuir com uma previdência privada.

Daí as injunções que o sistema financeiro faz para a reforma da previdência, pois, para o *OS* é uma quantia fabulosa que estará disponível para o setor financeiro.

É por isso que o sistema financeiro tanto pressiona a favor da reforma da previdência. Trata-se da privatização e de um mercado de R\$ 134 bilhões anuais. Somente com o ingresso do funcionalismo público no regime geral de previdência, cerca de R\$ 50 bilhões por ano passariam para as mãos do sistema financeiro.

As Associações de Previdência Privada hoje existentes avaliam que (com a Reforma) terão um salto no seu patrimônio de R\$ 179 bilhões para R\$ 420 bilhões até o final do governo Lula. A abertura deste mercado para o capital financeiro é uma das principais exigências do FMI.

A previdência dos trabalhadores, portanto, ficaria nas mãos dos especuladores. Conforme avalia Ceci Juruá, do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro: “Os “investidores institucionais” (especuladores) (...) são os que atuam na vanguarda das Reformas (...) Eles são representados por fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras e grandes bancos, que atuam em escala planetária. Eles dominam os mercados financeiros internacionais, implantaram-se nos mercados nacionais, e promovem uma gigantesca especulação (...) Para esses investidores (...), a reforma da previdência social no Brasil pode ser uma oportunidade ímpar de aplicação (...), pois os recursos aplicados em planos de aposentadoria complementar serão (...) dirigidos para fundos de investimento, em mercados onde seguradoras e grandes bancos atuam em regime de oligopólio. Melhor que essa reforma seja urgente, para que os poucos bilhões de dólares disponibilizados pelo FMI permitam converter a nova riqueza monetária em moeda forte que irá para os países centrais e para os paraísos fiscais. As

sobras poderão ficar no Brasil, para aplicação na dívida pública interna (...). (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 8).

Esse aspecto também é destacado pelo dirigente nacional B do PSTU.

Na verdade é o seguinte, no setor privado você já tinha uma atuação muito forte desse sistema de previdência privado, e no setor público você tinha a história dos fundos de pensão. O que é que vamos ter com a reforma do Lula? Os caras chegaram a calcular, na época da reforma da previdência em 2003, que de imediato, a reforma da previdência você teria uma injeção de 30 bilhões na previdência complementar. Seja a previdência completar aberta: os bancos, as seguradoras; seja nas fechadas, no caso os fundos de pensão. O que Fernando Henrique Cardoso fez em relação particularmente o setor privado nessas complementações de 1999, o Lula vai acentuar com a reforma da previdência de 2003. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

O suplemento apresenta ainda uma síntese de sua análise sobre a reforma da previdência, elencando seis motivos para não apoiar a reforma:

FIM DA APOSENTADORIA INTEGRAL

Hoje, o funcionalismo ao se aposentar recebe o mesmo rendimento de quando estava na ativa, assim como desconta 11% do seu salário integral para a previdência. Esta é uma conquista de muitos anos de luta. O projeto de Reforma estabelece o atual teto do INSS como valor limite, hoje de 7,5 mínimos. Em 1994, esse teto era de 20 salários mínimos. Em 1999 FHC tentou reduzi-lo para 3 salários mínimos. Como não conseguiu, fixou o teto em valores nominais (10 salários na época) e deixou que a inflação viesse a fazer o resto do serviço.

Em apenas 3 anos o teto caiu de 10 para 7,5 salários: R\$ 1.561,00 e tende a cair mais, para forçar os trabalhadores que recebem acima do teto pagar uma previdência privada.

FUNCIONALISMO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

No novo sistema único, os governos estaduais e municipais deixariam de ser responsáveis pelo pagamento das aposentadorias e pensões do funcionalismo. Estes perderão seus poucos direitos. Por exemplo, os professores do ensino fundamental perderão o direito à aposentadoria especial.

FIM DA PARIDADE

Os servidores aposentados não receberiam mais os reajustes dados aos ativos, como já foi feito no INSS. Esta medida atingiria todos - não somente os que recebem acima do teto - e aumentaria de modo geral a corrosão das aposentadorias. Em 1994, 32 % dos aposentados recebiam um só salário mínimo, hoje quase 66 % dos aposentados recebem este valor.

PERDA DE DIREITOS ADQUIRIDOS

Como na reforma de FHC, o projeto atual preserva os direitos adquiridos apenas até a data da promulgação da reforma. Os que não se aposentarem até esta data devem obedecer uma “regra de transição”, como o pedágio da reforma anterior: trabalhar de 20% a 40% mais tempo para poder se aposentar.

IDADE MÍNIMA

Nesse sistema único seria incorporado o critério de idade mínima para a aposentadoria: 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

Voltou à discussão a contribuição previdenciária dos aposentados. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 8).

Para OS, em dois países do Cone Sul do continente, o Chile e a Argentina, foi efetivada esta reforma, tendo efeitos deletérios para os gastos do Estado e causou uma

queda abrupta nas aposentadorias. Quando a economia estava bem, os fundos privados iam de vento em popa, mas no momento de pagar os benefícios, a maioria dos fundos faliu.

O PSTU, mediante o jornal *Opinião Socialista*, apresenta uma proposta de previdência social, *Uma proposta dos trabalhadores*, estatal e pública sob o controle dos trabalhadores. Afirma que esta poderia ser melhor para o conjunto dos trabalhadores se fossem adotadas as seguintes medidas: 1) o superavit não fosse utilizado para pagar os juros; 2) acabar com a sonegação das grandes empresas que chega a uma montante de R\$ 9 bilhões; 3) liquidar com o desemprego, a precarização e a informalidade, assegurando carteira assinada para todos; 4) aumentos reais do salário mínimo; 5) o governo garantisse a sua parte de empregador repassando à previdência estatal; 6) rompimento com o FMI para assegurar que o governo repassasse uma parcela maior para a seguridade social; 7) sobretaxação dos reais privilegiados — banqueiros, capitalistas e aqueles que vivem de lucros.

Referente ao último aspecto destacado pelo *Opinião Socialista*, no parágrafo anterior, o dirigente nacional B do PSTU assevera que não há nenhuma proposta de reforma tributária, no governo Lula, que tenha como eixo a taxaço das grandes fortunas, pois este governo segue a lógica dos governos anteriores — o eixo da arrecadação é na taxaço do consumo.

Tem um estudo aí da UNAFISCO, se não estou enganado, que fala o seguinte: quase $\frac{3}{4}$ da arrecadação de impostos no Brasil, são feitos em cima da taxaço do consumo. O que vai atingir principalmente as camadas mais pauperizadas da população e interessante que isso não é tocado. Não há nenhuma proposta de reforma tributária que signifique, por exemplo, a taxaço das grandes fortunas, que signifique, por exemplo, taxar as grandes riquezas. Não há nenhuma proposta nesse sentido. Continua a mesma lógica que era seguida nos governos anteriores, é seguida no governo Lula. Mantém-se o eixo da arrecadação na taxaço do consumo. Não há nenhuma mudança em relação aos governos FHC, Sarney e aos governos militares. Muito pelo contrário, o que se observou nos últimos anos, é que essa lógica não só tem sido mantida como tem sido aprofundada. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Para o OS, as medidas mais citadas no artigo *Uma proposta dos trabalhadores* seriam importantes porque garantiriam o retorno dos direitos arrancados dos trabalhadores do setor privado e permitiriam a generalização da aposentadoria integral para todos, excetuando os privilegiados, como Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, que segundo o OS fora o seu salário, recebe R\$ 200 mil mensais de aposentadoria, e garantiria uma aposentadoria decente aos que já estão aposentados, mas para tal seria necessário romper com o FMI.

Com o título de *Trabalhadores do setor privado só perdem*, o suplemento do *Opinião Socialista* (2003, edição 146) procura desmistificar a ideia passada pela propaganda do governo de que os trabalhadores do setor privado iriam se beneficiar com a reforma da previdência.

A propaganda do governo e da mídia diz que a Reforma combaterá supostos “privilégios” para melhorar as aposentadorias do INSS e diminuir a informalidade. Mais uma mentira.

Não há na Reforma do governo nenhuma proposta para aumentar o salário dos aposentados do INSS, nem para trazer de volta os direitos que FHC arrancou dos trabalhadores do setor privado e menos ainda para criar novos direitos. Os trabalhadores do setor privado querem a volta da aposentadoria especial (25 anos de serviço) para as atividades insalubres e/ou perigosas; a volta da aposentadoria por tempo de serviço (uma vez que a maioria dos que trabalham nem sempre tiveram carteira assinada e contribuição, o que dificulta o acesso a aposentadoria) e também o fim do fator previdenciário (ou o pedágio) que FHC impôs, obrigando muita gente a ter que trabalhar de 20% a 40% a mais do tempo que restava para aposentar. A propaganda do governo e da mídia diz que a Reforma combaterá supostos “privilégios” para melhorar as aposentadorias do INSS e diminuir a informalidade. Mais uma mentira.

Não há na Reforma do governo nenhuma proposta para aumentar o salário dos aposentados do INSS, nem para trazer de volta os direitos que FHC arrancou dos trabalhadores do setor privado e menos ainda para criar novos direitos. Os trabalhadores do setor privado querem a volta da aposentadoria especial (25 anos de serviço) para as atividades insalubres e/ou perigosas; a volta da aposentadoria por tempo de serviço (uma vez que a maioria dos que trabalham nem sempre tiveram carteira assinada e contribuição, o que dificulta o acesso a aposentadoria) e também o fim do fator previdenciário (ou o pedágio) que FHC impôs, obrigando muita gente a ter que trabalhar de 20% a 40% a mais do tempo que restava para aposentar. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 146, p. 9).

O *OS* (2003, edição 147) convoca às entidades e os trabalhadores à preparação de uma greve como forma de luta para barrar a reforma da previdência, mediante o artigo *Preparar a greve*. No referido artigo, conclama a unidade dos trabalhadores para a preparação da greve e construção de um plano de lutas, objetivando uma paralisação, inicialmente de 24 horas, no mês de abril, a fim de ir ganhando a adesão dos trabalhadores e o movimento ir para as ruas.

O PSTU analisa a economia internacional, assim como a política, não como um somatório dos estados nacionais, mas como uma totalidade orgânica, hierarquicamente instituída. Na edição 147, o jornal *OS* traz a matéria *Guerra, ALCA, reformas, FMI e o governo Lula*, relacionando as políticas levadas a cabo pelo governo Lula com o projeto do imperialismo de travar uma luta sem quartel para dar uma saída à crise, jogando o ônus desta nas costas dos trabalhadores e dos países periféricos. Conforme a matéria do *Jornal*, a ALCA, a guerra do Iraque, as reformas exigidas pelo FMI e Banco Mundial e a anuência

do governo Lula em implementar as reformas são componentes da guerra travada pelo imperialismo no campo da luta de classes para impor uma derrota aos trabalhadores.

Choque e pavor é o nome da barbárie. Nome com o qual o imperialismo batizou os sucessivos bombardeios sobre Bagdá.

A invasão imperialista ao Iraque é apenas o início da guerra contra os povos. Eles pretendem colonizar os países “periféricos”. E, como dizia um antigo general, a guerra é a continuação da política por outros meios. Os imperialismos se debatem pela disputa das colônias.

A Alca, a dívida, as privatizações, a militarização crescente e a guerra são partes de um mesmo todo, se complementam, servem ao mesmo propósito. A diplomacia do fuzil usada contra o Iraque, se vitoriosa, não apenas irá apertar todas as demais amarras da recolonização, como incitará novas e novas guerras contra-revolucionárias.

Por isso, não interessa qualquer “paz” nesta guerra. A “paz” advinda com uma derrota do Iraque será o prenúncio de novas guerras. A “paz” que interessa é aquela que signifique a derrota dos invasores imperialistas.

É preciso ter um lado claro nesse combate, que não está sendo travado apenas no território iraquiano, mas nas ruas de todo o mundo.

Em muitos países, as manifestações dirigem-se contra a sanha assassina anglo-americana, mas também contra os governos locais que os apóiam. Em outros, governos declaram-se pela “paz”, mas não fazem nada além de declarações, quando poderiam derrotar a máquina de guerra imperialista se privassem os invasores de petróleo e de dinheiro. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 147).

O *OS* caracteriza o fato de que, na América Latina, há um processo de recolonização em curso. Os ajustes estruturais visam a destruir grande parte das cadeias produtivas desenvolvidas nos últimos decênios em países como Brasil, México e Argentina e os países centrais do capitalismo passam a se apropriar dos demais recursos destes países, destaca o *Jornal*.

Aqui no Brasil e em toda a América Latina desenvolve-se uma parte dessa guerra de recolonização. As negociações da Alca, a sangria da dívida que financia as bombas para a operação de choque e pavor no Iraque, as reformas estabelecidas no acordo que o governo Lula assinou com o FMI e a militarização bem ali à espreita para entregar aos EUA a base militar de Alcântara são partes dessa guerra. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 147).

Para *OS* (2003, edição 147), os setores do movimento operário e popular mais ligados ao governo se aferram à ideia de que a luta contra a ALCA não tem nenhuma vinculação com a luta contra a guerra do Iraque.

Os trabalhadores e a juventude devem exigir que o governo Lula extrapole as declarações de paz e rompa as relações diplomáticas com os Estados Unidos e Inglaterra, que suspenda o pagamento da dívida externa que dá suporte para manter o aparato militar que bombardeia o Iraque e, por outro lado, acarreta a fome no Brasil, enfatiza o jornal *Opinião Socialista*. O *OS* também expressa que o governo Lula deveria dialogar com os

países latino-americanos para sustar o fornecimento de petróleo aos países que participam da invasão ao Iraque.

Para o *OS*, o governo Lula não só se omite como não se empenha em envidar todos os esforços no campo político para a derrota dos Estados Unidos. Não satisfeito com isso, o governo assina um acordo com o FMI, comprometendo-se, no final de fevereiro, com a privatização da previdência pública, a autonomia do Banco Central, a reforma trabalhista, destaca o *Jornal*.

Para o *OS* o significado de todo esse processo é a retirada de direitos, o empobrecimento, o arrocho salarial e uma maior exploração dos trabalhadores e da população. Algumas categorias⁷¹ começaram a se mobilizar, apesar do apego da direção da CUT em defender o governo e suas contrarreformas, na análise do PSTU.

A contrapartida disso tudo para os trabalhadores e a maioria do povo é a retirada de direitos, o empobrecimento, o aumento da fome, do arrocho salarial e da exploração.

O funcionalismo vai à greve e às ruas contra a reforma, os metalúrgicos começam a se mobilizar por uma campanha de emergência — apesar e contra a direção majoritária da CUT — que num caso e outro abandona a defesa dos direitos da classe trabalhadora, enquanto legitima essa vergonha de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, controlado pelos capitalistas. E, mais uma vez, a luta contra as reformas e contra o arrocho também é parte da luta contra a guerra, a Alca, o FMI e a recolonização. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 147).

No seu afã de armar politicamente os servidores e trabalhadores para lutar contra a reforma da previdência, o *OS* (2003, edição 150) traz outro suplemento especial sobre a reforma da previdência e reforça a análise de que a reforma apresentada pelo governo Lula, para ser votada no Congresso, é um retrocesso histórico pelos seguintes motivos: significa a privatização da previdência social pública e será a maior transferência de recursos públicos da história desse país para o setor financeiro.

A jornalista do *Opinião Socialista*, Mariúcha Fontana, destaca o fato de que, além de “garantir mais dinheiro para o pagamento dos juros da dívida externa e interna”, institui “uma Previdência privada: um “mercado previdenciário” a ser explorado pelos bancos, que deve chegar a R\$ 670 bilhões em 2010 (...).”(*OS*, 2003, edição 150).

O dirigente B do PSTU, em entrevista, reforça a análise de que, nos dois governos — de FHC e Lula — as reformas tiram direitos e são orientadas pela lógica bancomundialista.

Na verdade elas são complementares. O Fernando Henrique Cardoso tentou fazer a reforma de maneira integral, atingindo tanto o regime geral de

⁷¹ Metalúrgicos, funcionalismo público federal, dentre outras.

previdência social como o do servidor público, não conseguiu. Inclusive porque no servidor público, ele encontrou uma resistência muito forte da CUT que dirigia a maior parte dos sindicatos. A CUT foi quem estabeleceu uma resistência à reforma da previdência do setor público e FHC se contentou. Bom se não dá para fazer a reforma integralmente, vamos fazer pelo menos onde ela é possível. E fez no regime geral de previdência social. Ficou a parte referente ao servidor público de fora. E o Lula complementou isso aí. O que eu vejo assim de semelhante é que nos dois casos, responde à uma exigência programática de instituições internacionais. Se você estuda, por exemplo, o que os técnicos do FMI e do Banco Mundial escreveram, ao longo dos últimos anos, eles vão defender propostas muito parecidas com a que FHC encaminhou aqui na forma da reforma da previdência e o Lula também. Existe essa semelhança muito grande. São reformas que atendem às orientações forâneas, que vem dessas instituições internacionais. Segundo, nos dois casos você não tem a, digamos assim, a construção de novos direitos para os trabalhadores. Mas, pelo contrário, você tem retirada de direitos. Nos dois casos nós temos assim um ataque brutal contra direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

A reforma, destaca Fontana (*OS*, 2003, edição 150), não é aquilo que se anuncia, pois não atacará os verdadeiros privilegiados do País, os banqueiros, grandes empresários e sonegadores da previdência. Nesse sentido, não fará justiça social e nem trará maior igualdade. A “reforma” da previdência se inscreve dentro da ofensiva mundial montada pelo imperialismo para retirar os direitos dos trabalhadores conquistados em mais de um século de lutas.

Fontana faz um pequeno histórico para apresentar a previdência como uma conquista que remonta à história de luta por direitos da classe trabalhadora desde o seu surgimento como classe em si, quando foi constituída na Modernidade pelo capitalismo. A luta por direitos previdenciários é uma luta tão antiga quanto aquela pela diminuição da jornada de trabalho e outras bandeiras.

A sanha do FMI e do Banco Mundial de fazer retroceder estes direitos colocará a classe trabalhadora num mercado de trabalho muito próximo ao existente no século XIX, ou seja, sem regulamentação nem controle que limite a exploração capitalista.

A fúria do FMI, do Banco Mundial e de todos os capitalistas para acabar com a Previdência pública, em regime de repartição e solidária, visa fazer retroceder as condições de vida da classe trabalhadora aos patamares de exploração do século XIX. Como diz o livro “Em Defesa de nossa Previdência”, de Serge Goulart: “As origens históricas dos regimes de Seguridade Social são as Caixas coletivas dos operários, dos primeiros sindicatos. Ela existe, hoje, porque a classe trabalhadora lutou por sua própria preservação como classe por mais de um século e meio. A coleta feita para salvar a vida de um, para mitigar o sofrimento de uma viúva e seus filhos, para garantir a comida e o teto para aquele que não tinha mais forças, esta é a origem da Seguridade Social. Com os sindicatos organizados esta ação solidária de classe se estendeu, com os grandes partidos da classe trabalhadora ela se transformou em reivindicação social e política. E finalmente foi inscrita a ferro e fogo nas leis. A sua marca é a marca da luta da classe trabalhadora que para se defender só pode fazê-lo coletivamente, e que

defendendo a própria existência defende, de fato, a existência de toda a civilização humana.”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 150).

Fontana (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 150) relembra que, nos primórdios do capitalismo, os trabalhadores labutavam em jornadas extenuantes de 18 horas e não possuíam nenhuma proteção contra o desemprego, os acidentes de trabalho e a aposentadoria. Os empregadores prescreviam aos trabalhadores que poupassem para os dias de velhice, ou de acidente, doenças ou qualquer infortúnio que atravessassem os seus caminhos. Para a articulista, a classe trabalhadora foi extraindo a lição, por meio de sua vivência, de que não era possível, individualmente, solucionar as incertezas do mercado de trabalho. Daí os trabalhadores se organizarem e constituírem suas organizações.

A Comuna de Paris, apesar de sua derrota, causou calafrios na burguesia, que temia um novo levante mais forte. Não foi à toa que na Alemanha, na década posterior ao “assalto aos céus”, o governo alemão, tendo diante de si um proletariado vigoroso, plasmou as primeiras leis de que se tem notícia de proteção ao trabalho. Foi na Alemanha do chanceler de ferro⁷² que advieram iniciativas pioneiras de seguridade social: aposentadoria, seguro saúde e proteção aos acidentes de trabalho.

O OS (2003, edição 147) traz uma matéria sobre o dia 8 de abril, que será o dia nacional de luta contra o PL-9. Por meio de marchas e paralisações os servidores públicos federais irão expressar seu repúdio ao projeto de lei e defender a previdência pública. O dia contra o PL-9 foi deliberado na Plenária Nacional dos Servidores Federais, que ocorreu em Brasília, no dia 23 de março, com a presença de cerca de 300 delegados. Alguns dirigentes sindicais foram entrevistados sobre o dia 8 de abril e as perspectivas de lutas conta o Projeto de Lei que estava tramitando na Câmara dos Deputados e regulamenta a criação dos fundos de previdência complementar, possibilita que à União, os estados e municípios estabeleçam tetos para a aposentadoria do servidor semelhantes aos utilizados pelo INSS para a iniciativa privada e dá o pontapé inicial para a reforma da previdência e à privatização da previdência pública.

Segundo Agnaldo Fernandes, militante do PSTU e diretor do Sintufrij (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade do Rio de Janeiro), a Plenária Nacional dos Servidores “foi muito representativa, radicalizada e, na verdade, decidiu por antecipar o calendário de luta, uma vez que está claro que o governo está disposto a aprovar o PL-9, visando acelerar de conjunto a reforma da

⁷² Bismark (1815-1898) chanceler responsável pela unificação alemã, por meio de guerras e pelo alto evitando uma revolução democrática, vale dizer, usando a via prussiana de desenvolvimento capitalista. Bismarck foi responsável pela lei antissocialista de 1878, que tinha como fito conter o avanço do movimento socialista na Alemanha.

Previdência. No dia 8 faremos paralisação e manifestações como uma advertência. Se o PL-9 não for arquivado, seguiremos esquentando os motores até deflagrar uma greve por tempo indeterminado de todo o serviço público”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 147).

O *OS* (2003, edição 147) expressa que os servidores públicos ficaram indignados com a desfaçatez do ministro Berzoini e do governo Lula que, além de apresentar proposta de reforma da previdência igual à de FHC, afirmaram não haver uma proposta fechada de levar o PL-9 à votação no Congresso; e, no dia 18 de março, a *Gazeta Mercantil* divulgou matéria mostrando que no acordo assinado com o FMI há o compromisso, assinado em 28 de fevereiro, em aprovar o PL-9.

Rogério, dirigente da FASUBRA, afirmou para o *OS* (2003, edição 147) que a raiva do funcionalismo é crescente, por isso o calendário de lutas foi aprovado por unanimidade. Além disso, foi aprovada uma campanha de esclarecimento à população por meio de cartazes, cartilha, e uma nova plenária dos servidores públicos federais para decidir sobre a continuidade do movimento. Se porventura o governo ultimar os prazos, a plenária poderá ser antecipada e manterá o indicativo de greve por tempo indeterminado caso, o PL-9 entre em tramitação.

O dirigente do PSTU e da FASUBRA, Rogério Marzolla, lembra que há uma preocupação em buscar a unidade dos servidores e das demais categorias. Daí que, para ele, no Estado de São Paulo, se discute a conveniência de congregar os setores que estão com dias de lutas marcados: os servidores federais, no dia 8; as universidades estaduais, dia 10; e os professores estaduais, dia 11. O *OS* (2003, edição 147) declara que, afora o calendário de reforma da previdência, a plenária aprovou uma manifestação contra a guerra para o dia 28 de março, tendo como objetivo a paralisação de uma hora aproximadamente para acompanhar o dia, que é uma indicação mundial de mobilizações contra a guerra.

O PSTU, em artigo intitulado *Duzentos mil param e vão às ruas de norte a sul do Brasil contra a reforma da Previdência*, na edição 148 do jornal *Opinião Socialista* (2003), avalia que o dia de luta contra o PL-9 foi vitorioso, levando em conta que foi o ato primeiro contra o governo Lula feito por uma categoria que, não só votou em Lula, mas fez campanha e depositava muitas esperanças em seu governo.

A paralisação na avaliação do PSTU foi forte e muito importante nas universidades (professores e funcionários) e na seguridade social. Já no Judiciário a paralisação foi parcial. Pensa, também que, apesar das desigualdades da paralisação, há um grande potencial de mobilização dos servidores.

Na análise do PSTU, esse dia foi um passo inicial para a preparação de uma greve geral por tempo indeterminado no País para pressionar o governo Lula e fazê-lo recuar da proposta de reforma da previdência, que tem como desiderato sua privatização.

Em decorrência da forte rejeição ao PL-9, os dirigentes da CUT, ligados à corrente majoritária desta entidade, tentaram confundir os servidores, afirmando que o PL-9 seria retirado, destaca o *OS* (2003, edição 148). Para o PSTU, a esquerda do PT também “gerou confusão, ao afirmar que em troca de seu voto à emenda que altera o sistema financeiro, o governo não apresentaria mais o PL-9”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 148).

O PSTU, na edição do *OS* (2003, edição 154), exorta todo apoio à greve dos servidores e levanta a palavra de ordem “abaixo a reforma da Previdência”. A greve contra a reforma da previdência é uma greve que se distingue das demais por ser histórica — é uma greve contra o governo do PT há seis meses do mandato de Lula — e o funcionalismo foi o primeiro setor que se insurgiu, no atual governo, contra os planos dos banqueiros e do imperialismo.

Nesse sentido, para o PSTU, essa greve é um marco, ou se está a favor dos servidores contra o governo ou se está a favor do governo contra os servidores. Se ganha o governo, na análise do *OS* (2003, edição 154), os trabalhadores saem enfraquecidos e, se ganham os trabalhadores, o imperialismo fica mais debilitado para impor o seu afã contrarreformista na perspectiva de arrancar os direitos dos trabalhadores. A greve sucede numa conjuntura alvissareira por estar diante de duas mobilizações de peso: as ocupações dos sem-terra e os trabalhadores do setor privado que saem a campo exigindo salários e emprego. Para o *OS* (2003, edição 154), a tarefa de todo militante é apoiar efetivamente essas mobilizações. O governo almeja dividir os trabalhadores jogando a pecha de privilegiados contra o funcionalismo público e os movimentos sociais dos trabalhadores precisam fazer uma contrapropaganda que anule a propaganda governamental, ressalta o *Jornal*.

O PSTU liga a luta contra a reforma da previdência à luta contra a ALCA e faz uma conclamação para os servidores assimilarem na sua luta a reivindicação de um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, fazer um abaixo-assinado circular nas manifestações, assembleias e greves e ações de rua e apoiar as ocupações dos sem-terra.

Na perspectiva de esclarecer os trabalhadores, o *OS* (2003, edição 150) traz um encarte especial sobre a reforma da previdência. No artigo, que integra o encarte, “Estão

mentindo pra você. Que democracia é essa?”, o *Jornal* assevera que a proposta de emenda constitucional 40/03 (PEC/40/03) tem como objetivo privatizar a previdência pública, estabelecendo o fim da aposentadoria integral dos servidores para compeli-los a aderir a um plano de previdência complementar privada, liquidando assim a “previdência estatal, por repartição, solidária e universal, para instituir uma previdência por capitalização e individual” (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 150).

A previdência, segundo o *OS*, foi arquitetada como uma política social que articula a saúde, a assistência social e a seguridade social e tem como pressuposto a solidariedade de classes e geracional. As gerações atuais pagam a aposentadoria dos que se aposentaram,

[...] as contribuições previdenciárias e as verbas da Seguridade (bancadas pelo empregador, na proporção de 2x1 para o empregado, mais impostos voltados para Seguridade) devem ser pagas de acordo com as possibilidades de cada um, quem pode mais, paga mais; e repartidas para todos (universalização). É este princípio que garante, por exemplo, que nove milhões de trabalhadores rurais tenham direito à aposentadoria, apesar de não terem podido contribuir sempre para a Previdência. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 150).

O PSTU expressa que, nesses seis meses de governo Lula, os trabalhadores não têm por que se regozijarem, porém, os banqueiros estão satisfeitiíssimos com o governo, pois o governo está sendo um aluno fiel da cartilha do FMI e segue aprofundando a política econômica de FHC. Além de manter as empresas privatizadas, garante os super-lucros das multinacionais.

O governo Lula completou 6 meses, mas os trabalhadores não têm o que comemorar. Já os banqueiros estão felizes da vida.

Lula está aplicando a cartilha do FMI e aprofundando a política econômica de FHC. Os banqueiros receberam R\$ 51 bilhões de juros em 5 meses. Lula está desviando mais dinheiro para pagar juros das dívidas aos banqueiros do que o governo anterior. Aceitou concluir a negociação da Alca em 2005. Em vez de reestatizar empresas privatizadas, permite que as multinacionais aumentem tarifas em mais de 29%.

Para os trabalhadores, sobrou desemprego, arrocho, cortes nas verbas sociais e ataques à direitos.

Dos 10 milhões de empregos prometidos, nenhum deu a cara. Mais 580 mil trabalhadores estão desempregados. Da reforma agrária que sairia numa canetada, só foram assentados 4 mil sem-terra. O Fome Zero — que faria todos comerem três refeições diárias — atende só 50 mil dos 48 milhões de pobres. Os salários perderam 14,7%. Os servidores sentem-se traídos. Lula quer aprovar a mesma reforma de FHC na Previdência.

Não foi pra isso que o povo elegeu Lula. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 154).

O PSTU, mediante uma política que ele denomina de exigência e denúncia, reivindica que o governo Lula rompa com a ALCA, O FMI e a burguesia, imediatamente. Como o governo Lula tem alta audiência junto à classe trabalhadora e é apoiado por

diversas entidades dos trabalhadores, o PSTU utiliza a tática de reivindicar palavras de ordem que coloquem diversos setores do movimento operário e popular em choque contra o governo, que por seus laços com a burguesia, sequer pode levantá-las.

O PSTU relembra que, na campanha eleitoral de 2002, havia alertado para o fato de que, em virtude das opções de alianças que Lula estabeleceu — burguesia, submissão ao FMI e a ALCA — não poderia trazer mudanças que favorecessem aos trabalhadores e iria golpeá-los para atender aos reclamos do capital financeiro.

Segundo o *OS* (2003, edição 154), o governo apela para a paciência dos trabalhadores e descortina a possibilidade de um espetáculo do crescimento. Para ser mais claro e eficiente na sua propaganda com a população, o governo utiliza a metáfora de um filho que tem que esperar um tempo para nascer ou uma árvore que leva certo período para dar frutos.

O *OS* (2003, edição 154) responde, dizendo que das sementes que o governo está plantando só sairão desemprego, mais exploração e perda da soberania. No acordo com o FMI, o governo se comprometeu a aprofundar a política de FHC. As tarefas elencadas pelo governo como prioritárias, tais como a privatização da previdência, a reforma trabalhista e a independência do Banco Central, situam o País num patamar de recolonização e pauperização inusitados.

Para mudar, seria necessário, primeiramente, que Lula rompesse com a burguesia que compõe seu ministério e com a ALCA e o FMI. Se não o fizer, continuará golpeando os trabalhadores, pois não é possível atender a dois senhores ao mesmo tempo, destaca o jornal *Opinião Socialista*.

Lula colocou no governo, latifundiários, banqueiros e grandes empresários. Sem expulsar essa gente e sem romper com o FMI e a Alca, ele seguir atacando os trabalhadores. Pois não é possível atender a gregos e troianos. Para que sem-terra tenham reforma agrária é necessário atacar o latifúndio, para que operários tenham emprego, salário e direitos é preciso enfrentar empresários; para existir dinheiro para educação, saúde, moradia e emprego é preciso enfrentar banqueiros e parar de pagar a dívida.

Mas, Lula e a direção do PT não querem fazer nada disso. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 154).

Para o *OS* (2003, edição 154), não há nenhum plano alternativo ou transição de uma política continuísta para uma política desenvolvimentista que dê prioridade ao mercado interno ou a elevação do consumo popular. Para o PSTU, não é possível um plano alternativo sem romper com o pacto político e econômico foi estabelecido no País, com a assunção das políticas neoliberais.

O *OS* (2003, edição 154) também considera uma quimera pensar que é possível levar o governo para a esquerda, evitando com isso um choque maior com ele. Isso é uma ilusão que pode custar caro para o movimento operário e popular, porque quem está negociando a ALCA e cumprindo os acordos com o FMI é o governo, alerta o *Jornal*. Portanto, não é possível lutar contra o FMI, por exemplo, sem lutar contra o governo que está sendo um fiel discípulo deste organismo internacional. Adotando um refrão popular entre a esquerda, o PSTU diz que “Quem não sabe contra quem está lutando não pode lutar direito”.

O PSTU aposta que a crise que vai se estabelecer no interior da esquerda, em razão da experiência com o governo Lula e suas políticas fundomonetaristas, abre a possibilidade para construir um forte partido de esquerda e por isso conclama a esquerda a se unir num partido. Para o PSTU, o período da hegemonia do petismo no movimento de massas está nos seus estertores ou se esgotou. Isso não quer dizer que ele não terá força política ou eleitoral, mas que o apelo ou o *élan* que ele possuía de aglutinar milhares e milhares de ativistas que trabalhavam voluntariamente e acreditavam nas suas propostas já não possui o mesmo vigor e sedução, porque este PT se acabou.

O PT, como instrumento de mobilização por uma transformação social, morreu. A esquerda socialista precisa romper com o governo e com o PT. A ameaça de expulsão dos radicais pela direção do PT é uma evidência explícita de que já não é possível sequer manter-se fiel aos interesses dos trabalhadores por dentro do PT. Quem não votar no projeto de “reforma” do FMI pode ser expulso.

A falência do PT coloca para os socialistas o desafio de construir uma alternativa para a classe trabalhadora brasileira. O PSTU é um partido revolucionário e socialista e uma alternativa. Mas reconhecemos que não existem revolucionários apenas no PSTU. Por isso, fazemos um chamado aos socialistas que estão em minoria no PT para que venham conosco construir uma nova alternativa. Juntos seremos mais fortes.

Vamos unir os socialistas num novo Partido, de luta, de classe, socialista e revolucionário. É hora de afirmar uma oposição de esquerda e de luta nesse país. Um novo Partido que lute por um governo verdadeiramente dos trabalhadores cujo horizonte seja socialista. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2003, edição 154).

A greve do funcionalismo público federal contra a reforma da previdência, segundo a avaliação do *OS* (2003, edição 154), conseguiu a adesão de cerca de 45% da categoria, o que é considerado excelente ponto de partida para barrar a reforma. Além dos funcionários das universidades e professores das federais, o IBGE e os funcionários do INSS, auditores e técnicos da Receita Federal, trabalhadores das escolas técnicas federais e funcionários de vários órgãos aderiram à greve tais como os funcionários do Banco Central, fiscos estaduais, Judiciário etc.

O ímpeto da greve obrigou o ministro-chefe da casa civil, José Dirceu, a dar uma declaração de que o governo Lula está pensando em rever determinados aspectos da reforma, destaca o *Opinião Socialista* (2003, edição 154). Isso, para o PSTU, é um indício de que o movimento contra a reforma da previdência está no trilho certo. O Comando Central da greve também está com a moral elevada, ressalta o *Jornal*. Para o PSTU, a tarefa fundamental que está colocada é ampliar o raio de ação da greve e impulsionar o calendário de mobilizações votado na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Mal anunciou a reforma da previdência, o PT desencadeou um processo contra dois deputados — Luciana Genro e João Batista Araújo, o Babá — e contra uma senadora — Heloísa Helena — por terem anunciado que iriam votar contra a reforma da previdência do governo Lula. Foram ameaçados de expulsão e proibidos de falar em nome do PT. A partir daí, a crise interna do PT projetou-se, segundo Coggiola (2004), numa crise com dimensões nacionais.

O processo de votação das reformas, segundo Coggiola (2004), ocorreu sob um verdadeiro rolo compressor, tendo valido tudo — negociatas, substituições de membros das comissões, descumprimentos de mandatos judiciais, impedimento do acesso às galerias do Congresso Nacional, truculência policial — e ficou evidente a submissão dos deputados aos ditames do Executivo. Para completar, os parlamentares da base aliada que divergiram e votaram contra foram punidos. A outra face desse processo foi a repressão tanto aos parlamentares da base aliada, que dissentissem, como a repressão policial implementada em Brasília para impedir manifestações ou coibi-las ao máximo.

Carneiro (2006) também lamenta que a repressão tenha lembrado os tempos tenebrosos da repressão, da ditadura militar, com direito à proibição de assistir à sessão da Câmara dos Deputados, tropas armadas intimidando os trabalhadores, convocadas pelo próprio presidente da Câmara — o deputado João Paulo Cunha.

A imensa mobilização de servidores públicos, que somaram mais de 80 mil na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, naquele início de agosto de 2003, não foi suficiente para interromper a votação, que hoje sabemos estava regada pelos milionários “mensalões”. A repressão à luta dos trabalhadores, em alguns momentos, remeteu nossas lembranças aos amargos tempos da ditadura, pois fomos proibidos de assistir à sessão da Câmara dos Deputados que votava, na madrugada, a PEC 40; a polícia armada, convocada pelo próprio presidente, deputado João Paulo (PT-SP), impedia o acesso dos servidores públicos; e aqueles companheiros que conseguiram entrar foram levados aos porões desconhecidos da “Casa do Povo”. (CARNEIRO, 2006, p. 10).

Para Coggiola (2004), as artimanhas e estratégias postas em prática para conseguir passar a PEC 40/03 e conseguir os votos suficientes para isso tornaram o governo refém dos interesses dos partidos que faziam oposição à reforma, trazendo à tona os piores vícios e mazelas da política nacional, como o patrimonialismo, por exemplo.

Os deputados do PC do B que votaram contra — Jandira Fegalli, Alice Portugal, Sérgio Miranda e Afonso Gil — não escaparam das punições. Os deputados do PT que se abstiveram foram suspensos por sessenta dias⁷³. Para Coggiola (2004), isso evidenciava a crise governamental, certamente fruto da pressão que o movimento sindical exerceu sobre a bancada do governo.

Coggiola (2004) assevera que a luta contra a reforma da previdência prosseguiria com a tramitação, no Senado Federal, da PEC 67/03. Os senadores foram à imprensa para dizer que não aceitariam a “baderna” que ocorreu na Câmara dos Deputados, referindo-se às mobilizações dos servidores e das entidades sindicais. A resistência dos servidores à contrarreforma da previdência foi tamanha que o historiador escreveu que

[...] A reação dos servidores públicos com atos, manifestações, paralisações, e a greve dos servidores públicos federais deflagrada em 8 de julho de 2003, representaram uma luta social sem precedentes, que unificou os servidores públicos contra a retirada de direitos duramente arrancados e em defesa dos serviços públicos, em especial da Previdência Social. Ela apontou para a necessidade do envolvimento geral da classe trabalhadora, de todas as esferas e setores, porque desempenhou seu papel político de desmascarar a perversidade de uma reforma cujo propósito último é beneficiar o capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores. (...) As marchas realizadas, que colocaram milhares de manifestantes em Brasília, inserem-se no contexto das manifestações de reação e de rejeição decorrentes do impacto causado pela devastadora realidade desenvolvida para os serviços públicos no modelo de reformas em curso, dentre as quais a da Previdência é apenas a primeira (...) (COGGIOLA, 2004, p. 87).

Coggiola (2004) relembra que, em 1º de agosto de 2003, na luta contra a reforma da previdência, quando os grevistas que ocupavam o INSS foram vítimas de bombas de gás lacrimogênio lançadas pelos policiais para desalojá-los, a senadora Heloísa Helena também foi atingida e ela estava no local como negociadora para tentar chegar a uma solução. Para tentar aprovar a reforma no Congresso, o autor lamenta que, pela primeira vez, desde os tempos da ditadura, as votações se realizaram de madrugada com as galerias vazias e controladas pela polícia.

O projeto, segundo Coggiola (2004), foi aprovado com 358 votos e a greve geral por tempo indeterminado, pela retirada da PEC 40, se mostrou correta. A CUT propôs um

⁷³ Coggiola (2004) destaca que foi aplicada a pena de desligamento temporário da bancada por sessenta dias a oito deputados, associada à suspensão do direito de voto nas reuniões do partido e à proibição de representar a bancada do partido na Câmara dos Deputados pelo prazo de sessenta dias.

encaminhamento que não ajudava a fortalecer a greve para enfrentar o governo, ressalta o autor. A greve, apesar de suas “eventuais fraquezas” — o autor se refere ao encaminhamento dado pela CUT que propunha fazer emenda à proposta do governo — foi um movimento vitorioso politicamente porque, conforme Coggiola (2004,) independente dos resultados imediatos, ela plantou sementes para as lutas vindouras.

O dirigente Nacional B do PSTU, ao ser indagado sobre a participação do seu partido nesse processo de mobilização contra a reforma da previdência do governo Lula, me disse que seu partido esteve na linha de frente dessa luta e que desse processo surgiu a proposta de formação de uma nova entidade de luta que congregasse sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis, oposições sindicais etc., em razão do processo de atrelamento da CUT ao governo e seu processo de burocratização.

O PSTU participou de todas as mobilizações que ocorreram sobre Brasília. O PSTU participou por dentro de todo o processo de mobilização dos servidores públicos, inclusive a greve de noventa dias teve uma participação decisiva do PSTU. O PSTU esteve de tal modo colado a esse sentimento dos servidores públicos que chegou a um determinado momento que os servidores começaram a romper com a CUT e nos perguntavam: e aí o que é que nós vamos fazer? Vamos ter que organizar outra coisa. Inclusive isso acabou resultando numa reunião lá no interior de Goiás, lá na fronteira com Brasília. Essa reunião, inclusive, juntou 1.800 sindicalistas do Brasil todo e surgiu a idéia de construir uma alternativa diante da caracterização que os servidores públicos faziam naquele momento de que a CUT havia se tornado uma central governista, chapa branca. E, portanto, já não falava mais em nome dos servidores públicos. Essa reunião, esse encontro que reuniu 1.800 sindicalistas do país inteiro foi a ponta de lança de um processo que levou à constituição da Coordenação Nacional de Lutas três anos depois, em 2006. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

A fala de um sindicalista de 51 anos, funcionário da Justiça, que juntamente com outros sindicalistas fizeram uma manifestação — no dia em que estava agendada uma palestra do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo — contra a reforma da previdência é, conforme Coggiola (2004), uma demonstração cabal de como a burocracia lulista estava envidando todos os esforços para aprovar a reforma, inclusive não tendo nenhum prurido de reprimir duramente o movimento sindical que protestava contra a votação da PEC 40.

Da polícia nunca apanhei. Desde 1984 quando fui para o Anhangabaú, no último comício das Diretas Já, participo de manifestações. Eu não poderia pensar que apanharia de petistas, até porque, desde que eu me conheço como gente, os petistas estavam nas mesmas manifestações que eu... Eles estavam na porta do sindicato para arrebanhar quem fosse se manifestar contra essa reforma da

Previdência. Nós estávamos esperando a chegada do ministro Antonio Palocci Filho. “Vocês não foram lá para provocar?” Nós éramos uns 15, e perto da metade eram mulheres. Provocar, como? Fomos nos manifestar, abrindo uma faixa do PSTU. Eu não sou do PSTU, eu nem sei o quer dizer, mas a direção do meu sindicato é muito ligada a ele. No que abrimos a faixa, um “pitbull” rasgou-a. Eu fiquei com uma das hastes na mão e um sujeito puxou. Se eu soltasse, ele me batia de pau. Segurei a haste. Daí em diante, lembro pouca coisa. Sei que levei um murro, mas não sei de onde veio. Tomei uns chutes, uma gravata. Depois meus colegas me botaram num carro, fui para um ambulatório e horas depois estava num hospital para fazer uma cirurgia. Passei dois dias com o nariz cheio de gesso. Os “pitbulls” não argumentaram, entraram batendo. Um disse: “Não queremos PSTU aqui ...” O que me preocupa é que quebraram meu nariz e arrebutaram nossa manifestação em São Bernardo na sexta-feira. Ninguém deu atenção. Na terça, o deputado petista João Paulo Cunha chamou a Polícia Militar para dentro do Congresso. Eu acho que uma coisa tem a ver com a outra. É uma maneira de tratar quem se manifesta contra você. (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES apud COGGIOLA, 2003, p. 91).

João Paulo Cunha, à época líder da Câmara, chamou a polícia militar para impedir manifestações em Brasília, numa notória violação ao preceito constitucional que proíbe portar armas no Congresso. Sobre a repressão desencadeada pelo PT, inclusive repetindo os métodos da ditadura que se serviu da repressão, Coggiola destacou:

João Paulo Cunha chorou na Câmara, em 24 de julho, ao ter de explicar a brutal intervenção da PM. Mas seguiu adiante com a reforma. Os deputados da “esquerda” do PT, que haviam preparado um texto de condenação da intervenção policial e da atitude de seu líder, comovidos pelas lágrimas de Cunha ... retiraram o texto. No texto da comissão, os deputados petistas introduziram modificações, na verdade tergiversações, que supostamente faziam concessões às exigências dos grevistas (manutenção do salário integral na aposentadoria e da paridade entre ativos e aposentados, ainda que mantendo a cobrança do desconto previdenciário aos próprios aposentados). O presidente da PT, José Genuíno, admitiu que as concessões eram apenas “simbólicas” (...). (*O ESTADO DE SÃO PAULO* apud COGGIOLA, 2003, p. 91).

O PSTU persiste na conclamação à construção de um novo partido aproveitando a divisão que a reforma da previdência causou no movimento dos trabalhadores. O dirigente Nacional B do PSTU, na entrevista que me concedeu, acrescentou que não seria nenhum exagero dizer que a reforma da previdência suscitou a reestruturação do movimento sindical e político e que seu partido depositou esperanças em que fosse possível fundar um novo organismo político com os parlamentares que foram expulsos do PT.

Bom, a reforma da previdência ela criou algumas cisões dentro da base de apoio do governo Lula. Um setor rompeu pela esquerda, os chamados radicais do PT, esse pessoal vai ser a base para a fundação do PSOL. No primeiro momento nós caracterizamos equivocadamente, o PSTU caracterizou equivocadamente que esse grupo, a ruptura que esse grupo realizava com o governo era mais profunda do que de fato era. Na verdade era uma ruptura que não era estratégica. É tanto que os desdobramentos da política têm mostrado que o PSOL está seguindo o caminho muito parecido com o do PT. Sendo que é muito mais vertiginoso esse processo do PSOL do que o processo que aconteceu com o PT, muito mais vertiginoso esse processo. E a nossa caracterização naquele momento foi

precipitada, achar que esse grupo vinha e a gente ia construir uma alternativa classista com esse grupo aí, com um programa socialista, etc. etc. Como você pega, por exemplo, que o PSOL no Rio Grande do Sul, no ano passado, recebeu R\$ 100.000,00 da GERDAL pra fazer a campanha e achou que isso era natural... Os desdobramentos do processo, eles mostraram que a gente adotou uma caracterização precipitada em relação a esse processo de rupturas dentro do PT e dentro do condomínio governamental. Eram rupturas a esquerda mas que não levavam água ao moinho da construção de uma alternativa socialista e revolucionária a partir da fusão do PSTU com esses agrupamentos. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

O dirigente retro citado me informa que Pallocci disse que iria fazer realmente a reforma e que esta era para valer, que isto estava consubstanciado não só em documentos do governo, mas também na linha política assumida por este e nas tarefas que este situava como prioritárias para o País.

Olha só, eu lembro do Palocci no início do governo dizendo o seguinte: quando a gente falou que ia fazer reformas e as pessoas imaginavam que nós estávamos dizendo aquilo ali só pra enganar o eleitor, se enganou. Nós não dissemos que íamos fazer reformas só pra enganar os eleitores, não. Nós dissemos que íamos fazer as reformas porque nós íamos fazer as reformas e estamos fazendo as reformas. Essa é uma declaração que o Palocci deu à imprensa e foi repercutida no Brasil e no mundo todo, essa declaração do Palocci. E essa declaração ela não veio sozinha, ela veio junta com um documento que o governo Lula endereçou às instituições multilaterais, Banco Mundial, FMI, onde o governo assumia publicamente a defesa das reformas estruturais como um caminho indispensável para a modernização do Brasil. Está no texto que o governo, é um documento oficial do governo dizendo isso. E se pegarmos o documento que o governo envia ao Congresso Nacional assinado pelo então ministro da previdência, Berzoini e pelo então ministro da Casa Civil, Zé Dirceu, apresentação do documento pelos dois, e lá eles colocam aquela proposta ali no marco das reformas estruturais que o Brasil exigia naquele momento. Então, eu estou dando esses exemplos, porque existe, inclusive, hoje dentro da esquerda, dentro da academia, posições no sentido de dizer que Lula não fez reformas. É ser mais governista do que o governo porque se você pegar a fala do Palocci, o documento que o governo envia para o Banco Mundial, a apresentação que o Zé Dirceu e o Berzoini realizam da proposta do governo apresentada em abril de 2003 de reforma da previdência, aí eles afirmam cabalmente que o governo estava fazendo reformas. Ou seja, o governo diz: estamos fazendo reformas. O que está fora do governo diz que o governo não fez reformas. Quem fez a reforma não nega e há sujeitos aí, sociais, intelectuais, que afirmam que o governo não fez reformas. Do ponto de vista da realidade, isso a meu ver é escandaloso, que a realidade tem demonstrado que o governo seguiu com as reformas. Agora, o governo tem suas táticas. No caso da reforma universitária, quando o governo percebeu a dificuldade de passar a reforma de conjunto, ele começou a fazê-lo de maneira parcelada, fatiando a reforma. Mas não é porque a reforma é fatiada que ela deixou de ser reforma. As táticas, os mecanismos que o governo emprega, o governo é que vai analisar a correlação de forças e ver quais são os mecanismos que deve utilizar. Agora isso não nega o fato de que o governo Lula, ele implementou sim, reformas. Não só o governo implementou reformas como manteve todo o arcabouço de reformas levado a cabo pelo governo do Fernando Henrique. Eu até comparo com o programa da Petrobrás, o Fernando Henrique Cardoso fez a flexibilização do monopólio. Acabou com o monopólio estatal do petróleo do Brasil e Lula manteve e deu continuidade aqueles leilões de áreas com petróleo o que, na minha opinião, é uma linha de continuidade daquilo que o Fernando Henrique Cardoso fez nos

seus oito anos de governo. Então, Lula, o governo do PT, o governo de frente popular, ainda que em certas circunstâncias, por meios não muito declarados seguiu fazendo as reformas, as ditas reformas estruturais que teve aqui um ponto decisivo no governo anterior, no governo Fernando Henrique Cardoso. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU, em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Sobre as reformas efetuadas por Lula no primeiro mandato, Maria Lucia Fattoreli Carneiro comenta que, a partir do momento em que o governo Lula fez opção por aqueles que não votaram nele, pelo mercado financeiro — contrariando os que votaram nele — os trabalhadores — o ritmo das reformas neoliberais se acelerou. Daí por que o governo aumentou o superavit primário, fez a reforma da previdência, parte da reforma tributária — mantendo a DRU, a CPMF e a regressividade da tributação que incide sobre o consumo e sobre os salários — a Lei de falências etc. Fez a contrarreforma universitária, o leilão das jazidas de petróleo da costa brasileira, sancionou a liberalização da comercialização dos transgênicos, implementou a Cláusula de Ação Coletiva, uma demanda do FMI, que significa a transferência aos detentores de 85% dos títulos da dívida pública do papel decisório no caso de negociação da dívida, e o mais grave é que remete para Nova York o local que irá dirimir o dissenso em caso de discordância. É uma clara afronta à soberania nacional.

[...] efetuou a maior reforma cambial e financeira de todos os tempos, à revelia do Congresso Nacional, liberando a movimentação de capitais de forma temerária para o país; emitiu títulos da dívida interna e externa aos bilhões e introduziu, também à revelia do Congresso Nacional, a famigerada cláusula CAC, nos títulos da dívida externa. (CARNEIRO, 2006, p. 10).

O dirigente nacional B do PSTU, ao analisar a mudança ocorrida no PT — de partido que lutou formalmente contra a reforma da previdência no governo FHC, para um partido que elaborou e efetivou a reforma da previdência no serviço público, assevera:

O Lênin tem uma frase que diz mais ou menos o seguinte: fora do poder tudo é ilusão. Claro que ele estava falando num outro contexto, sobre outra coisa. E a meu ver cabe para isso aqui. Enquanto esteve fora do governo central, o PT ele pode, digamos assim, ter o jogo de cintura necessário para aplicar políticas antipopulares nas prefeituras e nos governos do estado e no plano federal fazer oposição ao que considerava as políticas neoliberais. Então o PT conseguiu essa ginástica. Ao chegar ao governo federal, aí essa capacidade de movimentação diminuiu significativamente. Ou você governa pra uma classe ou governa pra outra. Ou você dá continuidade ao governo anterior ou rompe com esse governo anterior. Não há uma ruptura. Até as políticas gerais do Fernando Henrique foram mantidas. As grandes linhas também, todas elas da política econômica foram mantidas. Então o que acontece é o seguinte, ao chegar ao governo central, todas aquelas ilusões que o PT procurava alimentar, o modo petista de governar, inversão de prioridades, como se pudesse fazer inversão de prioridades sem romper estruturalmente com tudo que representa um sistema de poder que tem a ver com os interesses da classe dominante. Você não vai só

pela boa vontade. Vamos chegar lá e mudar as prioridades, etc., etc. De fato, chegando lá o PT pode ter feito algumas alterações cosméticas, mas no essencial é a mesma coisa do governo anterior. É uma linha de continuidade com o modelo do Fernando Henrique. Então fez oposição ao Fernando Henrique, chegou ao governo e aplicou a mesma política adotada pelo governo dos tucanos. (DIRIGENTE NACIONAL B DO PSTU em entrevista realizada no dia 18 de dezembro de 2009).

Para se ter ideia do grau de submissão do governo Lula aos ditames do FMI e do BM, basta lembrar que, na história do Brasil, no século XX, este e outros países da América Latina, na década de 1930, suspenderam durante vários anos o essencial do pagamento da dívida. Toussaint (2004) diz que a suspensão foi total em 1931, parcial em 1932 e 1936, e novamente total em 1937 e 1940. É importante registrar o fato de que o governo Vargas não poderia ser acusado de flertar com a extrema esquerda, muito pelo contrário, principalmente durante o Estado Novo.

Toussaint (2004) considera que os eleitores que depositaram esperanças em Lula não esperavam que ele fosse equacionar em seu mandato problemas que afligem o País há 500 anos, mas também não esperavam que ele fosse mais ortodoxo do que o presidente que o precedeu em diversas áreas.

5. “REFORMA” UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA DA SILVA

5.1 Capitalismo Dependente e Reforma Universitária

Florestan Fernandes foi um sociólogo que refletiu criticamente sobre a educação superior e vinculava seu estudo sobre este nível de ensino ao capitalismo dependente, que traz uma série de implicações ao ensino superior, à ciência e tecnologia etc. Adotando essa perspectiva, farei um preâmbulo para compreender a relação entre capitalismo dependente e educação superior no Brasil.

Lima (2007), no seu estudo sobre as contrarreformas da educação superior, divide a contrarrevolução neoliberal no Brasil em três momentos e o primeiro deles é exatamente o que ela intitula de *Adaptando o país ao Consenso de Washington*, marcado pelos governos Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994). Para a autora, este momento da contrarrevolução neoliberal efetivou duas ações importantíssimas para dar longo fôlego e possibilitar uma hegemonia do projeto neoliberal para o País: a primeira foi o lançamento do Plano Real e a segunda foi a articulação plasmada entre o governo, sua base de apoio e a classe trabalhadora.

O segundo momento foi a assunção de Fernando Henrique ao governo (1995-1998 e 1999-2002). Com FHC, como se viu anteriormente neste trabalho, as políticas neoliberais ganham densidade e maior base de apoio social. A burguesia brasileira não tinha mais nenhuma veleidade nacional e estava sôfrega para recuperar o “atraso” de integrar o País ao fluxo internacional de capitais, mas para isso seria necessário retirar os entraves e efetuar as reformas preconizadas pelo FMI, BM etc. A reforma da educação superior fará parte da reforma mais ampla do Estado.

O terceiro momento da contrarrevolução neoliberal na educação superior, caracterizado por Lima (2007), de aprofundamento do padrão dependente de educação superior, se dá com o governo Lula da Silva.

O padrão dependente a que ela se refere é o conceito de Florestan sobre o capitalismo dependente e de sua universidade. Este padrão dependente de desenvolvimento deixa poucas margens de manobra para a burguesia. Para o Sociólogo paulista, a estreita margem de manobra da burguesia decorre da desconexão histórica das necessidades de expansão do mercado e a revolução nacional. Senão vejamos:

Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhes servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do

campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. (FERNANDES, 1981, p. 214).

É o modelo neoimperialista de desenvolvimento que se impõe de fora para dentro. Florestan (1981) reúne três fases de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e ressalta que, em nenhuma das três fases houve um desenvolvimento onde a via democrática se impusesse: 1ª) eclosão e emergência do capitalismo moderno. Abrange o período de 1808 a 1860; 2ª) formação e expansão do capitalismo competitivo, período que vai de 1860 a 1950; e 3ª) fase de irrupção do capitalismo monopolista, que começa na década de 1950.

Na primeira fase, a cidade saiu da sua letargia econômica e passou a centralizar tanto o fluxo e crescimento do comércio interno quanto a produção escravista de maneira geral. Houve uma substituição da produção de produtos importados e uma dupla articulação econômica que articulou o setor agrário com o mercado mundial.

Na segunda fase, ocorreu a modernização da infraestrutura e de instituições. Também sucederam a formação de certa estrutura industrial e uma substituição de produtos importados. Florestan (1981) destaca a dupla articulação do setor agrário arcaico com a economia internacional. Nesta fase, há a cristalização do capitalismo dependente.

A terceira foi de florescimento e propagação do capitalismo monopolista, em que a burguesia atingiu seu ápice no tocante ao poder, potencializando seu caráter autocrático. É a fase da neocolonização suscitada pelas grandes empresas. Para Florestan (1981), a burguesia se vê premiada por duas pressões: a do aprofundamento da dependência e a exacerbção das desigualdades sociais e econômicas que produzem instabilidade política. A resposta da burguesia não foi no campo democrático, mas de exercer a luta de classes a quente, impondo o poder das baionetas.

Florestan (1981) expressa que não existe uma só via para o modelo de transformação capitalista e que, se há o crescimento acelerado da acumulação do capital, a expropriação externa é sempre mantida. Para ele, mesmo que o País crescesse a taxas elevadas e a industrialização fosse se acentuando, a dependência seria também agravada. Nesse caso, o autor lembra muito Caio Prado Júnior, que criticava Juscelino por ter levado a cabo um modelo de industrialização cujo capital estrangeiro era o carro-chefe do processo, aumentando a submissão ao capital estrangeiro.

Fernandes (1981) entende também que há uma assimetria ou dissociação de crescimento econômico em relação à democracia. A apropriação dual do excedente

econômico, de dentro, pela burguesia nacional, e, de fora, pelos países imperialistas, ambas acrescidas da sobrevivência de relações pré-capitalistas, deixam pouca margem para veleidades democráticas da burguesia. Nesse sentido, o capitalismo dependente é um capitalismo selvagem, utilizando-se de meios de exploração pertinentes à fase de gestação do capitalismo. O Sociólogo acentua também que, além desse capitalismo periférico ser selvagem, ele é difícil, ou seja, para sua reprodução os elementos políticos são cada vez mais essenciais.

O Estado brasileiro assume cada vez mais a face de uma ditadura de classe preventiva em razão das contradições do desenvolvimento e da incapacidade da burguesia de resolvê-las, apelando para uma revolução democrática e nacional.

O resultado teórico do confronto é óbvio. Ele revelaria que, sob a situação de dependência — tanto sob a dominação neocolonial quanto sob a dominação imperialista — os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro. (FERNANDES, 1981, p. 298).

Miriam Limoeiro Cardoso dedica-se a pesquisar as formulações de Florestan Fernandes e considera que o conceito de capitalismo dependente é bastante profícuo para se analisar o capitalismo como relação entre centro e periferia e que, apesar de existir mudanças nesta relação, os países periféricos continuarão heterenômicos enquanto persistir esta relação polar.

Nessas formulações, Florestan fornece indicações que merecem atenção. Associa aí, em caráter permanente, o desenvolvimento do capitalismo com heteronomia, indicando que “condição colonial” que permanece, ao permanecer (ou, quem sabe, para permanecer) muda de forma a cada nova fase do desenvolvimento capitalista. Fala em colonialismo, imperialismo e capitalismo monopolista. O que toma para a análise é especialmente a heteronomia nessa última fase, definindo-a enquanto capitalismo dependente. Talvez se possa ler nessas indicações uma hipótese em que seja apenas uma das formas historicamente assumidas pela heteronomia, que permanentemente constitutiva do capitalismo. Cada mudança de fase do capitalismo se fará acompanhar por uma nova forma de heteronomia, que seria própria da nova fase. (CARDOSO, 2005, p. 17).

O capitalismo dependente também tem implicações para a universidade e à pesquisa. O Brasil fica sempre mais defasado perante outros países em vários aspectos desde números de publicações, pesquisa, registros de patentes, número de cientistas e engenheiros etc.

(...) Entretanto, para se ter uma noção da magnitude do crescimento da produção entre 1980-2002, vale verificar o que ocorreu em outros países que igualmente possuíam baixos índices de publicação nos anos de 1980, mas que trilharam um caminho menos ortodoxo em relação às políticas neoliberais, como a Coreia. Esse país passa de menos de 500 publicações/ano para mais de 8 mil na década

de 1990, chegando em 2002, a 12,5 mil!, multiplicando por mais de doze vezes o seu indicador, ao passo que o Brasil, no mesmo intervalo, multiplicou o seu índice por um fator de quatro vezes. Entre 1995 e 1998, as despesas com instalações, equipamentos e laboratórios caíram em 82%, passando de R\$ 173 milhões para R\$ 31 milhões, e a capacidade de captação de recursos no mercado não foi (e nem poderia ser) suficiente para suprir esse vazio, fato agravado pela destinação “privada” destes recursos: grande parte fica retida nas próprias fundações privadas que os captaram. (CASTANHEIRA, BIONDI & POMAR apud LEHER, 2005, p. 240).

O Brasil ficou para trás e outros países que não se esmeraram em ser bons alunos da cartilha neoliberal ostentam índices melhores em vários quesitos, como se pode ver:

Disso resulta o modestíssimo lugar do país no *ranking* da ONU sobre o índice de avanço tecnológico, realizado em 72 países: o Brasil fica em 43º (OLIVEIRA 2002, p.75). Com efeito, o número de patentes registradas é irrisório: na casa das dezenas/ano na década de 1980 e das centenas, no final da década de 1990; na Coreia, igualmente o número de patentes estava na casa das dezenas nos anos de 1980, mas alcança, no final da década de 1990, mais de 3,5 mil/ano. Nos EUA, das 53,2 mil patentes registradas em 1994, apenas 3% do total tiveram origem na universidade, comprovando que P&D é realizada no ambiente empresarial. (BRITO CRUZ apud LEHER, 2005, p. 240).

Leher acrescenta que o número de cientistas e engenheiros é um dos indicadores mais utilizados para medir a magnitude das atividades de P&D, e que o Brasil está se distanciando até de países como a Coreia que, há 40 anos, era um país periférico e hoje, parafraseando Arrighi, está na semiperiferia.

Um dos indicadores mais utilizados para examinar a importância relativa das atividades de P&D é o número de cientistas e engenheiros (empresas institutos de pesquisa e universidades). Enquanto nos EUA e Japão cerca de 0,80% da força de trabalho encontra-se nessa categoria, no Brasil, apenas 0,11%, e na Coreia 0,4% da força de trabalho está dedicada a essas atividades. Distintamente dos EUA, em que perto de 80% estão localizados em empresas privadas e 13% em universidades, no Brasil 11% estão nas empresas e 73% nas universidades. (BRITO CRUZ apud LEHER, 2005, p. 240).

O documento do Banco Mundial explicita as diretrizes que os países periféricos devem adotar para caminhar em direção à “equidade e ao desenvolvimento”: diversificação das fontes de investimento e diferenciação das IES; promover incentivos para que as IES públicas adquiram autonomia no sentido de autofinanciamento crescente; redefinir a função do governo no tocante ao ensino superior, que de financiador do ensino público passa a ser avaliador, regulador e promotor da competição entre as instituições de ensino por recursos públicos e definidor de critérios baseados na qualidade e na equidade. Qualidade aqui significa aumento do número de matrículas nas IFES, por meio de cursos noturnos; utilização da capacidade ociosa; cobrança de mensalidades; e equidade, apesar de um leigo entender que seria universalização, é utilizada no sentido oposto, pois o

documento do BM considera que as instituições públicas são onerosas, ineficientes e antidemocráticas por serem elitistas.

En este informe se analizan las lecciones derivadas de la experiencia para demostrar cómo los países en desarrollo pueden lograr las metas de mayor eficiencia, calidad y equidad en la enseñanza superior. Se documenta la profundidad de la crisis que afecta a los sistemas del nivel terciario en todo el mundo en desarrollo, a pesar de las variaciones en la magnitud, diversidad, división entre entidades públicas y privadas y niveles de financiamiento que caracterizan al subsector en los diferentes países. El examen de las experiencias de los países indica que hay cuatro orientaciones clave para la reforma:

- Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas
- Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados
- Redefinir La función del gobierno en la enseñanza superior
- Adotar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

O documento reconhece a possibilidade de que haverá dificuldade em razão da resistência de setores que o Banco intitula de privilegiados — famílias mais abonadas — que já foram muito beneficiadas com investimentos do Estado, por anos a fio, e isso apenas reforça suas posições na sociedade, na perspectiva do BM. Prescreve a necessidade imperiosa de fazer a reforma e recomenda que o governo não tenha pruridos em realizá-las. O BM, como é ordinário, considera que estudantes, professores e funcionários são privilegiados para anatemizá-lo. Em nenhum momento, toca nos recursos destinados à dívida externa, na tributação regressiva, na arrecadação e nos gastos ou na estrutura fundiária bastante concentrada. Esse é o papel do Banco Mundial, pelo fato de representar os interesses do imperialismo — anatemizar direitos sociais para legitimar sua supressão ou diminuição.

Durante o governo Allende, o BM se recusou a emprestar dinheiro ao governo da Unidade Popular chilena, sob o pretexto de ser um governo comunizante, auxiliando a empreitada do governo dos Estados Unidos para desestabilizar o governo chileno. A mesma coisa o BM fez com o governo Goulart, antes do golpe de 1964, recusando-se a emprestar dinheiro ao governo democraticamente eleito. Bastou os militares assumirem as rédeas do poder para outorgar empréstimos ao regime militar, que inaugurou a sanha de regime militares na América Latina, para defender os interesses dos grandes grupos dos EEUU.

No documento do Ministério da Fazenda do Governo Lula, *Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*, é possível ver, como o faz Lima (2004a), a continuidade

das avaliações da política educacional para a educação superior dos organismos internacionais que veem a educação de forma seccionada e defendem uma focalização dos gastos para o ensino fundamental e a defesa da diversificação das fontes de financiamento da educação superior.

O discurso sobre universalização da educação básica é apresentado como um elemento significativo para criar o “fetiche da democratização” e do aumento no índice de escolarização, mascarando um fenômeno que vem ocorrendo nos países periféricos: o processo de certificação em larga escala. Esse discurso omite: um processo de focalização nos investimentos educativos, especialmente no ensino fundamental; uma concepção etapista do processo educativo: primeiro a educação fundamental, depois a secundária e daí a expansão do nível superior; e uma concepção de que esta “expansão/democratização” deverá ser efetivada através da ampliação da participação dos setores privados no financiamento da política educacional. (LIMA, 2004a, p. 29).

Nesse documento, é patente a reprodução da lógica do ajuste fiscal do Banco Mundial e das agências multilaterais, que consideram o investimento no ensino público contraproducente e orientam a focalização no ensino básico, além de sugerir o surrudo da diversificação das instituições e das fontes de financiamento, ou seja, o investimento público em instituições de ensino superior privadas de qualidade duvidosa para ampliar o acesso à educação superior.

A maior parte das despesas com o ensino superior refere-se aos gastos com pessoal. Em 2002, cerca de 75% dos gastos com educação superior estavam relacionadas ao pagamento com pessoal. É oportuno mencionar que, enquanto no Brasil o custo médio por aluno no ensino superior é estimado em cerca de 170% do PIB per capita, nos países da OCDE o custo médio por aluno é estimado em 100% do PIB per capita. As percentagens correspondentes para o Uruguai, Chile, China e Índia em 1996 eram, respectivamente, 21%, 20%, 65% e 93%. Ressalte-se que os gastos com ensino superior tendem a aumentar com o aumento da renda média do país. A especificidade do caso do brasileiro é gastar relativamente mais do que os países ricos e muitos mais do que os países em desenvolvimento. Essas estimativas indicam que o esforço fiscal e social médio por aluno associado a oferta gratuita de ensino superior no Brasil é superior ao esforço realizado em países muito mais ricos e bem superior ao de países em desenvolvimento.

A canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduz o montante de recursos disponíveis para os demais estágios da educação. Considerando a questão da equidade, essa política produz distorções relevantes, constituindo-se no componente gasto em educação de maior regressividade. Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o ensino superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre o 10% mais ricos da população. Ao mesmo tempo, a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas permitiria ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, com custos mais reduzidos para o setor público, através do FIES. (BRASIL, 2003, p. 34-35).

Segundo Mancebo (2004), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desmentem os apresentados pelo Ministério da Fazenda, ao assinalar que

[...] a renda familiar dos alunos de universidades públicas no Brasil, é menor que a de universitários da rede particular, pois ao passo que a renda média mensal da família de estudantes das instituições públicas é de R\$2.433, na rede particular esse valor atinge a média de R\$ 3.236. Por fim, de cada 100 universitários do setor público, 12 estão entre os mais pobres; ao passo que, nas instituições privadas, essa proporção passa para cada 5 a cada 100 alunos. (2004, p. 850-851).

O documento do Ministério da Fazenda, como assevera com muita propriedade Siqueira (2004), esquece os investimentos feitos ao longo de séculos nos países da OCDE, já que o surgimento da universidade no Brasil é tardio e não leva em conta que o papel das universidades na pesquisa básica demanda tempo e grandes investimentos, coisa que as instituições privadas não têm interesse, por se pautarem em lucros fáceis e de retorno mais rápido.

A crise de 1982 e a moratória do México e da Argentina serviram de pretexto para o FMI e o Banco Mundial imporem os chamados ajustes estruturais sob o manto das condicionalidades, significando que os países da América Latina só teriam a sua dívida externa renegociada se estes dois organismos internacionais convalidassem, mas para tal seria necessário adotar as “reformas” preconizadas por eles. As reformas do Estado e da educação inserem-se neste âmbito de imposição de privatizações, de abertura comercial e desregulamentação financeira e políticas focalizadas.

Leher (2001) enfatiza que, desde meados da década de 1980, o Banco Mundial faz uma campanha incisiva, defendendo a ideia de que o ensino elementar deve ter prioridade nos gastos públicos com educação pelo fato de esta modalidade de ensino carregar consigo melhores retornos econômicos e por ser mais fácil entronizar uma mentalidade mais adequada à lógica de mercado. O autor resume da seguinte forma a tese do Banco Mundial:

(...) os países periféricos devem buscar suas *vantagens comparativas* não no trabalho associado à alta tecnologia e ao desenvolvimento de produtos com elevado valor agregado, mas na “competitividade” de sua mão de obra. A premissa econômica básica é a de que um mercado global decide melhor quais trabalhos estão localizados em que país. Estudo do Banco Mundial e do FMI. (LEHER, 2001, p. 160).

A expansão do acesso à educação foi motivada pelo Banco Mundial após a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, que estabeleceu prioridade ao ensino fundamental, alegando que o ensino superior era perdulário e elitista. A “prioridade” ao ensino fundamental veio casada com as

propostas de reforma da educação superior, que significavam privatização do conhecimento, precarização do trabalho docente, ensino a distância, diversificação das instituições de ensino superior e das fontes de financiamento, ou seja, o governo deveria abrir o ensino superior à competição do mercado, inclusive internacional etc.

A expansão do ensino superior na América Latina foi realizada, principalmente, pelo setor privado, que visa ao lucro fácil e, no caso do Brasil, com raríssimas exceções, não faz pesquisa, o que significa o enfraquecimento da soberania dos países periféricos. O ensino público na América Latina é alvo de sucessivos cortes nos orçamentos e sua expansão acontece sem a devida contratação de professores e sem a melhoria da infraestrutura das instituições. Como os planos de ajuste enfraquecem o Estado no tocante aos serviços públicos destinados à população e comprometem-lhe o orçamento com o pagamento dos serviços da dívida, a educação básica e o ensino superior ficam seriamente comprometidos, sem falar que as reformas educacionais propostas pelas agências multilaterais se destinam à formação rápida para o mercado, ou, dito de outra forma, adestramento para o mercado.

Há outro aspecto assaz interessante: como os países periféricos podem se desenvolver se os planos de ajuste retiram ainda mais os centros decisórios desses países, dando prioridade ao pagamento da dívida externa e interna, ensejando verdadeira bomba de sucção de recursos para o capital estrangeiro internacional? A prescrição de focalização dos gastos públicos no ensino fundamental, certamente, enfraquece a pesquisa em diversas áreas, o que vai remeter para as calendas gregas um tema caro, por exemplo, para Celso Furtado — a necessidade da endogeneização da tecnologia para alavancar a industrialização — e vai redundar numa maior heteronomia do País ou, parafraseando Lima (2006), que analisa esse processo utilizando o conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes, intensificará o padrão dependente da universidade e do capitalismo no Brasil.

5.2 A Ruptura com a Herança Reformista de Córdoba na América Latina

Reforma e contrarreforma são termos relacionais. O movimento de Córdoba deslanchou um processo de luta pela democratização da universidade, que transcendeu os muros desta, espalhando-se pela América Latina. A UNE, nos anos 1960, no Brasil, quando reivindicou eleições paritárias, estava ressuscitando o ideário de Córdoba. Esse ideário animou um projeto genuinamente democrático que se contrapõe ao movimento encetado

pelas agências multilaterais, na América Latina, de contrarreforma da universidade, de cunho profundamente antidemocrático.

O movimento de Córdoba é, portanto, um contraponto histórico a que empregarei neste estudo, porque foi um projeto genuinamente democrático e protagonizado por atores endógenos (latino-americano), de forma autônoma, que pretendiam transformar a universidade latino-americana, reformando-a, na acepção da palavra, diferentemente do projeto do Banco Mundial, que se intitula reformista, mas na verdade é heterônomo e antidemocrático, calcado num modelo privatista e mercadológico.

Portanto, reforma (representada pelo movimento de Córdoba) e contrarreforma (consubstanciada no projeto do Banco Mundial) serão o *leitmotiv* deste capítulo para se compreender o sentido da reforma proposta por Lula da Silva.

De acordo com Mollis (2001), a modernização da educação superior na Argentina e possivelmente na América Latina, atende a propósitos econômicos e objetiva erradicar a herança reformista de Córdoba ou o que a autora denomina de tradição reformista.

Não se há de esquecer que o movimento de Córdoba⁷⁴ se espalhou pela América Latina e influenciou diversos movimentos, como a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) peruana e o movimento estudantil cubano, que ensejou posteriormente o movimento 26 de julho. A tradição reformista a que a autora se reporta é

[...] a tradição do profissional humanista comprometido com sua comunidade e com as práticas democráticas, cujo *ethos* representava uma classe dirigente nacional. O historiador inglês Hobsbawm escreveu sobre a importância das tradições que perduram e fundamentam práticas sociais, que por sua vez propiciam uma “identidade” social, institucional ou familiar. (MOLLIS, 2001, p.130).

Mollis (2001) rememora o fato de que, excetuando os golpes de Estado e ditaduras militares, a cultura democrática passou a ser exercida nas universidades argentinas a partir do movimento de 1918 em Córdoba. Este moto difundiu para a América Latina um modelo de intelectual que “combinava a formação profissional e científica com o compromisso cidadão”. (2001, p. 130). Para se ter ideia do raio de influência da reforma de Córdoba, na América Latina, veja-se o que o professor da Universidade de Buenos Aires escreveu sobre isso:

La bandera de la Reforma Universitaria fue el emblema común en el cual, de hecho, se fundó todo el movimiento estudiantil latinoamericano; desde Chile,

⁷⁴ O movimento surgido na universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, defendia o fim da cátedra, a gestão tripartite, o caráter público da instituição, a autonomia universitária, a gratuidade e a democracia. A importância desse movimento se dá, não somente por sua agenda democrática, mas também por sua amplitude e atualidade de suas formulações.

Bolivia y Perú en el extremo sur hasta México y Cuba en la otra punta del continente. Si los estudiantes cordobeses se plantearon genéricamente encarnar el cumplimiento de la inacabada independencia nacional e y la solidaridad de los “hombres libres de América”, el significado y la perspectiva de la lucha emancipadora —antiimperialista — implícita en la reforma educativa, fue dominando progresivamente los debates y la delimitación política en el seno del movimiento reformista. De sus filas surgirán en la década del '29 el planteamiento de un movimiento nacionalista de contenido burgués capaz de viabilizar un desarrollo capitalista moderno en nuestro atrasado continente. Este será el fundamento del APRA peruano, organizado como partido cuando se frustró la intención original de darle un carácter de movimiento organizado en Latinoamérica toda. Con el cubano Mella el reformismo trascenderá sus propios límites para proclamar la inviabilidad de sus objetivos fuera del cuadro de una revolución dirigida por el movimiento obrero (...). (RIEZNIK, 2000, p. 146).

Tal qual o diagnóstico da crise da educação superior no Brasil, a concepção das agências multilaterais e de entidades patronais na Argentina foi hegemônica e estabeleceu uma crítica acérrima aos valores da tradição reformista de Córdoba nos primórdios da década de 1990. A partir de meados da década de 1990, tendo como desdobramento uma Lei de Educação Superior, o conjunto da tradição estava sendo questionada e os itens a serem modificados eram os seguintes, destaca Mollis (2001, p. 131):

- . o papel do Estado como guardião da cultura e da ciência;
- . a formação de uma classe dirigente nacional saída das universidades públicas mais prestigiadas;
- . a formação de profissionais orientados para o “público” (médicos hospitalares, engenheiros de construções, arquitetos urbanistas, veterinários sanitaristas etc.);
- . a diversidade intelectual e disciplinaria herdada da dinâmica dos “concursos públicos universitários”;
- . a autonomia universitária;
- . a gratuidade da oferta;
- . o governo tripartite com representação estudantil;
- . a “politicidade” dos atores universitários, fundamentalmente dos estudantes.

A autora retrocitada informa que hoje na Argentina a cultura está dominada pelas regras do mercado e o Estado seleciona o que deve ser subsidiado de acordo com regras daquele e dos interesses da bolsa de valores. O mais grave, destaca Mollis (2001), é que a cultura avaliadora suscita o Efeito Mateo, ou seja, os recursos serão carreados para os que os tinham anteriormente. Mollis (2001) pondera que não se trata de ser refratário à cultura avaliadora e nem de ficar contrário aos incentivos à produtividade científica, mas de colocar na ribalta critérios acadêmicos próprios e não “critérios externos economicistas de Wall Street e de seus representantes”. (MOLLIS, 2001, p. 131).

Para a autora, a crise que acometeu a educação é principalmente de identidade, ensejada por diagnósticos supostamente técnicos, pois as reformas implementadas pelo

Banco Mundial na América Latina e nos países que faziam parte do bloco “socialista” são pautadas por diagnósticos “globais, universais e homogêneos”. (MOLLIS, 2001, p. 132).

Os sucessivos relatórios do BM (1993, 1994, 2000) caracterizam-se por um tipo de discurso economicista, ahistórico, negador da pluralidade cultural, orientado para a privatização das universidades públicas e para o reconhecimento pragmático do mercado como única fonte de “inovação e de qualidade”. Esse processo a autora intitula de americanização das reformas universitárias da América Latina e do ex-bloco socialista.

O movimento reformista de Córdoba irrompeu um ano após a revolução russa e promoveu, mediante sua forte mobilização, dois movimentos, conforme Mollis (2001): a incorporação quantitativa dos setores que tradicionalmente estavam excluídos da universidade e a incorporação qualitativa de setores alijados cotidianamente das decisões e do poder no interior da universidade. A autora enfatiza que um dos efeitos da reforma de Córdoba foi a expansão das matrículas entre 1918 e 1923 e o outro foi a incorporação qualitativa, ou seja, a democratização interna da universidade. Para Leher (2007), isso foi possível nessa época porque setores ou frações da classe dominante argentina apoiaram o movimento, pretendendo uma lufada de ar fresco no anquilosado sistema de ensino superior argentino no início do século passado. Para a América Latina, a herança mais importante deixada por este movimento reformista foi a necessidade da democratização da universidade e do conhecimento e a compreensão de que a luta por uma universidade autônoma não está desconectada da luta contra o capital que quer colonizar todos os espaços e mercantilizá-los. Trindade (2002, p. 23) enfatiza que

O traço mais característico da universidade latino-americana, após o movimento de Córdoba, é sua politização: a universidade pública, além de sua tarefa acadêmica, cumpre uma missão social. Segundo Ribeiro, “essa revolução acadêmica [...] nascida no interior da universidade” foi importante, para a democratização do acesso à educação superior, para a renovação dos mandatos acadêmicos, a desfeudalização e a desburocratização das cátedras universitárias”. As universidades latino-americanas criaram uma tradição de compromisso social e o movimento estudantil vai, doravante, desempenhar um papel fundamental nas lutas pela transformação da sociedade.

Mollis (2001) exprime diz que os sucessivos governos militares dos anos 1930, 1966 e 1976 tomaram para si a tarefa de liquidar o período democrático começado com o movimento de Córdoba. Naquilo, porém, em que os sucessivos governos militares não lograram êxito — destruir a herança reformista de Córdoba — os governos que sucederam os militares conseguiram por meio da redução do Estado na Argentina e dos ajustes estruturais, destaca Leher (2007, p. 55).

Não é casual que a ofensiva neoliberal dos anos 1990 objetivou destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais.

Se o movimento reformista universitário do início do século XX procurava reforçar o espaço da universidade diante das oligarquias e defendia sua expansão e democratização no sentido de potencializar o Estado nacional ante as forças centrífugas do mercado internacional e sua divisão do trabalho, que condenava a universidade e os países periféricos à heteronomia cultural, econômica e tecnológica, parafraseando Florestan, em sua análise sobre o capitalismo dependente, pode-se asseverar que o reformismo atual surgiu das entranhas das agências multilaterais e tem como propósito acentuar os traços de dependência ao mercado e à divisão do trabalho. A fala do ministro da educação nos dois mandatos de FHC, sintetizada na revista *Exame*, dá uma dimensão sobre o destino que o governo do PSDB reservava à universidade brasileira.

Segundo o ministro a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado desplugado da economia internacional e hoje em estado de agonia terminal. Para mantê-lo era necessário criar uma pesquisa e uma tecnologia próprias, diz Paulo Renato. Com a abertura e a globalização, a coisa muda de figura. O acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e jointventures se encarregam de prover as empresas dos países como o Brasil do know-how que necessitam. ‘Alguns países como a Coreia chegaram a terceirizar a universidade’, diz Paulo Renato. Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico. (*REVISTA EXAME* apud FRIGOTTO, 2002, p. 59).

É sobre esse governo e sua “reforma” universitária que focarei a análise no próximo tópico.

5.3 A “Reforma” Universitária de FHC

Paulo Renato, ministro da educação do governo FHC, gostava de citar o modelo econômico coreano como um exemplo a ser seguido. Para o azar de Paulo Renato, um coreano da Coreia do Sul, Ha-Joon Chang (2007), discípulo de Joseph E. Stiglitz, portanto isento de nutrir simpatias pela esquerda, escreveu um livro demolidor sobre os mitos do livre-comércio.

Gala, na apresentação do livro de Chang, diz que o autor criticou de forma contundente e muito bem fundamentada seis mitos da proposta neoliberal, que serão expostos a seguir. Essa análise aponta no sentido oposto do credo do Ministro da educação sobre as vantagens da abertura econômica e do otimismo panglossiano na integração passiva ao mercado internacional e ao seu fluxo de capital especulativo:

1) os países ricos atualmente alcançaram seu sucesso através de políticas comprometidas e voltadas para o livre mercado; 2) o neoliberalismo funciona; 3) uma globalização neoliberal não pode e não deve ser interrompida; 4) o modelo americano de capitalismo neoliberal representa o ideal, o qual todos os países em desenvolvimento devem replicar; 5) o modelo do Leste asiático é idiossincrático, o modelo anglo-americano é universal; 6) países em desenvolvimento precisam da disciplina fornecida pelas instituições internacionais e por instituições domésticas politicamente independentes (BC, por exemplo). (GALA, 2007, APRESENTAÇÃO DO LIVRO DE CHANG).

A Coreia não seguiu o dogma do livre comércio e o Estado praticou o protecionismo para indústrias que precisavam amadurecer para ser expostas à competição internacional. O Estado foi um forte elemento para impulsionar o desenvolvimento e, em vez de confiar nas promessas “alvissareiras” da integração passiva ao mercado, a Coreia investiu pesadamente em educação e pesquisa básica. Não se há de esquecer de que no início da industrialização, a Coreia do Sul, no final da década de 1950 e início da década de 1960, implementou planos quinquenais, estatizou o setor financeiro e fez a reforma agrária.

No período desenvolvimentista ou modelo de substituição de importações, no Brasil, objetivava-se produzir tecnologias para o processo de industrialização e para isso se fazia necessária a forte intervenção do Estado. Para a consecução desse fim, estabeleceu-se um sistema universitário gratuito e estatal. Nas décadas de 1960 e 1970, constitui-se um sistema de pós-graduação no mesmo período em que o Chile reformava o seu sistema universitário sob a influência dos Chicagos Boys⁷⁵. O pensamento do ex-ministro Paulo Renato, apresentado anteriormente pela Revista Exame, explica-se pela mudança ocorrida na configuração de classes no País e pelo abandono, por parte da burguesia “nacional”, em construir um projeto nacional e fomentar a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de forma endógena. No caso atual — o projeto “nacional” trata-se de integração subordinada aos fluxos de capitais especulativos. Daí o abandono de um projeto autônomo mais amplo de ciência & tecnologia, a defesa das associações e *jointventures*

⁷⁵ A Escola de Chicago, nos Estados Unidos, nasceu sob o signo do combate às idéias keynesianas, sociais democratas, desenvolvimentistas e marxistas. Ilustrativo disto é que Cary Becker, economista e ganhador do prêmio Nobel, asseverou: “nós éramos guerreiros em combate contra a maior parte dos outros membros da profissão”. (apud KLEIN, 2008, p. 65). Os economistas da Escola de Chicago combatiam e combatem às idéias de intervenção do Estado na economia e afirmam que este é ineficiente e inepto como regulador social e econômico. Até 1970, os economistas desta escola não encontraram guarida para suas idéias, mas, com a crise capitalista, passaram ao prosclênio, porque suas idéias legitimavam a ofensiva do capital contra o mundo do trabalho e os projetos desenvolvimentistas, nos países periféricos, que defendiam a intervenção do Estado e o protecionismo para desenvolver determinados setores da economia.

com empresas estrangeiras, já que a globalização, na perspectiva do Ex-ministro, facilita isso, bastando adotar os ajustes estruturais.

Para Frigotto (2002), o centro de gravidade das políticas educacionais no governo FHC tinha como meta fazer a educação orbitar em torno do mercado, da formação da mão de obra, leia-se adestramento e das orientações do Banco Mundial. Vejamos a fala de Maria Helena Guimarães Castro, à época Secretária da Sese (Secretária de Ensino Superior do MEC) e diretora do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), responsável pelo Exame Nacional de Curso-ENC (Provão), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é elucidativa de como as políticas públicas para a educação eram formuladas:

Uma pesquisa recente realizada pelo Mec, sobre o que o mercado de trabalho esperava dos alunos ao final do Ensino Médio de cursos profissionalizantes, revelou que as empresas querem que esses estudantes tenham o domínio de Língua Portuguesa, saibam desenvolver bem a redação e se comunicar verbalmente. Esta é uma das competências gerais que o Enem procura avaliar e que a Reforma do Ensino Médio procura destacar. *Em segundo lugar os empresários querem que os futuros trabalhadores detenham os conceitos básicos de matemática e, em terceiro lugar, que tenham capacidade de trabalhar em grupos e de se adaptar a novas situações. Portanto, o que os empresários estão esperando dos futuros trabalhadores são as competências gerais que só onze anos de escolaridade geral podem assegurar.* (CASTRO apud FRIGOTTO, 2002, p. 63).

O projeto neoliberal implementado por FHC no País já estava inscrito no governo Collor, que naufragou em razão da escassa base de apoio de seu partido e pelo fato de este pertencer a um setor marginal das classes dominantes brasileiras. Diferentemente, FHC pertencia a um partido, o PSDB, que tinha laços orgânicos com a burguesia industrial paulista. É inegável, porém, que as políticas implementadas por FHC tiveram como antecessor e pioneiro Collor de Mello.

(...) Quase ninguém fala disso, mas é fácil mostrar que o programa do Collor foi claramente adotado e implementado por Fernando Henrique Cardoso, seus dois governos. Aliás, lembro-me de ter assistido, num programa de televisão, na época do impeachment, uma entrevista de FHC, onde ele dizia mais ou menos que o seguinte: “Pena que este rapaz [referia-se a Collor] tenha se deixado corromper, já que o programa de modernização que ele propunha era muito bom. Lembrem-se da proposta de Emenda Constitucional: quem primeiro falou nisso foi o Collor; a Constituição tinha sido aprovada em 1988 e já em 1990 ele falava em reformá-la. Quem primeiro falou em privatização, em flexibilização do mercado de trabalho, foi ele. Então, tem-se já com Collor, claramente uma proposta neoliberal, não só do ponto de vista do conteúdo, mas também formalmente, já que sua proposta de organização da sociedade era muito parecida com o modelo norte-americano. (COUTINHO, 2002, p. 29).

Para iniciar a reforma do Estado brasileiro, o governo FHC cria um ministério especial — o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado-MARE. O

MARE, por meio do “Programa de Publicização”, visa a converter entidades de serviços do Estado em “organizações sociais”. O objetivo seria transformar escolas técnicas, universidades, centros de pesquisa, hospitais e museus em entidades públicas não estatais ou fundações públicas de direito privado. A reforma estabelecia um redesenho do Estado em quatro setores: núcleo estratégico do Estado, de onde emanariam as leis e as políticas públicas; as atividades exclusivas do Estado, aquelas que só podem ser prestadas pelo Estado, como, por exemplo, legislar e tributar; os serviços não exclusivos ou competitivos do Estado⁷⁶ e, por último, a produção de bens e serviços para o mercado, “realizada pelo Estado pelas empresas de economia mista, que operam em setores de serviços públicos e/ou em setores considerados estratégicos”. (PEREIRA, 1996, p. 283).

A proposta de reformar a educação superior tem como justificativa a tese dos organismos internacionais e de seus acólitos no Brasil de que o ensino superior brasileiro atravessa uma crise por não incorporar a demanda crescente, não estar sintonizada com o mercado de trabalho e não preparar os jovens adequadamente para o referido mercado e pelo modelo adotado — universidade de pesquisa. A solução proposta é a diversificação das instituições de ensino superior e a diversificação das fontes de investimento. Para consubstanciar este projeto, o governo apresenta documentos para conformação de um novo ordenamento jurídico, como a Proposta de Plano Nacional de Educação elaborada pelo MEC, a Lei de Diretrizes e Bases regulamentada pelo Decreto nº 2.306/97, que materializa o propósito de erradicar o chamado modelo humboldtiano⁷⁷ e promover a diversificação das instituições de ensino superior. Com a diversificação, o sistema de ensino superior seria constituído de centros de excelência (universidades) e centros de ensino. Lima (2005) relembra com muita propriedade que essa ideia é retomada do Grupo de Estudos para Reformulação do Ensino Superior (GERES) de 1986, que tinha como missão propor alterações sintonizadas com a reforma do ensino superior.

Lima (2005) também expressa que se o mote do PSDB era acabar com a Era Vargas, que significava retirar direitos sociais e mudar o perfil da industrialização brasileira, no campo da educação superior, o mantra era erradicar o modelo humboldtiano

⁷⁶ Do terceiro setor, fariam parte as universidades, centros de pesquisas, órgão responsáveis pela produção e difusão da cultura etc.

⁷⁷ O modelo humboldtiano foi proposto pelo pesquisador Humboldt, na Alemanha, no início do século XIX. Este modelo congrega ensino, pesquisa e extensão e tem como escopo a formação mais ampla da pessoa e não a mera formação para o mercado de trabalho.

que estaria assentado na articulação entre ensino-pesquisa-extensão, por ser perdulário e ineficiente.

Lima (2007) fez um sumário das principais medidas adotadas no governo FHC que considero fundamental para compreender as reformas efetuadas posteriormente pelo governo Lula, que também implementou “reformas” na educação superior: 1) Planejamento Político Estratégico MEC (1995-1998) que incentivou as parcerias entre a esfera pública e a esfera privada no tocante ao financiamento, oferta e gestão da educação; 2) Lei 9.192/95 que diminui a participação democrática dos servidores técnicos e administrativos, e estudantes no processo de escolha dos dirigentes para facilitar as tomadas de decisões, nas IFES, favoráveis aos ajustes fiscais que comprometiam o funcionamento a contento das universidades; 3) Proposta de Emenda Constitucional nº 233-A, de 1995, que visava flexibilizar o artigo 207 sobre a autonomia das IFES e significava na prática a “ não auto-aplicabilidade do Artigo 207 e a conseqüente necessidade de sua regulamentação em nível infraconstitucional”. (LIMA, 2007, p. 141); Criação do Exame Nacional de Cursos de Graduação (ENC)- Lei nº 9.131/95), obrigatório para o registro do diploma; 4) Lei nº 9.257/96, que criou o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, visando a parcerias das universidades públicas e centros de pesquisa com empresas privadas, financiamento público e privado para a política de ciência e tecnologia diluindo a fronteira entre público e privado; 5) Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, para viabilização de uma nova LDB que satisfizesse os anseios da burguesia de serviços que atua no setor educacional e que saiu bastante robustecida com as privatizações de serviços públicos; 6) Leis nº 9.288/96 e 10.207/2001 sobre o programa de Crédito Educativo, regulamentação de recursos públicos para universitários nas instituições de ensino privado superior; 7) Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997 que implementa a diversificação das instituições de ensino superior ao instituir nova classificação das instituições de ensino⁷⁸ e objetiva obliterar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, já que, segundo Lima (2007) a indissociabilidade é exigência apenas para as universidades; 8) Decreto nº 2.236, de 19 de agosto de 1997, busca flexibilizar o controle público sobre a rede privada de ensino superior ao não estabelecer que as IES privadas precisam ter representação acadêmica no conselho fiscal das mantenedoras, não exigindo a publicação anual de seus balanços

⁷⁸ A nova classificação das IES fica da seguinte forma: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.

financeiros e não estabelecendo prazos para as IES privadas de definam como tendo ou não fins lucrativos; 9) Decreto nº 2.206, de 10 de outubro de 1997, estabelece critérios tendo como fito a avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, adotando parâmetros de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, assim como a avaliação individual das instituições de ensino superior, capitaneada por comissões externa às instituições, designada pela Sesu (Secretaria de Ensino Superior) do MEC; 10) Lei nº 9.678/98, que cria a gratificação de estímulo a docência no magistério superior; 11) Instituição dos Fundos de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (fundos setoriais) em 1999, tem como escopo suscitar a parceria entre universidades, centros de pesquisa e setor privado⁷⁹; 11) Medida Provisória nº 1.827/99 que estabelece o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies)⁸⁰; 12) Aprovação do Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001⁸¹; 13) Decreto nº 3.860, de julho de 2001, que divide as IES em universidades, centros federais de educação tecnológica e centros universitários, faculdades integradas, faculdades de tecnologia, faculdades, institutos e escolas superiores⁸²; 14) Lei de Inovação Tecnológica – PL nº 7.282/2002, que incentiva

[...] a participação de professores-pesquisadores das universidades públicas em projetos desenvolvidos pelo setor privado e a permissão de participação destes setor em atividades realizadas nas universidades públicas, ampliando sua privatização interna. (LIMA, 2007, p. 144).

Como se pode notar, foi movido durante o governo FHC todo um arcabouço constitucional, jurídico e político para dar prosseguimento ao processo de contrarrevolução neoliberal da educação superior, que a situa nos moldes requeridos pelos organismos internacionais que privilegiam a formação para o mercado e pelo mercado, tendo como justificativa a globalização, a sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências, derivação das duas primeiras.

⁷⁹ Lima (2007) reforça a estratégia da privatização da C&T e da educação superior.

⁸⁰ Lima (2007) assevera que o FIES é criado com os aportes de recursos do Programa de Crédito Educativo (CREDUC), o que significa dizer que não somente é mantida como é encorajada a destinação indireta de verbas públicas para as IES privadas.

⁸¹ Lima (2007) destaca que o PNE aprovado é oposto ao projeto de PNE que os setores ligados à educação defendiam. Expressa a ideia de desresponsabilização do Estado, no tocante ao financiamento da educação, para repassá-lo à sociedade, e a visão gerencialista da educação. Enfatiza no ensino superior a diversificação das IES e das suas fontes de financiamento.

⁸² As universidades são aquelas que oferecem atividade constante de ensino, pesquisa e extensão. Para arrematar a lógica privatista, destaca Lima (2007), as entidades mantenedoras com finalidade lucrativa ficam isentas de auditoria por parte do setor público e a cada exercício deverão apenas confeccionar demonstrações financeiras endossadas por seus contadores.

A Pedagogia das Competências ressalta que, no mundo em mudanças repentinas e céleres, as competências que as escolas devem transmitir aos alunos são as seguintes: comunicação e criatividade, flexibilidade, aprender a aprender, trabalho de equipe e solução de problemas, segundo Beech (2008). O autor também assinala que as reformas educacionais no Brasil não tiveram como ponto de partida uma análise detalhada dos principais problemas da educação superior brasileira, mas partiram de diagnósticos gerais que são utilizados nos outros países.

Consecuentemente, se sugiere en este capítulo, que la reforma educativa implementada en Brasil no surgió de un análisis detallado de los problemas específicos de la educación en este país. Por el contrario, el modelo universal de un sistema educativo ideal para la era de la infomación que promovieron las agencias internacionales fue apropiado y usado como una norma para juzgar las políticas y prácticas educativas en Brasil y, luego ,como un modelo para la reforma. Así, en las políticas educaticas implementadas en Brasil desde 1995 se enfatizaron una serie de principios que son muy similares a los que promovieron las agencias internacionales: descentralización, autonomía escolar, una política curricular basada en la noción de competencias, un sistema central de evaluación de resultados y la profesionalización de los docentes. (BEECH, 2008, p. 67-68).

Também ressalta, no seu estudo comparativo entre as reformas educacionais no Brasil e na Argentina, que a UNESCO, o Banco Mundial e a OCDE apresentam suas análises e concepções comuns sobre educação, assim como as recomendações de políticas públicas para a educação legitimadas pelo estatuto “científico”. Estas são apresentadas como assépticas e neutras e podem ser aplicadas em todos os contextos para aperfeiçoar a educação.

Sobre o papel que o Banco Mundial e o FMI tiveram na reforma das políticas educacionais brasileira, Dourado (2002, p. 240) *considera* que

A atuação do Banco Mundial no âmbito das políticas educacionais tem indicado o papel deste organismo internacional como importante interlocutor da política macroeconômica, em sintonia com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A redefinição da função do Estado no Brasil, por meio da adoção das diretrizes do Banco Mundial, segundo Leher (2001, p.162), efetiva-se na medida em que “os empréstimos estão condicionados à adoção pelo país tomador das diretrizes dos organismos. Sendo o MEC o equivalente a uma subseção do banco, a convergência é completa.

O balanço de oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso referente à educação superior no País foi positivo para as agências multilaterais, pois implementou uma concepção contrarreformista baseada em parâmetros desses organismos. Para os setores populares e à classe trabalhadora, no entanto, os efeitos foram deletérios, pois a marcha para o processo de mercadorização da educação superior foi célere, tanto do ponto de vista do processo de privatização interno das universidades públicas como do prisma do

crescimento exponencial das IES privadas, que ofertam a maioria das matrículas e abocanham uma quantia considerável do fundo público.

Lima (2005) compara a reforma do Estado à metáfora da Medusa, que tinha várias serpentes na cabeça e petrificava quem a olhasse. Considero esta metáfora perfeita, porque a reforma do Estado tem várias facetas (previdenciária, universitária, trabalhista etc) e no discurso e aparência o Brasil teria dado um salto de qualidade com as reformas. Por exemplo, o ministro Paulo Renato sempre exaltava as matrículas do ensino fundamental e do ensino superior, mas saindo do reino da aparência e adentrando o reino da essência e não se deixando petrificar — ficar ofuscado — ver-se-á que o que houve foi uma massificação do ensino e certificação em massa sem a necessária melhoria da qualidade de ensino e da infraestrutura das instituições para receber esse fluxo de alunos. Além disso, a expansão das matrículas deu-se majoritariamente em instituições privadas de ensino, salvo raras exceções, de baixíssima qualidade.

5.4. A “Reforma” Universitária de Lula da Silva

A comunidade universitária se encheu de esperanças com a vitória de Lula da Silva, em 2002, para a Presidência do Brasil, imaginando que este fosse propor uma agenda democrática para a educação superior, revertendo o processo crescente de privatização que marcara as políticas de FHC para a universidade brasileira.

Infelizmente, até a mesma tática foi utilizada — fazer a reforma sem apresentar um documento único, fazendo-a de forma fragmentada via decretos, leis, emendas constitucionais — para evitar um confronto frontal com o movimento docente, discente e dos funcionários.

O Ministério da Educação (MEC) planeja realizar a reforma universitária a conta-gotas, promovendo mudanças ou enviando propostas ao Congresso à medida que avançar a discussão sobre cada tema. É o que disse o secretário-executivo do ministério, Fernando Haddad, após a primeira reunião do grupo executivo encarregado de definir o cronograma de debates.

Segundo ele, o governo descarta a idéia de lançar um pacote único ao final da discussão nacional que começará amanhã, em Curitiba, num evento promovido pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Portaria com as regras de funcionamento do grupo deverá ser publicada quarta-feira no *Diário Oficial*. O grupo executivo do MEC montará um calendário de discussões não apenas no meio acadêmico, mas com a sociedade. (AGÊNCIA ESTADO, 08/02/2004).

A reforma do ensino superior no governo Lula segue a mesma pauta dos organismos internacionais e do governo que o antecedeu, e na verdade, é emanada mais de injunções do imperialismo do que da necessidade da democratização do ensino superior.

[...] O governo Lula, apesar das críticas ao seu antecessor e do discurso da “esperança que vence o medo” e das expectativas de “mudanças” que foram geradas, vem defendendo, na área de educação, a mesma pauta que os organismos internacionais do capital defendem: a massificação da educação básica, a privatização da educação superior através da diversificação das fontes de financiamentos e as parcerias com grupos estrangeiros e com a nova burguesia de serviços no Brasil (Boito Jr., 1999) para implementação de cursos à distância, aprofundando o “fetiche da democratização” da educação. (LIMA, 2004b, p. 31).

Por isso, não foi à toa que o FMI, por intermédio de seu diretor, externou a satisfação e disse ser um entusiasta do governo e de suas medidas nos primeiros cem dias do mandato de Lula. Considera também que a agenda de reformas de Lula, principalmente a previdenciária e a fiscal, é fundamental. Isto é uma demonstração cabal não da continuidade, mas do aprofundamento da política do governo anterior, de FHC.

Sou entusiasta [em relação à administração Lula]; mas é melhor dizer que estou profundamente impressionado pelo presidente Lula, na verdade, e em particular porque penso que ele tem a credibilidade que muitas vezes falta um pouco a outros líderes, e a credibilidade está em que é sério para trabalhar afincadamente a fim de combinar política orientada para o crescimento com equidade social. Isto é a agenda certa, a direcção certa, o objectivo certo para o Brasil e, para além do Brasil, para a América Latina. Assim, ele definiu a direcção certa. Segundo, penso que o governo, sob a liderança do presidente Lula, demonstrou nos seus primeiros 100 dias que também é impressivo e não apenas de intenções aéreas pois elas funcionam ao longo do processo desta enorme agenda de reformas. Entendo que a reforma das pensões e reforma fiscal é prioritária na agenda e isto é correcto. O terceiro elemento é aquilo que o FMI ouve do presidente Lula e da equipe económica, e é a nossa filosofia, naturalmente, para além do Brasil. (IMF Managing Director Heinrich Koeller, Press conference, 10 April 2003).

5.4.1. Percurso da Construção da “Reforma” Universitária

A “reforma” universitária do governo Lula da Silva está em processo desde 2003, primeiro ano de mandato, mediante um conjunto de medidas⁸³ que não podem ser compreendidas separadamente.

⁸³ Destaco, só em 2003: a PEC 217/2003, de 11 de dezembro de 2003, tratando da diversificação das fontes de financiamento da educação superior; o Projeto de Lei Complementar (PL) n° 118, de 13 de dezembro de 2003, sobre a Lei Orgânica da Autonomia Universitária; e a medida provisória (MP) n° 147, de 15 de dezembro de 2003, que institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior-SINAES. A PEC 217/2003 de autoria da Deputada Selma Schons (PT-PR) foi elaborada originalmente pelo ex-Deputado do PT-PR, Padre Roque. Propõe mudanças no artigo 212 da Constituição Federal aumentando de 18% para 25% o percentual da União para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE e que 75% de seus impostos sejam destinados à educação superior, constituindo o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior-FUNDES, com recursos que serão distribuídos entre as instituições federais de ensino. Os estados passariam a investir 30%, sendo 5% exclusivos para a educação superior, e o DF continuaria investindo 25%. Institui um novo mecanismo, a “Contribuição Social” (CES-Contribuição Social para a Educação Superior), para garantir fonte adicional de financiamento, a ser “recolhida na forma da lei, por todos os detentores de diplomas de graduação e pós-graduação obtidos em instituições federais, estaduais e municipais, para a ampliação de suas vagas e valorização salarial de seus profissionais”. (PEC 217, 2003, p. 1). A Proposta estima que a nova contribuição incidiria sobre aproximadamente 2 milhões de

Lima (2004b) ressalta que, já em 2003, o ministro da educação Cristovam Buarque fazia críticas à universidade, por se esta encontrar enredada em si mesma, ignorando a pobreza existente na sociedade. Para Cristovam Buarque, a universidade deveria ser partícipe da elaboração de um “projeto alternativo de civilização”, que passava pela quebra do “círculo vicioso das reivindicações corporativas, e entendesse a universidade como parte de uma rede social de seres humanos em busca de um futuro melhor”. (BUARQUE apud LIMA, 2004b, p. 34).

O Ministro já enfatizava o caráter público não estatal das universidades que deveriam

Estar aberta à possibilidade de receber recursos de setores privados que desejem investir em instituições, sejam elas privadas ou estatais; e tanto as instituições privadas quanto as públicas devem ser estruturadas de modo a servir aos interesses públicos, sem torná-las prisioneiras dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários. (BUARQUE apud LIMA, 2004b, p. 34).

A gestão de Cristovam Buarque, porém, teve vida curta e no dia 23 de janeiro de 2004, Lula anuncia o nome do novo ministro, Tarso Genro, que assume com a tarefa de realizar a reforma da educação superior.

O jornal *Opinião Socialista*, edição 165, traz um artigo de especialista em ensino superior no Brasil e que foi presidente do ANDES-Sindicato Nacional, Roberto Leher, que em suas linhas gerais expressa a posição também do PSTU acerca da análise da reforma universitária do governo Lula. Leher anuncia que a reforma da educação superior proposta pelo governo em parceria com o Banco Mundial e com uma ONG francesa —

brasileiros que fizeram graduação e pós-graduação em IES públicas de acordo com a renda anual, com alíquota de 2% e 3%. O Projeto de Lei Complementar (PL) nº 118/2003 institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária e dá outras providências e destaca a necessidade de regulamentação da “autonomia universitário no escopo normativo nacional, pretendido por este projeto de lei, **seria a chave do êxito da reforma do ensino público superior**, a fim de utilizar os recursos de forma mais eficiente. (PL nº 118, 2003, p. 8, grifos meus). Nega a autoaplicabilidade do art. 207 da CF/1988 e tem como pressuposto a concepção de autonomia como captação de recursos externos, como indica o trecho do referido documento: “postos à sua pelo Estado ou recebidos em doação, **bem como os gerados pela própria universidade**”. (PL nº 118, 2003, p. 4, grifos nossos). A Medida Provisória nº 147/2003 institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Institui também duas comissões no âmbito de MEC, vinculadas ao gabinete do ministro: Comissão Nacional de Orientação da Avaliação-CONAV, com sete membros indicados pelo ministro da educação e designados pelo Presidente da República, representando a sociedade civil organizada e segmentos das instituições de ensino superior (corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo); e Comissão Nacional e Avaliação e Progresso do Ensino Superior-CONAPES, composta de sete membros designados pelo ministro da educação, todos representantes do governo (Presidente do INEP, dois representantes do INEP, um representante da CAPES, três representantes do MEC). Posto isto, posso afirmar que a reforma universitária do governo Lula da Silva não está consubstanciada no Projeto de Lei 7.200/2006, que tramita na Câmara dos Deputados.

Observatório Internacional das Reformas Universitárias (Orus)⁸⁴ — tem como traço fundamental retomar a agenda do Banco Mundial para essa modalidade de ensino e o encarregado de levá-la à frente é o ministro Tasso Genro que, segundo Leher, está mais gabaritado para efetivá-la por ser um ministro mais identificado com as lutas sociais e ser do núcleo duro do PT. A reforma tem como matriz o documento *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*, formulado pelo Grupo de Trabalho Interministerial⁸⁵. O documento, segundo Leher, aborda temas variados mas que estão enfeixados pelo espírito “reformista”.

As propostas do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI (15/12/03) para enfrentar a crise atual das universidades federais estão inscritas em um escopo estratégico mais amplo, objetivando criar uma plataforma para a “grande” reforma universitária que o governo Lula pretende apresentar ao Congresso “após amplo debate” ainda no primeiro semestre de 2004. O GT foi coordenado pelo núcleo do governo, em especial, a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência.

O documento aborda temas como ampliação da oferta de ensino, metas de contratação docente, bolsas para jovens doutores e aposentados, autonomia, fundações e financiamento. Outros problemas são esquecidos, como a urgente assistência estudantil. É preciso, portanto, separar o que são “atrativos” e o que são as orientações políticas mais profundas, para não se perder no mundo das aparências. (LEHER In: *JORNAL OPINIÃO SOCIALISTA*, edição 165).

Referido documento, divulgado em dezembro de 2003, é formado por quatro partes:

A primeira apresenta o elenco de ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais. A segunda ressalta a necessidade da efetiva implantação de autonomia à universidade federal. A terceira parte aponta para linhas de ação imediata, que possam complementar recursos e ao mesmo tempo propiciar um redesenho do quadro atual. A quarta indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira. (BRASIL, 2003, p.1).

Conforme o documento do GTI, a magnitude da crise nas universidades advém da falta de recursos públicos, consequência da crise fiscal do Estado, para investir nas universidades e das amarras legais. É interessante este diagnóstico porque o PT anteriormente afirmava que a crise fiscal do Estado ocorria porque a dívida interna e

⁸⁴ O Orus elaborou diagnóstico sobre a educação superior brasileira e “construiu com o ministério uma parceria para a implementação dessa reforma, através da representação da citada ONG no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Unb, observatório local do Orus no Brasil”. (LIMA, 2004, p. 35).

⁸⁵ O Grupo de Trabalho Interministerial-GTI foi instituído pela Presidência da República por meio do Decreto de 20 de outubro de 2003. Foi composto por 12 representantes, dois de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Educação, no papel de coordenador; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

externa comprometia os investimentos públicos priorizando o pagamento dos serviços da dívida. Nesse momento, no entanto, aponta as amarras legais como um empecilho para o desenvolvimento das universidades públicas e subscreve a tese de Bresser Pereira, ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, arauto da reforma do Estado e que teorizou bastante sobre tema.

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. (BRASIL, 2003, p. 9).

O documento do GT interministerial considera que a solução para os problemas que perpassam as universidades, notadamente as instituições de ensino superior federais, está na autonomia e nas fundações de apoio.

Nos últimos anos, tem-se observado a nítida tendência a aumentar a participação de recursos não orçamentários na composição do financiamento das atividades das universidades federais, tanto por meio de convênios com empresas estatais, governos estaduais e municipais, como de pagamentos por serviços prestados em cursos especiais, trabalhos técnicos de consultoria e prestação de serviços diversos. Tais valores poderiam ser aumentados, se as universidades federais contassem com a autonomia financeira por elas pleiteada. Com esses dois instrumentos — autonomia e Fundação de Apoio — as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a captação de recursos, mas também para gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguir captar. (BRASIL, 2003, p. 14).

Acontece que a situação crítica em que se encontram as instituições federais de ensino decorre exatamente dos dois instrumentos reunidos pelo governo para equacioná-la, ou seja, seria como colocar mais gasolina na fogueira para apagar o incêndio. Os dois instrumentos são exatamente a materialização do processo de desresponsabilização do Estado em face das instituições federais de ensino superior e que tem sido utilizada nas universidades estaduais dos diversos estados da Federação em nome do ajuste fiscal e das políticas neoliberais para a educação superior.

A proposta de autonomia universitária é retomada para servir de biombo para o governo passar a proposta de organização social na mesma acepção de Bresser Pereira. Segundo Leher, no jornal *Opinião Socialista*, o eixo estruturador da reforma é a proposta de autonomia universitária aliada à proposição de financiamento muito próxima daquela apresentada no governo FHC por Paulo Renato, ministro da educação, a PEC-370/96⁸⁶. As

⁸⁶ A PEC 370/96 propunha a quebra do regime jurídico único nas instituições de ensino superior e da paridade salarial entre servidores ativos e aposentados; a transferência de docentes e servidores técnico-administrativos da condição de estatutários a celetistas, com a criação do “emprego público”; além de

propostas apresentadas partem dos mesmos pressupostos — adequar a universidade à revolução tecnológica e envolvê-la mais com o mercado para modernizá-la.

O autor critica o conceito de autonomia implícito no documento, pois o considera instrumental e pragmático, que significa a captação, por parte das instituições, de recursos no mercado⁸⁷. Daí a defesa das fundações privadas que passam a fazer o papel, segundo o autor, das organizações sociais — captação de recursos. Estas, amparadas legalmente, estabeleceriam os “contratos de gestão”, denominados eufemisticamente de “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, como uma forma de enredá-las ainda mais na lógica privatista. O pacto expresso nos contratos de gestão obedece à lógica do ajuste fiscal, pois as universidades assumem o compromisso de ampliar as vagas, especialmente no horário noturno, sem o aporte de recursos necessários para um ensino à altura das necessidades do País, embora haja um acordo, para as universidades que cumprirem o referido pacto, receberem mais recursos. Esses recursos, porém, não serão suficientes diante das demandas criadas com o fluxo de novos alunos somadas às carências antigas e as não solucionadas porque a prioridade do orçamento do Estado é para com o pagamento do serviço da dívida externa e interna.

No “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, está contida a ideia de disponibilização de recursos públicos para o setor privado.

As vagas abertas pelos Editais do **Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo** contemplarão, prioritariamente, as Universidades Federais e em seguida, as públicas estaduais e municipais. O **Pacto** inclui instituições comunitárias ou particulares, quando o setor público não for capaz de atender a toda a demanda. Contará também como critério de elegibilidade aos Editais do Pacto a localização das instituições que estejam dispostas a oferecer os cursos demandados, de forma a que sejam atendidas regiões e localidades estrategicamente determinadas. Fará parte do **Pacto** um compromisso firmado com metas da instituição para a ampliação do número de vagas em horário noturno. (BRASIL, 2003, p. 13).

empurrar as instituições para a captação de recursos externos. Em razão, porém, da resistência de entidade, parlamentares e divergências internas no âmbito do próprio governo (área econômica e MEC), sua tramitação foi suspensa, embora não tenha sido retirado do horizonte governamental.

⁸⁷ O que difere radicalmente do que está inscrito na Constituição Federal/88, art. 207 — “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” — no qual o preceito de autonomia já é autoaplicável e a ideia de autonomia de gestão financeira refere-se à autonomia das instituições na proposição, execução e gerenciamento dos recursos de seu orçamento, recursos estes garantidos pela efetivação da responsabilidade do Estado no tocante ao financiamento.

Às instituições contratadas, mediante concorrência pública (públicas ou privadas), receberão adicional de recursos por meio de pagamento mensal por aluno, ao longo de sua formação, e valor adicional no momento de conclusão do curso.

O Governo, por intermédio do MEC, pagará à instituição contratada com base na concorrência pública promovida segundo os termos dos Editais, um valor mensal por aluno, a título de taxa escolar, ao longo do período correspondente à sua formação, e um valor adicional no momento em que concluir o curso. Para todo o alunado, os cursos oferecidos pelo **Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo** serão gratuitos. Os alunos oriundos de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo por pessoa poderão ter preferência para receberem as bolsas fornecidas pelo Programa de Apoio ao Estudante - PAE, ora em debate no Congresso Nacional. (BRASIL, 2003, p. 13).

No documento, o governo não explicita sua análise sobre a autonomia nas universidades, mas fica implícito que a autonomia e as amarras legais impedem as universidades de angariar recursos privados ou recursos extraorçamentários, ou seja, o governo aproveita uma antiga reivindicação do movimento docente e discente de autonomia no sentido de autonomia de gestão financeira⁸⁸ para passar de contrabando sua concepção de autonomia — autonomia financeira.

Essa ressemantização do discurso da autonomia universitária passa ao largo da distinção do conceito de autonomia dos setores progressistas e conservadores. O primeiro, segundo Martins e Neves (2004), concebia a autonomia universitária como um freio à autocracia do regime militar que procurava manietar a universidade e cercear sua liberdade de pesquisa e de pensamento e controlar o processo interno da universidade pública, da mesma forma que hoje a vê como um freio aos ditames do Executivo e do mercado que procuram impor uma lógica economicista e privatista tanto na gestão quanto no financiamento das instituições de ensino superior. A lógica conservadora concebe a autonomia como mercadorização da universidade que significa para os autores citados:

[...] privatização das universidades públicas, através de certos mecanismos de financiamentos; o descompromisso com a carreira docente, pela negação à política de isonomia salarial; a defesa da aproximação das universidades públicas como o mundo empresarial, orientando a perspectiva de um tipo de produção científica e tecnológica; e o fim da gratuidade escolar nas instituições públicas e o controle sobre a definição dos dirigentes universitários. (MARTINS E NEVES, 2004, p. 92).

⁸⁸ O movimento docente e discente defende a autonomia de gestão financeira que significa o provimento, por parte do governo, de recursos suficientes para a plena realização de suas funções de ensino, pesquisa e extensão; e a gestão autônoma destes recursos, por parte da comunidade acadêmica. A concepção de autonomia financeira, formulada pelos defensores da reforma, é voltada para o mercado e significa a desresponsabilização do Estado na manutenção das Ifes e o estímulo para que estas, para sua manutenção, busquem recursos extra-orçamentários por meio de parcerias.

Segundo os autores, esse processo não é de hoje, mas vem desde os estertores do governo militar, passando pelo governo Sarney, que procurou implementar proposições que viabilizassem a autonomia universitária de acordo como os padrões políticos da proposta conservadora de autonomia. O Projeto de reforma universitária de 1982, e gestão do Grupo de Reforma do Ensino Superior (GERES), em 1986, atendiam a esse propósito.

Para os autores, essas iniciativas de autonomia universitária com o viés conservador acabaram criando, por uma ironia da história, intenso movimento de entidades progressistas, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior- Sindicato Nacional (ANDES-SN), a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e o ressurgimento da União Nacional dos Estudantes.

A Constituição de 1988 foi um palco importante do embate entre as forças progressistas⁸⁹ que defendiam uma concepção de autonomia antagônica aos conservadores. Para os autores, isso é uma vitória importante dos progressistas no tocante à autonomia universitária, ao ter impedido que a concepção de autonomia dos conservadores prevalecesse e fosse inscrita na Carta Constitucional.

Os ataques neoliberais, de acordo com os autores retrocitados, começaram em 1991 com o governo Collor por meio da divulgação de uma nova proposta política para o ensino superior (BRASIL, 1991), que desembocava num novo padrão de financiamento e no projeto de Emenda Constitucional (PEC) 56/91. Este Projeto de Emenda Constitucional visava a alterar os Artigos 206 e 207 da Constituição Federal, o que significava transformações de monta no tocante à autonomia universitária. A falta de base social, o posterior isolamento do governo e a resistência das entidades que se opunham ao seu projeto o levaram ao *impeachment*, impedindo assim que o projeto deslanchasse naquela quadra histórica.

O governo FHC e seu projeto de inserção passiva à economia internacional recuperam o projeto conservador de autonomia universitária e lhe concedeu mais organicidade ao conectá-lo a um projeto mais amplo e articulado de reforma do Estado que atendia aos propósitos das agências multilaterais.

Martins e Neves (2004) ressaltam que, em meio à maré montante de medidas provisórias que objetivam redesenhar o Estado brasileiro baseado no que os autores vão qualificar de “desmonte da Constituição”, o governo FHC enviou ao Congresso Nacional

⁸⁹ O PT, o ANDES, a FASUBRA, a UNE, a CUT.

a PEC 233/ 95, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e reformatava ao mesmo tempo o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, confinando os limites da autonomia universitária.

Graças às entidades como o Andes-SN e a FASUBRA, e na época a UNE, que protagonizaram mobilizações, foi possível desmembrar a autonomia dessa emenda, procrastinando o debate no Legislativo; mas o governo FHC não se deu por satisfeito e mandou uma nova PEC que constringia a autonomia das universidades.

A apresentação, ao Congresso Nacional, da PEC 370/96 que, mais uma vez, impunha restrições à autonomia universitária prescrita no Artigo 207 da Constituição Federal, materializava a nova investida governamental contra a autonomia das universidades federais. Essa PEC previa mudanças no regime de pessoal, com a criação do chamado “emprego público”, que remetia os docentes e servidores técnico-administrativos ao regime da CLT, instituindo o quadro de pessoal e de remuneração por universidade e, assim, a quebra da isonomia salarial. Estabelecia também a criação de fundo de pensão para todos os trabalhadores das instituições, com a quebra da paridade salarial entre os servidores aposentados e os da ativa; regulamentava e incentivava a captação de recursos externos como reforço ao orçamento, aprofundando uma prática já utilizada pelas fundações ligadas às universidades. (MARTINS e NEVES, 2004, p. 93).

Em razão das divergências internas das forças que apoiavam o governo FHC e a luta do movimento docente e discente, o governo não sentiu confiança em obter os votos necessários para a aprovação de Emenda constitucional. Para contornar esse obstáculo, o governo FHC, em 1999,

Apresentou ao Congresso Nacional, sob a forma de Projeto de Lei Orgânica, normas para regulamentar a autonomia das universidades federais, nos mesmos moldes da PEC 370/96. Com esse projeto, o governo FHC pretendeu transformar as instituições federais em organizações sociais, deslocando-se do aparelho de Estado para a chamada “esfera pública não estatal” (BRASIL apud MARTINS e NEVES, 2004, p. 93).

Os autores, baseando-se no documento do GT Interministerial e nas ações do governo Lula e de suas alianças, chegaram à conclusão de que o projeto de autonomia universitária do governo é uma genuflexão às demandas dos organismos internacionais para a educação superior no início do século atual, e ainda contém diretrizes e aprofunda o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado do governo neoliberal de FHC. Aduzem que os balizamentos para a nova universidade se aproximam dos princípios da “administração pública gerencial e que o cidadão pensado é o cidadão cliente e a ênfase está nos controles de resultados por meio dos contratos de gestão” etc.

A autonomia universitária proposta pelo governo Lula engendra um processo de massificação da educação superior, já em andamento, prioriza a difusão do conhecimento em detrimento de sua produção e a crescente adaptação dos objetivos da universidade à esfera empresarial. Por fim, Para Martins e Neves (2004), o modelo propugnado de universidade amolda-se ao padrão de desenvolvimento baseado “na importação de ciência e tecnologia de ponta e na exportação de commodities, de baixa incorporação científica e tecnológica na produção e no trabalho”. (MARTINS e NEVES, 2004, p. 108).⁹⁰

Outro aspecto que precisa ser destacado do documento do GTI refere-se à educação a distância. O governo afirmava que, mesmo com o aumento substancial de recursos, não seria possível atender a demanda de novas vagas para a educação superior somente por meio de aulas presenciais. Para resolver tal problema, elege a educação a distância como um dos instrumentos para cumprir a meta de expansão da oferta estabelecida pelo governo⁹¹ e, para tanto, é criado o Centro Darcy Ribeiro de EAD.

Como um segundo passo, rumo ao necessário redesenho emergencial, é imperativo reconhecer que a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, mesmo com aumento substancial de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça no curto e médio prazos. Em um país de dimensões continentais a **educação a distância** surge como um caminho viável e necessário. Infelizmente, no Brasil, muitos ainda julgam a **educação a distância** um ensino de segunda categoria e prevalece um medo infundado de que a **educação a distância** possa ameaçar o ofício de professor, no desconhecimento de que em qualquer processo de educação a distância bem planejado exige número apreciável de professores — no planejamento, elaboração de conteúdo, tutoria e avaliação. É urgente romper com essa cultura conservadora, que serve de suporte para um desinteresse político em promover investimentos públicos no apoio à disseminação do ensino a distância.

Para dar esse salto, no âmbito das universidades, está em estudos a criação do Instituto Darcy Ribeiro de Educação a Distância. Já a partir de 2004, o Instituto Darcy Ribeiro ofereceria todo o apoio à criação e desenvolvimento de redes de ensino a distância, das quais poderá participar qualquer universidade, centro de ensino ou faculdade isolada. Até 2007, a meta é ter até 500 mil alunos cursando o ensino superior por meio da educação a distância. Para tanto, além da implantação do Instituto Darcy Ribeiro de Educação a Distância, serão realizadas as seguintes ações, já previstas no PPA: capacitação de pessoal docente e equipes

⁹⁰ Nessa mesma perspectiva, Filgueiras e Gonçalves (2007) defendem a ideia de que o aumento da vulnerabilidade externa estrutural brasileira é decorrência do aprofundamento do modelo de especialização retrógrada que significa a “reprimarização das exportações, com a crescente participação de produtos primários no valor das exportações”. (p. 21). Isto para os autores teria obstaculizado a promoção do *upgrade* do seu padrão de comércio exterior do Brasil e a perda relativa de produtos de maior intensidade tecnológica nas exportações. Para eles, os ganhos relativos têm nas exportações tem ocorrido nos produtos de reduzido conteúdo tecnológico e nos produtos intensivos em recursos naturais.

⁹¹ O documento afirma com todas as letras o compromisso com a expansão da oferta e que o governo almeja no final de 2007 uma expansão para 40% de universitários matriculados no setor público, conforme meta estipulada no Plano Nacional de Educação de 2001. A expansão seria operada por meio do aumento da carga didática dos docentes, aumento do número de estudantes por sala, e, para coroamento deste processo, seria utilizado o ensino a distância.

multimídias; implantação de redes com alto grau de comunicação e de interatividade; produção de materiais educacionais que garantam larga utilização; fortalecimento do apoio logístico a alunos e docentes, tanto na sede, quanto em pólos descentralizados; além do desenvolvimento e implantação de sistemas adequados de gestão, operacionalização, acompanhamento e avaliação. (BRASIL, 2003, p. 13-14, grifos no original).

Ocorre que estas novas tecnologias surgidas são apresentadas como uma panaceia que revolucionará a educação e que se tornará impositiva em razão das supostas terceira revolução tecnológica e a sociedade do conhecimento, que é o apanágio da terceira revolução tecnológica com base nos microcomputadores, na informática e na robótica. O documento apresenta outra especificidade brasileira, que é a dimensão continental do País, para justificar o ensino a distância. Nenhuma pessoa de sã consciência iria ficar contra a utilização de meios mais modernos na educação. Só que há um desprazer em transformar um meio em um fim e tal escolha decorre de problemas mais prosaicos que advindos da escolha política do governo em priorizar a estabilidade monetária, o superavit primário, o pagamento da dívida externa e interna e a submissão aos planos do Banco Mundial para reformar a educação superior etc.

Além disso, os alunos que se matricularão nos cursos a distância, certamente, receberão um ensino mais empobrecido e, portanto, sua formação será prejudicada. Merece destaque, também, o fato de que, nessa formatação de ensino, não haverá um componente essencial numa instituição acadêmica — a vivência acadêmica que possibilita a troca de experiências mediante contato direto entre docentes e discentes, o envolvimento direto de discentes na produção científica sob a orientação de professores-pesquisadores, além da formação sociopolítica favorecida pela participação em entidades e práticas do movimento estudantil, fundamentais para a formação do ser social. Assim, a expansão das matrículas na educação superior seria realizada “por meio de ensino massificado e minimalista, pressupondo graus diferenciados de cidadania e descaracterizando a docência e, portanto, o cerne do fazer universitário”. (LEHER in: *OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 165).

Outra crítica assaz pertinente ao ensino a distância é que o documento do GT Interministerial estabelece que a meta é, ter até 2007, 500 mil alunos cursando o ensino superior por meio desta modalidade de ensino. Acontece que o ensino a distância é visto por diversos países, com suas empresas e grupos estrangeiros, como um mercado potencial para exploração e um ponto de pauta importante das reuniões da OMC e da ALCA, que visam à liberalização do comércio transfronteiriço de educação, vale dizer, é uma forma de se aumentar a dependência cultural, científica e tecnológica para com os grandes centros do capitalismo e importamos tecnologia de países como os Estados Unidos, Canadá,

Austrália, Nova Zelândia e Finlândia. As universidades públicas federais, como salientou muito bem Paula (2004), precisam de recursos maciços, de infraestrutura condizentes, com as necessidades de desenvolvimento do País e de aulas presenciais, que é um *locus* adequado para o ensino-aprendizagem.

O documento em análise faz referência ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, como dito, instituído pela Medida Provisória nº 147/2003. No contexto do SINAPES foram instituídas duas comissões: a CONAV que “estabelecerá as linhas acadêmicas da avaliação do ensino superior” (BRASIL, 2003, p. 1) e a CONAPES que “deliberará sobre os critérios, métodos de análises e procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior”. (BRASIL, 2003, p. 1).

A avaliação é concebida como o momento de relação do governo com a universidade, responsável pela classificação de instituições e cursos. As referidas comissões, por sua composição, apresentam perfil governista, o que inviabiliza as críticas que porventura poderiam ser feitas à política avaliativa do governo. Conforme Leher,

A avaliação segue como eixo da política educacional. Após tecer elogios a Gratificação de Estímulo a Docência (GED), considera a avaliação de desempenho produtivista um dos fatores que evitou o desmoronamento das universidades, propugna que a forma de relação da universidade com o governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação. O futuro da universidade passa a depender da avaliação definida por uma “Comissão Nacional de Avaliação” constituída por sete membros, todos escolhidos pelo governo (MP 147). Na autonomia didático-científica, o GTI propõe que o referido sistema de avaliação dará “reconhecimento às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, conforme o modelo coreano defendido pelo ministro José Dirceu. O documento indica, ainda, que o sistema de avaliação promoverá a “classificação das instituições e cursos. (p. 16). (LEHER IN *OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 165).

Na última parte do documento, são apresentadas as etapas de elaboração da proposta de reforma universitária e a apresentação de um cronograma, fixando o primeiro semestre de 2004 para elaboração e envio ao Congresso; o segundo semestre para debate no Congresso e implantação a partir de 2005.

No anexo do documento, consta a parte referente às opções propostas para financiamento da educação superior: contribuição voluntária de ex-alunos; contribuição não voluntária, com “uma alíquota adicional no Imposto de Renda para ex-alunos de universidades federais que declarem renda acima de determinado valor”. (BRASIL, 2003, p. 18); distribuição da CPMF, canalizando parte dos recursos deste imposto para as áreas de saúde das instituições públicas de ensino superior; transferência dos custos da folha de

inativos para a previdência; lei de incentivos fiscais; fundos empresariais para o ensino superior, tendo como parâmetro os fundos setoriais⁹²; troca da dívida por investimentos em educação⁹³.

O dirigente do PSTU,⁹⁴ que na época estava no movimento estudantil e dirigiu o setor de juventude do partido, ao analisar o documento do Grupo de Trabalho Interministerial que lançou os fundamentos para a “reforma” universitária do governo Lula, entende que

A reforma universitária, no início do governo, no projeto inicial do governo Lula, no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial tinha como principal objetivo avançar naquilo que a gente fala, no financiamento privado dentro da universidade pública e a segunda coisa era facilitar o recebimento de verbas públicas por parte do sistema superior de ensino privado. Como é que foi feito isso? A reforma universitária, o Projeto de Lei, quando foi elaborado, ele tinha três pilares: autonomia, financiamento e avaliação. O governo ele se apropriou de alguns termos utilizados pelo movimento docente, pelo movimento estudantil, como a questão da autonomia. Autonomia pra gente sempre foi sinônimo de financiamento público e da universidade, a comunidade acadêmica, de forma democrática, definir quais são os projetos centrais da universidade. Essa era a autonomia que o movimento docente, movimento universitário tinha, essa concepção de autonomia. Para o governo autonomia era outra coisa, era liberar a universidade pública das amarras legais que a impediam de buscar recursos no setor privado e a partir daí a universidade ia buscar outras fontes de financiamento. Chegava ao absurdo de, por exemplo, o documento do Grupo de Trabalho Interministerial, era o documento do Projeto de Lei, dizer que autonomia poderia significar demissão de servidores, admissão, realocação de servidores para outras áreas, atacando a carreira dos servidores públicos das universidades. Era um absurdo e essa autonomia estava a serviço do financiamento privado. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU, entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O *Opinião Socialista*, edição 167 de 2004, em matéria assinada por Júlia Eberhardt, militante do Movimento Ruptura Socialista⁹⁵, também destaca os três pilares da reforma (autonomia, financiamento e avaliação) e a concepção de autonomia implícita no documento do GTI.

Para conseguir a privatização travestida de “democratização do ensino superior”, o governo usa três mecanismos principais: autonomia, financiamento e avaliação.

A concepção de autonomia do governo é idêntica a de FHC e Paulo Renato: as universidades teriam “liberdade” para procurar recursos na iniciativa privada via fundações, com as conseqüências já mencionadas; poderiam “contratar, nomear,

⁹² Os fundos setoriais financiam pesquisas com recursos dos fundos de pensão.

⁹³ Conforme Otranto (2006), essa proposta foi sugerida pelo BM e UNESCO em documento conjunto, *The Task Force on Higher Education and Society*, em 2000.

⁹⁴ Será designado, a partir de agora, por Dirigente Estadual do PSTU.

⁹⁵ Corrente estudantil do PSTU criada em 2004, militando com essa denominação até 2009. Com a fundação da CONLUTE, em 2009, esta corrente passou a atuar como juventude do PSTU no interior da CONLUTE.

demitir, exonerar e transferir servidores docentes e não-docentes” e “decidir seu plano de carreira” (Doc. GTI governo), o que na prática acaba com o regime jurídico único do funcionalismo e abre uma disputa entre as universidades por salários e condições de trabalho diferenciadas; quanto à definição de ensino e pesquisa, o governo vai incentivar, através da avaliação, as pesquisas que tenham relevância segundo o mercado e o projeto estratégico do governo. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 167).

A ideia de avaliação do documento expressa a lógica do governo e é um mecanismo para definir a distribuição de recursos, assevera o dirigente do PSTU.

E pra finalizar você tinha como um dos pilares a avaliação porque o governo encontrou um dilema. Qual era o dilema do governo? O governo queria beneficiar algumas universidades com o dinheiro, só que tinha pouco dinheiro em caixa, e ao mesmo tempo queria mandar dinheiro público para o setor privado. Isso foi feito através do PROUNI, das bolsas, ampliou o programa FIES do governo FHC que era o financiamento do ensino superior e criou o PROUNI. Como era que o governo ia fazer isso? O governo tinha que ter um instrumento e aí entrou a avaliação. A avaliação é esse instrumento que via se as universidades estavam seguindo o chamado Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo que, era tipo um contrato de gestão que as universidades firmavam com o governo. A partir da avaliação se dizia qual universidade ia receber mais dinheiro, qual universidade privada ia receber dinheiro público etc. Essa era a função da avaliação. (*DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU*, entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

Referente às formas alternativas de financiamento, que embora não tenha sido aprovada por todos os membros do Grupo de Trabalho, constam em seus anexos, Júlia Eberhardt enfatiza a lógica privatista e alerta para o perigo da perda da gratuidade, num futuro não muito longínquo.

Em relação ao financiamento, o governo propõe alternativas com o mesmo objetivo de cortar gastos e incentivar financiamento privado. Assim, consta no documento do governo a retirada de aposentados e pensionistas da folha de pagamento das universidades para economizar 2,3 bilhões de reais; a cobrança de mensalidades de alunos ou ex-alunos; incentivos fiscais (de novo!) para empresas que invistam em educação; e assistência estudantil paga ou em troca de trabalho voluntário. Mesmo que a cobrança de mensalidades não venha já, é preciso que o movimento estudantil tenha claro que o projeto do governo leva ao fim da gratuidade em um futuro próximo. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 167).

Para Otranto (2006), as medidas tomadas pelo governo Lula, e que posteriormente viraram leis, estavam contidas no Documento do Grupo de Trabalho Interministerial, e seus fundamentos são os do Banco Mundial e agências multilaterais: o PROUNI, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, as parcerias público-privadas, o ensino a distância e as medidas efetivadas para o ensino profissional. A expansão da educação superior não está divorciada da lógica privatista que envolve o conceito de autonomia do documento, ressalta a autora.

Como se pode perceber, os fundamentos da Reforma da Educação Superior do governo Lula estão calcadas em marcos regulatórios defendidos pelos organismos internacionais. A maior parte desses fundamentos foi defendida no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e direcionou medidas legais que foram sendo implantadas, desenhando a reforma de acordo com os interesses governamentais. Dentre essas medidas, pode-se destacar o PROUNI, O SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, as parcerias público-privadas, o decreto que normatiza a educação a distância, além das medidas já adotadas para educação profissional. (OTRANTO, 2006, p. 49).

O ano de 2004 foi decisivo para a consecução do objetivo governamental de “reformular” a educação superior. De acordo com Lima (2007), no dia 6 de fevereiro de 2004, o Ministro Tasso Genro instituiu o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES), tendo como fito a confecção de um pré-projeto de reformulação da universidade.

Lima (2007) adverte para o fato de que, apesar da mistificação de que o GERES daria início à reformulação da educação superior, esta já vinha em curso desde a primeira fase da contrarrevolução neoliberal no Brasil, como denomina a autora, nos governos de Collor e Itamar, e que por sua vez, já fora precedida pelas tentativas de reforma universitária do governo militar na década de 1960. O GERES, em agosto de 2004, deu publicidade ao documento *Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Apesar de o documento anunciar que foi fruto de amplo consenso, elaborado de forma democrática e que as divergências seriam no varejo, a autora assevera que

Uma análise do formato dos eventos realizados pelo MEC para ampliar o debate sobre a reformulação da educação superior demonstra que o diálogo não se efetivou. Seja na teleconferência realizada em abril de 2004, quando participaram apenas Andifes e União Nacional dos Estudantes (UNE), seja, nas audiências regionais, quando representantes dos movimentos sociais, estudantis e sindicais foram impedidos de participar, o MEC tem sistematicamente privilegiado o debate apenas com as direções das entidades que estão afinadas com seu projeto de reformulação. Além destes fatos, cabe ressaltar que as divergências existentes não são pontuais; são divergências de fundo, que se referem à própria concepção de educação que norteia a reformulação da educação superior. (LIMA, 2007, p. 167).

Para Lima (2007), as premissas políticas do documento estão ancoradas nestes balizamentos: a educação é identificada com um asséptico conceito de bem público e serve na verdade para passar a ideia que se todos prestam um serviço público — privadas e públicas — as verbas podem ser distribuídas para os dois setores, legitimando assim o financiamento público para instituições de ensino superior privadas; a justiça social passa a ser sinônimo de igualdade de oportunidades e cabe a cada indivíduo buscar o seu quinhão por meio de suas competências e habilidades “nos cursos pós-médio ou nas universidades”;

o Estado, no lugar de provedor, passa a ser regulador das relações entre o público e o privado.

O *Geres*, consoante Lima (2007), ressalta que a principal tarefa do Ministério seria a confecção da Lei Orgânica da Educação Superior, tendo com parâmetro a diversificação do sistema de ensino superior brasileiro para ampliar o acesso e pela diversificação das fontes de financiamento da educação superior. Para a autora, o documento recupera um tema tão caro ao Banco Mundial, que é a diversificação do ensino superior, calcado em duas premissas: uma nítida diferenciação entre o papel das universidades — elaborar conhecimento — e as outras — atualizarem conhecimento; e a segunda premissa é

[...] a flexibilização dos currículos dos cursos de graduação a partir da constituição de um ciclo inicial de dois anos (estudos universitários gerais), uma formação básica em nível superior com certificação própria, cujo objetivo seria fortalecer as capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita, assim como de conceitos de ciências em geral. (LIMA, 2007, p. 168).

A autora destaca o fato de que, em relação à diversificação das fontes de financiamento, o documento apontava a gratuidade exclusivamente para os cursos de graduação das IFES, significando que se corria o risco de cobrança de taxas de mensalidades para as outras instituições de ensino superior públicas e para outras atividades de ensino, tais como cursos sequenciais, cursos de pós-graduação *lato sensu* etc, assim como para atividades de pesquisa e extensão. Lima (2007) ressalta que, paradoxalmente, o documento faz alusão à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Lembra que o documento propunha como eixo da reforma o tripé autonomia, financiamento e avaliação.

O documento *Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior* enfatiza que a avaliação é peça fundamental para a regulação da autonomia das instituições de ensino superior ressalta o papel dos SINAES⁹⁶/CONAES nesse processo.

O SINAES/CONAES são pilares fundamentais da Reforma da Educação Superior e partes integrantes e indissociáveis de outros pilares, tais como autonomia universitária e financiamento. Por exemplo, na expedição de prerrogativas especiais às figuras de faculdades, faculdades integradas e Centros Universitários, o SINAES/CONAES, em consonância com a Secretária de Ensino Superior do MEC (SESu) e a Secretária de Educação Profissional e Tecnológico (SETEC), o Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas (INEP) e o

⁹⁶ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, objetivando a avaliação da educação superior.

Conselho Nacional de Educação (CNE), representarão elementos centrais nessa definição. (BRASIL, 2004, p. 10-11).

O SINAES será responsável pela avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes,⁹⁷ bem como servirá de referência básica para os processos de credenciamento e renovação de credenciamento das instituições; autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. A avaliação institucional será realizada mediante avaliação interna e externa e cada instituição deverá formar uma Comissão Própria de Avaliação-CPA. O que fica evidente, entretanto, na Portaria nº 2051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é que a CPA terá um caráter de apêndice das comissões designadas pelo INEP — comissões externas de avaliação institucional e comissões externas de avaliação de curso — responsáveis pela avaliação externa. Diferentemente da proposta defendida pelo movimento docente: avaliação interna realizada pela própria comunidade acadêmica e avaliação externa realizada pela comunidade externa por meio dos conselhos sociais.

Art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei de nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. (BRASIL, 2004, p. 3).

Os resultados da avaliação, caso sejam considerados insatisfatórios, conduzirão à celebração de um protocolo de compromisso, com metas e prazos de superação das dificuldades detectadas na avaliação⁹⁸, firmado entre a IES e o MEC. O descumprimento desse protocolo, no todo ou em parte, implicará as seguintes penalidades:

- I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior. (BRASIL, 2004, p. 5).

O SINAES manteve a lógica do controle sobre as IES e ilustra a natureza do Estado brasileiro — avaliador ou regulador — que se desresponsabiliza do financiamento e assume o papel de regulação/controle e a avaliação permanece classificatória e punitiva.

⁹⁷ Esta avaliação dar-se-á mediante a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-ENADE, por amostragem, ao final do primeiro e do último ano de curso.

⁹⁸ No tocante aos recursos necessários ao saneamento dos problemas detectados, a Portaria nº 2.051/2004 explicita que estes serão responsabilidade das mantenedoras.

O novo sistema de avaliação é questionado em sua essência pelo dirigente estadual do PSTU, ao assinalar que não se deve analisar aspectos separados da reforma, procurando eventuais aspectos positivos, como fazem alguns partidos como o PC do B⁹⁹, e sim uma análise de conjunto, de totalidade.

(...) Essa era a função da avaliação. Do ponto de vista pedagógico, era um avanço em relação ao antigo provão do governo FHC mas o problema não é a avaliação pedagógica da avaliação em si, é pra que está a serviço a avaliação? (...)

Um dos aspectos positivos que o PC do B avaliava era o problema do novo sistema de avaliação do ensino superior porque segundo o PC do B e a própria esquerda do PT, que compunha a UNE, dizia que a avaliação era mais global não era uma avaliação pontual, que priorizava alguns elementos do processo avaliativo, era uma avaliação mais global. Só que qual era o problema? O problema era que a avaliação estava a serviço desse projeto global da reforma universitária que era você ter, depois da avaliação, enquadrar as universidades boas, com bom desempenho, com mau desempenho para a partir daí, você fazer a redistribuição das verbas. Então é um equívoco você tomar uma avaliação dessa como progressista. Você avalia pra que serve a avaliação — para ranquear e distribuir verbas. E fazer com que as universidades privadas tivessem acesso à verba pública porque o que que acontecia, você tinha quatro atributos, critérios para você avaliar. Você avaliava a instituição, o corpo docente, os alunos e tem outra que agora eu esqueci. E a universidade, ela poderia utilizar pra nível de qualificar a universidade qualquer um dos critérios, por exemplo, se uma universidade privada não fazia nenhum tipo de pesquisa, porque a maioria é assim, nenhum tipo de extensão, mas foi bem no ENADE que é o exame nacional aplicado ao corpo discente, ela poderia usar só esse elemento para poder pleitear verba para o setor privado. (DIRIGENTE C DO PSTU entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

Outra questão importante da reforma universitária, e que precisa ser analisada, é o acesso. O problema do acesso à educação superior retornou ao palco dos debates a partir dos anos 1990. No governo Lula, também se apresentou como uma das preocupações de Tarso Genro, que foi a imprensa divulgar a proposta de “estatização” de 100 mil vagas no ensino superior privado, aproveitando sua suposta capacidade ociosa¹⁰⁰ e destacando a necessidade de estabelecer nova relação entre as instituições públicas e privadas “de tal forma que todo o sistema funcione em função do interesse público”. (UNIVERSIA, 2010).

Na mesma matéria, o Ministro apontou as vantagens dessa ideia em relação ao FIES, criado no governo FHC.

“O FIES vai ser mantido. Nenhum aluno que está no FIES vai ser prejudicado. Sua expansão vai ser moderada. Nós vamos crescentemente compatibilizá-lo com a oferta de vagas gratuitas (do Universidade para Todos), porque o FIES é pago. O FIES é uma enorme despesa que o aluno faz e que o Estado faz com o financiamento. Mas ninguém será prejudicado por mudança no sistema. Pelo contrário: a nossa visão é compatibilizá-lo e, gradativamente, a médio e longo

⁹⁹ Partido que compõe a base de apoio do governo Lula e nele assume cargos importantes.

¹⁰⁰ Este foi um dos argumentos utilizados para a criação do PROUNI. Conforme dados do INEP, de 2002, haveria uma capacidade ociosa da ordem de 37,5% no setor privado de ensino superior.

curso, se o sistema Universidade para Todos der certo, e esperamos que dê, vamos gradativamente substituí-lo sem prejuízo para ninguém", disse Genro. (UNIVERSIA, 2010).

De acordo com Otranto (2006), o Programa Universidade para Todos- PROUNI deveria ter sido lançado em 17 de abril, mas foi adiado pelo presidente Lula por ter sido criticado pelas associações privadas de ensino superior, que não gostaram do percentual de abertura de vagas e cobraram do governo isenção do Imposto de Renda e mais outros três tributos para as instituições com fins lucrativos, conforme a autora.

Sanado o quiproquó com as entidades privadas, o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei do PROUNI, mas, mesmo o tendo feito, o presidente Lula lavrou a Medida Provisória (MP) nº 213/2004,¹⁰¹ instituindo o Programa Universidade Para Todos e assinou

O decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, regulamentou a MP e a Portaria nº 3.268, de 19 de outubro de 2004, estabeleceu os procedimentos para a adesão das Instituições privadas de Educação Superior ao PROUNI. (OTRANTO, 2006, p. 49).

A autora entende que o mais interessante foi a exposição de motivos da MP, que ressalta seu caráter consensual, quando a própria emissão de uma MP é uma demonstração de autoritarismo e eram notórias as divergências esboçadas pelo movimento docente e escolas privadas. O consenso revela-se falso, quando o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública¹⁰² se posicionou contrário ao PROUNI.

Já transformado em lei — Lei 11.096/2005 — em 2005, o PROUNI tem como objetivo

[...] a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005, p. 1).

As instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, ao aderirem ao Programa, mediante assinatura do termo de adesão com vigência de dez anos, ficam isentas dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social

¹⁰¹ Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que Institui o Programa Universidade para Todos- PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências, convertida na Lei nº 11.096 de 2005.

¹⁰² O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi criado no período da Constituinte e foi oficialmente lançado em Brasília no dia 9 de abril de 1987, com o fito de defender a escola pública. O Fórum é composto por diversas entidades: ANDES, FASUBRA, ANDIFES, ANFOPE, ANPED, CEDES, CNBB, CNTE, UNE, UBES dentre outras.

para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Conforme dados do governo referentes à isenção fiscal de 2005-2007, em 2005, a isenção fiscal foi R\$ 106.737.984; em 2006 esse valor passou para R\$ 114.721.465; e em 2007, em valores estimados, aumentou para R\$ 126.050.707, conforme dados da Receita Federal- Coordenação-Geral de Política Tributária (Nota COPAT nº 010/2007, de 02/03/2007).

A modalidade de bolsa é definida pela renda familiar *per capita* dos estudantes.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005, p. 1)

Dados do SISPROUNI - Bolsistas 2005-2º/2009 apontam um crescimento vertiginoso da quantidade de bolsas a cada ano. Em 2005, foram 112.275, sendo 71.905 integrais e 40.370 parciais. Em 2006, esse total se elevou para 138.668, sendo 98.698 integrais e 39.970 parciais. Em 2007, o total foi de 163.854, distribuídas em 97.631 integrais e 66.223 parciais. No ano seguinte, saltou para 225.005 bolsas, das quais 99.495 são integrais e 125.510 parciais. Já em 2009, chegou ao montante de 247.643, com 153.126 integrais e 94.517 parciais.

O público-alvo do PROUNI é definido no Art. 2º da legislação destinando-se:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. (BRASIL, 2005, p. 1)

O jornal *OS* considera que o PROUNI é uma privatização dos lucros e uma socialização dos prejuízos, aliás, expressão utilizada por Celso Furtado para caracterizar a política adotada no final da década de 1920 em relação ao café. O PROUNI, apesar do manto que o encobre — o discurso de democratização das vagas e da educação superior apresentado pelo governo — é na verdade para compensar a inadimplência das instituições de ensino superior que amargavam uma inadimplência de 35%. O *Opinião Socialista*

defende a ideia de que as verbas públicas devem ser destinadas às universidades públicas que poderiam ampliar as vagas e ofertar cursos noturnos.

Após uma década de vertiginosa expansão, o ensino superior privado entrou em crise. Cerca de 37% das vagas oferecidas não são preenchidas e a inadimplência chega a 35%.

Frente a esta crise o governo intervém para garantir os lucros aos empresários. Assim aconteceu com os bancos (PROER), com a AES (Eletropaulo). A “estatização” das vagas ociosas na rede privada tem que ser vista neste contexto de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. O governo já subsidia o ensino privado através de isenções fiscais e previdenciárias, que serão aumentadas com a “estatização”, e com o crédito educativo. Gasta só aí, o equivalente à metade do orçamento de todas as universidades federais.

Ao invés de comprar as vagas na rede privada, o governo Lula deveria expandir vagas nas universidades públicas, principalmente em cursos noturnos usando para isso os recursos gastos no pagamento dos juros da dívida externa.

O ANDES-SN, a Fasubra e a UNE devem repudiar a compra de vagas, e exigir mais verbas para a universidade pública e gratuita. Os 10% do PIB que são usados no serviço da dívida deveriam ser aplicados na educação pública. Esse cenário será agravado no próximo ano quando entrar em vigor a Alca que aprofundará ainda mais a mercantilização da Educação. Cabe lembrar que o governo Lula é favorável à Alca e que o Brasil ocupa a co-presidência junto com os Estados Unidos. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 167).

Gomes (2008, p. 31) também enfatiza que o PROUNI fortalece a privatização da educação superior brasileira.

Portanto, o PROUNI parece representar uma política que tende a fortalecer o processo de privatização da oferta de educação superior no Brasil. Isso porque, de acordo com a Tabela 3, o governo tem ampliado anualmente a oferta de bolsas para a população de estudantes que atende as condições do PROUNI.

Destaca, porém, que essa política de expansão privatista, que já caracterizava o governo FHC, ganha um invólucro diferenciado, que resta claro no PROUNI, mas não é exclusivo deste, pois está presente em todas as ações governamentais referentes a expansão do acesso à educação superior — a tematização da democratização do acesso e da justiça social.

[...] O PROUNI representa uma tentativa diferenciada de lidar com o fenômeno (da expansão) por associar o financiamento estatal das instituições privadas com e sem fins lucrativos, por meio da isenção fiscal, à incorporação de parcela da população estudantil historicamente sub-representada no sistema de educação superior. Neste cenário, o governo Lula procura produzir uma nova matriz discursiva para re-significar a ampliação do acesso e a expansão da educação superior mediante a tematização da democratização do acesso e da justiça social. (GOMES, 2008, p. 31).

Lima (2008) acrescenta que o PROUNI assim como a Lei de Inovação Tecnológica, pode ser considerada expressão da implementação das parcerias público-privadas-PPPs¹⁰³ na educação superior.

As PPP serão expressas através de várias ações realizadas pelo atual governo: do PROUNI, que garante isenção fiscal para o setor privado em troca de “vagas públicas” nas IES privadas até a Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza as parcerias entre as IES públicas e as empresas. (LIMA, 2008, p. 67).

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, outra medida do governo Lula no ano de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Lima (2007, p. 175) aponta os três eixos que organizam este marco regulatório:

O estabelecimento de parcerias entre as universidades, centros de pesquisa e empresas; o estímulo à participação das universidades e centros de pesquisa no processo de inovação; e o incentivo à inovação tecnológica nas empresas. A nova lei autoriza a incubação de empresas nas instituições de ensino superior públicas e a utilização, pelo setor privado, de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos das IES públicas. O governo também normatiza incentivos fiscais para o setor privado e a concessão de bolsas e pagamento ao servidor público que esteja atuando nas atividades de inovação tecnológica no setor privado, com recursos captados por estas atividades, atribuindo à União o papel de apoiar e estimular estes contratos envolvendo universidades e iniciativa privada. Como afirma Oliveira (2004, p.79), “o conceito de ‘inovação’ refere-se, neste caso, ao uso adequado da tecnologia [...]”. A inovação tecnológica é concebida como a capacidade de absorção/adaptação de tecnologias, pois não se trata de uma política de estímulo à produção de ciência e tecnologia, mas de compra e adaptação de pacotes tecnológicos, utilizando uma lógica absolutamente adequada às políticas de abertura comercial e estímulo à entrada de capital internacional. Esta concepção está presente também na destinação das verbas dos fundos setoriais, mantidos pelo governo Lula da Silva.

Sobre a Lei de Inovação Tecnológica, Otranto (2006) destaca outros aspectos fundamentais para uma análise de conjunto dessa medida: os professores passam a ser percebidos como “empreendedores”; a universidade passa a cumprir o papel de responsável pela inovação, e não pela produção de ciência e tecnologia, que é papel das empresas; e as pesquisas financiadas são sigilosas, professores e alunos não podem divulgá-las sem expressa autorização. Este último aspecto pode ser compreendido por meio da leitura do art. 12 da referida Lei.

¹⁰³ Regulamentada pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Esta constitui “contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”. (BRASIL, 2004, p. 1). A primeira é “a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado” enquanto a segunda “é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”. (BRASIL, 2004, p. 1).

Art. 12. É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT. (BRASIL, 2004, p. 4).

O jornal *Opinião Socialista*, número 170 de 2004, traz um artigo interessante do economista Rodrigo Ávila, analisando o caráter privatista das parcerias-público-privadas, caracterizando-as como uma privatização sem a batida do martelo dos leilões e como um componente ou uma das formas que pode assumir o processo de privatizações. As PPPs, para o autor do artigo, aparecem tanto na penúltima Carta de Intenções do governo Lula ao Fundo Monetário Internacional de novembro de 2003 assim como afloram no “Documento Programa” do empréstimo do Banco Mundial ao Brasil.

O argumento legitimador da utilização do expediente das PPPs é o mesmo bordão da falta de recursos internos para investir em infraestrutura, ou seja, da falta de poupança interna para tal empreendimento. O autor entende corretamente que isso hipoteca a autonomia e joga água no moinho da vulnerabilidade externa, pois as empresas estrangeiras irão remeter mais lucros para o exterior. As PPPs poderão ser utilizadas em diversos setores, como saneamento, estradas e escolas. Adverte para o fato de que as PPPs não trarão serviços públicos de qualidade para todos e ainda há um agravante: o Estado garante o lucro destes serviços. Caso as empresas se queixem de não estarem operando com o lucro esperado, elas poderão aumentar as tarifas cobradas, correndo o risco de muitos brasileiros ficarem sem serviços em diversas áreas. Os estudos da organização Transparência Brasil indicam que os riscos de manipulações das licitações irão aumentar com a legislação das PPPs.

Analisando trechos da redação da lei das PPPs, o autor considera que há a possibilidade das PPPs serem bonificadas com a concessão de bens públicos como recursos naturais e até mesmo vincular receitas tributárias da União ou vender os bens públicos federais para honrar os compromissos com as empresas privadas.

Alguns trechos da redação da lei das PPPs, aprovada na Câmara em março, saltam aos olhos. O artigo 5º diz: “A contraprestação da administração pública nos contratos da parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária; cessão de créditos não-tributários; outorga de direitos em face da administração pública; outorga de direitos sobre bens públicos; outros meios admitidos em lei. “Abre-se assim a ameaça de que os parceiros privados sejam remunerados com a concessão de bens públicos, como rios e outros recursos naturais.

O parágrafo 1º deste artigo diz também que os “contratos previstos nesta Lei poderão prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos. “Ou seja, o Estado poderá garantir a rentabilidade do investidor privado. A lei das PPPs

também visa a concessão de garantias para o pagamento dos parceiros privados e o artigo 7º explica como se dará essa garantia: “Para o cumprimento das obrigações mencionadas no artigo 6º desta Lei, será admitida a vinculação de receitas e a instituição ou a utilização de fundos especiais”. Mais adiante, o artigo 8º diz que tais garantias podem ter como fonte “dotações consignadas no orçamento e créditos adicionais; transferência de ativos não-financeiros; transferências de bens móveis e imóveis, que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 170, p. 3)

Não ocorre à toa, segundo a pesquisadora Kátia Lima (2007), a nomeação de Fernando Haddad como secretário-executivo do Ministério da Educação, que, inclusive, demonstraria maior peso político nas políticas elaboradas para a educação superior do que o secretário da Educação Superior, Nelson Maculam. Esta indicava o eixo norteador da reformulação: o aprofundamento da diluição das fronteiras entre o público e o privado, por meio da retomada do conceito de público não estatal, apresentado por Bresser- Pereira no governo Cardoso.

A economista Ceci Juruá (apud OTRANTO, 2006, p. 53) também compara as PPPs a um mecanismo de leilão do Brasil.

Parece que o Brasil está sendo leiloado. O governo é um corretor sem direito (legal, formal) às comissões de corretagem. Os compradores terão seus direitos plenamente assegurados, em conformidade aos direitos de propriedade tão prestigiados em países imperiais. Terão garantia de lucratividade em suas aplicações financeiras, pouco importa o desperdício que assumirem.

Compondo também o cenário de “reforma” do governo Lula, há, já na gestão do novo ministro da Educação, Fernando Haddad¹⁰⁴, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a oferta de educação a distância no País.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior;

V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) seqüenciais;

b) de graduação;

c) de especialização;

d) de mestrado; e

e) de doutorado. (BRASIL, 2005, p. 1).

Segundo Otranto (2006), a ênfase imprimida ao ensino a distância nos documentos oficiais dá a entender que a prioridade será concedida a essa modalidade de

¹⁰⁴ Tarso Genro ocupou o cargo de ministro de janeiro de 2004 a julho de 2005.

ensino para equacionar a tão decantada ampliação da oferta e não por meio da abertura de cursos de graduação nas instituições de ensino superior públicas. O mercado de educação a distância vem se tornando cobiçado e é coqueteado por diversos países que almejam tirar proveito dessa modalidade de ensino.

No dia 19 de dezembro de 2005, foi assinado pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, o Decreto nº 5622, que regulamenta o ensino a distância no Brasil. Para a autora mencionada, esse decreto, somado à lei das parcerias público-privada, reforça a abertura do mercado educacional no País ao capital forâneo, com restrições mínimas que podem ser obliteradas no transcorrer do processo e consolida o acalentado sonho do ex-ministro Cristovão Buarque da “universidade aberta”. Para ele, novamente, o governo Lula utiliza o estratagema de se adiantar na “reforma universitária” sem o concurso de uma discussão mais ampla com a comunidade universitária e sequer sem aval do Parlamento.

Como dito, a reforma da educação superior no governo não se materializa numa legislação ou documento único (a) e específico (a). Esta é resultado de uma miríade de medidas, ações, que antecederam a elaboração do Projeto de Lei 7.200/2006, e suas versões de anteprojetos, enviado ao Congresso Nacional em junho de 2006¹⁰⁵. Muitas dessas medidas já foram apresentadas no decorrer deste texto. Considero importante, entretanto, fazer uma análise, mesmo que breve, das ideias-forças que perpassaram as versões dos anteprojetos que culminaram na redação do PL 7.200/2006.

Cêa (2006) destaca três ideias-forças contidas na contrarreforma da educação superior do governo Lula, que são as seguintes: 1) “a educação superior é um bem público ou a educação como mercadoria”; 2) “A educação superior deve atender às demandas sociais”, ou a ideologia da responsabilidade social; 3) “Expansão da Educação superior”, ou a lógica da privatização do financiamento público”. Ver-se-à na sequência uma análise das três ideias-força que animam a “reforma” universitária.

Segundo Sguissardi (2005), em seus estudos, os debates e discussões sobre a educação como um bem público ou privado vem se pautando pelas concepções de “capital humano” e “capital social” que, por sua vez, são utilizadas nas agendas de inúmeros governos e organismos internacionais. Cêa (2006) entende que dentro do quadro onde se dá essa discussão — da reforma da educação superior — a ideia da educação como um bem público vem revigorar a reformulação das fronteiras entre o público e o privado, num

¹⁰⁵ O Projeto de Lei 7.200/2006 tramita no Congresso e já recebeu centenas de emendas.

contexto de valorização do teor gerencial do Estado brasileiro, que foi tomando corpo a partir dos anos noventa do século passado. Medidas tais como o PROUNI ou as PPPs jogam água no moinho da indiferenciação entre o público e o privado. No lugar de se balizar na concepção do público como universal, correlacionado à direitos e necessidades universais, a exaltação da educação superior como bem público é a afirmação, com todas as letras, de que a educação é uma mercadoria que deve ser disponibilizada em um mercado educacional. Acentua com muita propriedade que a expressão bem público, “nesse caso, articula-se à idéia de propriedade, de algo que pode ser trocado, vendido, acumulado, mais do que a um sentido eminentemente político.” (CÊA, 2006, p. 53).

A autora aponta que há um interesse do comércio internacional e de várias instituições internacionais, como a Organização Mundial sobre o Comércio (OMC), desde 1985, para o livre acesso ao mercado educacional dos países sem o estabelecimento de restrições ao capital estrangeiro.

Cêa (2005) assevera que há, no tocante à participação do capital estrangeiro, uma disputa entre o governo e os empresários deste ramo, já que nas quatro versões do anteprojeto de lei da educação superior foi estabelecido “um teto mínimo de 70 por cento de pertencimento do capital total e votante das entidades mantenedoras de educação superior com fins lucrativos a entidades nacionais”. (CÊA, 2006, p. 53).

Os empresários privados, valendo-se da falta de regulamentação e da ineficácia do ato jurídico das versões do projeto, estão entabulando negociações nesse lucrativo negócio. A autora cita a Faculdade Pitágoras, de Minas Gerais, que já conta com 50 % de capital internacional em seu capital total (Grupo Apollo). Outra instituição privada de ensino superior, a Anhembí, de São Paulo, já possui 51% de ações de suas ações compradas pelo capital estrangeiro, pela empresa Laureate. Nesse sentido, o ensino superior brasileiro vai criando e aprofundando seus liames com o capital estrangeiro e albergando duas poderosas empresas financeiras norte-americanos que competem entre si, destaca. (CÊA, 2006).

Malgrado as declarações de representantes do MEC de que são contrários à inclusão da educação na Organização Mundial do Comércio, será muito difícil que consigam suportar a avalanche de pressões para abrir ainda mais a educação brasileira ao mercado internacional. Cêa (2006) assevera que, antes da publicidade a terceira versão do projeto de lei da reforma universitária, o Ministro à época, Tarso Genro, noticiou que estava predisposto a flexibilizar até 50% a participação do capital estrangeiro na área educacional. Parece que esse será um dos itens no qual o governo será mais tensionado nas

discussões sobre o Projeto de Lei no Congresso Nacional. Conforme Cêa (2006), esta tensão ocorrerá porque as grandes empresas são contrárias ao estabelecimento de limites para o capital estrangeiro, enquanto as micros e pequenas empresas aceitam o limite de 30%, já firmado nas versões anteriores do anteprojeto de lei da reforma, desde que aumentem a flexibilização na já diminuta regulamentação para o ensino privado.

Leher, de acordo com a autora, identifica o fato de que os serviços educacionais fazem parte de um jogo econômico e que a abertura do setor ao capital estrangeiro serve de contrapartida para outras negociações, como a abertura do setor agrícola, por exemplo.

Essas negociações podem acontecer ou estão ocorrendo e podem suceder na esfera, por exemplo, dos serviços educacionais e, em vez de investimento estrangeiro se direcionar diretamente para as instituições de ensino superior, eles podem fluir para o suculento mercado das tecnologias educacionais, conforme Cêa (2005), que “movimenta no Brasil, anualmente, ‘cerca de R\$ 90 bilhões, o equivalente a 9% do PIB — quase a movimentação dos setores de telecomunicações e energia, juntos’”. (*TRAMA COMUNICAÇÃO* apud CÊA, 2006, p. 55).

Na segunda ideia força, Leher, citado pela autora, assevera que as medidas empreendidas pelo governo e as previstas no anteprojeto robustecem o ensino privado superior pelos canais já conhecidos, mas que serão aprofundados por medidas tais como: isenções fiscais, liberalização e flexibilização ainda maior do ensino superior para o mercado educacional e aprofundamento da diferenciação institucional.

Embora haja nuances entre as várias versões do anteprojeto no tocante à segunda ideia força, o mercado é o centro de gravidade da noção de responsabilidade social e aparece como um contrapeso aos efeitos desagregadores do mercado, mas, na verdade, ele solidifica a óptica mercantil-capitalista e sua hegemonia, na medida em que a acumulação, que é o móvel do empresário, passa a ser edulcorada com a noção de responsabilidade social.

O mercado é a origem e a referência para a noção e a prática da responsabilidade social; esta é elaborada como estratégia de sobrevivência das empresas em um momento de agudização dos problemas sociais, decorrentes do aprofundamento da distância entre possuídores e despossuídos, entre apropriadores e desapropriados da riqueza social. Nada despreziosa, a noção de responsabilidade social aparece como atenuante da hegemonia burguesa quando, de fato, materializa-se como sua afirmação. (CÊA, 2006, p. 60).

A ideia de responsabilidade social tem, ainda, a função de legitimar o Estado mínimo e a desresponsabilização deste no tocante à necessidade de instituir direitos

universais e financiá-los para garantir o acesso da população a estes direitos. Para a autora, essa é uma ideologia muito cara à chamada Terceira Via.

A absorção da idéia de responsabilidade no âmbito do Estado pressupõe a assunção da incapacidade e da desobrigação do Estado em responder como ente político às necessidades sociais de caráter universal, seja pela suposição de sua incapacidade técnica, seja pela suposição de sua ilegitimidade para assumir determinadas funções como, por exemplo, desempenhar as tarefas consideradas próprias do setor privado ou agir como o grande “provedor” social. A disseminação da crença na necessidade de diminuir o tamanho do Estado e de redefinir suas funções sociais está na base da aliança entre as idéias de responsabilidade social e de ação estatal. Essa aproximação é uma das expressões da “nova” promessa burguesa para a sociabilidade capitalista representada pela Terceira Via. (CÊA, 2006, p. 61).

Para Cêa (2006) a Terceira Via é uma tentativa de encontrar um meio-termo político entre as ideias socialistas e o ideário neoliberal e é também uma tentativa de reaglutinação da hegemonia burguesa diante do desgaste das políticas neoliberais para amainar os problemas sociais. A Terceira Via é a superação dialética do neoliberalismo, ressalta Cêa (2006), pois, ao mesmo tempo em que critica sua idolatria do mercado perante as relações sociais, sua resposta é um aprofundamento da mercantilização destas relações sociais, desconfigurando a diferença entre demandas do mercado e demandas humanas e operacionalizando uma confraternização entre capital e trabalho. A Terceira Via ressalta os mecanismos da sociedade civil e sua autonomia como suposta saída para a disjuntiva entre o mercado e o Estado. O chamado terceiro setor entra como uma mediação entre o capital e o Estado, como espaço de solidariedade e de humanização das relações de exploração. O terceiro setor é um parceiro privilegiado para a educação superior buscar parcerias.

Na terceira ideia-força —“expansão da educação superior” ou a lógica da privatização do financiamento público — a ideia do Terceiro Setor ganha materialidade e apoio jurídico, com a Lei nº 11.079/2004, que estabelece normas para as PPPS na esfera da Administração Pública e Fernando Haddad foi seu principal inspirador e defensor.

Cêa (2006) relembra com muita propriedade que a Lei convalida a ideia da deslegitimação das funções do Estado, garantidas anteriormente, e sua transferência para a esfera da sociedade civil, espaço privilegiado do Terceiro Setor, e operacionaliza o deslocamento do bem público da esfera do Estado para o âmbito da sociedade civil.

Os vetos a alguns artigos da Lei da PPP não invalidam o cerne do pensamento neoliberal que está por trás das PPPs, que é para Cêa (2006) o seguinte: se o setor privado pode expandir as vagas com um menor custo, por que o Estado tem que o fazer? Essa é a

matriz conceitual e política subjacente à política de expansão das vagas na educação superior.

Já para Leher as principais linhas de força da reforma da educação superior de Lula da Silva estão consubstanciadas nos aspectos:

- 1) a consolidação do eixo privado como o vetor do fornecimento da educação superior;
- 2) a naturalização de que os (poucos) jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino superior de qualidade drasticamente inferior;
- 3) a transformação da universidade em organização de serviços demandados pelo capital, metamorfoseados como inovação tecnológica;
- 4) a conversão da educação tecnológica em um braço da ação empresarial;
- e 5) a hipertrofia do controle governamental (produtividade, eficiência e ideológica, reguladas por meio da avaliação) e do mercado (financiamento e utilitarismo) sobre a universidade pública, inviabilizando a autonomia e, principalmente, a liberdade acadêmica. (LEHER apud OTRANTO, 2006, p. 28).

As três versões desaguam no Projeto de Lei 7.200. O PL 7.200, de 12 de junho de 2006, enviado ao Congresso Nacional, foi acrescido de 368 emendas e apensado ao PL nº 4.212/04, que se tornou o projeto principal em julho do mesmo ano. O PL 7.200 será analisado em conjunto, também, com mais um PL, o de nº 4.221/04¹⁰⁶. O PL principal tramita em regime de urgência, sendo analisado por uma comissão especial com a seguinte composição:

O presidente da comissão especial é o deputado Gastão Vieira do PMDB, autor de todas as 93 emendas do partido, um dos vice-presidentes é Átila Lira, do PSDB, autor do projeto principal, e outro é João Matos, do PMDB, autor do PL nº 4221/04, sendo o relator Paulo Delgado, do PT. (ANDES-SN, 2006, p. 2).

Minha intenção nesse trecho do trabalho não é fazer uma análise exaustiva do PL 7.200/06 e sim destacar seus aspectos principais, haja vista sua articulação com as medidas já efetivadas e analisadas no estudo.

O PL 7.200/06 é o coroamento de um conjunto de medidas que já vinham sendo implementadas — o PROUNI, a EAD, o SINAES, a legalização das fundações de Direito privado etc.— e reforça sobremaneira o processo de mercantilização da educação superior no Brasil.

Não é à toa que o ANDES-SN alerta para a noção de que a sofreguidão do Executivo em converter o ensino superior público, de direito social, em serviço, encontrará amparo no açodamento dos congressistas que representam os interesses privatistas do ensino superior em levar a cabo esta tarefa.

¹⁰⁶ Vale ressaltar que tanto o PL 4.212/04 quanto o PL 4.221/04 apresentam um forte teor privatista.

O ANDES-SN enfatiza que a reforma da educação superior brasileira se dá numa conjuntura na qual os organismos internacionais têm um desvelo em defender a mercantilização do ensino superior e sua abertura para os negócios internacionais. Na Organização Mundial do Comércio, há uma disputa para a abertura desse promissor negócio para os monopólios.

O próprio BM já tinha os olhos voltados para a educação superior brasileira desde os idos de 1993, quando, segundo o ANDES-SN, escrevera um documento, dividido em dois volumes, que recebeu considerável influxo de estudos de dois pesquisadores do NUPES-Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, Eunice Durhan e Simon Schwartzman, os dois citados como consultores do BM.

Em outro documento do BM, de 2002, há mensagens para todas as áreas de atuação do Poder Público brasileiro, segundo o sindicato nacional, e no tocante a mensagem de número 6 (seis), para a educação, há um diagnóstico e uma prescrição para aquilo que o BM apresenta como problema do ensino superior brasileiro. O BM sugere robustecer o setor privado para melhorar a oferta no ensino superior e ao mesmo tempo advoga medidas similares ao PROUNI somadas à cobrança de ensino nas instituições públicas e à defesa do financiamento das IFES vinculado ao desempenho.

A mesma tônica será dada pelo Ministério da Fazenda no documento intitulado *Gastos Sociais do Governo Central: 2001 e 2002* e nas diversas versões da “reforma” universitária. O ANDES-SN relembra que, na verdade, há uma expansão das vagas públicas sem a necessária contrapartida do aporte de recursos públicos, ao mesmo tempo em que o governo Lula é pródigo em financiar o ensino privado por meio do PROUNI.

O ANDES-SN alerta para a ideia da educação como um bem público, expressa no art. 3º do PL 7.200, que dilui a noção da educação como direito, e para a ideação de marcos regulatórios que possibilitam a captação de verbas públicas pelo setor privado sob o argumento de que tais marcos garantiriam a necessária função pública em regime de competição.

O documento de análise do ANDES do PL 7.200/06 também critica com muita pertinência os critérios adotados pela CAPES para a avaliação de pesquisa, por vários motivos, dentre os quais destaco: as distorções que podem se ampliar para as universidades afastadas dos grandes centros; os critérios adotados são alheios às demandas da sociedade brasileira; os critérios adotados hipertrofiam a ingerência da CAPES e auxiliam o

ranqueamento, a produtividade referenciada em si mesma; a tônica na produção industrial, na função empresarial, no comércio e no agronegócio.

O percentual de 30% de capital estrangeiro do capital votante permanece no documento, sendo retirada a exigência de tempo, existente nas versões anteriores, de que os 70% do capital restante pertençam a brasileiros natos ou naturalizados *há mais de dez anos*.

O art. 5º do PL permite que os cursos superiores, da graduação à pós-graduação *stricto sensu*, sejam ministrados a distância, desde que previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional e ofertados por IES credenciadas. Este é um dos pontos nevrálgicos do Projeto — o espaço ocupado pelo ensino a distância que agora pode ser estendido para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e lhe confere estatuto similar ao ensino presencial “em todas as situações”.

Os arts. 12, 16 e 18, referentes respectivamente às universidades, centros universitários e faculdades, apontam baixo nível de exigência no tocante à titulação dos docentes (50% do corpo docente das universidades com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores; 1/3 do corpo docente dos centros universitários com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos 1/3 destes doutores; 1/5 do corpo docente das faculdades com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado em efetivo exercício docente); ao regime de trabalho (1/3 do corpo docente das universidades em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, 1/5 do corpo docente dos centros universitários em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, não há exigência de regime de tempo integral ou dedicação exclusiva para as faculdades); além de sacramentar a autonomia concedida aos centros universitários e a não-obrigatoriedade deste na realização de atividades de pesquisa.

Outro aspecto que merece destaque é a redefinição de *ensino*, contida no PL 7.200. O documento considera *ensino* apenas os cursos de graduação e a pós-graduação *stricto sensu* e como formação continuada os cursos sequenciais e cursos de pós-graduação *lato sensu*. Levando em conta o que diz o art. 206 da CF de 1988 — gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais — pode-se estar legalizando a cobrança destes últimos nas IES públicas, que em alguns casos procuram este caminho para garantir sua sobrevivência financeira, em razão do descaso do Poder Público.

Nos arts. 46 e 47 do PL 7.200, reside o aspecto mais defendido como positivo do documento pela UNE e setores petistas — as medidas de “democratização” do acesso,

incluindo as ações afirmativas. Ressalto que medidas tais como: moradia estudantil, restaurante universitário, auxílio-transporte, assistência à saúde, bolsas para formação acadêmica etc são ações mais do que necessárias, urgentes e direito dos estudantes. A questão é: com que financiamento garantir tais medidas? O PL estabelece a destinação de 9% da verba de custeio das IFES para implementação dessas medidas, entretanto, esse percentual é insuficiente para atender a demanda atual, o que me leva a concluir que, para garantir os direitos dos estudantes, é imprescindível lutar por mais verbas e pela destinação dos recursos públicos somente para as IES públicas.

5.4.2. A Resistência à Reforma por Meio da Ação Direta

Na edição 167, de 2004, o OS critica a reforma universitária do governo Lula e apresenta um leque de bandeiras para mobilizar a comunidade universitária e os trabalhadores divididos por temas e por tarefas nas públicas e nas privadas: financiamento, autonomia, avaliação, acesso, assistência estudantil, tendo como eixo as bandeiras históricas de verbas públicas para instituições públicas, investir dez por cento do PIB em educação etc. O PSTU entendia que essa seria uma forma para disputar com o governo Lula o anseio por uma autêntica reforma democrática do ensino superior, mostrando ponto por ponto como a reforma de Lula estava na contramão das bandeiras históricas levantadas pelo movimento docente e discente ao longo de décadas.

A reforma que interessa ao movimento estudantil e aos trabalhadores é outra. É necessário defender uma universidade pública e gratuita, com verbas públicas suficientes para o seu funcionamento e ampliação, assim como a criação de novas universidades para abarcar a crescente demanda por ensino superior.

NOSSO PROGRAMA

(...) Não à inclusão da Educação na Alca/OMC!(...)

Nas públicas

Financiamento

Não ao financiamento privado! Mais verbas públicas para investir 10% do PIB em educação;

Propostas emergenciais: (...) Fim da DRU e investimento dos recursos da educação. (...) Fim da filantropia e dos subsídios ao ensino privado e investimento na educação pública (...).

Autonomia com Democracia

(...) Auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição, com aumento de verbas;

(...) Pelo fim das fundações privadas! Eleições diretas e no mínimo paritárias para reitor e cargos administrativos. Mandatos revogáveis. Fim da lista tríplice;

(...) Não à entrada da polícia nos campi; (...)

Avaliação

(...) Por uma avaliação a serviço da melhoria e expansão das universidades públicas!

Acesso

Ampliação das vagas e contratação de professores já! Por 6 milhões de vagas públicas até 2007! (...) Estatizar as faculdades privadas sem indenização, para chegar a 6 milhões de vagas; Abertura de novas universidades públicas; Por um

programa nacional de cotas para negros e estudantes de escolas públicas; Fim do vestibular e livre acesso à universidade.

Voluntariado

(...) Não ao voluntariado como critério de avaliação de cursos; Pelo financiamento estatal dos serviços públicos!

Assistência Estudantil

(...) Ampliação da assistência estudantil pública e gratuita; Criação de uma rubrica específica para assistência estudantil no Orçamento;

NAS PAGAS

Não à compra de vagas nas faculdades pagas. Abertura de mais vagas nas públicas com cotas para negros e estudantes de escolas públicas! Estatização das faculdades privadas!

Mensalidades

(...) Redução das mensalidades com base na auditoria; Isenção de mensalidade para desempregados. Revogação da lei de mensalidades e proibição de aumentos;

Matrícula para todos os inadimplentes

(...) Matrícula automática para inadimplentes usando as vagas ociosas gratuitamente, sem subsídio do governo. Proibição de inadimplentes no SPC. Estatização de faculdades que desrespeitarem estas diretrizes.

Qualidade de ensino

Fechamento dos cursos com baixa qualidade, ou sem diplomas reconhecidos. Transferência dos alunos para universidades públicas; Professores qualificados e bem remunerados. Obrigatoriedade para pesquisa e extensão; Proibição de abertura de novos cursos sem que essas diretrizes sejam cumpridas;

Financiamento

(...) Verba pública só para ensino público; Transformação do FIES em bolsas pagas pelos donos de escola; Por ensino público e gratuito para todos! Estatização das faculdades pagas! (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 167).

O PSTU, inicialmente, fez uma campanha de esclarecimento para elucidar para o estudantado o caráter privatista da reforma universitária. Organizou um grande encontro nacional em 2004, do qual participaram inúmeras entidades estudantis que, segundo o partido, se municiaram de elementos teóricos e políticos para lutar contra a reforma, o que possibilitou acumular forças para o plebiscito sobre esta e uma marcha contra ela em Brasília, em 2004.

Da mesma forma que a gente fez uma campanha explicativa sobre o caráter das reformas trabalhista e previdenciária, a gente fez a mesma coisa com a reforma universitária. O PSTU através de sua militância estudantil, nas entidades, ele fez um encontro, organizou um encontro em 2004, o encontro nacional contra a reforma universitária que participaram várias entidades estudantis, o PSTU foi parte da organização desse encontro. Esse encontro foi um marco muito importante na luta contra a reforma universitária porque ajudou a destrinchar pra uma vanguarda estudantil qual era o caráter da reforma e essa vanguarda ela voltou, em torno de 1.500, 1.600 estudantes, armada para dentro das universidades públicas e privadas pra explicar qual o caráter da reforma universitária. A gente fez uma campanha nacional contra essa reforma universitária do governo Lula. Também fizemos marcha, a gente fez uma coisa muito legal que foi um plebiscito, aí foi a CONLUTE que é a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes que os militantes do PSTU apoiavam. A gente fez um plebiscito nacional contra a reforma universitária perguntando o que os

estudantes achavam da reforma universitária do governo e foi amplamente rechaçada. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU, entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O encontro nacional¹⁰⁷ a que o dirigente do PSTU fez referência foi realizado nos dias 29 e 30 de maio no *campus* da UFRJ, na Ilha do Fundão, com a participação de inúmeras entidades (CAs, DCEs e ANDES-SN) como alternativa ao apoio dado pela UNE à reforma do governo Lula e pela organização da resistência a ela.

A posição da União Nacional dos Estudantes (UNE) diante desta reforma é vergonhosa. Ao invés de defender os estudantes, a UNE apóia a reforma do governo, mente para o movimento estudantil afirmando que a reforma “não está definida” e que o governo “está disposto ao diálogo”. Enquanto isso, organiza uma caravana com o MEC nas universidades, que está sendo repudiada pelos estudantes.

Como alternativa ao imobilismo da UNE, o DCE da UFRJ, com apoio do Sindicato dos Professores das Universidades Federais (ANDES-SN), e mais 66 entidades, está realizando um Encontro Nacional contra a Reforma Universitária de Lula & FMI, nos dias 29 e 30 de maio, no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, que deverá reunir de 700 a 1000 estudantes de todo o país.

“Queremos desencadear uma mobilização nacional que possa unificar estudantes, professores, e funcionários na luta contra essa reforma”, diz Júlia Eberhardt, diretora da UNE pela oposição. Coordenador do encontro e do DCE da UFRJ, Thiago Hastenreiter completa: “Já que a UNE prefere se aliar ao governo, nós vamos montar uma Coordenação Nacional composta por Diretórios e Centros Acadêmicos que estejam dispostos a organizar esta luta”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 175, p. 5).

O Encontro, considerado um sucesso pelo PSTU, delibera como resolução um plano de campanha contra a reforma, com atividades programadas até novembro¹⁰⁸, um manifesto chamado *Carta do Rio de Janeiro aos Estudantes e Trabalhadores de Todo o País*, a participação no ato nacional do dia 16 de junho de 2004, que será realizado em Brasília, a proposta de um Plebiscito Nacional sobre a reforma e a organização de uma Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes.

Estudantes de 17 estados e de 70 universidades (públicas ou privadas), além 18 escolas do ensino médio participaram do Encontro Nacional, nos dias 29 e 30 de maio, no Rio de Janeiro. Foram inscritos 1.220 estudantes, mas nos dois dias passaram pelo Encontro cerca de 1500 pessoas (...). O debate sobre a reforma Universitária foi o mais aguardado e contou com a presença dos representantes do ANDES-SN José Domingues, Janete Luzia Leite e José Vitório Zago, além da diretora de da UNE pela Oposição, Júlia Eberhardt. De acordo com os palestrantes, a reforma é um plano de subsídios para salvar as faculdades privadas e uma tentativa de privatizar as universidades públicas, com o corte das verbas estatais e a captação de recursos na iniciativa privada. A adequação do sistema educacional brasileiro à implementação da Alca também foi denunciada.

¹⁰⁷ Nesse Encontro, foi fundada a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes-CONLUTE como alternativa à UNE.

¹⁰⁸ Das atividades programadas, faziam parte debates e aulas públicas, calouradas sobre a reforma, Semana Nacional de Mobilização, atos contra a reforma nos diversos estados da Federação etc.

Nos grupos, os estudantes criticaram os principais pontos já apresentados pelo governo, como o projeto de Avaliação (SINAES), a compra de vagas nas faculdades privadas (Universidade Para Todos) e as cotas nas universidades públicas.

Outra unanimidade foram as críticas a UNE. Lucimar, do DCE da UFMG, foi taxativa: “A UNE não é nossa representante no debate da reforma Universitária. Ela hoje fala em nome do governo e ajuda a elaborar esta reforma privatizante”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 176, p. 12).

O ato nacional em Brasília contou com ampla divulgação das Coordenações Estaduais de Luta (CELUTAS) e de sindicatos que organizaram caravanas para Brasília¹⁰⁹. A manifestação estava organizada em três paradas: 1ª) no Ministério do Trabalho, com ato contra as reformas Sindical e Trabalhista; 2ª) no Palácio do Planalto, com ato contra a política econômica do governo; 3ª) no Ministério da Educação, com ato contra a reforma universitária.

No dia 12 de setembro de 2004, outra manifestação de grande porte aconteceu em Brasília — A Plenária Nacional "Vamos Barrar essa Reforma Universitária", que reuniu cerca de 1.700 pessoas (docentes, estudantes, técnico-administrativos e militantes de partidos, dentre eles o PSTU. A Plenária Nacional aprovou o seguinte calendário de luta: de 10 a 15 de outubro, encontros estaduais contra a reforma universitária; dia 11 de novembro, Dia Nacional de Paralisação contra a Reforma Universitária e a Mercantilização da Educação; de 13 a 19 de novembro, Plenárias Estaduais; dia 19 de novembro, Paralisação Geral contra a Reforma Universitária; dia 25 de novembro, Grande Marcha a Brasília contra a Reforma Universitária. Na Plenária também é anunciada a realização, em janeiro, do II Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, que será promovido pela Conlute¹¹⁰, no Fórum Social Mundial.

A CONLUTE, que organiza setores do movimento estudantil e universitário, é uma das protagonistas da organização do plebiscito nacional sobre a reforma universitária, realizado de 1 a 7 de novembro de 2004¹¹¹.

Sob o slogan Reforma Universitária de Lula & FMI: vote não, o plebiscito trará quatro perguntas abordando os principais pontos da reforma, como o Prouni, o Novo Provão e as fundações privadas, além de questionar se os estudantes concordam com o apoio da UNE à reforma. A expectativa dos organizadores é recolher 50 mil votos em todo o país.

“O plebiscito vai envolver muita gente na luta contra a reforma, porque muitos estudantes estão animados para organizar o debate e a votação nos seus cursos. Isso fortalece a nossa luta e mostra para a população que a maioria da

¹⁰⁹ Conforme dados do *Opinião Socialista* (2004, edição 202, p. 6), a CONLUTAS colocou 20 mil manifestantes em Brasília.

¹¹⁰ Entidade estudantil da qual o PSTU faz parte e que tem em seu calendário de lutas a realização do plebiscito no início de novembro.

¹¹¹ O dia 7 de novembro também foi marcado pelo boicote ao ENADE considerado como novo Provão.

comunidade universitária está contra a reforma”, afirma Roberto Santo, do Comitê contra a Reforma da Universidade Federal do Pará. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 194, p. 8).

A ideia é levar o debate para as salas de aulas, fortalecendo o movimento em defesa da universidade pública, a marcha em Brasília no dia 25 de novembro e esclarecer sobre o papel da UNE nesse processo de reforma.

Por isso, apesar da UNE estar junto com o governo, apoiando a reforma, a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), apoiada por dezenas de entidades estudantis e encontros estaduais contra a reforma, está organizando um Plebiscito Nacional sobre o tema. De 1 a 7 de novembro, o debate sobre a reforma irá para as salas de aula, estará estampado em cartazes e materiais, para que a voz dos estudantes esteja nas urnas defendendo a universidade pública e dizendo não à reforma do governo Lula. O objetivo é coletar 50 mil votos e levar o resultado até Brasília na marcha do dia 25.

O Plebiscito questionará a reforma Universitária, o novo Provão do governo (Enade), o Prouni, que dá isenções fiscais aos donos de faculdades pagas em troca da abertura de vagas, e a postura da UNE diante de tudo isso. O calendário do movimento estudantil chama também um boicote ao novo provão (Enade) instituído de forma autoritária pelo governo. O Enade nada mais é do que um Provão com roupagem petista, que inicia a reforma Universitária. Está previsto que as universidades que forem mal avaliadas terão suas verbas cortadas. Para o boicote, a Conlute orienta que os estudantes compareçam à prova, colemb o adesivo e a entreguem em branco. Durante a semana do plebiscito e do boicote, a Conlute estará cadastrando todos os que desejarem participar da marcha em Brasília, pois quem vota contra a reforma também deve estar nas ruas lutando contra ela. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 197, p. 12).

O resultado do plebiscito foi considerado uma vitória pelo movimento: mais de 50 mil estudantes disseram não à reforma universitária¹¹².

No último dia 12, foi encerrado o Plebiscito Nacional sobre a Reforma Universitária, organizado pela Conlute. Mais de 50 mil estudantes, de 100 instituições e 19 estados votaram. O resultado da votação é claro: 95% disseram um sonoro NÃO à reforma!

A receptividade entre os estudantes foi excelente, com muita gente querendo ajudar e levar o plebiscito para a sua escola ou universidade. Milhares de estudantes cadastraram-se durante o Plebiscito para participar da Marcha do dia 25 a Brasília.

Portanto, ao contrário do que disseram os setores ligados ao P-Sol e à esquerda do PT, o plebiscito foi um grande sucesso, ajudou na luta contra a reforma e

¹¹² O plebiscito foi formado por quatro perguntas: 1) O Novo Provão do governo (SINAES) corta verbas das universidades públicas que forem mal avaliadas, obrigando-as a buscar recursos no mercado através das fundações privadas. Você concorda com isso?; 2) O PROUNI (Projeto “Universidade para Todos”) dá isenção fiscal aos donos das faculdades privadas em troca da abertura de vagas, de ampliar vagas nas universidades públicas. Você concorda com isso?; 3) Você concorda com a Reforma Universitária que o governo Lula está implementando?; 4) A União Nacional dos Estudantes (UNE) apoia a reforma universitária do governo, de organizar a luta para barrá-la. Você concorda com isso?. Teve como resultados: a) para a primeira pergunta, 94,58% disseram **Não**, 4,38% disseram **Sim**, 0,52% de votos brancos e 0,13% de nulos; b) à segunda pergunta 94,69% disseram **Não**, 4,70% disseram **Sim**, 0,47% de votos brancos e 0,14% de nulos; c) a terceira pergunta teve 94,31% de **Não**, 3,71% de **Sim**, 4,53% de votos brancos e 0,35% de nulos; d) a quarta pergunta obteve 93,20% de **Não**, 4,75% de **Sim**, 4,53% de votos brancos e 0,30% de nulos. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 201, p. 8).

fortaleceu a preparação da Marcha a Brasília. Se esses setores tivessem se somado à organização, o sucesso do plebiscito seria ainda maior. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 200, p. 9).

Na avaliação de Júlia Eberhardt, da coordenação da CONLUTE, o plebiscito foi um dos melhores meios de ação para conscientização dos estudantes sobre a reforma e que se não tivesse havido boicote por parte de setores da esquerda do PT e do P-Sol, o resultado teria sido muito melhor.

O governo e a UNE estão fazendo de tudo para aprovar a reforma. E o plebiscito foi na contramão desse projeto e reforçou a necessidade de se lutar contra a reforma. Mas o plebiscito também enfrentou setores da esquerda do PT e o P-SOL, que se colocaram contra a sua realização. Dizendo que não daria tempo e que o SIM ia ganhar, eles boicotaram o plebiscito. Nas universidades em que essas correntes têm uma boa inserção, isso foi prejudicial. Se tivessem participado, o resultado seria de 200, 300 mil votos. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 201, p. 8).

A marcha do dia 25 de novembro foi considerada pelo jornal *Opinião Socialista* como a terceira grande manifestação contra o governo. Cerca de quinze mil pessoas paralisaram a Esplanada dos Ministérios. A manifestação, também considerada uma vitória, foi formada por distintos setores.

A maior coluna era formada pela Conlutas e pela Conlute (Coordenação de Luta dos Estudantes), que todos reconheciam, representava metade da marcha. Com muitos militantes, o PSTU foi um destaque em toda a marcha, pelo tamanho, pelas palavras de ordem contra o governo, a CUT e a UNE e pelo colorido dos bonecos gigantes de Olinda, das faixas e dos cartazes. A coluna era composta por setores sindicais de todo o país e pela juventude, maioria nesta coluna, com companheiros da UnB, da Unicamp, da UFRJ e de outras universidades.

A esquerda da CUT e do PT era a segunda força da marcha, mas tinha muito menos animação. Não levavam bandeiras do PT e nem da CUT, e assim desapareciam visual e politicamente na marcha.

O P-SOL estava representado pela primeira vez em marchas deste tipo, com faixas e bandeiras, agrupando também uma coluna do Movimento Terra e Liberdade (MTL). (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 202, p. 6).

Os resultados do plebiscito foram apresentados durante a marcha e uma comissão se dirigiu ao MEC para protocolizar sua entrega. Conforme o jornal *Opinião Socialista*, “na preparação da marcha, tanto a esquerda do PT como o P-SOL estiveram contra a entrega do resultado do plebiscito, durante a marcha, em frente ao MEC. No entanto, a entrega foi feita pelos representantes da Conlute¹¹³ e da juventude do PSTU¹¹⁴, e com grande êxito”. (2004, edição 202, p. 7). Ainda durante a marcha, a dirigente da juventude do PSTU, Júlia Eberhardt, exorta todas as correntes do movimento à ruptura com a UNE, considerada governista, e à formulação de uma nova entidade de luta.

¹¹³ Entidade composta, principalmente, por estudantes universitários, mas que também reúne secundaristas.

¹¹⁴ Setor do partido que reúne jovens e/ou estudantes dos diversos níveis de ensino.

Para o jornal *Opinião Socialista*, o ano de 2004 se transformou num ano marcante e de luta contra a reforma.

O ato em Brasília no dia 25 de novembro reuniu 15 mil pessoas e teve a decisiva participação da Conlutas e da Conlute, fechando um ano, que tinha tudo para ser marcado como o ano da traição, tanto do governo Lula como da CUT e da UNE, com a disposição de luta de milhares de ativistas. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2004, edição 203).

Esses ataques foram inúmeros. Primeiro, o novo projeto de avaliação, o Sinaes. Logo depois – enquanto propagandeava o debate com a sociedade para a construção do projeto da reforma Universitária –, foram implementadas medidas fundamentais para a transformação da educação superior, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a Lei de Inovação Tecnológica, a regulamentação das fundações privadas e, por último, o projeto Universidade para Todos (ProUni). Se por um lado os ataques foram grandes, por outro, a resistência e a organização estudantis também deram importantes demonstrações de força, como a realização, em maio, do Encontro Nacional contra a Reforma Universitária – que reuniu mais de 1.500 estudantes e fundou a Conlute –, a realização de lutas e de duas marchas a Brasília, diversas greves estudantis e a realização do Plebiscito Nacional contra a Reforma, que apesar do boicote da esquerda petista e do P-SOL, recolheu 56.127 votos. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 204).

O ano de 2005 inicia com um grande evento — O Fórum Social Mundial — que reúne participantes do mundo inteiro. Durante o Fórum, no dia 28 de janeiro, foi realizado o *Encontro Nacional a Luta Contra a Reforma Universitária e os Rumos do Movimento Estudantil*, organizado pela CONLUTE, com a presença de convidados do ANDES-SN e delegações internacionais. Conforme o jornal *Opinião Socialista* (2005, edição 205), participaram do Encontro mais de 1.000 estudantes, debatendo os pontos da reforma universitária, discutindo seu caráter privatista e a campanha de mídia feita pelo governo, com participação de artistas, para consensuar a reforma. Como resoluções do Encontro, foram aprovadas: a ruptura com a UNE, um calendário de lutas¹¹⁵, a unificação de lutas gerais e específicas, a unidade com os estudantes secundaristas e suas reivindicações.

A principal decisão do Encontro foi a que inicia a ruptura com a União Nacional dos Estudantes (UNE). De acordo com a resolução, a Conlute vai abrir imediatamente um amplo debate na base do movimento estudantil, discutindo com os centros acadêmicos, DCEs e executivas de cursos, “defendendo a necessidade de romper com a UNE, que deixou de ser um instrumento para organizar a luta e representar os estudantes, e a construção de uma nova entidade estudantil independente dos governos e partidos. (...) Onde o debate estiver amadurecido, esta posição deve ser votada em cada assembleia, congresso e entidade de base”. (...)

¹¹⁵ O calendário aprovado prevê, no início do semestre, calouradas com debates sobre a reforma universitária e o governismo da UNE; no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher), manifestação alternativa com a CONLUTAS; 19 e 20 de março, Jornada Internacional de Mobilização contra a Guerra do Iraque; 28 de março, Jornada de Lutas alternativa à da UNE/Ubes; abril ou maio, Semana Nacional de mobilizações contra as reformas neoliberais, Alca e a dívida; em junho, boicote ao ENADE e no segundo semestre uma grande marcha em Brasília contra as reformas.

O encontro não só afirmou a Conlute como uma alternativa à UNE para organizar as lutas do movimento estudantil, como também aprovou sua incorporação em todas as lutas contra o imperialismo – como a contra a agressão imperialista ao Iraque, a contra a Alca e a dívida externa, além da unidade com trabalhadores contra o governo Lula e suas reformas neoliberais. Segundo Julia Eberhardt, “não é possível garantir educação pública sem romper com o FMI e barrar a Alca no país”. Por isso, “diante do abandono pela UNE das bandeiras históricas do movimento, a Conlute deve abraçar as bandeiras de lutas contra o imperialismo.” Julia ainda afirmou que a partir desse encontro, “a Conlute vai buscar unificar a luta dos estudantes com a Conlutas, contra as reformas Sindical Universitária e Trabalhista do governo. Participaremos do seu Encontro Nacional, para buscar essa unificação e vamos debater juntos os temas sobre a reorganização do movimento sindical”.

O encontro decidiu ainda pela unificação com os estudantes secundaristas, que lutam contra os aumentos de passagens e pelo passe-livre, e aprovou diversas iniciativas para combater todas as formas de opressão, como o racismo, o machismo e a homofobia, garantindo esse debate em todas as entidades da coordenação. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 205).

Nos meses de março¹¹⁶ e abril de 2005, a CONLUTE organizou em todo o País debates públicos, atividades, passeatas e ato-show contra a reforma universitária.

Na edição 218 (2005) do jornal *Opinião Socialista*, o PSTU traz uma crítica contundente ao PROUNI, exige sua revogação e a estatização das faculdades particulares.

De imediato, devemos exigir a revogação da MP e a transferência dos bolsistas e das verbas do ProUni para as universidades públicas. Mas temos que ter claro que não há solução para a crise do ensino pago que não passe pela estatização das faculdades particulares. Isso é perfeitamente possível, haja vista a formação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), criada da estatização de um conjunto de antigas faculdades privadas do Estado de São Paulo. Somente com o não pagamento da dívida externa e a ruptura com a política econômica do FMI, poderá haver investimento de fato na educação pública e expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 218).

A edição 219 (2005), em sua matéria intitulada *Lula: o carrasco da universidade pública*, apresenta uma análise das medidas já implementadas e aspectos da reforma universitária e do anteprojeto de Lei da Reforma Universitária elaborado pelo MEC. Denuncia o fato de que as PPPs são o coração da reforma universitária, significando “o fim das fronteiras entre o público e o privado” e apresentando como expressão das PPPs o PROUNI, o Sistema Federal de Ensino superior e a Lei de Inovação Tecnológica. No tocante a aspectos como financiamento e autonomia universitária, destaca o significado da autonomia para o governo que

[...] é a de buscar recursos na iniciativa privada. Isso seria feito por meio das fundações, que teriam liberdade total para captar recursos e administrá-los,

¹¹⁶ Em março, a data escolhida foi o dia 28, considerado dia histórico de luta dos estudantes em referência a data do assassinato do estudante Edson Luís pelo regime militar em 1968.

repassando uma parcela para as universidades. Neste caso, as empresas vão pagar e decidir o que deverá ser produzido no ensino, pesquisa e extensão nas universidades segundo os seus interesses, ou seja, o lucro. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 219).

Procura ainda mostrar que a defesa que a UNE faz da reforma, procurando encontrar aspectos positivos, não corresponde à realidade.

Uma reforma elaborada pelo governo Lula e o FMI não poderia ser diferente. Diferentemente do que diz a UNE e seus aliados no movimento estudantil, a reforma Universitária em pauta na sociedade é totalmente coerente com a política econômica implementada pelo governo e com os planos de recolonização do imperialismo. Isso significa que para lutar pela universalização do acesso ao ensino superior, contra a privatização das universidades públicas, por uma assistência estudantil gratuita e de qualidade e pela ampliação das verbas destinadas à educação pública é necessário fazer uma forte *oposição de esquerda* ao governo Lula e construir uma alternativa para a juventude e para os trabalhadores. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 219, grifos nossos).

Em entrevista que me foi concedida pelo dirigente estadual do PSTU, este faz a distinção entre a oposição ao governo Lula feita pelo PSTU, conforme destacado na citação retrocitada, da oposição de direita.

Primeira coisa, oposição de esquerda porque existe uma oposição ao governo Lula. Uma oposição institucional que é uma oposição feita pelos partidos da burguesia. Então existe uma oposição de direita que é oposição feita pelos partidos tradicionais: PSDB, o antigo PFL que hoje é DEM. Nós somos oposição porque nós não concordamos com o que esse governo está fazendo, então somos oposição ao governo. E de esquerda porque a gente tem uma tradição de esquerda, de estar junto aos trabalhadores. Essa oposição que o partido faz, que o PSTU faz, ela tenta respeitar o nível de consciência dos trabalhadores, e da juventude e do movimento popular com o governo porque existe muita esperança no governo. Mas ao mesmo tempo é um governo que mesmo que seja um depositário de esperança é um governo que aplica uma política que é continuidade do governo anterior. Então essa oposição de esquerda que o PSTU faz eu digo que ela se materializa numa explicação paciente pras massas trabalhadoras do que representa esse governo. E a partir do enfrentamento diário que os trabalhadores têm com a política salarial do governo, com a política pra reforma agrária, com a política em relação à educação, a política pro meio ambiente, por exemplo. A partir do enfrentamento que as massas vão tendo com o governo a gente vai tentando explicar pacientemente o que é esse governo. E nas greves, nas ocupações, nas lutas pela melhoria da qualidade do ensino. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU em entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O jornal *Opinião Socialista*, em sua edição 224 de 2005, destaca que a defesa da UNE a favor da reforma universitária é reafirmada no Congresso da entidade, realizado entre os dias 29 de junho e 3 de julho, em Goiânia, e faz a convocação para que todos os trabalhadores e estudantes participem da marcha do dia 17 de agosto, que está sendo organizado pela CONLUTAS, CONLUTE e demais setores dos movimentos sociais.

O Congresso aprovou, por ampla maioria, a proposta privatizante de reforma Universitária do governo Lula. Como afirma o texto aprovado, “A segunda

versão do Anteprojeto de reforma da educação do MEC, mesmo recuando em relação a pontos importantes (...) garante importantes conquistas para o ensino superior público em pontos como autonomia e financiamento”.

Na verdade, sabemos que a autonomia e o financiamento referem-se tão-somente à desobrigação do Estado de financiar a Educação e à busca de recursos junto à iniciativa privada. Ou seja, o que para a UNE são importantes conquistas, pode significar mais à frente o fim da gratuidade da universidade pública. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 224).

A marcha do dia 17 de agosto em Brasília terá como eixo central a luta contra as reformas neoliberais e a corrupção¹¹⁷.

Não podemos confiar no resultado da CPI chapa-branca. Somente a presença de milhares nas ruas pode impedir que a CPI acabe em pizza mais uma vez. Apenas a classe trabalhadora se mobilizando e empunhando suas bandeiras de luta poderá barrar as reformas neoliberais, exigir apuração, cadeia e expropriação para corruptos e corruptores! Por isso, é preciso que, neste momento decisivo da conjuntura, todos os lutadores estejam em Brasília no dia 17, ocupando a Esplanada e colocando este governo contra a parede. Diversas entidades já organizam caravanas e fazem um chamado amplo em suas categorias. Neste momento, é fundamental construir um pólo político da classe trabalhadora contra a corrupção e o governo, em alternativa à oposição de direita. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 225).

O jornal *Opinião Socialista* ressalta que a marcha do dia 17 não se limitará a luta contra o governo petista e suas reformas, pois

PT, PSDB e PFL compartilharam dos mesmos esquemas de corrupção e hoje se abraçam no mesmo mar de lama. Por isso, o protesto do dia 17 também será contra a oposição de direita que apenas quer desgastar Lula para voltar ao poder, via eleições, e roubar novamente. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 227).

Outro aspecto destacada pelo *Jornal* é que a CONLUTAS, entidade da qual o PSTU faz parte, decidiu adotar algumas medidas políticas durante a manifestação: pedido ao Ministério Público Federal de revogação da reforma da previdência e entrega de documento ao Ministério do Trabalho, solicitando a retirada do Congresso do projeto de reforma sindical, e ao Ministério da Educação a retirada do projeto de reforma universitária¹¹⁸.

Uma delas é a entrega de um pedido ao Ministério Público Federal, para que ele ingresse com processo pedindo anulação da reforma da Previdência, pois com os escândalos de corrupção evidenciaram que ela foi aprovada em votação viciada pela compra de parlamentares.

Também será entregue um documento ao Ministério do Trabalho pedindo a retirada do Congresso do projeto de reforma Sindical e outro documento ao Ministério da Educação pedindo a retirada do projeto da reforma Universitária. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 228).

¹¹⁷ O PSTU refere-se ao escândalo do “mensalão”, que envolveu representantes do PT, dentre eles Delúbio Soares.

¹¹⁸ Vale ressaltar que, no ano de 2005, o governo Lula apresentou a 2ª versão, dia 30 de maio, e a 3ª versão, dia 29 de julho, do anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior.

Da manifestação do dia 17 de agosto, em Brasília,¹¹⁹ participaram 30 mil pessoas que protestaram contra a política econômica do governo, suas reformas, e a corrupção. A palavra de ordem “Fora Todos” foi o mote da coluna da CONLUTE durante a marcha. No dia seguinte, em Brasília, foi realizada Plenária da CONLUTE, que votou um calendário de lutas e a decisão de realizar atos estaduais em conjunto com a CONLUTAS contra as reformas universitária, sindical e trabalhista.

A CONLUTAS também realizou, no dia 18 de agosto, o II Encontro Nacional da Coordenação Nacional de Lutas. No Encontro, a discussão foi polarizada entre militantes do PSTU e do P-Sol.

(...) entre o chamado ao “Fora Todos”, defendido pelos militantes do PSTU, apontando a solução na mobilização das massas, e a defesa do P-SOL do plebiscito revogatório como forma de antecipar as eleições. Beth Lima, diretora do Sindsef-SP (Sindicato dos Servidores Federais de São Paulo), e militante do PSTU, foi enfática ao rejeitar a solução para a crise por dentro do regime burguês. “Não podemos cair no mesmo erro do PT e dizer que as eleições são uma resposta para os trabalhadores. Não podemos jogar a decisão para este Congresso corrupto”, afirmou, sendo bastante aplaudida pelo plenário. Após ser iniciado no Encontro, esse debate agora será travado na base das entidades que compõem a Conlutas. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 230).

O segundo semestre de 2005 é marcado pelas greves do setor federal da educação e das universidades estaduais paulistas. No dia 17 de agosto, os técnicos administrativos das universidades federais, organizados na FASUBRA, entram em greve. No dia 29 de agosto, é a vez dos funcionários e docentes das escolas técnicas federais, organizados no SINASEFE. No dia 30 de agosto, é estabelecido o Comando Nacional de Negociação, reunindo os docentes das universidades federais, também em greve, representados pelo ANDES-SN, o SINASEFE, a FASUBRA, a ASSIBGE e a FENAPS.

Em plenária no dia 12 de outubro, estudantes universitários e secundaristas do País se reuniram em Niterói (RJ) para discutir e fortalecer a greve da educação federal com a nacionalização da greve estudantil, já em processo em algumas universidades. A pauta de reivindicação aprovada no encontro contemplava:

[...] o aumento das verbas destinadas à assistência estudantil, concurso público pelo Regime Jurídico Único (RJU), o adiamento do vestibular, o fim do ensino à distância, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e passe-livre para todos os estudantes e desempregados. A revogação do ProUni e da Lei de Inovação Tecnológica também foi reivindicada pelos presentes. Foi aprovada por aclamação a “Carta de Niterói”, que denuncia os sucessivos cortes de verba da educação e o caráter privatizante da reforma Universitária de Lula/FMI. A carta não poupa os escândalos de corrupção do governo do mensalão e o “caixa 2” do PT e alerta para o acordão que está sendo tramado nos

¹¹⁹ No dia 16 de agosto, a UNE, em conjunto com a CUT e o MST, realizou um ato em Brasília, em defesa do “Fica Lula”, com a participação de cinco mil pessoas.

bastidores do Congresso Nacional para tudo terminar em pizza. O evento deliberou ainda um calendário de luta que inclui o 26 de outubro como dia nacional de mobilização e o boicote ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), marcado para 6 de novembro. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, edição 237).

Também foi deliberado como encaminhamento do encontro o Comando Nacional de Greve e Mobilização (CNGM) a ser constituído em Brasília.

O ponto alto da plenária foi o encaminhamento para constituição do Comando Nacional de Greve e Mobilização (CNGM), a ser instalado em Brasília, no dia 19 de outubro. Mais de 180 estudantes cantavam entusiasticamente: “Para o governo, ser derrotado, Comando Nacional Unificado!”. (*OPINIÃO SOCIALISTA*, 2005, Edição 237).

No dia 16 de novembro, o novo ministro Fernando Haddad¹²⁰ rompe as negociações e afirma que encaminhará, em forma de Projeto de Lei ao Congresso, a proposta recusada pelo movimento e afirma que o Fórum de Professores das Instituições de Ensino Superior-PROIFES já havia aceitado tal proposta, numa tentativa clara de legitimá-lo e descredenciar o ANDES-SN como representante dos docentes da educação superior. Ante tal atitude, o movimento grevista, por iniciativa da CONLUTAS e CONLUTE, programa uma semana de mobilização em Brasília, de 21 a 25 de novembro.

O ano de 2006 é marcado: pelo envio, ao Congresso, da versão definitiva do Projeto de Lei da Reforma Universitária no dia 12 de junho — o PL 7.200/2006; pela resistência da CONLUTAS e CONLUTE às reformas sindical, trabalhista e novas propostas de mudanças na previdência; além da disputa eleitoral para presidente e da possibilidade de reeleição de Lula.

Sobre as formas de luta utilizadas contra as reformas, o dirigente estadual do PSTU comenta que o método escolhido para lutar contra a reforma foi a ação direta, mas que antes foi necessário fazer um trabalho de propaganda para disseminar uma visão crítica sobre a reforma e mostrar que a política do governo Lula privilegiava os grandes grupos econômicos privados do ensino superior. Para o dirigente do PSTU, tal reforma tem um alcance maior do que o acordo MEC-USAID, no período do regime militar, porque abrange desde o financiamento, passando pela carreira docente, o acesso, o financiamento e tem como escopo transformar a universidade numa organização social.

O centro da luta contra a reforma no primeiro momento foi formar uma massa crítica, uma propaganda com uma amplitude muito grande, bem maior, mas tinha um objetivo, era mover os estudantes, mover os trabalhadores contra as reformas que o governo queria fazer. Então, o método principal era o método da ação direta. De forma mais simples, mobilizar a juventude contra a reforma

¹²⁰ Fernando Haddad tomou posse no dia 29 de junho, substituindo Tarso Genro.

porque só pra concluir, eu toquei nisso, o que se queria com essa reforma universitária era eu digo o seguinte que é uma proposta de reforma da educação superior de maior amplitude desde o acordo MEC-USAID, da época da ditadura militar. Tinha um alcance muito maior que pegava desde a autonomia, do financiamento da universidade, a avaliação porque o que o governo queria fazer era transformar a universidade numa organização social, aos moldes que o Bresser Pereira defendia. Você podia buscar verba em qualquer canto. Então pra você derrubar e lutar contra um projeto desse você tinha que centralmente fazer o quê? Mobilizar os estudantes. Esse era o caminho. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU em entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

A discussão sobre os métodos de luta, acentua o dirigente do PSTU, foi um divisor de águas porque um setor do movimento estudantil ligado ao PT e ao governo propunha a pressão parlamentar e disputar a reforma, no interior do Congresso Nacional, propondo emendas que alterassem o conteúdo e lutando para suprimir as que o movimento considerava deletérias para a universidade pública. Esta tática de luta supunha que o governo Lula, apesar de optar por uma reforma de cunho mercadológico e privatista, ainda tinha espaços no seu interior para ser ocupado pela esquerda e modificar sua política.

O problema da pressão parlamentar é interessante porque havia uma discussão dentro do movimento estudantil de que a melhor forma de lutar contra a reforma era disputar a reforma universitária, por dentro. Isso foi o divisor de águas porque a UNE apresentou uma proposta de reforma universitária, a esquerda do PT também dizia: não adianta lutar contra a reforma você tem que propor algo diferente. Essa proposta de algo diferente se dá dentro da disputa institucional parlamentar. Tirar uma parte da reforma colocar outra para sair uma... disputar a reforma. Havia a tese do governo em disputa, que o governo estava sendo pressionando pelo lobby dos tubarões do ensino privado que tem um lobby forte dentro do Congresso. Então como era um governo em disputa, as entidades do movimento deveriam fazer disputa e nossa opinião era que isso estava completamente equivocado, não tinha como disputar a reforma, tinha que lutar contra essa reforma. E conseguir o que você perguntava uma reforma do ensino superior que expandisse o acesso à universidade, que contratasse mais professores, contratasse mais servidores, que aumentasse o dinheiro para pesquisa, pra extensão, que fortalecesse a universidade pública a serviço dos interesses dos trabalhadores. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU em entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O entrevistado considera que a tese do governo em disputa¹²¹ não pode ser levada muito a sério porque o governo estava dominado pelas diversas frações do capital e não estava permeável à pressão do movimento de massas.

Pode até se levantar essa tese do governo em disputa. É um direito de quem quiser defender isso, mas você não tem um governo em disputa. Qualquer partido, coligação que chegue ao poder pela via eleitoral, ele não vai administrar contra as instituições do Estado da burguesia. Então não tinha um governo em disputa. A gente até brincava o governo estava em disputa entre o capital financeiro e o capital privado. Não havia uma disputa trabalhadores versus ...

¹²¹ A tese do governo em disputa é utilizada pelas correntes O Trabalho, DS, Consulta Popular, que consideram que o governo Lula, apesar da política macroeconômica e da composição hegemônica conservadora, é suscetível à pressão e a mobilização das massas, para atender às suas reivindicações.

não havia essa disputa. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU em entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O PC do B, para o dirigente do PSTU, considerava que havia alguns elementos progressistas da reforma que deveriam ser levados em conta na reforma universitária e a avaliação das instituições de ensino superior era uma delas. Para o entrevistado, isso era incorreto porque não se levava em conta a totalidade da reforma e a função da avaliação nessa totalidade, que era ranquear para distribuir recursos e legitimar a destinação de verbas públicas para instituições privadas

Sobre o argumento de que Lula tem pouca margem de manobra, o dirigente do PSTU considera que assinalar como desfavorável o cenário internacional e utilizá-lo como escusa para uma política antidemocrática e de contrarreformas é desconhecer a correlação de forças da América Latina, que é de mudanças a favor do movimento operário e popular. Nos países da América Latina, ocorreram várias mobilizações que encurtaram a vida de vários governos que aplicavam as políticas neoliberais. Além disso, estes governos, chamados de centro-esquerda, surgiram das mobilizações populares e do desgaste do ideário neoliberal na região. Portanto, a conjuntura era favorável para uma frente anti-imperialista e se o governo Lula fosse realmente um governo em disputa, passível de ser disputado para o campo da esquerda, ele teria levantado essa bandeira. Foi exatamente o que não ocorreu por parte do governo.

Essa questão que o cenário internacional era desfavorável por uma disputa contra o projeto hegemônico do imperialismo que estava encabeçado pelo Bush, isso é uma falácia porque se a gente for parar pra analisar a conjuntura que o Lula foi eleito, a conjuntura que o Lula foi eleito foi uma conjuntura na América Latina de mobilizações na Argentina, mobilizações no Equador por conta do problema de extração dos recursos ambientais, uma revolução na Bolívia em curso que foi desviado para o terreno da democracia, das eleições, então a conjuntura, se a gente for ser bem fiel ao problema do debate, a disputa, estava favorável para fazer um bloco contra o imperialismo. O bloco que dissesse não ao pagamento da dívida, dissesse não a celebração da ALCA, aos tratados de livre comércio com os EUA. Então a própria conjuntura favorecia, se a tese do governo em disputa fosse verdade, favorecia pra encabeçar uma luta de frente contra o governo Bush, contra o imperialismo e não foi isso que aconteceu. (...) Isso não quer dizer, por exemplo, por ser um governo que advém da (...) que é produto das lutas dos trabalhadores etc. esse governo, por ser uma frente popular, ele vai sentir uma pressão isso é inevitável dos setores dos trabalhadores do campo, da cidade, que levaram esse governo ao poder, que levaram à eleição do governo Lula. Isso numa determinada situação pode fazer com que o governo, devido à pressão, tome em algum momento uma medida progressiva. Agora isso não significa que o governo está em disputa, tem que separar. Por exemplo, nós podemos conseguir num governo de direita, tradicionalmente de direita, uma melhoria do salário mínimo, uma melhoria das leis trabalhistas por conta de uma mobilização forte dos trabalhadores também poderia conseguir desse governo alguma coisa nesse sentido. Porque qualquer coisa que um governo que administra o capitalismo conceda aos trabalhadores é

fruto de sua mobilização, não deixa de ser assim com o governo Lula. (DIRIGENTE ESTADUAL DO PSTU em entrevista realizada no dia 9 de setembro de 2009).

O PSTU considera que a tática aprovada pelos setores que apoiam o governo de debater ponto a ponto a reforma dificultou a mobilização contra esta por disseminar ilusões de que haveria pontos positivos nesta. Compreende também que reafirmar esta tática é incorrer no mesmo erro. Ele defende a rejeição global da reforma e alerta para o papel da UNE, que procura lançar uma divisão nos estudantes, buscando estabelecer a mesma tática da pressão parlamentar e convencimento dos parlamentares.

CONCLUSÕES

O problema que aqui trato — no que ele apresenta de mais geral — tem a ver com as relações no terreno das esquerdas e, mais especificamente, com as tensões e antagonismos que aí se constituem.

Seguindo nesse trajeto, examino um caso concreto. Estudo o campo das esquerdas no Brasil, tomando por referência os embates que colocaram em planos opostos, de um lado, o Partido dos Trabalhadores, e, doutro, uma das suas ex-correntes internas: a Convergência Socialista. Nesse devir, a CS se tornou o núcleo fundamental do movimento que deu origem ao PSTU que, no marco do primeiro mandato petista no plano federal, apresentou-se como oposição de primeira hora: uma oposição de esquerda.

No decorrer deste trabalho, viu-se que a Convergência Socialista travou uma luta no interior do PT contra o risco de cooptação deste partido para um projeto de hegemonia da burguesia por meio das vitórias eleitorais, da administração das prefeituras e dos governos estaduais.

A CS considerava que os executivos dessas administrações - assim como os parlamentares - atuavam como correia de transmissão de um projeto que, não só se tornava independente do partido como passava a controlá-lo, convertendo-o num partido da ordem; portanto, não mais interessado, devido aos vínculos materiais — prefeituras, governos, administração de fundos de pensão, burocracias sindicais, parlamentares — num projeto de transformação social. É o processo de transformismo tão bem analisado por Gramsci.

Esse transformismo do PT é o que explica a impossibilidade de convivência no seio de um mesmo organismo político de duas correntes com propostas tão díspares. Para um liberal, o choque seria entre a ética de responsabilidade (encarnada na corrente majoritária do partido) *versus* a ética de convicção (materializada no PSTU), como analisa Couto (1995). Para um marxista, o conflito seria entre reformismo e revolução ou entre reforma e contrarreforma. O *aggiornamento* do PT exigia a expulsão das correntes que defendiam a revolução e é dessa forma que o PSTU analisa a sua saída do PT.

Na verdade, a raiz do conflito teórico e político existente entre o PSTU e a direção do PT estava dada desde o início, pois eram matrizes programáticas e históricas distintas. Um acreditava que as lutas eram importantes para eleger uma bancada parlamentar e conseguir por meio da pressão parlamentar as reivindicações dos trabalhadores, e o outro enfatizava que o atendimento das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores só viria

por meio da revolução socialista e de um governo dos trabalhadores, que é a adaptação popular da palavra de ordem da ditadura do proletariado.

O pensamento de Benjamin, extraído de um artigo escrito em 2002, utilizado como epígrafe no início deste estudo, indaga se Lula seria Riobaldo, Maquiavel ou Fausto. É uma pergunta complexa, porque os fenômenos sociais são complexos, mas no meu entendimento, para o PSTU, o governo Lula seria Riobaldo e Fausto ao mesmo tempo.

Riobaldo, porque, mesmo o governo Lula implementando e aprofundando a política de seu predecessor, a burguesia não o considera um governo inteiramente seu, ou seja, do seu campo orgânico, analisa o PSTU ancorado no conceito de frente popular.

Riobaldo, porque, ao mesmo tempo em que os governos de frente popular tiram as castanhas do fogo para a burguesia, estes, hoje intitulados eufemisticamente de centro-esquerda, abrem caminho para o retorno dos conservadores, em razão do desgaste que sofrem nas suas bases tradicionais ao aplicar as políticas neoliberais.

As políticas neoliberais das frentes populares trazem maior índice de precarização do trabalho, desnacionalização da economia, integração passiva à economia internacional, principalmente ao fluxo de capitais especulativos de curto prazo. Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, que não podia ser considerado um esquerdista, asseverou, confrontado em seu propósito de aprovar o *New Deal*, que: “Sabemos agora que um governo do capital organizado é tão perigoso como o governo do crime organizado”. Lula convidou para seu governo pesos pesados da burguesia brasileira, inclusive o banqueiro Henrique Meireles, representante do Banco de Boston, para comandar o Banco Central.

Fausto, porque fez o pacto com o demônio em prol do crescimento, que, na acepção da corrente trotskista, é o crescimento do superavit primário, das taxas de juros reais elevadas, da submissão aos ditames das agências internacionais que representam os interesses dos países centrais do imperialismo expressos no caso da “reforma” da educação superior e previdenciária, como visto ao longo desse trabalho, e que o PSTU buscou combater por meio da ação direta mediante a organização dos trabalhadores.

Fausto, porque reduziu a proposta generosa e grandiosa, da esquerda, de uma nova sociabilidade ao economicismo de um crescimento tacanho, obstaculizado pelas taxas de juros, pela camisa de força da dívida interna e externa e pelas alianças com setores que representam os interesses mais retrógrafos, como é o caso dos agroexportadores.

As reformas que a esquerda sempre defendeu tinham conotação progressista de soberania popular e nacional, de universalização de direitos, tais como: democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária; acesso à educação e a saúde, a melhoria da qualidade de vida mediante política de redistribuição de renda etc. As reformas passaram por um processo de transmutação e se apequenaram, convertendo-se nas políticas focalizadas que reforçam o ajuste do FMI e do Banco Mundial.

O PSTU travou várias disputas, procurando consolidar-se como partido no seio da classe trabalhadora, e, no transcorrer das reformas citadas, caracterizava que o sentido destas não apontava para a ampliação dos direitos e de sua universalização, mas estavam enquadradas dentro do que se intitulou de ajustes estruturais, na verdade, um eufemismo para o processo que o PSTU designa de recolonização da América Latina, pelo fato de retirar os centros decisórios do País.

Com efeito, a burguesia no Brasil não se fez de rogada e fez jus ao título dado a ela por Caio Prado, de vanguarda do atraso, recuperando o tempo perdido para efetivar o projeto neoliberal no País. Por uma ironia da história, coube ao PT e ao governo Lula a tarefa de continuar o projeto de Collor e de FHC.

As frentes populares clássicas, na América Latina, tiveram um enfrentamento com o imperialismo por anunciar tarefas que procuravam defender minimamente o País da pressão das forças centrífugas do mercado internacional e, para tal, tomavam para si algumas medidas estatizantes, nacionalizantes e de cunho industrializante. No caso do governo Lula, O PSTU considera que as medidas seguem no caminho contrário, o que leva o Partido a caracterizar o governo Lula como um governo de frente popular *sui generis*. Esta definição decorre do papel da frente popular no Brasil na atual etapa política e da luta de classes. É uma frente popular que se alça ao governo sem ser precedida por mobilização popular e no seu interior não está à sombra da burguesia, como no governo de Leon Blum, em França, em 1936, mas setores representativos desta classe, o que coloca como tarefa central implementar um reformismo com contrarreformas.

Certamente, a crise do neoliberalismo trará amplas possibilidades para a esquerda, assim como muitos riscos, porém, como assevera o Filósofo da práxis, a história não trava combates; quem os trava são os homens e nada está predeterminado. Diferente do que apregoa o fatalismo da doutrina neoliberal, há alternativa, pois a história é fruto de opções e de embates.

Assim como o marxismo da Segunda Internacional se revelou uma doutrina mecanicista e antidialética que esperava o dia em que o socialismo nasceria fruto do colapso final do capitalismo e, no campo político, se submetia ao cretinismo parlamentar, cristalizando a separação que os liberais fazem entre economia e política, Garcia (2008) informa que o PT se converteu num partido que vocaliza um discurso social-democrata, mas de uma conduta ortodoxa no campo político e prático neoliberal, tendo adotado a terceira via dos neotrabalhistas ingleses.

A resistência do PSTU ao governo de frente popular *sui generis* e às reformas foi realizada por meio da ação direta: marchas; mobilizações; atos públicos; volantes no movimento sindical; greves, como a que ocorreu no ano de 2003 contra a reforma da previdência; propaganda; agitação e debates; plebiscito sobre a reforma da educação superior etc.

Vacca (2009) asseverou que reforma é um apanágio da esquerda e do socialismo. Pode-se discordar de várias premissas teóricas do ex-dirigente do Partido Comunista Italiano, mas é indubitável que, nesse caso, reforma, no sentido de ampliação e universalização de direitos, é uma luta, parafraseando Marx, da economia política dos trabalhadores. A burguesia só concedeu direitos quando houve a ameaça, mesmo que remota, do “assalto aos céus”. Quando essa ameaça não se fazia presente, ela se desvencilhava ou procura se desvencilhar dos direitos adquiridos sob o manto da necessidade de modernizar a economia e melhorar a competitividade no mercado internacional, retornando a relação entre o capital e trabalho ao período anterior, meados do século XIX, por meio das contrarreformas.

Por fim, é válido salientar que procuro entender o processo de antagonismo que jogou PT e PSTU em lados opostos no âmbito de uma rede de relações. Por isso, durante uma boa parte da Tese busco possíveis formas de esclarecer essa relação permeada pela disputa política entre projetos societários distintos. O resultado é a criação de uma espécie de inventário das diferenças que tem marcado a trajetória dos dois partidos que se colocam na esfera das esquerdas brasileiras (pelo menos é assim, até agora, que a história tem registrado). De minha parte, registro que, no fim das contas, embora as duas forças se coloquem no campo das esquerdas, o fato é que o vermelho — cor símbolo dessas agremiações — efetivamente apresenta diferentes tonalidades, fruto não apenas do presente e das suas engrenagens próprias, mas de uma longa gênese.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- AGÊNCIA ESTADO. **Reforma universitária será lenta**. Disponível em [http://www.microeducacao.com.br/MicroEducacaoNewsFev2004.htm#Reforma%20universitária%20será%20lenta](http://www.microeducacao.com.br/MicroEducacaoNewsFev2004.htm#Reforma%20universitaria%20sera%20lenta). Acesso em 01/01/2010.
- ALMEIDA, EDUARDO. Brasil e Washington: incríveis coincidências. In: **Marxismo Vivo**. nº 7, São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2003.
- _____. Apresentação. In: **Documentos de fundação da IV Internacional**. Tradução por Marcos Margarido. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2008.
- ALMEIDA, José Maria de. In: DEMIER, Felipe (Coord.) **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006.
- ANDES-SN. **Análise do projeto de Lei nº 7200/2006**. Disponível em <http://www.andes.org.br/imprensa/Uploads/Circ299-06.pdf>. Acesso em 20/02/2008.
- ARCARY, Valério. In: DEMIER, Felipe (Coord.) **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. (entrevista).
- _____. Alea jacta est: desafios da reorganização da esquerda depois do Delubogate. In: **Revista Outubro**. N. 13. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2005.
- _____. **O encontro da revolução com a história: socialismo como projeto na tradição marxista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman: Xamã, 2006.
- _____. **As ilusões reformistas não morrem sozinhas**. Disponível em http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=4676&ida=11. Acesso em 15/09/2009.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência**. Washington: BIRD, 1995.
- BEECH, Jason. Alta fidelidad: la influencia de las agencias internacionales en las reformas de formación docente em Argentina y Brasil en los 90. In: RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Líber Livro editora, UCDB, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, César. **O enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo?** Centro de Mídia Independente, 19/09/2002. Disponível em: www.midiaindependente.org. Acesso em 10/09/2005.

_____. Reforma ou contra-reforma? In: **Boletim Quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN**. Rio de Janeiro, 2003.

BIANCHI, Álvaro. Do PCB ao PT: continuidade e rupturas da esquerda brasileira. In: **Revista Marxismo Vivo**. n° 4. dez. São Paulo: Koorkom, 2001.

BLOOM, Salomón F. **El Mundo de las naciones: el problema nacional en Marx**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGES, Altamiro. **Previdência: reforma ou regressão?** Disponível em http://www.lainsignia.org/2003/marzo/ibe_059.htm. Acesso em 25/03/03.

BORON, Atilio. **Las “reformas del estado” en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y participación democrática**. s/d. [mimeo].

_____. **A Coruja de Minerva: mercado contra democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **A Coruja de Minerva: mercado contra democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R. Seguridade social no Brasil e perspectivas do governo Lula. In: **Universidade e Sociedade**. n° 30, jun. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2003.

BRASIL. **Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2003.

_____. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2003.

BRASIL. Governo Federal. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**. Brasília, DF, 2003. Mimeografado.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 217**, de 11/12/2003. Altera o caput e acrescenta três parágrafos ao art. 212 da Constituição Federal, para ampliar as fontes de financiamento da educação superior por meio do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior (Fundes) e da Contribuição Social para a educação superior (CES). Disponível em <http://www.adurn.ufrn.br/apache2->

default/2008/arearestrita/sistema_de_secretaria/arquivos/arq48564d533bf21.pdf. Acesso em 01/03/2009.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 118**, de 13 de dezembro de 2003. Institui a Lei Orgânica da Autonomia Universitária e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

_____. Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003. Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre avaliação do ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez 2003.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Sinaes e dá outras providências. Brasília, 2004^a. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 10/06/2004.

_____. **Portaria MEC nº 2.051**, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/Portaria_reg_sinaes.doc. Acesso em 20/10/2008.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213**, de 10/09/2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos-PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências, 2005.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em 10/05/2005.

_____. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 01/01/2010.

_____. **Projeto de Lei 7.200/2006**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394 de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em http://www.contee.org.br/coordenacao/geral/materia_17.htm. Acesso em 20/08/2009.

Brasil: Neoliberalismo com um "Rosto humano" (MC). Disponível em <http://g23deoutubro.blogspot.com/>. Acesso em 10/12/2009.

CAMBOA, M.; LYON, L. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na Contracorrente da história:** documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. A corrupção venceu a esperança. **Universidade e Sociedade**. nº 38, jun. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002.

CARTA AO POVO BRASILEIRO. Disponível em: www.cut.org.br/cartalula.htm. Acesso em 12/05/2004.

CARTA AO FMI. Brasília, DF: Ministério da Fazenda: Banco Central, 2003.

CÊA, Georgia Sobreira dos S. As versões do projeto de lei da reforma da educação superior: princípios, impasses e limites. In: NEVES, Lúcia Wanderley; SIQUEIRA, Ângela C. de (Orgs.). **Educação superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital:** crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Niterói: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2005.

- COGGIOLA, Osvaldo. **Trotsky ontem e hoje**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. **O capital contra a história**: gênese e estrutura da crise ontemporânea. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.
- _____. O Trotskismo no Brasil (1928-64). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Governo Lula**: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: 2002.
- _____. **O governo Lula ou o estreito fio da navalha**. Gramsci e o Brasil. Disponível em www.artnet.com.br/gramsci/arquiv244.htm. Acesso em 27/12/2002.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo**: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- DIRCEU, José. A República de José Dirceu. In: **República**. nº 58, agosto, 2001.
- DIREÇÃO NACIONAL. No Brasil, um chamado à esquerda petista: vamos formar um novo partido. In: **Marxismo Vivo**. nº 7, São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2003.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**. v. 23. n. 80. set. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 2002.
- ELEY, Geoff. Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. Tradução por Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. tradução de Forging democracy.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. Uma perspectiva transatlântica da política de privatização latino-americana. In: COELHO, Vera Schattan P. (Org). **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- FARIA, Marcos Moutta de. A experiência do Movimento Convergência Socialista. In: **Cadernos AEL**: trotskismo. v. 12, n. 22/23. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2005.
- FELICIO, João Antonio. A CUT e a reforma da previdência. In: MARQUES, Rosa Maria et al. **A Previdência social no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Os dilemas da organização. In: Florestan Fernandes: **O PT em movimento**. contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os Anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. **Brasil no espaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIORI, José Luís. Olhando para a esquerda latino-americana. IN: DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FRANK, Andrew G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. IN: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil – Da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: 2002.

FONTANA, Mariúcha. Apresentação. In: MORENO, Nahuel. **Os governos de Frente Popular na História**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

GALA, Paulo. Apresentação à edição brasileira. In: CHANG, Ha-joon. **Maus samaritanos**: o mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo. Tradução por Celina Martins Ramalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Tradução de Samaritans.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores**: rompendo com a lógica da diferença. Niterói, RJ: UFF, 2000. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Partido dos Trabalhadores:** da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. Niterói, RJ: UFF, 2008. (Tese de doutorado).

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, Deise; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs). **Reformas e políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção políticas universitárias).

GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado:** o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica> governo Lula (2003-2010). In: Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os Anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GORENDER, Jacob. O Ciclo do PCB: 1922-1980. IN: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução por Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. IN: HOBBSBAWM et. al. **História do marxismo V:** o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro: o austromarxismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Pensamento Crítico; v. 57).

LEAL, Murilo. **À Esquerda da esquerda:** trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Universidades na penumbra:** neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

_____. **Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos:** um acontecimento fundacional para a universidade Latino-americanista. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/07leher.pdf>. Acesso em 10/12/2009.

_____. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os Anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LÊNIN, V. I. **Dois táticas da social-democracia na revolução democrática.** Lisboa: Edições Progresso, 1977. (Obras Escolhidas)

_____. **O Programa agrário:** da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues Lima. **A reforma do Estado e da educação no governo Fernando Henrique Cardoso:** o ENEM como mecanismo de consolidação da reforma. São Carlos: UFSCar, 2005. (Tese de Doutorado).

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma da política educacional brasileira: a submissão do governo Lula às políticas dos organismos internacionais do capital. In: PAULA, Maria de Fátima de (Org.). **Debatendo a universidade:** subsídios para a reforma universitária. Florianópolis: Insular, 2004a.

_____. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Wanderley. (Org.) **Reforma universitária do governo Lula:** reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004b.

_____. Capitalismo dependente e “reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: NEVES, Lúcia Wanderley; SIQUEIRA, Ângela C. de (Orgs.). **Educação superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

_____. **Contra-reforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Reformas e políticas de educação superior no Brasil. In: MANCEBO, Deise; SILVA Jr, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (Coleção políticas universitárias).

LÖWY, Michael. A 4ª Internacional na América Latina: os anos 1950. In: **Cadernos AEL: trotskismo**. V. 12, n. 22/23, Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2005.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Brasil século XXI: uma alternativa ao modelo neoliberal**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. In: **Educação e Sociedade**. v. 25. n. 88. out. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 2004.

MANCEBO, Deise (Orgs.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006. (Coleção políticas universitárias).

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma da previdência. Disponível em www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf. Acesso em 21/01/2010.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. IN: NEVES, Lúcia Wanderley. (Org.) **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOLLIS, Marcela. A americanização das reformas universitárias. O caso argentino. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORENO, Nahuel. **O Partido e a revolução**. Tradução por Marília Cecília Garcia. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira; OURIQUES, Nildo. O Fracasso histórico do PT e o novo radicalismo político. **Revista da ADUSP**. maio de 2005, nº 34.

PASQUINO, Gianfranco. Trotskismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2 ed. Tradução por João Ferreira; Carmem C. Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos (1979-1998)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PAULA, José Antonio de. (Org). **A Economia Política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULA, Maria de Fátima de. A reforma universitária do governo Lula no contexto das políticas neoliberais. In: PAULA, Maria de Fátima de. (org.). **Debatendo a universidade: subsídios para a reforma universitária**. Florianópolis: Insular, 2004.

PEREIRA, Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). In: **Cadernos AEL: trotskismo**. V. 12, n. 22/23, Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, 2005.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIEZNIK, Pablo. **Marxismo y sociedad: variaciones sobre um tema**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2000.

ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**. nº 3, ago., 2001. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm>. Acesso em 07/03/2009.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB na democratização (1945-1964)). In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SIQUEIRA, Ângela C. de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. NEVES, Lúcia Wanderley. (Org.) **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre p público e o privado/mercantil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan/abr. 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. IN: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida**: las finanzas contra los pueblos. 2 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

TRINDADE, Hélió. O ensino superior na América Latina: um olhar longitudinal e comparativo. In: TRINDADE, Hélió; BLANQUER, Jean-Michel. (Orgs.). **Os desafios da educação na América Latina**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2002.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Causa Operária, s/d. (Teoria Revolucionária nº 6).

_____. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Sí América fuera comunista**: latino América y la revolución. La Paz: Biblioteca Socialista, 1992.

_____. **La Teoría de la revolución permanente**: compilación. Buenos Aires. Centro de Estudios, Publicaciones e Investigaciones “Leon Trostky”, 2000.

UNIVERSIA. **Ministro diz que universidade não deve ser vista como empresa**. Disponível em <http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=3262>. Acesso em 01/01/2010.

VACCA, Giuseppe. **Por um novo reformismo**. Tradução por Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Repensar a Marx**. Madri: Editorial, 1988.

_____. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JORNAIS

OPINIÃO SOCIALISTA, 2002, Edição 139
OPINIÃO SOCIALISTA, 2002, Edição 140
OPINIÃO SOCIALISTA, 2003, Edição 143
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 145
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 146
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 147
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 148
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 150
OPINIÃO SOCIALISTA 2003, Edição 154
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 165
OPINIÃO SOCIALISTA 2004, Edição 167
OPINIÃO SOCIALISTA 2004, Edição 170
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 175
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 176
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 194
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 197
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 200
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 201
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 202
OPINIÃO SOCIALISTA, 2004, Edição 203
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 204
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 205
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 218
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 219
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 224
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 225
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 227
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 228
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 230
OPINIÃO SOCIALISTA, 2005, Edição 237